

**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Sara Isabel Almeida Magalhães  
**Como ser uma *Ragazza***  
**Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes**

Sara Isabel Almeida Magalhães

**Como ser uma *Ragazza***  
**Discursos de sexualidade numa revista**  
**para raparigas adolescentes**

**FCT**

**Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Este Doutoramento foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do doutoramento (SFRH/BD/43260/2008) e pelo financiamento do projecto *Scripts sexuais em revistas para raparigas adolescentes* (PTDC/CCI/64702/2006).



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Sara Isabel Almeida Magalhães

**Como ser uma *Ragazza*  
Discursos de sexualidade numa revista  
para raparigas adolescentes**

Doutoramento em Psicologia  
Especialidade de Psicologia da Educação

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Luísa Saavedra**  
e da  
**Professora Doutora Maria da Conceição Nogueira**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Sara Isabel Almeida Magalhães

**Endereço Electrónico:** saraisabelmagalhaes@gmail.com

**Telefone:** 918864740

**Nº do Bilhete de Identidade:** 12546400

**Título da Tese de Doutoramento:**

Como ser uma *Ragazza*

Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes

**Orientadoras:** Professora Doutora Luísa Saavedra  
Professora Doutora Maria da Conceição Nogueira

**Ano de conclusão:** 2011

**Ramo de Conhecimento do Doutoramento:** Psicologia

**Especialidade:** Psicologia da Educação

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

**Universidade do Minho, 20 de Junho de 2011.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

*Yeah, I've walked through dangers  
I've talked to strangers  
But they didn't, they didn't understand  
When the world seems senseless  
It's me and you against them  
And I love you 'cause you know who I am*

*All you dreamers keep dreaming  
And let those dreams rise into the light  
Go find someone who loves you  
To live those dreams through  
Don't you go get swallowed by the night*

*I've walked the stages  
I've read the pages  
And never, never reached the end  
All the world seems senseless  
You're here with me against them  
And I love you 'cause you know who I am*

*Deep inside every soul  
There's a sadness on the verge of climbing through  
Now don't you try and fix it  
Why would you do that?  
How beautiful when sadness turns to songs*

*And I'll walk through dangers  
I'll dance with strangers  
But they will never understand  
We'll never be defenseless  
We'll win this war against them  
Don't you doubt this, yeah I'm sure we can  
And who cares if they never understand  
And I love you 'cause you know who I am  
**You know who I am, David Fonseca***

Ao longo deste caminho muitas foram as pessoas que me conheceram e que me reconheceram enquanto pessoa, psicóloga e investigadora.

Algumas conhecem ainda melhor quem, de facto, me fui construindo.

Uma primeira palavra de apreço às minhas incansáveis orientadoras.

À Professora Doutora Luísa Saavedra que me acolheu como parte da família, pelo lançar da corda e por sabiamente me ter feito passar da superfície à profundidade, da utopia ao activismo, das intenções às práticas. À Professora Doutora Conceição Nogueira pelo companheirismo e

amizade, pelo estímulo, pelo constante desafio, pelo incentivo a tornar sempre os desejos em quotidianos.

Das e dos muitas/os amigas/os e colegas que acompanharam e me acompanharam ao longo destes anos, e a quem muito agradeço, não posso deixar de destacar três grandes amigas.

A Sara Ferreira, pelo passo marcado, pelo caminhar lado a lado, pelas aventuras e partilhas. Por um percurso com laços estreitos e por uma complementaridade extraordinária. A Silvana Costa pela amizade, ombro e ouvido amigo que em todas as ocasiões esteve disponível para mais do que ouvir, escutar. Pelas questões sempre pertinentes que me fizeram reflectir e explorar para além do óbvio. A Carla Cerqueira, porque ganhando uma amiga foi a melhor maneira de começar este doutoramento. Pelo enorme lugar que, de forma humilde e simples, ocupou na minha vida, pelas horas de conversa e desabafo, de troca de ideias e experiências, pelos muitos ensinamentos, pelo activismo e força de propulsão que move a todas/os, pelas muitas horas em que a senti do outro lado da mesa de trabalho numa ligação muito para além dos limites do digital. Convosco, amigas, este doutoramento não foi um caminho solitário.

Pela companhia, muito obrigado.

Não podia deixar, ainda, de retribuir o carinho da minha família. Que sempre me apoiou, apesar de nem sempre compreender o que se passava na ilha de muitas folhas, livros, canetas e lápis que construí como refúgio diário, e onde apenas cabiam eu e o meu fiel computador. Pela disponibilidade, compreensão, ternura e carinho com que, de igual forma, acolheram momentos de êxtase e de angústia – sobretudo a mãe e o pai. Pelos lanches e boas noites que foram pontes e regressos. Pelo olhar atento, obrigada.

Uma palavra, também, para um agradecimento institucional, à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo apoio na concretização deste trabalho dando-me estabilidade e disponibilidade ao me atribuir uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/43260/2008), à Escola de Psicologia da Universidade do Minho por acreditar neste projecto e pelo acolhimento e, finalmente, à RBA Portugal – editora com os direitos de publicação da revista *Ragazza* – pela disponibilização pronta e gratuita dos exemplares analisados.

Por fim, pelo interesse pelo tema e por me ajudar a tornar públicos estes resultados, um agradecimento a todos quantos iniciam a leitura desta tese.

Também, assim, conhecerão uma parte de mim.

## **Como ser uma *Ragazza***

### **Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes**

#### Resumo

A sexualização do quotidiano é nos dias de hoje mais do que uma realidade, um facto a ter em conta no desenvolvimento adolescente. Dada a sua ampla expansão nos mais variados contextos sociais, esta tem vindo a estabelecer-se como elemento determinante na construção das identidades.

No que diz respeito às/aos jovens, esta sexualização é mais evidente ao nível dos *media*. Estas/es despendem, actualmente, mais tempo com os meios de comunicação do que em ambiente escolar ou familiar. Tendo em conta que a adolescência é um período complexo e multi-determinado de desenvolvimento, o papel destes conteúdos, veiculados de forma constante e contínua, revela-se determinante no estabelecimento de normas sociais. Estas acentuam um duplo padrão de sexualidade que contribui para uma constante penalização social das mulheres, pela indicação de comportamentos considerados adequados e aos quais se devem restringir, por comparação a uma atitude mais flexível para o sexo masculino.

Assim sendo, o nosso objectivo é contribuir para maior conhecimento sobre a produção de conteúdos mediáticos para raparigas adolescentes em Portugal, bem como compreender quais as construções discursivas que as revistas para este público disponibilizam sobre a sexualidade e identidade feminina. Ou seja, de que forma os conteúdos veiculados por estas publicações orientam a construção da sexualidade das adolescentes face a um modelo de ser rapariga mais tradicional e puritano ou mais empoderado.

Neste sentido, tomamos por base a edição de 2007 da revista *Ragazza*<sup>1</sup>, analisando nomeadamente três tipologias de conteúdo distintas: cento e quarenta (140) anúncios publicitários, trinta e sete (37) cartas de leitora e respectivas respostas, e trinta e dois (32) artigos e reportagens. Para a selecção destes conteúdos foram tidos em conta um conjunto de critérios. Para os anúncios publicitários analisaram-se apenas os exemplares que tinham representada pelo menos uma rapariga; nas cartas de leitora e nos artigos e reportagens o critério foi abordar a sexualidade, sexo, saúde sexual e reprodutiva e/ou a presença, na sua mensagem literal, de *scripts* de sexualidade (Simon & Gagnon, 1986, 1987).

---

<sup>1</sup> Dada a indisponibilidade da publicação de Abril de 2007, o estudo versa apenas a análise dos restantes onze números da revista em 2007.

Metodologicamente, uma vez que pretendíamos identificar os discursos presentes nestes conteúdos, optámos pela Análise de Foucaudiana de Discurso (Willig, 2003, 2008) que nos possibilitou a localização de construções discursivas e discursos, a definição de orientações de acção e a identificação de possíveis posicionamentos, práticas e subjectividades despoletadas pelos discursos encontrados. Deste processo de análise resultou a identificação de três principais construções discursivas que percorrem transversalmente o corpus, apresentando-se contudo como mais salientes em conteúdos específicos. Assim, ser rapariga é... *Tornar-se sexy!*, *Ter de saber (sempre) mais*, e *Construir uma relação heterossexual*.

A construção discursiva *Tornar-se sexy!* emerge sobretudo na publicidade e nos artigos e reportagens e sistematiza informações ao nível da atractividade física e da sexualidade. Esta concretiza-se recorrendo a mecanismos discursivos que apresentam, entre outros aspectos, informações consideradas relevantes no que diz respeito à imagem e modelação corporal. Uma segunda construção discursiva – *Ter de saber (sempre) mais* – aparece nas cartas de leitora, artigos e reportagens. Nesta as raparigas são apresentadas como seres incompletos sexualmente e por essa razão precisam recorrer constantemente a novas informações sobre sexualidade para alcançarem o nível desejável definido pelo masculino e assim conseguirem seduzir. Por último, identificámos ainda a construção discursiva *Construir uma relação heterossexual*, visível em cartas de leitora e artigos e reportagens. Centra-se em questões de identidades, sendo que a identidade feminina é aqui igualada a um vasto e profundo conhecimento sobre o masculino e sobre relações de intimidade heterossexuais. Por fim, é ainda de destacar que cada uma destas construções discursivas é permeada por vários mecanismos discursivos.

A análise dos resultados permite-nos concluir que uma rapariga quando inicia a sua adolescência já deve possuir um repertório de papéis, normas e deveres que deverão ser tomados em conta no seu dia-a-dia. Mais, existe ainda uma constante monitorização desta adequação das raparigas às normas sociais, sendo que esta deverá não só ser exterior mas também auto-referencial. Concluimos ainda que as jovens se encontram constantemente expostas a mensagens contraditórias que lhes apresentam uma aparente emancipação mediante um conjunto de outras condições de subjugação. Por fim, podemos ainda afirmar que estas publicações possuem uma visão de rapariga ou de mulher como um indivíduo que possui um *handicap* social que necessita de constante atenção e esforço pessoal para melhorar se aproximar-se do masculino.

## **How to become a *Ragazza*** **Discourses of sexuality in a teenage girls' magazine**

### Abstract

Quotidian sexualization is, in these days, more than a reality, is a fact to be considered in adolescent development. Due to its wide expansion in the most varied social contexts, this has been establishing itself as a crucial element on identities construction.

Concerning young people, this sexualization is more evident in media. They spend, nowadays, more of their time with mass media rather than in school or family environments. Taking into account that adolescence is a complex and multi-determined period of time, the role of these contents, run constantly and continuously, reveals itself to be determinant on social norms establishment. These norms accentuate a sexual double standard that constitutes a constant social penalty upon women, by pointing which behaviors are considered adequate and to which one must restrain, when comparing to a more flexible attitude towards the masculine.

Therefore, our goal is to contribute to a greater knowledge about the relationship between media contents production targeted at Portuguese adolescent girls, as well as to understand which discursive constructions are displayed by these magazines concerning sexuality and feminine identity. In other words, in which way is the content run by these publications guiding the adolescents' sexuality construction owing to a more traditional and puritan or a more empowered model of being a girl.

Thus, we based our research on the 2007 Portuguese edition of *Ragazza* magazine<sup>2</sup>, analyzing particularly three types of distinct contents: one hundred and forty (140) advertisements, thirty seven (37) agony aunts' letters and their answers, and thirty two (32) articles and reports. In order to select these contents we considered some criteria. To the advertisements we only analyzed the ones that had at least one girl figured; to agony aunt's letters and articles and reports the criteria was to approach sexuality, sex, sexual and reproductive health as a theme and/or to have present, in its literal message, a sexual script (Simon & Gagnon, 1986, 1987).

Methodologically, once we intended to identify the discourses presents in these contents, we chose Foucauldian Discourse Analysis (Willig, 2003, 2008) than has allowed us to locate

---

<sup>2</sup> Due to the unavailability of April's 2007 publication, our study will be held with the eleven remaining numbers of 2007's magazine edition.

discursive constructions and discourses, to define action orientation and possible positionings, practices e subjectivities triggered by the identified discourses. From this analysis process we were able to identify three main discursive constructions that travel across the analyzed *corpus* even though they are more salient on specific contents. So, to be a girl is ... *To become sexy!*, *(Always) Have to know more*, and *Construct a heterosexual relationship*.

The discursive construction *To become sexy!* rises mainly from advertisements and articles and reports and systematizes information concerning physical attractiveness and sexuality. It manifests itself using discursive mechanisms that present, among other aspects, informations considered relevant to what concerns body image and contouring. A second discursive construction – *(Always) Have to know more* – appears in agony aunt's letters and articles and reports. Here girls are portrayed as sexually incomplete beings and therefore need to run constantly on new informations about sexuality in order to achieve the presupposed male level and to be able to allure. Finally, we identified also the discursive constructions *Construct a heterosexual relationship*, which can be seen through agony aunt's letters and articles and reports. It focuses on identity issues, with feminine identity being considered equal to a wide and profound knowledge on the masculine and about heterosexual intimate relationships. Lastly, we must highlight that each one of these discursive constructions are permeated by several discursive mechanisms.

The results analysis allows us to conclude that a girl when initiates her adolescence has already a repertoire of roles, norms and duties that must be taken into account on a daily basis. Plus, there is a constant monitoring of this adequacy from girls to social norms, and this shall not only be exterior but also self-referent. We conclude also that young girls find themselves constantly exposed to contradictory messages that are presented to them as apparently emancipator whereas a number of other subjugation conditions. Finally, we can also state that these publications see girls and women as an individual who has a social handicap that needs constant attention and personal effort in order to improve and approach the masculine.

## Índice

Preâmbulo.....	xv
Introdução.....	1
<b>I. Enquadramento Teórico.....</b>	<b>7</b>
Capítulo 1: Adolescência.....	9
1.1. Teoria do desenvolvimento: um olhar (feminista) crítico.....	10
1.2. Estudos feministas sobre raparigas.....	28
Capítulo 2: A Sexualidade na adolescência.....	37
2.1. A construção social da sexualidade – as teorias.....	39
2.2. As/os Jovens e Comportamento(s) sexual(s) .....	46
2.2.1. A sexualidade na adolescência.....	49
2.3. Educar para a sexualidade.....	57
Capítulo 3: Os Meios de Comunicação e a sexualidade na adolescência.....	67
2.4. Feminismos e estudos feministas dos <i>media</i> .....	68
2.5. Sexualidade como estratégia de marketing.....	77
2.5.1. Processos de sexualização da rapariga adolescente.....	83
2.6. As revistas e a construção de feminilidade – um nicho de mercado.....	85

<b>II. Estudo</b> .....	95
Capítulo 4: Epistemologias críticas e Análise(s) de Discurso .....	97
4.1. Fundamentos epistemológicos.....	98
4.2. O conceito de discurso.....	99
4.3. Análise(s) de Discurso.....	102
4.4. Análise Foucaudiana de Discurso.....	104
Capítulo 5: O que significa <i>ser</i> rapariga.....	113
5.1. Método: objectivos de partida e questões de investigação.....	114
5.2. Procedimento.....	115
5.2.1. Averiguação acerca do <i>corpus</i> de análise.....	115
5.2.2. Selecção do <i>corpus</i> de análise.....	119
5.3. Momentos num processo de investigação qualitativa.....	125
5.4. Apresentação e discussão de resultados.....	126
Roteiro de construções discursivas .....	128
5.4.1. Tornar-se <i>sexy</i> .....	129
5.4.1.1. Identificação de Construção Discursiva .....	129
5.4.1.2. Identificação de Discursos Reguladores.....	146
5.4.1.3. Identificação de Orientações para a Acção.....	148
5.4.1.4. Identificação de Posicionamentos.....	152
5.4.1.5. Identificação de Práticas Discursivas.....	153
5.4.1.6. Identificação de Subjectividades dos Discursos.....	154
5.4.2. Ter de saber (sempre) mais.....	156
5.4.2.1. Identificação de Construção Discursiva.....	156
5.4.2.2. Identificação de Discursos Reguladores.....	169
5.4.2.3. Identificação de Orientações para a Acção.....	171

5.4.2.4. Identificação de Posicionamentos.....	174
5.4.2.5. Identificação de Práticas Discursivas.....	175
5.4.2.6. Identificação de Subjectividades dos Discursos.....	176
5.4.3. Construir uma relação heterossexual.....	177
5.4.3.1. Identificação de Construção Discursiva.....	178
5.4.3.2. Identificação de Discursos Reguladores.....	198
5.4.3.3. Identificação de Orientações para a Acção.....	199
5.4.3.4. Identificação de Posicionamentos.....	201
5.4.3.5. Identificação de Práticas Discursivas.....	202
5.4.3.6. Identificação de Subjectividades dos Discursos.....	203
5.5. Conclusões.....	204
Conclusão.....	215
Referências bibliográficas.....	225

## Índice de diagramas, imagens e quadros

### Diagramas

Diagrama 1 – Diagrama representativo dos principais assuntos identificados em revistas para <i>early adolescents</i> .....	117
Diagrama 2 - Diagrama representativo dos principais assuntos identificados em revistas para <i>late adolescents</i> .....	118

### Imagens

Imagem 1 – Publicidade Calvin Klein Relógios ( <i>Ragazza</i> n° 159, Janeiro 2007).....	130
Imagem 2 – Publicidade ao Perfume I Love Love da Mochino ( <i>Ragazza</i> n° 160, Fevereiro 2007).....	131
Imagem 3 – Publicidade ao Perfume Amor Amor da Cacharel ( <i>Ragazza</i> n° 160, Fevereiro 2007).....	131
Imagem 4 – Publicidade Viva Glam MAC ( <i>Ragazza</i> n° 169, Novembro 2007).....	132
Imagem 5 – Publicidade Braun ( <i>Ragazza</i> n°164, Junho 2007 e n° 165, Julho 2007) .....	133
Imagem 6 – Publicidade Rowenta ( <i>Ragazza</i> n°165, Julho 2007) .....	133
Imagem 7 – Publicidade Timezone Live your passion ( <i>Ragazza</i> n°170, Dezembro 2007)..	134
Imagem 8 – Publicidade Guaraná Antartida ( <i>Ragazza</i> n°164, Julho 2007).....	135
Imagem 9 – Publicidade Women’s Secret ( <i>Ragazza</i> n°161, Março 2007).....	135
Imagem 10 – Publicidade Killah ( <i>Ragazza</i> n°163, Maio 2007 e n° 164 Junho 2007).....	136
Imagem 11 – Publicidade Ausonia ( <i>Ragazza</i> n° 163, Maio 2007 e n° 164 Junho 2007)...	137
Imagem 12 – Publicidade Nokia ( <i>Ragazza</i> n°159, Janeiro 2007).....	138
Imagem 13 – Publicidade Adidas ( <i>Ragazza</i> n°161, Março 2007).....	138
Imagem 14 – Publicidade Swatch ( <i>Ragazza</i> n°160, Fevereiro 2007).....	139
Imagem 15 – Publicidade Fenalac ( <i>Ragazza</i> n° 166, Agosto 2007).....	140
Imagem 16 – Publicidade Associação Laço ( <i>Ragazza</i> n°167, Outubro 2007).....	140

## **Quadros**

Quadro 1 – Critérios de secção 510 do <i>Social Security Act</i> (1996) para programas <i>abstinence-only education</i> (Santelli <i>et al.</i> , 2006).....	60
Quadro 2 – Identificação e definição dos blocos temáticos que constituem a revista <i>Ragazza</i> .....	122



## Preâmbulo

*Como ser uma Ragazza. Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes.* É sobre esta designação que aqui trouxemos a investigação que levámos a cabo nos últimos quatro anos. Com momentos mais positivos que outros, posso no final deste percurso dizer: regozijo-me.

Partimos com a missão de compreender melhor a realidade mediática das raparigas portuguesas, abrindo essa porta nas revistas para adolescentes. Pretendíamos perscrutar os discursos que estas publicações veiculavam a essas jovens e, ainda mais, desconstruí-los. Como afirma Griffin (2004), é importante reflectir sobre as representações das raparigas uma vez que estas marginalizam ou invisibilizam formas de se ser rapariga adolescente; não só porque não espelham a diversidade existente mas também porque a forma ambígua como constituem a adolescência no feminino constrói certas posições de sujeito como insuportáveis, incompreensíveis ou mesmo incompatíveis com o que consideram ser a rapariga “normal”. Agora, na escrita desta conclusão geral, posso dizer que alcançamos este objectivo, contribuindo também para um olhar mais sério e científico da realidade social e senso comum que paralelamente se implica na construção, diária e intransmissível, destas jovens.

Teoricamente revelou-se uma tarefa desafiante, árdua, mas muito estimulante. Partindo de uma Licenciatura em Psicologia poderia pensar-se que parte deste enquadramento estaria feito. Contudo, um conjunto mais alargado de perspectivas, propostas e teorias se afiguraram como preponderantes, movendo-me entre áreas como a educação, saúde, a sexologia, as ciências da comunicação, a sociologia, a filosofia, estudos culturais e de mulheres, estudos feministas, para nomear apenas algumas. Aí sim, se percebe um horizonte em que a psicologia se torna próxima dos seus indivíduos, dos seus contextos de vida, das suas vivências. Rever âmbitos de estudo tão diversos, confesso, foi no início como explorar mundos equidistantes; no entanto, localizados num mundo social e valorizando a individualidade dos seus sujeitos (era esse o meu olhar), lá deixavam para trás pontas soltas que os uniam entre si e formavam o que aqui vim a relatar. Um desafio que me abriu ainda mais o apetite para novos desafios, novas explorações, novos domínios. Desafio que me confirmou ainda mais no desejo de trabalhar, no campo teórico e prático, questões que considero essenciais e que se resumem ao vasto campo da diversidade, da cidadania e direitos humanos. Metodologicamente também estes quatro anos foram frutíferos em aprendizagens, ensaios, tentativas, reflexões e reformulações. Contributos

para melhorar profissionalmente e concretizar a interacção pacífica das diversas “lentes” para se olhar e construir o mundo.

É neste contexto que declaro a minha primeira grande conclusão pessoal: ninguém é uma ilha e a sua vivência social não pode ser vista senão por vários e diferentes olhares e perspectivas abrangentes o suficiente para captar a individualidade e singularidade da construção pessoal de cada um. Isto, aprendi, é uma perspectiva interseccional.

Ora, mas não se pode querer abarcar tudo num só projecto ou corremos o risco de nos afundarmos nele e não mais terminarmos. De entre os aspectos que deixei cair num saco para depois voltar, se possível, gostaria de partilhar dois que considero preponderantes e que estiveram sempre presentes, preocupando-me, ao longo da investigação.

Por um lado, a possibilidade de ter a certeza de quem realmente lê as revistas que analisei. Apesar de ter tido acesso aos dados da Associação para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) e de ler os relatórios da Entidade para a Regulação da Comunicação Social (ERC) não posso afirmar com certeza que são as adolescentes que as lêem, apesar de ser esse o público-alvo desta publicação. É neste pressuposto que assenta a minha análise; mesmo que não seja este o público-alvo é para elas que escrevem. Ora isto levanta, a meu ver, outro problema: o da inapropriação de conteúdos para a idade. O facto de estes conteúdos poderem ser lidos por crianças e pré-adolescentes só acentua a preocupação generalizada com a sexualização dos conteúdos e das raparigas.

Por outro, considero que seria muito interessante, mas também importante, um retorno dos conteúdos às jovens. De contactos esporádicos com adolescentes sobre a temática posso perspectivar que os nossos resultados não estejam conscientes para as jovens, embora quando apresentados facilmente são identificados por estas no seu dia-a-dia. Contudo, não posso negar a frequência com que estas raparigas afirmam não ler estas revistas, mas confirmar que as colegas lêem, ocorrendo o identificado *3rd person effect* ou ‘*othering*’, que corresponde ao efeito de se deslocalizar do acto de acção quando se identifica essa acção enquanto capaz de denegrir a imagem pessoal (Hoffner *et al.*, 2001). Fica, então, o interesse de ouvir as jovens a comentar estas construções discursivas. O ideal, consideramos – embora fosse inviável no tempo disponível –, era a triangulação entre produtores mediáticos, produtos mediáticos e audiências. Ainda são escassos os estudos ao nível dos estudos de recepção, interrogando audiências sobre o seu consumo, especialmente junto da comunidade juvenil (e.g. Ferin Cunha, 2006). Fica mais uma linha de continuidade na investigação nacional.

Segunda grande conclusão pessoal: podemos sempre ir mais além. Temos que decidir colocar um ponto final mesmo que depois se substitua por um ponto e vírgula e se continue o caminho.

Outro aspecto que gostaria de destacar como fundamental em investigação em ciências sociais é a relevância social do trabalho realizado. Pessoalmente, penso que a investigação tem de possuir necessariamente uma ponte para o dia-a-dia dos indivíduos. Penso, ainda, que será importante continuar a divulgar este projecto na comunidade, quer apresentando cientificamente os resultados, quer participando em reflexões e tertúlias que versem este tema. Além disso, estes resultados poderão promover práticas educativas informadas, quer ao nível da educação para a sexualidade, quer de literacia e educação para os *media*. Poderá ainda estimular-se a educação pelos *media* que, recorrendo a exemplos de boas e más práticas, poderá clarificar e conscientizar as e os adolescentes para a importância e influência dos meios de comunicação no nosso dia-a-dia, por vezes em escolhas simples e bastante íntimas sobre as quais não perspectivamos que pudessem interferir.

Esta reflexão leva-me à última das minhas grandes conclusões pessoais: a psicologia deve estar sempre ao serviço das massas, articulando-se de forma próxima e perceptível; saindo da redoma da comunidade académica e possibilitando verdadeira resistência, emancipação, igualdade, empoderamento e consciência crítica ao se localizar lado a lado com a experiência e unicidade dos indivíduos em sociedade.

Termino reiterando as palavras de Sue Thornham (2007), “escrever como *mulher* é correr o risco constante de reabsorção no “fluxo incessante” que é a feminilidade e a cultura de massas. Escrever como um *sujeito crítico* implica distância de ambos. Insistir em escrever como *mulher* e *feminista* é desafiar as suposições sobre a identidade, subjectividade e cultura” (p. 14, tradução nossa).

Atrevo-me a permanecer assim: mulher e feminista.



## **INTRODUÇÃO**



“we are not born with perceptions of gender differences;  
these emerge developmentally”  
(Chodorow, 1989, p. 108)

Nos nossos dias é impossível negar a proliferação de contextos em que predomina uma visão sexual ou se alude à sexualidade – sendo a tônica sobretudo feminina. Os *media* são claramente um dos recursos que mais nos expõe e representa, tornando esta presença quase omnipresente. Aliás, o recuso à sexualidade informa mesmo práticas de estimulação ao consumo, objectificando e ritualizando modelos, mulheres e a sexualidade feminina.

As revistas para adolescente têm vindo a ser consideradas um importante dispositivo de modelação – quer positiva, quer negativa – de comportamentos. Welsh, Rostosky e Kaeaguchi (2000), no livro editado pela *American Psychological Association* sobre sexualidade, sociedade e feminismo, lembram que na construção do sujeito adolescente é cada vez maior a importância dada à sexualidade e a aquisição de informação sobre sexualidade. Aliás, trata-se mesmo de uma das tarefas ou critérios considerados como mais importantes a adquirir ao longo do desenvolvimento adolescente. Neste sentido, é possível identificar as revistas para adolescentes, pela sua linha editorial, como um dos mecanismos mais significativos e de maior auxílio. Estas contribuem não só para a informação sobre sexualidade, mas também para a sexualização precoce e estereotipada das raparigas – influenciando a identidade pessoal das jovens pela reificação de pontos de vista penalizadores. Mais, “tornar-se feminina exige que as raparigas aprendam a ser «bons» objectos sexuais, o que as impede de ter desejo, e esse processo é profundamente informado pelo imperativo de não se tornar uma menina «má», não só aos olhos dos outros, *mas aos olhos do seu próprio internalizado olhar masculino*” (Tolman, 2002, p. 82, itálico e tradução nossas). Ora se analisarmos em termos históricos, “a disciplina e a normalização do corpo feminino – [enquanto] a única opressão de género que se exerce sobre si própria, embora em graus diferentes e em diferentes formas, através da idade, raça, classe e orientação sexual – tem de ser reconhecida como uma estratégia extremamente durável e flexível de controlo social” (Bordo, 1993, p. 166, tradução nossa). Ora, as questões de género apresentam-se, então, como determinantes pela correspondência geralmente directa e essencialista com o sexo biológico do indivíduo.

Para as mulheres esta correspondência implica, por inerência, noções de sensualidade e corpo ideal, maternidade e romantismo. Rapidamente se verifica a exclusão desta definição de

mulheres incapacitadas, mais masculinas, lésbicas, solteiras, não maternais, entre outras. Como afirmam Gordon e Gilgun (1987), quando uma rapariga atinge a adolescência já sabe que tem de ligar sempre sexo e amor. Em consequência, possuir uma relação amorosa – nomeadamente idealizada como o amor verdadeiro e eterno – é unanimemente apresentado como marco importante para qualquer mulher.

Partindo destes pressupostos, e assumindo uma posição feminista e crítica de análise, procurámos, recorrendo à Análise Foucaudiana de Discurso (Willig, 2003, 2008), compreender que construções pessoais se encontram disponíveis para as adolescentes portuguesas quando mediadas pelos discursos que estas revistas veiculam e reforçam mensalmente. Procurámos ainda desconstruir essas construções discursivas e discursos tentando fornecer perspectivas alternativas de construção pessoal feminina. Este envolvimento deveu-se sobretudo à ausência de estudos nesta área em Portugal, que perspectivassem nomeadamente as raparigas adolescentes como principais receptoras de discurso mediático. Adicionalmente, não existiam ainda no contexto português investigações no âmbito da Psicologia dos *media*, nem nos Estudos Feministas dos *Media*, que olhassem com maior atenção à formação pessoal das adolescentes. O recurso a uma metodologia qualitativa de análise discursiva constitui ainda uma inovação neste trabalho, uma vez que os trabalhos realizados ao nível dos conteúdos de revistas se baseiam em análise semióticas e de análise crítica - mais próximas de conteúdos visuais e não discursivos (van Zoonen, 1994).

O nosso intuito era ainda obter maior informação ao nível da influência que estas publicações poderão ter nas raparigas adolescentes, contribuindo assim para uma visão mais próxima da diáde adolescentes-*media* em Portugal.

Neste sentido, organizámos a tese em duas grandes partes: I – Enquadramento teórico, em que apresentamos três capítulos dedicados à exposição teórica dos pressupostos do projecto de investigação, e II – Estudo, onde se encontra um capítulo de contextualização epistemológica e metodológica e o capítulo final dedicado à exploração do estudo realizado.

Porém, antes de iniciar a apresentação desta tese integramos um preâmbulo, ou reflexão pessoal, onde olhamos sobre o processo de realização da tese, os desafios teórico-metodológicos e o possível impacto dos resultados na representação e construção pessoal das jovens bem como na sociedade. Consideramos que deste modo realizamos um dos pressupostos deste trabalho – contribuir para o desenvolvimento de uma consciência (social) feminista que

permita reconhecer a existência e o impacto dos tradicionais discursos de género no perpetuar de assimetrias simbólicas de poder.

Assim sendo, no enquadramento teórico – Parte I – podemos então encontrar no capítulo 1 (A Adolescência) uma reflexão sobre a adolescência, o nosso principal foco de análise, enquanto etapa desenvolvimental recentemente formulada. Neste sentido, referir-nos-emos e comentaremos criticamente um conjunto de trabalhos que problematizaram sobre a adolescência e as suas transformações desenvolvimentais, nomeadamente ao nível psicológico, das transformações físicas, competências sociais e cognitivas. Tomando por base estas formulações consideramos ser indispensável uma breve reflexão sobre o conceito de género, que é nesta investigação central, e a formulação de uma recente área de estudos – os estudos sobre raparigas (*girl's studies*).

No capítulo 2 (A Sexualidade na adolescência) abordaremos a temática da sexualidade, nomeadamente por ser esta o nosso ponto de partida de análise. Procuramos rever os discursos de sexualidade que influenciam o desenvolvimento adolescente. Assim, apresentamos a sexualidade enquanto domínio socialmente construído, expondo as principais teorias que informam esta construção. Posteriormente reflectimos sobre os comportamentos de sexualidade nas/nos jovens, focalizando a nossa atenção nas vivências particulares das e dos adolescentes. Para concluir a reflexão sobre esta temática, exploraremos contributos e formulações no âmbito da educação para a sexualidade.

O capítulo 3 (Os meios de comunicação e a sexualidade na adolescência) baseia-se nos pressupostos expostos nos capítulos anteriores, congregando estas contribuições ao nível da exploração dos meios de comunicação. Neste capítulo abordamos o papel dos Estudos Feministas dos *Media*, apresentando a sua conceptualização e evolução histórica, destacando a sua expansão actual fruto de uma perspectiva próxima das produções mediáticas actuais e informada pelo movimento feminista. De seguida reflectiremos sobre o papel dos *media* na conceptualização da sexualidade enquanto estratégia de marketing, reflectindo nomeadamente sobre a sexualização das adolescentes. Por fim, olhamos o universo das revistas para adolescentes, explorando o seu âmbito e a sua formulação enquanto um nicho de mercado, que fideliza pelo consumo as jovens e que as constringe aos discursos veiculados.

Após o enquadramento teórico iniciamos a parte II – Estudo. Surge desde logo o capítulo 4 (Epistemologias críticas e Análise(s) de Discurso). Iniciaremos este capítulo com a exploração dos fundamentos epistemológicos que sustentam este estudo, seguindo-se a apresentação dos

conceitos de discurso e de análise(s) de discurso. Posto isto, exporemos a metodologia utilizada – Análise Foucaudiana de Discurso – reflectindo sobre as várias propostas de formulações da Análise de Discurso, realçando as vertentes metodológicas e processuais foucaudianas.

No capítulo 5 (O que significa ser rapariga ...) centramo-nos, então, na apresentação do estudo qualitativo de revistas *Ragazza*, da edição portuguesa do ano 2007. Iniciamos este capítulo apresentando o nosso método, concretizando os objectivos e questões de partida. Prosseguimos descrevendo a realidade mediática portuguesa ao nível das revistas para adolescentes, explorando os seus conteúdos e a sua organização interna que informou a nossa selecção do *corpus*. Posteriormente concretizámos o *corpus* de análise seleccionado para o estudo descrevendo a nossa recolha e critérios. Neste sentido, referimo-nos ainda e de forma mais concreta ao processo de investigação, enunciando os vários momentos que antecederam a formulação final e que resultaram da implementação reflexiva de procedimentos de análise. Feito este enquadramento e localizados os procedimentos de análise, apresentamos então os resultados da investigação, e a sua discussão, subdividindo-os em função das três principais construções discursivas identificadas. Estas, por sua vez, encontram-se organizadas em função dos seis passos metodológicos sugeridos por Carla Willig (2003, 2008) para a realização de Análise Foucaudiana de Discurso e que identificámos no capítulo das metodologias.

Encerramos a parte II – Estudo – apresentando as conclusões do estudo, cruzando as perspectivas teóricas e as várias construções discursivas exploradas. Posteriormente finalizaremos com uma síntese conclusiva da tese.

## **I. Enquadramento Teórico**



# **Capítulo 1**

## **Adolescência**

A compreensão do desenvolvimento humano tem desde há séculos fascinado a Humanidade. Vários filósofos, teólogos e educadores tentaram compreender o período da adolescência antes ainda da formulação da psicologia enquanto ciência. Apesar de desde o século XV se estudar o conceito de adolescência este não possuía ainda uma designação própria. De facto, apenas recentemente a adolescência foi considerada uma fase desenvolvimental independente. Durante muitos séculos considerava-se que crianças de apenas seis ou sete anos de idade estariam preparadas para a vida adulta (Sprinthall & Collins, 2008). Assim, apenas no século passado a adolescência se afirmou como um período desenvolvimental situado entre a infância e a idade adulta, caracterizado por um processo dinâmico que se inicia com a puberdade e termina com a aquisição de identidade, autonomia, bem como com a elaboração de projectos de vida e de integração social.

Os primeiros trabalhos, curiosamente, centraram-se na maturação e desenvolvimento sexual, considerando que a adolescência decorria sensivelmente entre os doze e os dezoito anos de idade. Estudos decorreram desde então formalizado um maior investimento no reconhecimento e conhecimento dos comportamentos característicos deste período, tendo por base a noção de que a adolescência é uma componente indissociável do ciclo de vida (Tolman, Striepe & Harmon, 2003).

Este primeiro capítulo tem como principal objectivo sistematizar os principais contributos teóricos sobre a adolescência, abordando diferentes dimensões do desenvolvimento: social,

cognitivo, moral, identitário e sexual. Neste sentido, apresentaremos o que significa ser adolescente do sexo feminino, localizando esta fase desenvolvimental face à diversidade sociocultural existente e abordando o desenvolvimento adolescente, caracterizando criticamente não só as principais alterações físicas, mas também um conjunto de aquisições intelectuais e sociais. Posteriormente aprofundaremos o conceito de gênero e a importância da emergência dos estudos sobre raparigas.

### **1.1. Teorias do desenvolvimento: um olhar (feminista) crítico**

Construir-se como rapariga é uma tarefa multi-determinada e complexa que carece de apoio e conhecimento. As teorias do desenvolvimento são, dentro da psicologia, as que maior atenção têm dado ao fenómeno da adolescência. O primeiro estudo efectuado foi da autoria de G. Stanley Hall em 1916, sendo considerado como o pai da psicologia da adolescência. Neste trabalho, Hall considerava que o desenvolvimento ocorria impulsionado por alterações de ordem psicológica que, na sua opinião, eram geneticamente determinadas e internas ao indivíduo, desconsiderando possíveis influências ambientais. Para o autor, o desenvolvimento humano inicia-se com o decorrer de quatro fases – infância, meninice, mocidade e adolescência – sendo que por adolescência entendia o período de tempo decorrido entre o início da puberdade e a total formação enquanto adultos (Muuss, 1996). Segundo Sprinthall e Collins (2008), Hall acreditava que a adolescência era um período fundamental para a educação das/dos jovens, uma vez que estes se apresentavam bastante maleáveis. Com a sua perspectiva maturacionista, Hall enfatizava o desenvolvimento de padrões psicológicos e comportamentais biologicamente determinados. O facto de ter quebrado com os cânones da sua época justifica a importância ainda atribuída às suas conclusões. Nesta perspectiva é possível verificar uma identificação da adolescência como um período conturbado caracterizado por transformações rápidas e caóticas (nomeadamente ao nível físico e psicológico).

Também a Antropologia Cultural teve um papel importante no estabelecimento da adolescência como momento de vida diferenciado da infância e idade adulta, considerando, no entanto, a posição de Hall como estremada e insustentável. Assim, os contributos de Margaret Mead (1928 as cited in Sprinthall & Collins, 2008) e Ruth Benedith (1934 as cited in Sprinthall & Collins, 2008) caracterizavam a adolescência como um período de vida menos rígido, fixo ou biologicamente determinado. Para esta abordagem, a caracterização como um período de

agitação e tensão é abusiva, uma vez que consideram que esta depende sobretudo das exigências e das expectativas culturais do meio onde as/os adolescentes estão inseridos.

Segundo Ruth Benedict, a adolescência teria três principais dificuldades decorrentes de uma existente descontinuidade: 1) responsabilidade–irresponsabilidade, 2) dominância–submissão e, 3) actividade sexual–ausência de actividade sexual (para maior detalhe ver, e.g. Sprinthall & Collins, 2008). Estas dificuldades representariam, na sua perspectiva, a proporção em que o processo de socialização era descontínuo num determinado meio social. Sendo que por descontinuidade Benedict se referia à relação interactiva de aprendizagem/integração das/dos adolescentes com um conjunto de comportamentos, papéis e atitudes característicos da vida adulta e que se encontram em ruptura com os que caracterizam o período da infância. Durante esta aquisição, e segundo Ruth Benedict, é exigido às/aos adolescentes que num curto espaço de tempo adoptem comportamentos de maior responsabilidade, maior dominação e de uma sexualidade activa, contrastando com os comportamentos e ensinamentos anteriormente reforçados.

Quanto às contribuições de Margaret Mead, e para além da sua importância histórica, será importante referir que as conclusões obtidas foram posteriormente contestadas. Apesar de Margaret Mead ter confirmado o relativismo cultural de Franz Boas ao apresentar, nas suas conclusões, as ilhas de Samoa como uma sociedade paciente, gentil e pacífica (Muuss, 1996) em que as transições desenvolvimentais são isentas de pressões ou incertezas, o facto é que o trabalho posterior de Derek Freeman veio questionar a validade dos resultados por verificar que se tratou de uma recolha imprecisa e de uma generalização abusiva dos factos observados e ilações retiradas. Nomeadamente, Mead ignorou procedimentos fundamentais à investigação como as diferenças entre indivíduos, aldeias e mesmo entre ilhas. Estes factos, crê-se, são devidos ao curto espaço de tempo que Margaret Mead passou nas ilhas de Samoa e o “desejo” de confirmar a perspectiva desenvolvida pelo seu tutor. Denk Freeman (1983 as cited in Sprinthall & Collins, 2008), por sua vez, apresentou um cenário contrastante e crítico quanto às conclusões de Mead, fruto de trabalho antropológico consistente durante seis anos na principal ilha de Samoa.

No entanto, consideramos importante focalizar o nosso “olhar” na questão do desenvolvimento de raparigas adolescentes. Das teorias desenvolvimentais, a que na nossa perspectiva de análise se destaca é a Teoria do Desenvolvimento Contextualista (Lerner, 1978), uma vez que consideramos que o nosso trabalho tenta dar resposta a questões de

desenvolvimento adolescente tendo em conta a diversidade do público em análise. Esta focaliza a sua atenção nas interações entre os indivíduos, enquanto seres dinâmicos e em evolução, e o contexto ecológico em que habita. Dada a especificidade cultural dos vários contextos de vida dos indivíduos, esta teoria tem como base conceptual a tomada de consciência pela diversidade, respeitando o indivíduo e a multiplicidade de contextos em que se insere. Esta perspectiva surge de forma inovadora ao quebrar com o estudo isolado de variáveis e factores que influenciam o comportamento, em prol do estudo da sua inter-dependência. Para o seu autor, Richard Lerner, o contexto é fundamental e representa um sistema de variáveis sociais que são, em grande parte, responsáveis pelo desenvolvimento. Neste sentido, contexto é mais do que ambiente, meio, envolvência ou cenário em que o indivíduo se desenvolve. Isto porque o contextualismo desenvolvimental se articula como um processo dialéctico, entre o cenário ambiental e os sistemas sociais, em que estes se influenciam mutuamente, mas também influenciam e são influenciados pelo indivíduo (Muuss, 1996). Segundo Lerner (1986) “o organismo e o contexto estão sempre envolvidos um no outro” (p. 59, tradução nossa). Consequentemente, a ênfase no contexto não destaca os estádios presentes nas anteriores teorias mas também não os anula, compreendendo-os como eventos de elevada probabilidade, mas não pré-determinados, invariáveis ou previsivos. Não se trata aqui de tentar encontrar grandes generalizações teóricas aplicáveis a um largo conjunto de indivíduos, mas do estudo de condições contextuais específicas que interagem com os indivíduos localmente e que sofrem, reciprocamente, a sua influência. Assim, esta teoria coloca o foco da atenção na conceptualização do desenvolvimento enquanto processo complexo, multi-nível, multifacetado e recíproco que envolve a/o própria/o adolescente.

Outro conceito fundamental nesta abordagem é a plasticidade da natureza humana. A par da individualidade, diversidade e sentido de único, a plasticidade do ser humano possibilita a articulação complexa de inter-relações com o contexto. Na opinião do autor, compreendendo esta dinâmica a investigação espelhará melhor os comportamentos que realmente ocorrem, deixando de parte as distorções que podem ocorrer da visão unidireccional que tem caracterizado os estudos desenvolvimentais. Para esta perspectiva, o desenvolvimento é percebido enquanto o sistema de relações entre sistemas e subsistemas que vão do âmbito biológico, social e cultural ao histórico. Neste sentido, eventos como a puberdade não correspondem a linhas de acção claras e universais, pelo contrário as expectativas sociais, como a pressão dos pares, os modelos mediáticos, as relações parentais ou normas socioculturais

mais gerais, são mediadores da influência da puberdade no desenvolvimento adolescente e em comportamentos psicossociais. Este modelo de mediação destaca então as consideráveis diferenças que poderão existir ao nível do desenvolvimento em dois adolescentes em condições idênticas. Consequentemente, este modelo interactivo implica a aceitação de que características e comportamentos de diferentes indivíduos criam reacções distintas nos seus receptores. Ao limite, estas contribuições balizam as possibilidades do indivíduo de se desenvolver de acordo com o seu bem-estar pessoal. Este bem-estar pessoal será então plenamente possível se tivermos em conta, como igualmente importantes para o desenvolvimento pessoal, características de diversidade entre os indivíduos como a raça, etnia, género, condições de incapacidade física, estatuto socioeconómico ou variações nacionais e culturais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento adolescente articula-se como o somatório de vários desenvolvimentos pessoais distintos, pela fusão única de factores biológicos, psicológicos e culturais com a sua interacção com o contexto em que está inserido. Esta perspectiva distancia-se, assim, da possível identificação de leis, regras ou padrões universais, acentuando em contrapartida a importância da integração e interdisciplinaridade para o conhecimento das questões desenvolvimentais.

Em suma, o contextualismo desenvolvimental tem como seu principal pressuposto a impossibilidade de identificação de características universalistas e a sua transferência, de uma ou mais características para outros grupos. Desta forma, não é possível *a priori* prever e generalizar a ocorrência de trajectórias específicas de desenvolvimento. Neste sentido, a investigação deverá deixar de focalizar-se na resolução de um problemas (*problem-oriented*) para passar a responder a questões de diversidade humana (*diversity-focused*). Ou seja, mais do que nos centrarmos num ponto específico de análise, o que pretendemos é analisar factores sociais mais amplos que são condicionados e condicionam o desenvolvimento da sexualidade feminina adolescente. Como refere Griffin (2004), “não existe nada «essencial» sobre a adolescência feminina (*girlhood*); é sempre produzida e negociada (...) particularmente em função de momentos históricos e políticos” (p. 29, tradução nossa). Mesmo o conceito outrora atribuído à adolescência pouco corresponde às exigências, situações e tarefas desenvolvimentais que actualmente lhe são atribuídas. Um recente movimento no sentido da reformulação de expectativas e conceito tem vindo a tomar forma encarando a adolescência como a relação interactiva entre um conjunto de alterações primárias que ocorrem mediadas por contextos

sociais que lhe conferem significado e permitem mudanças de carácter secundário no indivíduo que se desenvolve.

Podemos então verificar que existe alguma proximidade entre a abordagem contextualista e os modelos sociais. Dentro destes últimos é de destacar a contribuição teórica de Kurt Lewin (1931 as cited in Muuss, 1996), que considerava como fundamental a pertença ao grupo. Para este autor, o adolescente passa por um “estado de movimento através de um ambiente social e psicológico desestruturado” (Muuss, 1996, p. 133, tradução nossa), onde reina a incerteza. Esta incerteza seria devido à importância da auto-imagem dos indivíduos, remetendo para o corpo do(a) adolescente. As constantes alterações na estrutura corporal, nas experiências e sensações, apresentam-se como um fenómeno ansiogénico para o indivíduo que considera não ter recursos para lidar com constantes e rápidas alterações. A partilha com o grupo de pares e a verificação de fenómenos que lhes são comuns ajudará, através da recíproca partilha de experiências, a compreender e responder melhor aos desafios maturacionais com que se deparam.

Acentuando também a componente social surgiu a teoria interpessoal do desenvolvimento adolescente de Harry Sullivan (1950). Este modelo tem como base a interacção entre o desenvolvimento da personalidade e o meio cultural (Muuss, 1996). Indo ao encontro das já exploradas perspectivas da antropologia cultural, e concordando com Margaret Mead, Sullivan acreditava que a identidade se desenvolvia através do contacto reflexivo com outros significativos, afirmando mesmo que um indivíduo poderia ter tantas personalidades quantas as suas relações interpessoais. Assim, considerava que o desenvolvimento se efectuava de modo progressivo ao longo de três etapas: a pré-adolescência, a adolescência inicial (*early adolescence*) e adolescência tardia (*late adolescence*). Contrastando com os autores da sua época, Sullivan desenvolveu a sua teoria tendo como base o conteúdo social da experiência humana. Esta ênfase nas interacções sociais foram mais tarde corroboradas por teóricos como Bronfenbrenner (1977), Kandel (1986), e Youniss (1975) que destacaram a importância do grupo de pares na evolução psicossocial saudável. Esta mesma centralidade das relações interpessoais iria posteriormente dar lugar a formulações mais complexas no âmbito da psicologia social.

Também centrada nas questões sociais encontramos a muito conhecida teoria sócio-cognitiva da aprendizagem proposta por Albert Bandura (1977). A sua teoria tinha como pilar fundamental a reciprocidade entre três factores que considerava fundamentais: o indivíduo, o

comportamento e o ambiente. Para Bandura, estes elementos eram fundamentais no estabelecimento das condições necessárias para a aprendizagem. No seu ponto de vista, a aprendizagem, directa ou vicariante<sup>3</sup>, inclui processos atencionais e de retenção que facilitam a reprodução comportamental. Para o autor, todas as aprendizagens poderiam resultar de uma experiência directa ou da observação vicariante do comportamento de outrem. Adicionalmente, no seu ponto de vista, as pessoas não são nem orientadas por forças internas nem por estímulos ambientais. Pelo contrário, “o funcionamento psicológico é explicável por uma contínua e recíproca interacção da pessoa com determinantes ambientais” (Bandura, 1977, p. 11, tradução nossa). Neste sentido, e segundo o autor, esta aprendizagem através de experiências, ligada a situações, circunstâncias e comportamentos, atitudes e valores ocorre desde o início da vida. A própria capacidade de aprendizagem pela observação possibilita uma aquisição mais vasta de conhecimentos, integrando padrões de comportamento (Bandura, 1977). Como argumenta, os complexos padrões comportamentais não emergem enquanto padrões, mas são construídos através da interacção e integração de diferentes actividades; “por esta razão, é mais importante analisar os determinantes dos processos comportamentais mais do que caracterizar os comportamentos como aprendidos ou inatos, ou mesmo determinar o peso desses diversos factores” (Bandura, 1977, p. 17, tradução nossa). Estas aprendizagens tendem a constituir-se como linhas orientadoras para padrões comportamentais. As associações que vão sendo estabelecidas vão sendo reforçadas e adquiridas conduzindo à formação de padrões comportamentais que preparam os indivíduos para a resolução de problemas, característica inerente às exigências e expectativas da adolescência e, posteriormente, da idade adulta. No entanto, Bandura não considerava que a adolescência fosse inevitavelmente uma idade turbulenta. Pelo contrário, considerava que as dificuldades que se apresentavam ao longo da adolescência não caracterizavam um período desenvolvimental mas eram consequência de exigências do contexto em que ocorrem. Bandura considerava que os indivíduos não são meros receptáculos passivos de experiências, mas sim participantes activos que procuram tornar significativas as experiências com que se deparam. Na teoria da aprendizagem social o reforço da acção é considerado mais como um facilitador de aprendizagem do que uma condição necessária; no entanto, este mantém um papel determinante na sequência de acção e aprendizagem. Dado que a maioria das aprendizagens sociais ocorrem pela análise de comportamentos realizados por outros, o recurso a meios indirectos de informação é bastante

---

<sup>3</sup> Conjunto de pensamentos, sentimentos e comportamentos influenciados por observação de modelos sociais, como, por exemplo pais, professores, amigos, heróis de TV ou música. (Rafael, 2005).

relevante. Por exemplo, “os *mass media* desempenham um influente papel na modelação de comportamentos e atitudes sociais” (Bandura, 1977, p. 39, tradução nossa). Quanto mais as representações das pessoas derivarem do seu contacto com os conteúdos simbólicos dos *media* maior será o seu impacto social. Apesar de Bandura considerar que os indivíduos são detentores de mecanismos de controlo sobre o seu próprio comportamento, a deseabilidade social e a pressão para o conformismo tenderá a suplantar estes mecanismos, apresentando ou mascarando o verdadeiro valor real do carácter simbólico difundido.

Outro desafio que, paralelamente, a adolescente terá de realizar são ajustes psicológicos decorrentes das transformações biológicas universais de que é alvo. Focando-se essencialmente numa perspectiva psicológica e no indivíduo, é amplamente reconhecido o contributo de Jean Piaget (1929) para a sistematização das alterações cognitivas que a/o adolescente está sujeito. Para o autor, o indivíduo tem um papel activo no seu desenvolvimento e na construção de conhecimento. Para Piaget, o desenvolvimento pessoal do indivíduo realiza-se em função da sua relação com o meio envolvente, ao qual se deve adaptar. Para além desta adaptação crescente existe ainda um aumento na organização das estruturas do pensamento permitindo assim o recurso pleno aos mecanismos de adaptação: assimilação<sup>4</sup>, acomodação<sup>5</sup> e equilíbrio<sup>6</sup>. Também Piaget considerava que era possível identificar fases que caracterizavam o desenvolvimento do indivíduo, tendo formulado quatro estádios: Estádio Sensório-Motor (dos 0 aos 2 anos de idade), Estádio Pré-Operatório (dos 2 aos 7 anos de idade), Estádio das Operações Concretas (dos 7 aos 11/12 anos de idade), e o Estádio das Operações Formais (dos 12 aos 16 anos de idade, sensivelmente).

Nesta abordagem é possível localizar a/o adolescente como experienciando o último estádio de desenvolvimento, ou seja, o das Operações Formais. Destaca-se neste estádio a passagem de um pensamento baseado em operações concretas para as operações formais, a capacidade de realizar pensamentos abstractos e raciocínios hipotético-dedutivos, bem como a capacidade de reflectir sobre o seu próprio pensamento mas também sobre os dos outros. Como referem Inhelder e Piaget (1958/1999), a mais importante faceta do pensamento formal consiste em deixar de lidar directamente com objectos para lidar com elementos verbais. Estas características encontram-se intimamente ligadas com a capacidade de resolução de problemas

---

<sup>4</sup> Consiste na aplicação de um esquema (padrão de pensamento ou acção) já existente a novas situações do meio, de modo a integrar elementos exteriores.

<sup>5</sup> Ocorre através da aquisição de um esquema novo ou transformação de um já existente.

<sup>6</sup> Diz respeito ao processo de auto-regulação entre os processos de assimilação e acomodação que permite a adaptação do indivíduo ao meio, permitindo uma progressão no sentido de uma sensação cada vez mais complexa. Articula assim um estado de compreensão activa entre as novas aquisições e as anteriores.

e processos de tomada de decisão conscientes e, posteriormente, com a capacidade para realizar julgamentos morais. Estas características apresentam-se assim como fundamentais para os vários desafios da adolescência e vida adulta, nomeadamente devido à progressiva complexidade que irá conferindo maior lógica e flexibilidade ao pensamento.

Como é possível verificar, uma das capacidades que as e os adolescentes são capazes de realizar quando atingem o estágio desenvolvimental das operações formais (o mais elevado dos enunciados por Piaget) é a realização de julgamentos morais. Esta capacidade foi amplamente estudada por Lawrence Kohlberg (1958) na sua abordagem cognitivo-desenvolvimental da moralidade do adolescente. Para ele, o desenvolvimento cognitivo do indivíduo realiza-se do Nível Pré-Convencional, passando pelo Convencional e terminando num Nível Pós-Convencional; esta articulação encontrava-se ainda dividida em dois sub-estádios de desenvolvimento sócio – moral (para maior detalhe ver, e.g., Sprinthall & Collins, 2008).

Apesar das notáveis conclusões, é imperativo destacar Carol Gilligan (1982) que se empenhou em colmatar as falhas ao nível da diferenciação sexual e de género apresentadas nas conclusões de Kohlberg, que avaliou apenas rapazes. A autora verificou que os estádios propostos por Lawrence Kohlberg favoreciam o desempenho dos homens em provas de avaliação de raciocínio moral e não representavam minimamente o modo como o raciocínio moral ocorre e se desenvolve nas mulheres (Woolfolk, 2000). Assim, Carol Gilligan (1982) expandiu a teoria inicial de Kohlberg e aplicou-a a novos domínios da vida social. A investigadora feminista trabalhou o pensamento moral através da formulação de quadros em que constavam dilemas sexuais, nomeadamente sobre o aborto. Neste sentido, Gilligan propõe uma sequência diferente de desenvolvimento, centrando-se mais numa “ética do cuidado”. No seu ponto de vista, possuímos um raciocínio moral baseado no compromisso com o próprio indivíduo e relacionamentos específicos, evoluindo posteriormente para um nível de baseado nos princípios da responsabilidade e de cuidados com os outros. Para a autora, o mistério que envolvia o desenvolvimento das mulheres, a que Freud (1926) tinha chamado “*dark continent of psychology*” (p. 212), residia no reconhecimento da importância da dimensão da vinculação no ciclo de vida. Ou seja, a vinculação e a separação constituem âncoras no desenvolvimento. Estes conceitos, vinculação e separação, que surgem na infância, voltarão a ser determinantes na adolescência enquanto identidade e intimidade e, posteriormente, na vida adulta como amor e trabalho (Gilligan, 1982). É neste sentido que a Carol Gilligan fala numa “ética de cuidado”. Comprovado o facto de as mulheres perceberem e construírem o seu mundo social

diferentemente dos homens ao se centrarem na vinculação e na separação, é esperado que as suas reacções perante marcos desenvolvimentais sejam também distintas. Assim, uma vez que o sentido de integridade das mulheres está ligado a uma “ética de cuidado”, as mulheres para se reconhecerem enquanto tal recorrem às suas relações e elos de ligação. No mesmo sentido, as grandes alterações desenvolvimentais nas mulheres envolvem alterações nas relações de cuidado. Nesta fase desenvolvimental as raparigas parecem confundir a constituição da sua identidade com a intimidade que estabelecem nas suas relações com os outros.

No seguimento da exploração do desenvolvimento moral, Robert Selman (1971) apresentou a sua proposta de cinco estados de tomada de perspectiva, olhando em profundidade e de um ponto de vista social para o desenvolvimento. Os estádios que enunciou são: Tomada de Perspectiva Indiferenciada (3 aos 6 anos de idade), Tomada de Perspectiva Sócio – Informacional (dos 5 aos 9 anos), Tomada de Perspectiva Auto-Reflexiva (dos 7 aos 12 anos de idade), Tomada de Perspectiva de Terceiros (dos 10 aos 15 anos) e a Tomada de Perspectiva Social (dos 14 à idade adulta). Segundo o autor, as/os adolescentes que completam positivamente tarefas desenvolvimentais propostas estarão mais sensibilizados para a relatividade dos seus pontos de vista e dos do seu grupo social. Os factos sociais são então compreendidos como passíveis de serem interpretados de forma diferente por cada indivíduo de acordo com o seu próprio sistema de análise (Muuss, 1996). Nos seus estudos, Selman verificou que quando comparando o desempenho de rapazes e raparigas quanto à sensibilização para relações e negociações interpessoais, as últimas têm um melhor desempenho mesmo quando variáveis como idade e quociente de inteligência eram controladas (para maior detalhe ver, e. g., Selman, Benrdslee, Schultz, Krupa, & Podorefsky, 1986).

Como sabemos, um dos principais indicadores da entrada na adolescência são as várias transformações que ocorrem, sendo que, dada a sua maior visibilidade, se atribui maior importância às características físicas. Contudo, as transformações conducentes à adolescência, ou o acto de adolecer, têm início antes das alterações físicas serem visíveis, nomeadamente através de alterações cognitivas e maturacionais que criam condições favoráveis ao processo desenvolvimental em função das características específicas do indivíduo em crescimento. Neste sentido, ser rapariga adolescente corresponde a uma experiência singular de desenvolvimento que integra várias dimensões pessoais, e que não é inócua às questões da diversidade sociocultural, sendo amplamente condicionada pelo contexto em que se desenvolve. As raparigas, e as mulheres em geral, são convidadas a construir-se de forma particular articulando

a sua agência no sentido de se constituir enquanto sujeito que dê sentido às fantasias masculinas de se ser mulher (Gill, 2007). No mesmo sentido, Thornham (2007) afirma que todas as representações e imagens de mulher são contaminadas por uma acção masculinista sobre o que é a verdade do feminino, sendo que esta influência não se verifica apenas em aspectos negativos mas também em visões mais positivas.

Da mesma forma, também as teorias do desenvolvimento contribuíram para a construção, ao longo do tempo, de uma determinada imagem de ser mulher e rapariga. Na perspectiva de Freud (1931 as cited in Sprinthall & Collins, 2008), as raparigas e mulheres possuem necessariamente um sentido de si enfraquecido, resultante dos vários conflitos internos. Este autor considerava a adolescência como uma fase desenvolvimental caracterizada por um período de *“Sturm und drang”*, ou seja, uma fase tempestiva e *stressante* para os indivíduos e para quem os rodeia. Segundo Freud, o desenvolvimento humano ocorre pela articulação sucessiva de cinco estádios de desenvolvimento psicosexual: Estádio Oral (primeiro ano de vida), Estádio Anal (entre 1 e 3 anos de idade), Estádio Fálico (dos 3 aos 5 anos de idade), Período de Latência (dos 6 aos 12 anos de idade) e Estádio Genital (mais de 12 anos). Este último, poderá ser entendido como tendo início com a puberdade, e por esse facto correspondente à fase da adolescência.

Freud identificava a adolescência como uma rápida e substancial alteração das pulsões sexuais (que ressurgem após o período de moratória ou latência sexual) que exigem gratificação (Muuss, 1996). Segundo o autor, durante o estádio genital o adolescente retoma o complexo de Édipo resolvendo-o pela canalização da sua libido para outrem, no sentido do estabelecimento de um relacionamento sexual adulto. Neste estádio não se destaca nenhuma zona erógena em particular, pois Freud acreditava que o desenvolvimento corresponderia à integração de todas as zonas erógenas como pontos de prazer para o indivíduo. Para uma resolução adaptativa do conflito que é inerente a cada um dos estádios identificados, o indivíduo deverá articular as três instâncias do aparelho psíquico: *Id* (ligado ao princípio do prazer), *Ego* (ligado ao princípio da realidade) e *Super-Ego* (entidade de consciência social do indivíduo). Assim, o papel da socialização na infância e na adolescência consiste apenas em canalizar as pulsões e suas gratificações para comportamentos e atitudes socialmente aceitáveis. De facto, para Freud, a negociação das raparigas através deste labirinto psico-social é dificultada pela alteração não apenas na orientação do seu desejo (da Mãe para o Pai), como também da centração da sua sexualidade do corpo da Mãe/feminino para o do Pai/masculino (Beasley, 2005). Na sua

perspectiva “em vez de ter um pênis é-lhes requerido que tentem adquirir um através do desejo homossexual e do coito” (Beasley, 2005, p. 54, tradução nossa). Neste sentido, a constatação da ausência de um pênis corresponde sempre à compreensão da superioridade masculina sobre as mulheres e o feminino, dado que só podem aspirar alcançar o que os homens se dispuserem a permitir ou lhes derem (Beasley, 2005), havendo necessariamente uma prescrição da dominação pela disseminação desta perspectiva falocêntrica.

Por outro lado, de acordo com Erikson (1950), a construção pessoal dos indivíduos não passa pela sua sexualidade, mas pela aquisição de uma identidade pessoal – elemento central ao desenvolvimento e resolução favorável da crise da adolescência. Este é, de facto, um conceito chave a ter em conta na adolescência, mas não de forma estática, predeterminada ou constituída de elementos acontextuais.

Erik Erikson (1950) apresentou a primeira teoria desenvolvimental que verdadeiramente acompanha o ciclo vital do indivíduo, por estádios sequenciais, destacando com maior ênfase a contribuição do contexto para o desenvolvimento. Cada estágio corresponde, então, a uma tarefa desenvolvimental que deverá resolver através da superação de um determinado conflito. O conceito de conflito, ou crise, introduzido pela teoria é resignificado, apresentando-se como uma possibilidade de desenvolvimento pessoal. Estes conflitos resultam sobretudo da interação entre as necessidades psicológicas do indivíduo e as pressões sociais a que está exposto. Erikson identificou oito estádios ou idades: 1ª idade (primeiro ano de vida) – confiança básica *vs* desconfiança, 2ª idade (1 a 3 anos de idade) – autonomia *vs* vergonha e dúvida, 3ª idade (3 a 5 anos de idade) – iniciativa *vs* culpa, 4ª idade (6 a 12 anos de idade) – indústria ou realização *vs* inferioridade, 5ª idade (12 a 18 anos de idade) – identidade *vs* difusão da identidade, 6ª idade (18 a 30 anos de idade) – intimidade *vs* isolamento, 7ª idade (30 a 65 anos de idade) – generatividade *vs* estagnação, e 8ª idade (mais de 65 anos de idade) – integridade *vs* desespero.

Assim, durante o período da adolescência, esta formulação destaca a importância da formação da identidade pessoal (*ego-identity*), apresentando-a como principal conceito a adquirir evitando a confusão ou difusão da mesma. Segundo Erikson, e apesar de possíveis diferenças culturais, ultrapassar com sucesso a principal ‘tarefa’ desenvolvimental desta idade passa pela resolução interna de elementos não determinados culturalmente, como o estabelecimento do sentido de identidade, que permitem a transição da infância para a idade adulta. Como principal fonte de suporte para esta transição, Erikson identifica o grupo de pares enquanto fonte de aconselhamento, conforto e companheirismo. Defende assim que o apoio social de outras/os

adolescentes potenciam a aquisição de uma imagem pessoal, baseada na percepção da reacção aos seus comportamentos e atitudes, e uma avaliação pessoal mais realista. Neste sentido, a identidade remete para a necessidade de constante reciprocidade psicossocial (Muuss, 1996; Sprinthall & Collins, 2008). Segundo o autor, esta importância do grupo de pares é especialmente importante durante as alterações da imagem corporal, a maturação genital e o desejo de intimidade com o sexo oposto, enquanto possuindo valências simultaneamente positivas e negativas (Muuss, 1996). Um desenvolvimento positivo da crise identitária depende da capacidade da/o adolescente estabelecer continuidade – sobretudo ao nível dos valores e sexualidade – entre os acontecimentos da infância, os presentes e os futuros enquanto adulta/o. Apesar de Erikson ter identificado diferenças entre o desenvolvimento de rapazes e raparigas, o seu ciclo de estágios de desenvolvimento permaneceu inalterado. Erikson (1968 as cited in Gilligan, 1982) reconheceu que há nas raparigas uma ligação entre identidade e intimidade, uma vez que lhes é pedido que se preparem para atrair o homem com o qual casarão, que lhes dará nome e *status* social. Segundo esta perspectiva, a mulher constituir-se-ia pela nomeação face às relações que mantém com outros significativos. Nomeadamente, esta relação estabelecer-se-ia face ao homem que “preencherá o vazio e a solidão do seu interior” (Gilligan, 1982, p. 12, tradução nossa). Por contraponto, para os homens a identidade precede a intimidade.

“A identidade sobrepõe-se pela subjectividade, tanto no que diz respeito ao sentido de si como ao local de cada um de nós no mundo, mas refere-se mais especificamente a grupos genéricos de pessoas e categorias sociais como género, classe social, nacionalidade, ‘raça’, etnicidade, sexualidade, região, religião, estado parental, entre outros. A subjectividade corresponderá então à configuração particular destes factores de identidade social e cultural num individuo” (Stacey, 1994; p. 65, tradução nossa).

Em resposta à teoria de Erikson surgiram alguns comentários quanto à possibilidade dos processos de desenvolvimento ocorrerem de forma distinta em função do sexo biológico e consequentes exigências de género. Assim, Archer e Waterman (1988) apresentaram dados que concluíam um desenvolvimento semelhante e geralmente simultâneo (ao nível etário) para ambos os sexos no que diz respeito a questões de domínios tradicionais como escolhas vocacionais, crenças religiosas, ideologias políticas, mas também quanto à formação da identidade e a correlação desta com a personalidade das e dos jovens. No entanto, referem alguns desencontros em áreas como a sexualidade. Segundo os autores, as raparigas

“enfrentam uma tarefa mais complexa do que os rapazes aquando da sua formação identitária. Não só estas se preocupam com o seu próprio sentido de si (*self*), como estão mais preocupadas, do que os rapazes, com o impacto do seu *self* nos outros que lhe são significativos” (Muuss, 1996, p. 73-74, tradução nossa). O próprio Archer (1993) explorou, posteriormente, os processos implicados na resolução das expectativas de género com que são confrontadas as raparigas. Concluindo, as raparigas usam com maior probabilidade esquemas complexos que têm em conta vários e importantes factores quando envolvidas em decisões do domínio da família e da sexualidade. O autor considera que estes contrastes poderão resultar de expectativas socioculturais.

Contudo, não podemos deixar de notar que as alternativas de construção pessoal são restritas ao considerado socialmente adequado, disponibilizando apenas um conjunto restrito de possibilidades. As restantes formulações são vistas como extraordinárias e portanto são sujeitas a um conjunto de julgamentos e estereótipos sociais que fazem a sua adopção mais restrita pelo facto de se afastarem da normatividade social. Estas concepções são sobretudo reforçadas, como veremos posteriormente, por instituições sociais como a família, a escola, os *media*, ou a religião. É neste sentido óbvia a constatação de um conjunto de características consideradas, de forma distinta e natural, comuns a todos os rapazes e a todas as raparigas – ou seja, inerentes à identidade de género correspondente ao sexo biológico à nascença. Características como comportamentos agressivos e de autonomia são atribuídas aos rapazes, enquanto as raparigas são “naturalmente” cuidadoras, emocionais e passivas (Archer, 1992 as cited in, Lytle, Bakke & Romig, 1997). No entanto, e segundo a nossa perspectiva epistemológica, os papéis sociais e a sua correspondência a identidades psicológicas não são biologicamente inerentes ao indivíduo. Como salienta Herek (1986), aspectos sociais como a ‘raça’, a classe social, o género ou a orientação sexual dos indivíduos resultam da análise, ao longo do tempo, de interações humanas; ou seja,

“ao chegar à adolescência, uma jovem mulher tradicionalmente socializada acreditará que, para além da matemática, os rapazes são bom no desporto e que as raparigas não o são e que ser bonita e popular e ter um namorado são coisas mais importantes que o desempenho académico (Romer, 1979, p. 50, 66-67). A rapariga vai acreditar que a definição de sucesso feminino é ser atractiva para os homens, possuir um *status* social desejável e casar o homem certo (Weitzman, 1979, p. 46)” (*apud* Pierce, 1993, p. 59-60, tradução nossa).

Apesar de alguns desfasamentos pessoais, a adolescência oferece e desafia os indivíduos ao crescimento, não só fisicamente mas também em competências mais sociais e cognitivas. No entanto, na sua maioria as e os adolescentes preocupam-se mais com a sua aparência física do que qualquer outro aspecto das suas vidas; destes, grande parte não está satisfeito com a sua imagem corporal (Tobin-Richards, Boxer, McKavrell & Petersen, 1983). No nosso entender, é importante desconstruir a ideia de que apenas as raparigas se preocupam com a sua aparência física. De facto, adolescentes de ambos os sexos se preocupam com o seu peso, aspecto e características faciais; no entanto, são as raparigas que tendem a reagir de forma emocionalmente mais negativa face ao seu aspecto porque a cultura reafirma, constantemente, a importância dos atributos físicos da mulher.

Assim sendo, falar de raparigas na adolescência é simultaneamente referir-nos às numerosas alterações físicas que ocorrem neste período de vida, nomeadamente por este ser efectivamente delimitado no tempo, tendo por base eventos físicos concretos – a pubescência e posteriormente a puberdade. Contudo, esta enumeração será importante não só para se compreender as alterações que decorrerão da entrada das raparigas na adolescência, mas permitirá, por exemplo, que posteriormente se compreenda melhor o condicionamento a que as jovens estão submetidas pelo simples facto de serem raparigas, entrelaçando-se assim, as questões de género com condicionantes do sexo biológico de pertença.

Apesar de, na generalidade, se considerar que a transformação fundamental da adolescência consiste na maturação sexual e na aquisição da capacidade de reprodução, pretendemos quebrar com estes limites e perspectivar o desenvolvimento adolescente no que diz respeito à sexualidade, em termos de bem-estar e satisfação pessoal das adolescentes. Esta tomada de posição parece-nos importante uma vez que a sexualidade feminina, no nosso entender, não se esgota com o atingir dos parâmetros anteriores, nomeadamente porque nem todas as raparigas perspectivam a sexualidade no quadro da heteronormatividade e da, compulsória, maternidade. Neste quadro o próprio desejo (das raparigas) é *não só incompatível mas estranho* perante as concepções sociais de feminilidade, afirmando-o como afastado do conjunto de sentimentos e comportamentos expectáveis das raparigas que se estão a *desenvolver de forma adequada* (Bartky, 1990).

Posto isto, a pubescência é de facto um importante acontecimento no desenvolvimento adolescente caracterizado por um surto de crescimento e de transformações físicas que conduzem à maturidade reprodutiva – a puberdade. Estas alterações físicas poderão já ser

visíveis, denotando a sua diferenciação do que o indivíduo foi na infância, ou poderão tornar-se progressivamente mais presentes com a puberdade. Entre estas transformações pubescentárias nas raparigas encontram-se o alargamento inicial dos seios, o aparecimento de pêlos púbicos lisos e pigmentados, e posteriormente retorcidos, a menarca e o aparecimento de pêlos axilares (Cordeiro, 2009; Moore & Rosenthal, 1995; Sprinthal & Collins, 2008; van Hasselt & Hersen, 1987). Trata-se de uma idade claramente caracterizada por um desenvolvimento mais intenso. No entanto, este processo não ocorre de forma tão linear como aparenta, podendo existir, por exemplo, um intervalo temporal não determinável entre o início da menstruação e o alcance da fertilidade completa.

Estes ajustes serão, em maior ou menor quantidade, influenciados pelo contexto em que a adolescente vive e experiencia o seu desenvolvimento, bem como as influências sociais de que é alvo (e.g. desde o apoio dos pais, à experiência dos pares, e mesmo até às “sugestões” dos *mass media*). Neste sentido, e apesar da universalidade do desenvolvimento físico e biológico que ocorre, as expectativas sociais que dele decorrem são altamente variáveis em função da cultura e meio social. Este fenómeno é especialmente evidente quando ocorre um desenvolvimento precoce. Contrariamente aos rapazes, a puberdade precoce nas raparigas motiva tendencialmente para uma pior auto-imagem corporal o que aumenta a probabilidade de desenvolverem uma perturbação de comportamento alimentar. O *distress* emocional que experienciam em função da sua diferenciação face aos pares, nomeadamente em índices corporais como o peso, poderá ainda levar à concomitância de humor deprimido ou mesmo à depressão clínica. Aliás, como afirma Susan Bordo (1988), também o que comemos e o que vestimos são agentes de cultura centralizados no corpo feminino:

“essa construção está sempre homogeneizando e normalizando, tentando suprimir as diferenças de raça, classe e outras, insistindo para que todas as mulheres aspirem a um ideal coercitivo, padronizado. Nessas desordens a construção da feminilidade está notavelmente escrita em termos perturbadoramente concretos, hiperbólicos: representações exageradas, extremamente literais, às vezes praticamente caricaturadas da mística feminina corrente. Os corpos das mulheres perturbadas apresentam-se como um texto agressivamente descritivo para quem o interpreta – um texto que insiste e exige mesmo ser lido como uma afirmação cultural, uma exposição sobre o género” (Bordo, 1988, p. 23, tradução nossa).

É neste contexto que se considera importante intervir de forma a (re)agir face a patologias sobretudo associadas à adolescência. Especialmente tendo em conta que, na sua maioria, as e

os adolescentes não experienciam problemas significativos e desenvolvem-se de forma positiva. As e os jovens considerados “em risco” são geralmente os que menos mecanismos de apoio possuem pelo que não conseguem relativizar as mensagens, por vezes contraditórias, que recebem. Destes, uma minoria são resilientes, pelo que se torna muito importante a intervenção precoce e preventiva sob estes comportamentos. Estas discrepâncias são, como veremos ao longo desta tese, mais penalizantes para as raparigas. É evidente que o conceito de género toca a biologia quando falamos de adolescência, uma vez que o processo e produto de transformação é claramente distinto ao nível físico para cada um dos sexos. Estas transformações sexuais desencadeiam reacções sociais e expectativas que condicionam não só a adolescência mas a vida do indivíduo. As/os adolescentes experienciam alterações na aparência física, mas sobretudo alteram-se os seus sentimentos, as expectativas dos outros, as pressões sociais e, potencialmente, a sua forma de pensar sobre si próprios e sobre o mundo que habitam.

Em suma, cabe ao indivíduo no seu processo de formação pessoal a exploração de valores e crenças pessoais, sendo que estes tomam especial importância quando se focalizam sobre a sexualidade e relações interpessoais na adolescência. Ser rapariga e feminina implica, portanto, um processo de identificação com um conjunto de características designadas desde o nascimento através de padrões simbólicos, como as cores das roupas, que demarcam continuamente a diferença dos sexos através de signos culturais. Como lembra Bordo (1988),

[Ser feminina, ser mulher,] “requer também a percepção das relações frequentemente contraditórias entre imagem e prática, entre retórica e realidade. (...) as representações populares podem utilizar convincentemente a retórica e o simbolismo, falando em alcançar poderes e liberdade pessoal, em “ter tudo”. Entretanto, os corpos femininos, em busca desses ideais, podem se encontrar tão desalentados e fisicamente enfermos quanto os corpos femininos do século XIX, que perseguiam um ideal feminino de dependência, domesticidade e delicadeza. O reconhecimento e a análise dessas contradições e de todas as outras convicções, deturpações e engodos através dos quais a cultura impõe a colaboração de nossos corpos para a reprodução do género exigem que voltemos o foco para a *praxis* feminina, recolocando-a no lugar central que ocupou anteriormente na política feminista” (p. 37, tradução nossa).

Ou seja, «ser mulher» ultrapassa a existência biológica e reafirma-se face à construção pessoal de uma identidade genderizada (Betterton, 1987).

Podemos, então, concluir que ao não considerar a experiência das mulheres no estabelecimento de teorias de desenvolvimento estas não representam um retrato viável do

desenvolvimento humano em geral. Este desvio na descrição é sobretudo identificável na invisibilização da experiência das raparigas adolescentes. Gilligan afirma mesmo que “o silêncio das mulheres na narrativa do desenvolvimento adulto distorce a concepção dos seus estágios e sequência” (1982, p. 156, tradução nossa).

Contudo, estas são apenas algumas das limitações que podemos verificar nas teorias de desenvolvimento. Partindo do nosso posicionamento enquanto psicólogas feministas não poderíamos deixar de referir alguns aspectos sobre os quais consideramos ser importante reflectir. Aliás, a posição de uma feminista não pode senão ser de crítica, de questionamento, de reflexão face a estruturas instituídas e instituições do patriarcado, mas também na crítica a construções sociais de feminilidade, das posições identitárias dominantes e da sua proposta de dominação das experiências das mulheres (Thornham, 2007). A resistência face a estas perspectivas centra-se sobretudo na crítica de paradigmas teóricos e da forte ênfase positivista que dominou a disciplina (Hare-Mustin & Marecek, 1990a; 1990b). Esta é sobretudo visível na separação entre psicologia de mulheres<sup>7</sup> e psicologia feminista<sup>8</sup>. Ser psicóloga feminista implica um claro focalizar na experiência assimétrica de poder a que as mulheres estão expostas, assumindo uma não neutralidade (Harding, 1994; Kitzinger, 1991) e preocupando-se sobretudo com o questionar e desafiar dos resultados de investigações que contribuíram para a construção social de género, uma vez que a sua conceptualização desigual condiciona as relações humanas não apenas entre homens e mulheres, mas também entre os homens e mulheres entre si.

Por conseguinte, procurando sistematizar algumas questões, no sentido de trazer mais rigor na avaliação e caracterização do desenvolvimento das raparigas e mulheres, consideramos fundamental olhar a algumas limitações que as teorias apresentam. Estas limitações advêm sobretudo de um enquadramento teórico restrito no pensamento moderno em que prepondera o androcentrismo e a rigidez conceptual caracterizada por um essencialismo de posições que dicotomiza noções de sujeito/não sujeito, bom/mau, normal/anormal, entre outras.

Em primeiro lugar, consideramos importante questionar o universalismo das formulações teóricas baseadas sobretudo num modelo correspondente a um indivíduo masculino, branco, classe média radicado sobretudo na sociedade norte-americana. Daqui

---

<sup>7</sup> A Psicologia de mulheres carrega em si uma visão essencialista, que olha as mulheres como grupo homogêneo e monolítico que possui uma herança comum, e que particulariza na mulher a responsabilidade pela resolução de problemas e mudança social, dando origem a processos de vitimização e culpa, alienando-as da construção social e colectiva que invariavelmente condicionam as suas práticas.

<sup>8</sup> A psicologia feminista, baseia-se no feminismo crítico, “inclusivo e integrador, e explora as múltiplas variações que concorrem para a condição de menoridade das mulheres (...), entende as mulheres e os homens como grupos heterogêneos, que em função dessa heterogeneidade têm acesso diferenciado ao poder e, sobretudo, defende que as estratégias para o combate da opressão e da exploração devem ser conjuntas, na medida em que não excluem os homens do processo de conquista de direitos iguais” (Neves, 2008, p.37)

decorre uma segunda ideia que nos parece questionável: a organização por estádios. Como destaca Erica Burman (1993) é impossível ler esta divisão por tarefas desenvolvimentais ou por idades sem notar que não estão a ser tidas em consideração, nomeadamente na ponderação da esperança de vida, condições como o contexto cultural ou a classe social. Esta divisão consiste apenas numa aplicação genealista de conceitos e critérios considerados mais frequentes ao longo do desenvolvimento sem que haja necessária e obrigatoriamente uma correspondência com a idade em que rapazes e raparigas as experienciam.

Outro aspecto que levanta algumas questões é a primazia dada ao domínio cognitivo em detrimento do lado emocional. Esta dicotomia vem reificar uma outra, que é frequentemente equiparada à dicotomia entre a biologia e o âmbito social. Este último é sobretudo apresentado como contingencial, aumentando o estigma social associado às mulheres que são com frequência identificadas como detentoras destas características. Este facto é sobretudo visível pelo destaque dado à, quase obrigatória, instituidade maternal das mulheres e a sua conseqüente secundarização face às necessidades de um bebé decorrente da retirada da figura paternal do exercício da parentalidade.

Da combinação destas duas limitações emerge uma terceira que surge de forma implícita a estas teorias. Referimo-nos à categorização social e rotulação dos indivíduos. Decorrente da identificação de estádios e da dicotomização social, a pressão para uma normalização comportamental e sua monitorização parece inevitável. Face a esta todos os indivíduos que se afastem destas formulações (enviesadas), encontram-se automaticamente no domínio do desvio comportamental, do disfuncional. Esta segregação serve apenas para reificar o estigma social e compartimentar os indivíduos em função de características descontextualizadas e que não são vistas à luz da situação sócio-histórica localizada em que os indivíduos se desenvolvem.

Esta tendência para a uniformização revê-se em vários autores. Mais concretamente: Piaget propôs esta universalização e uniformidade de desenvolvimento optando por descrever os indivíduos enquanto inseridos em grupos homogêneos em que a individualidade de cada um dos seus membros é subjugada às características mais comuns, independentemente dos seus contextos de vida. Para Freud a uniformização surgiu em torno da sexualidade. A centração excessiva neste domínio de vida colocou em segundo plano o estudo de outras condições e contextos que poderão ter influenciado a construção pessoal dos indivíduos. Esta proposta teórica de Freud organiza/segrega os indivíduos por identificação com as suas

funções/disfunções. No sentido de contornar esta visão, Bandura propõe um olhar sobre os ambientes e contextos de vida dos indivíduos, mas a sua tentativa não é bem sucedida pois a não especificidade destes ambientes e contextos homogeneiza práticas ao não especificar quais os aspectos que de facto condicionam o comportamento. Esta ausência de especificidade é também uma característica na teoria de Erikson, pois uniformiza as vivências em função de observações e generalizações abstractas que não são devidamente contextualizadas (Miller, 1993).

Em suma, destaca-se nas teorias desenvolvimentais uma tendência uniformizadora de experiências e práticas que não contempla a diversidade dos indivíduos observados, dos seus contextos, bem como das conjunturas de poder macro e micro-sociais que constroem assimetricamente a construção pessoal de cada um e reificam desigualdades que penalizam o feminino.

## **1.2. Estudos feministas sobre raparigas**

Em virtude da proliferação de pressupostos científicos que se desenvolviam tendo por base e referencial o masculino, operou-se lentamente a crítica a estes métodos, à sua suposta objectividade e neutralidade – tal como vimos a apresentar. Exigia-se uma sociedade que olhasse as mulheres, que as considerasse sujeitos, cidadãs. Na ciência, exigia-se que se tivesse em conta as experiências e vivências femininas. No fundo, reclamava-se um olhar para as mulheres e para o feminino como mais do que um desvio do desenvolvimento masculino, pretendia-se ainda olhar à diversidade desenvolvimental e um apropriar de critérios, uma validação enquanto sujeitos e não como mero oposto ou extensão do masculino.

Foi especialmente durante os anos 50, que a constituição histórica da oposição entre pessoalidade (ser-se sujeito) e feminilidade foi reconsiderada, tendo as mulheres sido, pela primeira vez, reconhecidas enquanto sujeitos nos discursos da modernidade (Gonick, 2006). Até então às mulheres era apenas possível figurar de forma subordinada, na alteridade, enquanto outro ou extensão de um homem que possuía racionalidade, agência e individualidade.

Em consequência do intenso debate dos feminismos de segunda vaga (Kaplan, 1992) proliferaram contributos nesta área, destacando-se a formulação do conceito de género. Este foi sendo introduzido e integrado, ao longo dos anos 70 do século passado, de forma sucessiva por

várias disciplinas: em 1972, na sexologia por John Money e Anke Ehrhardt e na sociologia por Ann Oakley, em 1979 por Rhoda Unger na psicologia social ou em 1988 por Joan Scott na história (Amâncio, 2003). De facto, estavam em curso alterações significativas nas ciências sociais que espelhavam o debate político da época. O conceito de género pretendia assim introduzir na agenda de investigação a importância de se olhar às diferenças entre sexos. Este destaque retirava a tónica do domínio da biologia, orientando a sua investigação para o domínio das condições sócio-históricas que condiziram à emergência e legitimação de divisões sociais baseadas no sexo (Amâncio, 2003). Ao mesmo tempo, a introdução deste conceito veio possibilitar uma tomada de posição e de acção face às desigualdades e invisibilização de que as mulheres eram alvo.

Apesar de nos dias de hoje “o conceito de género desliza[r] com dificuldade entre ser apenas uma palavra para sexo e um termo politicamente adoptado” (Oakley, 1997, p. 30, tradução nossa, *apud* Amâncio, 2003, p. 687), o conceito pretende destacar uma transformação psicológica do *self*, afastando-se da concepção de sexo como correspondendo a atributos anatómica e fisiologicamente determinados. Como sintetiza Anne Fausto-Sterling (2001), esta transformação psicológica do *self* corresponderia a uma “convicção interna que se é masculino ou feminino (identidade de género) e a expressão comportamental dessa convicção” (p. 3, tradução nossa). Contudo, este é apenas um dos significados do conceito de género. Este pode ainda identificar um princípio que sistematiza as relações entre homens e mulheres (perspectiva essencialista); traduzir um esquema estruturante ao nível social das relações de poder entre os sexos; bem como, identificar *performances* pessoais que posicionam homens e mulheres na rede social e que estimulam a constituição das suas subjectividades (Saavedra & Nogueira, 2006). Como afirma Donna Haraway (1998), as questões de género consistem numa relação humana e não num conceito ou categoria apriorística que qualifica os indivíduos ou mesmo algo que seja possuído por estes; trata-se de interacções entre múltiplas e diversas características de homens e mulheres, culturalmente inseridos e localizados.

Assim, decorrendo das vitórias e desenvolvimentos alcançados, considerou-se necessário ir além das diferenças entre os sexos dando mais atenção à diversidade intra-grupal, à diversidade existente entre as mulheres e entre os homens, tentando compreender a importância de factores sócio-históricos e contextuais no desenvolvimento pessoal e identidade de género. Surge, assim, a importância de se explorar a noção de sujeito, que adquiriu maior preponderância com o advento das teorias pós-modernas que questionavam a existência de um

agente autónomo e livre – moderno – e a sua articulação no seio de estruturas de poder mais amplas (Genz & Brabon, 2009). Coube ao feminismo encorajar o pós-modernismo a contestar a universalidade do “Homem” enquanto ferramenta discursiva de dominação, e a explorar e a produzir análises diferenciadas de sujeitos.

O pós-modernismo surgiu, então, nos anos 70 e caracteriza-se por uma distância crítica e ruptura epistemológica com o modernismo. A sua formulação é atribuída a Lyotard (1979) que o definia enquanto uma posição de incredibilidade face às grandes narrativas sociais, ou seja, que era inevitável uma revolução que resultaria numa benéfica mudança social e a constatação de que os ideais iluministas seriam possibilitados pelo avanço tecnológico (Buchanan, 2010). Nesta concepção, o conhecimento é formulado enquanto algo múltiplo, disperso e fragmentado que se efectiva num contexto e local específicos, ao contrário do que era defendido ao nível das grandes narrativas que regulavam o comportamento dos indivíduos de forma transversal e ahistórica. Michel Foucault (1969/2005) partilha destas premissas, tendo impulsionado com as suas reflexões o surgimento do feminismo pós-moderno. Este toma por base a resistência ao poder enquanto resistência à própria identidade (Beasley, 1999, 2005). A sua principal preocupação é com a desconstrução de categorias identitárias essencialistas que rigidificam as interações sociais em torno de dicotomias e binarismo radicadas em posições essencialistas. As feministas pós-modernas, como elenca Saavedra (2005), reconhecem-se nesta perspectiva partindo sobretudo de um constante questionar do distanciar neutro e objectivo da racionalidade moderna e da existência de uma verdade unânime e uniforme, deslocalizada, tentando efectivar modos de conhecimento não limitado por visões masculinas e adrocêntricas que mantêm redes de subjugação e apropriação da “verdade”. Problematizam sobretudo as questões de poder, pluralidade e diversidade implicando-se na crítica de visões essencialistas e dos binarismos de género. Como apresenta Sandra Harding (1986), o feminismo pós-moderno defende que a localização das experiências e saberes constitui uma alternativa aos critérios universalistas e essencialistas postulados por visões feministas mais empiricistas e de *standpoint*. A condição de sujeito passa então a ser considerada enquanto elemento fluido, contestado, múltiplo e desconstruído.

É o articular do interesse pela formulação de teorias que de facto espelhassem o desenvolvimento humano, mais do que descrever o desenvolvimento masculino e a formulação por oposição do feminino, que teóricas feministas concretizaram esta aproximação do

movimento à academia e a produção de conhecimento tendo por base o desenvolvimento, as vivências e experiências das mulheres.

Neste sentido, a introdução dos estudos sobre as raparigas (*Girls' studies*) veio permitir uma maior constância na caracterização e análise da adolescência feminina, nomeadamente pela sua forte componente e história transnacional e transdisciplinar. A sua integração resultou, como afirma Harris (2004), de uma ausência de reflexão quanto ao género dos indivíduos em estudos efectuados sobre jovens (*youth's studies*) e quanto à posição de indivíduos mais jovens por parte dos estudos sobre mulheres (*women's studies*). Esta área pretende então sistematizar e descrever um conjunto de fenómenos inerentes ao crescimento das raparigas, nomeadamente a relação entre a cultura popular e as identidades genderizadas, o papel das instituições sociais como a escola e os *media* na formulação das feminilidades, e as vozes e posicionamentos a que as mulheres recorrem para se exprimirem (Harris, 2004).

Neste âmbito, podemos destacar Allen (2003) que realizou a sua investigação junto de jovens entre os 17 e os 19 anos de idade na tentativa de compreender a forma como estas/estes se percebiam e construíam enquanto seres sexuais em relação aos discursos dominantes de (hetero)sexualidade. Concluiu que as/os jovens, de facto, recorrem com frequência a estes discursos dominantes (e tradicionais) para se expressarem sobre si próprios e sobre a sua sexualidade. Neste sentido, a autora concluiu que é necessário ter-se em conta que as subjectividades das/dos jovens são permeadas de nuances várias que devem ser tidas em conta quando se planeiam intervenções mais específicas e que estas nem sempre se conformam com as tradicionais noções (hetero)sexuais de passividade feminina e masculinidade activa (Allen, 2003).

No mesmo sentido, Jane Brown apresenta em 2007 uma reflexão sobre o seu trabalho no âmbito dos estudos com revistas para adolescentes. Para tal, realizou uma análise de *clusters* dos 1017 questionários recolhidos para estudos anteriores e que foram respondidos por raparigas entre os 14 e 16 anos de idade. A sua intenção era verificar se existia algum caminho coerente entre o uso de *media* e os comportamentos sexuais. Desta análise resultaram quatro *clusters* que denominou de: 1) virgens *valedictorians* (16%) – mais interessadas na escola e na família do que em sexo; usando menos *media* e identificando-se menos com os seus protagonistas; 2) curiosas conservadoras (29%) – interessadas em sexo mas com uma abordagem cautelosa e informada das relações de sexuais; 3) susceptíveis silenciosas (26%) – queriam um aumento da sua actividade sexual e pareciam dispostas a aproveitar qualquer

oportunidade para ter relações sexuais ponderando muito pouco as consequências; e, 4) sexualmente sofisticadas (29%) – relativamente bem informadas sobre sexo e sexualidade, confiantes nas suas relações sexuais e com maior probabilidade de serem iniciadas sexualmente (Brown, 2007). Estes padrões sugerem diferentes posicionamentos face aos *media* e o seu impacto no comportamento sexual. No entanto, foi possível compreender que existe uma interacção entre estas dimensões na promoção de comportamentos de risco ou saudáveis, que é importante explorar.

Ainda em 2007, Peter e Valkenburg apresentaram um estudo em que exploravam associações entre as noções de mulher como objecto sexual e a exposição, com diferentes graus de explicitação, a conteúdos de sexualidade em diferentes *media*. Um questionário online foi respondido por 745 jovens holandeses (48% rapazes, 52% raparigas) com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos de idade. Quanto aos conteúdos não explícitos ou semi-implícitos, as e os jovens foram questionados usando exemplos de revistas e televisão, quanto a conteúdos explícitos de sexualidade foram usados excertos de imagens *online*, revistas, vídeos ou DVDs ou de filmes *online*. Os resultados vieram confirmar as hipóteses iniciais, reforçando a noção que a exposição de adolescentes a conteúdos explícitos de sexo ou sexualidade aumentam a sua noção das mulheres enquanto objectos sexuais, sendo que esta tendência é maior em materiais audiovisuais do que visuais.

Para a clarificação e desenvolvimento dos estudos sobre as raparigas muito contribuiu também o trabalho de Deborah Tolman. Em 2002 publicou o livro *Dilemmas of Desire*, no qual localizou o desenvolvimento de adolescentes enquanto um complexo processo de negociação e cedências face às normas de feminilidade. Estas dependem da socialização das adolescentes e da sua resignação a um modelo de ser mulher com um espaço próprio e claramente delimitado dentro do sistema paternalista e patriarcal. Na sua opinião, as raparigas são constantemente confrontadas com “*duplicação da voz e da visão*”<sup>9</sup>, ou seja, “seguindo essas normas pré-estabelecidas, como não ser mal comportada, não se envolver em conflitos, corresponder às necessidades dos outros mesmo que às suas custas cria, com frequência, disparidade entre o que as raparigas devem pensar, sentir, ou saber e o que de facto elas experienciam e observam” (Tolman, 2002, p. 53-54, tradução nossa). Permanecer nesta visão discrepante e resistir à imposição da feminilidade é dar azo a punições sociais, psicológicas e mesmo físicas. A autora prossegue, afirmando mesmo que a matriz de comportamento para as relações de género no

---

<sup>9</sup> O termo “*duplicação da voz e da visão*” (*doubling of voice and vision*), foi originalmente introduzido por Carol Gilligan (1990, p. 506).

seio da instituição da heterossexualidade é a narrativa do romance. Esta é permeada por passividade feminina e agressividade e dominação masculina, apresentando claramente o que é considerado comportamento adequado em função do seu próprio sexo biológico e na relação com os outros do sexo oposto. Este *script* ou guião comportamental (que abordaremos teoricamente no capítulo seguinte) torna-se determinante não apenas nas interações sociais mas também nas expectativas que se formulam sobre e nessas interações, nomeadamente quanto à sexualidade. Este *script* é socialmente difundido pelo que permite definir fronteiras num *continuum* comportamental separando raparigas “boas” e “más” pela ausência ou presença de características como o desejo sexual.

A heterossexualidade poderá ser então considerada como o elemento mais fortemente enraizado no desenvolvimento adolescente, tendo como especial enfoque a normalização dos sujeitos com base em princípios que são independentes da questão sexual. Esta normalização prende-se com a manutenção de instituições como a família, a reprodução e a maternidade. Por contraponto, a homofobia será o que mais abertamente é invisibilizado e combatido, apresentando-se marcado pelo regime do pecado e do “não natural” uma vez que mais do que inviabilizar, contesta as instituições mencionadas: família, reprodução e maternidade. Segundo Adrienne Rich (1983), estamos mesmo perante uma heterossexualidade compulsória que tem por objectivo controlar a feminilidade na sociedade patriarcal. Para isso recorre a fenómenos discretos que constituem uma sistemática desumanização e opressão da mulher através da sexualidade e que se concretizam na objectificação da mulher, na aceitação da sexualidade masculina enquanto necessidade fisiológica, na idealização do romance heterossexual, nas questões de género e na construção social da feminilidade e da masculinidade, na negação do prazer e agência feminina, na violência sexual, ou na invisibilização da comunidade homossexual. A sua teoria clarifica ainda de que forma a heterossexualidade, enquanto instituição, é sustentada ao longo do tempo, expondo mecanismos repressores como constantes ameaças de violência e repercussões negativas. Como ironiza Tolman (2002), apesar da homossexualidade ainda ser reprimida socialmente em favor da heterossexualidade, é justamente contra a sexualidade masculina que as mulheres são securizadas dada a presunção de maior vulnerabilidade, ou seja, apesar de se fomentar o desejo e a procura de um parceiro masculino continua-se a, paralelamente, preparar as mulheres para reagirem face aos seus ataques sexuais, violências e assédios.

Ora, de facto, o sexismo, ou seja, a discriminação de um indivíduo em função do sexo biológico, discorre da reflexão anterior. A própria tese que apresentamos, é uma tentativa de desconstruir essa divisão essencialista. Consideramos, portanto, que a categorização sexual não espelha a realidade social e a própria noção de rapariga/mulher enquanto identidade fixa e transversal deverá ser reformulada conceptualizando as mulheres enquanto um grupo em constante dinâmica e interacção de significados (Stacey, 1994). Neste sentido, é importante assumirmos a fluidez das categorias socialmente construídas bem como o seu significado ao longo do tempo, espaço e contexto, questionando a noção de identidades colectivas. bell hooks<sup>10</sup> (1981) introduziu este debate – feminismo negro – ao publicar o seu livro *Ain't I a woman: Black Women and Feminism*, uma vez que os debates feministas, até então, centralizavam o sujeito colectivo mulher em torno dos interesses das mulheres brancas e burguesas.

Conclui-se, então, que os estudos sobre raparigas consideram o grupo “raparigas” enquanto um grupo social em constante construção e desconstrução, composto por uma população iminentemente diversa e dinâmica. Nomeadamente, destacam que é necessário ter em conta que esta população adolescente é caracterizada por diferentes características pessoais.

É ainda importante notar que durante esta tese nos referiremos a raparigas adolescentes tendo sempre em mente o referencial Ocidental desta população (mais próxima das habitantes portuguesas) que é caracterizado sobretudo por raparigas Euro-Americanas, brancas, genericamente consideradas heterossexuais. A condição de diversidade é um ponto importante dos estudos sobre as raparigas, pois focaliza-se nos sujeitos que normalmente são ocultados. Pois se na generalidade dos estudos sobre adolescentes e jovens as raparigas e mulheres permanecem relativamente invisíveis, existem algumas raparigas e jovens mulheres que são mais invisíveis – porque não são brancas ou porque não moram em contextos do chamado primeiro mundo. No entanto, esta necessidade não está contemplada na generalidade de representações contemporâneas da adolescência das raparigas mantendo-se, assim, a marginalização ou invisibilização destes grupos sociais e formulações enquanto raparigas. Afigura-se assim, que a visão contemporânea de se ser rapariga é um projecto impossível, envolto em contradições, em permanente insatisfação, desejo e representações idealizadas de si próprias, mas ao mesmo tempo invisível (Harris, 2004).

---

<sup>10</sup> bell hooks é o pseudónimo de Gloria Jean Watkins (1952- ). Por opção da autora o grafismo do seu pseudónimo é exclusivamente efectuado em letras minúsculas, pretendendo ir contra as convenções da linguística, enfatizando a sua condição de dupla subjugação, enquanto mulher e negra.

O nosso objectivo é, neste sentido, chamar à atenção para a vivência das raparigas adolescentes enquanto grupo heterogéneo de indivíduos sujeito a uma homogeneização cultural penalizante reificada pela sociedade patriarcal.



## Capítulo 2

### A sexualidade na adolescência

Apesar de já se ter exposto no capítulo anterior, uma vez que parte da história da sexualidade coincidente com a do conceito de adolescência, consideramos importante clarificar o conceito de sexualidade. Assim, entendemos a sexualidade num âmbito mais abrangente, englobando emoções, comportamentos e atitudes associados não só à maturação reprodutiva, mas sobretudo aos padrões sociais e pessoais característicos de relações de intimidade ao longo do ciclo de vida. Como refere Tolman (2002), “sexualidade é emoções, intersubjectividade e sentir-se perto de uma outra pessoa, mas também é sentir-se viva/o no seu corpo” (p. 205, tradução nossa). Ou seja, a sexualidade “não se circunscreve às situações românticas ou amorosas. A conjugação amor/sexo não é uma necessidade biológica, nem um imperativo social, mas apenas uma das possíveis soluções histórico-culturais para o problema da articulação entre reprodução biológica e vinculação social.” (Alferes, 2002, p. 19).

Do mesmo modo que a própria adolescência, também a sexualidade se encontra mediada por factores de ordem biológica e cultural, desenvolvendo-se sob constrangimentos impostos por papéis e expectativas sociais. Como referem Brown Travis e White (2000), a sexualidade não é um atributo que a pessoa possui, mas resulta das interações dos indivíduos, sendo por isso repletas por relações de poder e dominação. De facto, no que respeita à sexualidade feminina esta tem sido nos últimos anos motivo de investimento por se considerar que era algo perigoso, ou mesmo patológico, devendo portanto ser prevenido e activamente controlado (Welsh, Rostosky & Kawaguchi, 2000). Efectivamente, como argumenta Tolman

(2002), temos vindo a assistir a uma progressiva “des-sexualização” das raparigas<sup>11</sup> ao substituir o seu desejo sexual por relações de intimidade e a sua ligação emocional pelos sentimentos sexuais dos seus corpos. Dos seus estudos com raparigas adolescentes Sharon Lamb (2001) concluiu que, actualmente, as raparigas adolescentes iniciam a sua sexualidade mais cedo e reflectem sobre ela com maior à vontade. No entanto, estes comportamentos não significam maior empoderamento por parte das raparigas, uma vez que estas não se afastam da conceptualização da “boa menina”. Aliás, estas jovens afirmam mesmo que se pudessem viveriam a sua adolescência de novo e de forma diferente – ou seja, não se sentem detentoras de maior poder.

Este carácter multi-facetado acresce à sua complexidade, pois enquanto fenómeno multi-determinado torna-se difícil concretizar em que proporção contribui para as transformações pubertárias, as expectativas sociais e culturais, ou mesmo os padrões de comportamento anteriormente adquiridos (Sprinthall & Collins, 2008). As crenças das e dos jovens condicionam a tomada de decisão, nomeadamente a ponderação e negociação, face aos seu comportamento sexual (Vieira, 2005). Esta tomada de decisão é uma tarefa inerente à adolescência, pelo que no seu decurso irão inevitavelmente optar entre ter ou não relações sexuais, e caso o façam entre usar ou não um método contraceptivo (Kirby, Lepore & Ryan, 2005).

Neste sentido, e no caso das raparigas, adoptar um *script* sexual mais passivo implicará uma posição menos assertiva e menos incisiva face ao seu bem-estar físico. Assim, optarão, mais frequentemente, por ceder à não utilização de contraceptivos, descurando a sua protecção contra doenças e infecções sexualmente transmissíveis e a própria gravidez indesejada. Estas decisões são ainda reforçadas pelo sentimento de invulnerabilidade, típico na adolescência (Hockaday, Jasper Crase, Shelley & Stockdale 2000). Ao se conceber como igual e confundir sexualidade com comportamento sexual, limita-se as e os adolescentes na sua concepção mais ou menos romântica da sexualidade e deles próprios como seres sexuais (Tolman, 2002). Esta concepção errónea delimita a concepção social de sexualidade, deixando de fora, como se se tratasse de algo distinto e não compatível, as emoções que rapazes e raparigas possuem e que sustentam relacionamentos e comportamentos sexuais. Neste sentido concordamos com Ramos, Carvalho e Leal (2005) quando afirmam que as diferenças entre os géneros não

---

<sup>11</sup> Esta “des-sexualização” identificada por Tolman (2002) não tem como objectivo contrapor-se a uma tendência observada de sexualização das mesmas. A autora pretende exemplificar a retirada do “direito” a uma sexualidade pessoal e saudável, liberta de pressões sociais e padrões assimétricos onde as raparigas possam expressar os seus sentimentos e desejos sexuais. Por contraponto, a tendência de sexualização das raparigas que abordaremos posteriormente refere-se a uma sexualização da sua imagem e comportamentos, mas não implica domínio sobre si e sobre o seu corpo. Trata-se de uma sexualização dos seus contextos de vida e não o reclamar da sua sexualidade.

resultam de distintos padrões genéticos em função do sexo, pelo contrário, são o resultado da aprendizagem dos indivíduos numa situação histórico-cultural concreta.

Neste capítulo abordaremos, então, questões da sexualidade na adolescência sistematizando os principais contributos teóricos e a sua transposição para o comportamento sexual das e dos jovens. Neste âmbito referir-nos-emos à vivência da sexualidade na adolescência terminando com a sistematização dos principais aspectos da educação para a sexualidade.

## **2.1. A construção social da sexualidade – as teorias**

Devido à sua relevância para o desenvolvimento individual, a sexualidade tem sido amplamente estudada. Destacam-se, na nossa perspectiva, duas grandes teorias: a teoria sociológica da sexualidade (Reiss, 1960, 1964) - sobretudo através do conceito de duplo padrão da sexualidade - e a teoria dos *scripts* sexuais (Gagnon, 1977; Simon & Gagnon, 1973).

Com a publicação do livro *Premarital sexual standards in America*, Ira Reiss (1960) definiu a teoria sociológica da sexualidade, tendo baseado a sua teoria nos resultados de um questionário extensamente aplicado a homens e mulheres. Na sua formulação teórica identificou quatro posições face à sexualidade pré-marital: 1) abstinência, 2) duplo padrão sexual, 3) permissividade sem afecto e, 4) permissividade com afecto. À excepção do duplo padrão sexual, todas as restantes posições olham e encaram a sexualidade como ocorrendo da mesma forma em homens e mulheres e por isso poderiam figurar num padrão sexual singular (Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010). Por oposição, o duplo padrão sexual diferencia os comportamentos dos seus intervenientes em função do seu sexo, correspondendo ao “conjunto de normas sociais que determinam a prática de comportamentos sexuais diferenciados para cada um dos géneros, sendo que aos homens seria concedido maior liberdade sexual” (Ramos, Carvalho & Leal, 2005, p. 174).

Este conceito veio a destacar-se na literatura dando origem a uma vasta aplicação teórica (e.g. Aubrey, 2004; Crawford & Popp, 2003; Gentry, 1998; Muehlenhard & McCoy, 1991; Ramos, Carvalho & Leal, 2005). Em consequência, verificaram-se alterações conceptuais decorrentes de alterações sócio-históricas concretas. Assim, a teoria inicial correspondia a uma época histórica em que se valorizava a virgindade feminina, o recatamento e se dava muita

importância ao casamento como iniciação sexual e estabelecimento de uma família. A sexualidade feminina centrava-se mais em termos reprodutivos do que na obtenção de prazer; por contraponto, para os homens valorizava-se a virilidade e obtenção de prazer pessoal subjugando as mulheres aos desejos (“biologicamente” determinados) masculinos. A introdução da pílula contraceptiva e a vulgarização de métodos contraceptivos veio devolver algum poder às mulheres, removendo o estigma da gravidez indesejada e promovendo alguma autonomia e auto-controlo sobre o seu corpo e sexualidade.

Neste sentido, foram efectuados desenvolvimentos desta teoria por Bettelheim (1989), que concluiu da sua análise de comportamentos que co-existiam com o duplo padrão sexual, um padrão sexual invertido e padrão sexual singular. Ao padrão sexual invertido corresponde uma maior permissividade social aos comportamentos sexuais femininos face aos masculinos; e, por padrão sexual singular entende-se uma permissividade social permitida de forma igualitária a ambos os sexos. Esta alteração da concepção da permissividade surgiu como consequência dos desenvolvimentos dos movimentos emancipatórios das mulheres que reclamavam maior liberdade e autonomia para as mulheres. No entanto, e apesar de inicialmente se supor, estas alterações não se verificaram ao nível da permissividade, mas do controlo do corpo. Assim, poderemos mesmo dizer que existe uma concepção subliminar, internalizada pelas mulheres, do que é esperado não perdendo de vista o ideal de uma “boa menina”. Esta concepção corresponde como podemos antever a uma constrição comportamental dentro dos parâmetros anteriormente definidos como sendo característicos do duplo padrão da sexualidade. Consequentemente, emergiu na literatura contemporânea o conceito de duplo padrão condicional, no qual o sexo fora do casamento é tolerado tanto para homens como para mulheres, mas sob circunstâncias restritas para as mulheres, como a existência de amor ou relação íntima estável (Sprecher, McKinney, & Orbuch, 1987 *apud*, Hyde & Oliver, 2000). Este conceito veio, de certo modo, reforçar contradições ao nível da sexualidade, ao apresentar uma aparente disponibilidade equitativa mas restringendo-a um contexto específico, e reforçar assimetrias ao nível da importância e da própria formulação da sexualidade para cada um dos sexos. Assim, vêem-se reforçados os mitos de amor romântico e de procura do príncipe encantado para as raparigas, de forma a legitimar o seu comportamento sexual e por contraponto reforça-se a heterossexualidade devido à dependência estabelecida do relacionamento com o masculino, que por sua vez é autónomo e mais liberal nas suas opções de sexualidade. Daqui se pode antever a importância da centração das jovens no

estabelecimento de uma relação de afectividade com o sexo oposto, fazendo tudo o que for necessário (mesmo que implique riscos e danos pessoais) para atingir tal objectivo.

Conclui-se, então, que esta análise não deveria centrar-se apenas no comportamento de homens e mulheres face à sexualidade, mas também nos repertórios comportamentais disponíveis em função do sexo. Ou seja, era necessário localizar histórica e culturalmente comportamentos, atitudes e papéis sexuais desempenhados por ambos os sexos. Tal como temos vindo a reflectir, o duplo padrão sexual enquanto orientação comportamental é penalizador das mulheres. Na sua forma condicional (Sprecher et *al.*, 1987 *apud*, Hyde & Oliver, 2000), considera que a sexualidade pré-marital é apenas aceitável para rapazes e raparigas enquanto enquadrada num envolvimento afectivo; no entanto, para os rapazes continua a ser frequente (e aceite) o envolvimento numa relação casual que não pressupõe o envolvimento afectivo com a/o parceira/o.

Partindo deste pressuposto de desigualdade foi possível comentar e descrever vários comportamentos sociais, nomeadamente uma maior compreensão sobre a restrição associada a este comportamento humano ao analisar as concepções e valores que acentua a polaridade essencialista entre o masculino e o feminino. Como vincam Ramos, Carvalho e Leal (2005), é importante recordar os factores sócio-históricos que contribuíram directa ou indirectamente para vincar as diferenças sócio-sexuais entre géneros, o que em muitas situações ocorreu através da subtracção da sexualidade feminina ao princípio dominador – o homem e o masculino. Para Ira Reiss (1999), este duplo padrão de sexualidade reforçava mesmo a institucionalização da heterossexualidade. Para o autor, tudo se pode reflectir numa preposição geral que assume que o género que detém o poder económico e político será o que terá maiores direitos sexuais; nomeadamente porque este reforça as leis e os valores da comunidade (Reiss, 1999). No entanto, este conceito, desenvolvido no âmbito do estudo de comportamento sexual pré-marital, encontra-se mais presente conceptualmente do que empiricamente. Como verificaram posteriormente Marks e Fraley (2006), existe como que um viés confirmatório na sociedade que não ocorre quando verificado empiricamente (possivelmente devido a alguma deseabilidade social ou mesmo a uma análise mais micro, centrada em indivíduos específicos e não em conceitos macro-sociais). No entanto, é possível concluir que a análise é sempre mais prejudicial para as raparigas e que várias instituições sociais perpassam este ideal dicotómico de comportamento.

Partindo desta lógica de comportamentos distintos em função do sexo, Simon e Gagnon desenvolveram a sua teoria dos *scripts* sexuais, focalizando-a num nível mais macro-social e societal e menos dependente de comportamentos e atitudes específicos do indivíduo. A teoria dos *scripts* sexuais (Gagnon, 1977; Simon & Gagnon, 1973) surge no âmbito do interaccionismo simbólico. Trata-se de uma teoria explicativa da sexualidade, apresentando-a como resultado da interacção de três níveis distintos – encenações culturais<sup>12</sup>, *scripts* interpessoais e intrapsíquicos – que têm como função servir de linhas orientadoras ao nível das atitudes e comportamentos, tendo por base parâmetros culturais, permitindo a interacção entre parceiros sexuais e constituindo oportunidades de concretização dos seus desejos sexuais (Ramos, Carvalho & Leal, 2005). Simon e Gagnon apresentam esta teoria uma vez que consideram que a sexualidade não se resume a um impulso biologicamente relevante, mas algo historicamente estável. Apesar do seu pendor social, estes destacam a possibilidade de interacção do indivíduo com o social, permitindo equacionar uma experiência individualmente significativa. Os distintos níveis interagem com o processo sócio-histórico e articulam-se com comportamentos individuais, tentando manter a individualidade dos intervenientes. Neste sentido, assemelham-se a esquemas mentais orientadores de acção que fornecem directrizes claras quanto à adequação/afastamento das normas sociais de uma determinada cultura.

As *encenações culturais* são orientações colectivas que direccionam a acção realizada, ao nível dos papéis sociais, tanto do indivíduo como dos restantes actores sociais. Por sua vez, os *scripts interpessoais* concretizam esta regulamentação reflectindo a interpretação individual das encenações culturais. A este nível os indivíduos são também autores ou podem mesmo transformar os esquemas orientadores baseando-se na sua socialização e experiências pessoais, mantendo a congruência entre o cenário abstracto e a situação concreta, modelado activamente os encenações culturais em *scripts* para as suas próprias relações e comportamentos sexuais (Bowleg, Lucas & Tschann, 2004). Por fim, os *scripts intrapsíquicos* traduzem uma auto-orientação e implícita assunção que os comportamentos dos outros também são moldados por *scripts*, que atribuem significado a um confronto interno do indivíduo e se constituem como recursos relevantes quando este se confronta com desfechos comportamentais alternativos (Simon & Gagnon, 1999). Como sugeriram Jones e Hostler (2002), o actor usa o *script* –

---

<sup>12</sup> O termo encenação cultural foi introduzido na língua portuguesa enquanto tradução de cultural *scenario* por Alferes (2002). No seu livro Encenações e Comportamentos sexuais: para uma psicologia social da sexualidade, o autor introduz o termo referindo que “O termo *scenario* é virtualmente sinónimo de *script* (...). Como tal, distingue-se do inglês *scenary* (correspondente ao português cenário) que se aplica, com propriedade, aos aspectos decorativos do palco. Neste contexto, julgamos que a tradução mais apropriada para *scenario* é *encenação*.” (*idem*, p.38).

“essencialmente uma metáfora para conceptualizar a produção de comportamentos no interior da vida social” (*apud* Simon & Gagnon, 1986, p. 98, tradução nossa) – para interpretar o encenação cultural e daí gerar um curso de acção considerado apropriado para ir de encontro às exigências da situação social. Neste sentido, o actor altera o *script* geral para as circunstâncias em que se encontra e de acordo com a sua experiência, dando origem a um novo e único *script* interpessoal que reflecte interacções com outros significativos. Do mesmo modo, o *script* intrapsíquico emerge através da atribuição de significado às instâncias anteriores, às quais o indivíduo foi exposto.

O entendimento que Simon e Gagnon tinham da prescrição social sentida pelas/os adolescentes ao longo da sua maturação sexual levou-os a concretizar este modelo. Como refere Alferes (2002), os modelos essencialistas, ou baseados na existência natural de identidades femininas e masculinas dicotómicas, são irrelevantes no sentido que também estes são produto de uma construção histórica e socialmente situada. Portanto, com a teoria dos *scripts* sexuais pretendia-se transmitir a ideia de que para a maioria das/dos adolescentes, a expressão da sexualidade é regulamentada não tanto pelos próprios impulsos biológicos, mas antes pelas expectativas e pelo significado social associado a actos e padrões de actividade sexual. Estes padrões devem ser aprendidos pelas/os adolescentes e activamente reforçados pelos indivíduos que o rodeiam, embora essa aprendizagem e esse reforço possam ter lugar de uma forma bastante subtil (Sprinthal & Collins, 2008). Assim, os *scripts* sexuais veiculados transformam-se em guiões indispensáveis para a aprendizagem de condutas e avaliação de comportamentos, evidenciando a construção social da sexualidade e o reconhecimento de que os papéis sociais (de género) não emergem naturalmente (Alferes, 2002). Portanto, o conceito de *scripts* sexuais assume especial importância enquanto esquemas socialmente construídos, de atribuição de significação e orientação da acção, reflectindo este duplo equacionar ao nível da compreensão e do comportamento. Neste sentido, especificam, em função da cultura em que se inscrevem, comportamentos adequados, determinando expectativas relacionais. Através da sua organização em encenações culturais, *scripts* interpessoais e intrapsíquicos, relacionam-se com o conceito de género, definindo papéis e responsabilidades dos indivíduos enquanto actores sociais. Estes, enquanto significações partilhadas pelo colectivo social organizam e limitam comportamentos sexuais, definindo as interacções sociais pela criação de uma linha orientadora de comportamentos esperados e sinalizando as respostas não normativas (Alferes, 2002).

Segundo Herold e Mewhimey (1993) o “*script* tradicional assente no duplo padrão sexual encoraja apenas o homem a atribuir uma definição sexual às suas relações afectivas, enquanto que à mulher é inculcado um sentimento de culpa aquando da prática de actos sexuais que transgridam as normas culturais” (*apud* Ramos, Carvalho & Leal, 2005, p. 176).

Actualmente, e apesar de ser desejável a convergência para um padrão sexual singular – em que homens e mulheres possuem iguais expectativas, papéis e permissividade face ao comportamento – verifica-se a existência de um duplo padrão sexual, em que o *script* sexual impele à heterossexualidade e onde o critério que distingue comportamentos e atitudes é a genitalidade.

Tal como acontece na idade adulta, as/os adolescentes articulam constrangimentos vários, impostos por papéis e expectativas sociais, no sentido de integrarem o considerado adequado no espaço sócio-histórico e temporal em que se inserem. Assim, é possível concluir que mais do que influenciados por alterações anatómicas, fisiológicas ou psicológicas inerentes à puberdade, o desenvolvimento é condicionado por factores de interacção social visíveis nos *scripts* sexuais que permeiam a sociedade. Aliás, a amplamente conhecida dicotomia entre jovens e mulheres “boas”, castas, femininas e “más”, sexuais, aberrantes é um aspecto crucial da negação por parte da sociedade em geral da existência de desejo sexual em raparigas adolescentes (Tolman, 2002). Como realçam Simon e Gagnon (1999), “faz parte da memória histórica do sexismo o facto de as mulheres raramente terem sido seleccionadas para papéis sexuais tendo como base o seu próprio interesse e prazer sexual. A ideia de interesse da mulher, ou o comprometimento, com/pelo prazer era, e possivelmente permanece, ameaçador para muitos homens e mulheres.” (p. 32, tradução nossa). Este facto, contudo, não é algo restrito mas amplamente aceite, permeando questões de ‘raça’, etnicidade e classe social (Simon & Gagnon, 1999). Neste sentido, as discrepâncias que se verificam entre os comportamentos considerados adequados para rapazes e raparigas causam elevado *distress* e confusão aos adolescentes no processo de aquisição e construção de identidade e papéis sexuais, uma vez que este é exteriormente determinado ao ser construído com base nos significados partilhados no colectivo social. Ou seja, de acordo com a perspectiva dos *scripts*, o carácter sexual dos comportamentos não é visto como um aspecto significativo do comportamento humano, pelo contrário, o carácter sexual torna-se significativo quando adquire importância sociogénica – atribuída pela comunidade colectiva – ou ontogénica – resultante da experiencia individual ou desenvolvimento (Simon & Gagnon, 1999, p. 30). Estes existem como forma de atribuir um

padrão expectável de comportamento, que permita por um lado reduzir a incerteza de acção, e por outro aumente a legitimidade do comportamento, mesmo na adolescência.

Como afirmam os autores, a vertente pragmática dos *scripts* sexuais dá resposta a dois obstáculos: 1) a permissão para a existência de desejo sexual e 2) a sua concretização comportamental. Afirmando-se como uma linha de acção clara, e que se espera que seja seguida, permite assim a delimitação estável do conjunto de *scripts* ou recursos disponíveis ao indivíduo. Ou seja, dada a repetição de padrões performativos já socialmente reificados como adequados, observa-se um maior conformismo face às exigências exteriores ao indivíduo – as encenações culturais, por exemplo, apresentam-se como particularmente relevantes em termos da delimitação de categorias como género, classe, estatuto sócio-económico ou etnicidade. Este fenómeno ocorre e é reificado diariamente através de profecias auto-confirmatórias de pensamentos e consequentes comportamentos que se tornam difíceis de quebrar face à pressão social e mediática associada (Simon & Gagnon, 1999).

Em suma, as principais encenações culturais estimulam as mulheres a estabelecer e manter as suas relações interpessoais independentemente de se sentirem integradas e verem as suas próprias necessidades satisfeitas. As pressões culturais para esta manutenção são universais e independentes das variações culturais em que as encenações se inscrevem. Os *scripts* sexuais são directivas partilhadas pela sociedade através da partilha de valores e crenças sobre o que é ou não apropriado – parceiros, relações e emoções (Bowleg, Lucas & Tschann, 2004). Neste sentido, é expectável que as mulheres se conformem aos papéis de género e a uma heteronormatividade compulsória, reprimindo as suas próprias necessidades e desejos e mantendo relações de intimidade apenas quando inseridas num relacionamento romântico de longa duração.

Como conclui MacInnes (1998/2002), mais do que criar teorias explicativas das assimetrias de género ou das produções do determinismo biológico, é importante identificar o mecanismo social que interliga sexo e género, configurando socialmente masculinidades e feminilidades (Ramos, Carvalho & Leal, 2005).

## 2.1. As/os Jovens e Comportamento(s) sexual(s)

“A maioria dos jovens inicia as primeiras relações sexuais sem planificar (Lowenstein & Furstenberg, 1991), muitas vezes envolvida em elevada dose de romantismo (estar apaixonado). Têm a percepção de que não estão em risco (sentimento de invulnerabilidade), que a sua parceira(o) é de confiança, pois pertence ao grupo de amigos. Confiam na sua capacidade para reconhecer uma pessoa infectada (por observação), que associam a grupos marginais (toxicodependentes ou homossexuais). Estas são algumas das muitas razões que parecem justificar o elevado número de jovens que têm relações desprotegidas (McLean *et al.*, 1994)” (as cited in, Vieira, 2005, p. 4)

De forma geral as/os jovens são “inundadas/os” por conteúdos de sexualidade, seja através de campanhas informativas, parcerias entre a escola e os centros de saúde, ou mesmo consultas de planeamento familiar nos centros de saúde. No entanto, a exposição a estas várias fontes de informação não parece ter uma relação directa com a adopção de comportamentos preventivos. Segundo Vieira (2005), num estudo sobre comportamentos de risco como co-factores para o VIH, o uso do preservativo diminui à medida que aumenta a idade (devido, por exemplo, à estabilidade das relações ou à percepção de segurança) e o consumo excessivo de álcool e substâncias psico-activas constituem factores de risco acrescidos. No que diz respeito, por exemplo, à adesão aos preservativos as/os jovens consideram que o seu uso possui várias desvantagens, como a limitação do prazer sexual, a quebra do romantismo e/ou a ligação amorosa entre os dois parceiros, o facto de serem incómodos, o estigma associado ao seu uso, o seu valor de aquisição e o embaraço na sua aquisição perante um técnico. Por todas estas razões apenas o utilizam quando consideram que as vantagens são superiores às desvantagens (Vieira, 2005): entre as quais se encontra a prevenção da gravidez adolescente. Neste sentido, e dado que a escolha das e dos jovens assenta apenas, e de forma perigosa, neste fim instrumental de impedir a gravidez, não é de estranhar que este comportamento diminua consideravelmente à medida que aumenta a idade das e dos jovens, a estabilidade de relações/parceiros sexuais e o recurso à contracepção oral (Kvalem & Traeen, 2000), secundarizando a sua protecção face a doenças e infecções sexualmente transmissíveis (DST's e IST's).

No entanto, para as/os jovens a contracepção oral também não está isenta de problemas e entraves à sua utilização. De entre a disponível, a mais utilizada é a contracepção oral preventiva que, apesar de amplamente divulgada e introduzida na sociedade portuguesa,

não deixa de ser um recurso envolto em constrangimentos sociais. Apesar de ser comum que as raparigas recorram à pílula contraceptiva por motivos médicos (como o controlo do ciclo menstrual ou diminuição de sintomatologias associadas), socialmente o seu uso é geralmente conotado com o controlo da natalidade e acarreta um estigma negativo tendo em conta que é um possível indicador da iniciação sexual da rapariga e de uma atitude promíscua que contraria claramente o *script* sexual e de género que lhe é atribuído. Os constrangimentos e mitos não se esgotam, no entanto, na pílula contraceptiva, estendendo-se também à pílula de emergência. Apesar de esta ser geralmente esquecida nos discursos das e dos jovens portuguesas/es, ela é uma alternativa viável no controlo da gravidez após uma relação sexual desprotegida, especialmente porque diminui as consequências adversas de uma possível gravidez adolescente.

Contudo, e apesar de como já referimos, as/os jovens serem inundados por muita informação ao nível dos métodos anti-concepcionais, esta parece não ser suficiente ou não ser fornecida da melhor forma. Um estudo realizado na cidade de Guimarães (Nunes, 2005) revela que, numa amostra de 419 alunas (80 sexualmente activas) do ensino secundário<sup>13</sup>, 94.3% das raparigas conheciam a contraceção de emergência das quais apenas 15,8% sabiam qual o tempo útil para a sua aplicação. Será ainda importante referir que das adolescentes inquiridas, 261 afirmaram ter recebido a informação através dos *media*, ou seja, é ainda necessária uma exploração e informação adequada de cariz médico-educacional.

Apesar desta lacuna, é possível verificar-se um claro direccionar da informação médica nos centros de saúde e unidades de planeamento familiar apenas para as raparigas, e enquanto grupo homogéneo, esquecendo características e especificidades pessoais e do contexto social em que estão inseridas. Para além desta padronização de atendimento não servir adequadamente as raparigas que recorrem aos serviços, esta constitui um mecanismo de exclusão das e dos jovens rapazes que solicitam individualmente os serviços ou que acompanham as suas parceiras. Mas não são só os rapazes que procuram pouco estes espaços. No estudo acima referido, algumas das razões avançadas para esta situação passam pela idealização da sexualidade, dificuldades de acesso a serviços de informação sexual, desconhecimento da sua existência e o medo de que se perca o anonimato, mas também a insegurança e impulsividade próprias da adolescência. Outros factores referidos para esta situação de afastamento das/os jovens incluem o não possuir habilidades sociais para conseguir informação e anticoncepcionais, não conseguir falar com o parceiro sexual, ter fracas

---

<sup>13</sup> Inquérito realizado no ano de 2003 com alunas do ensino público com uma média de idades de 16,2 anos.

expectativas de futuro, ou mesmo a escassa informação sobre contracepção e gravidez, em parte por ausência de um programa sexual nas escolas a mudança de atitudes e valores da sociedade actual (Vieira, 2005). Estas crenças das e dos jovens assumem bastante importância na medida em que condicionam a ponderação e a negociação que estes realizam ao nível da tomada de decisão face ao seu comportamento sexual. Nomeadamente, as e os jovens consideram que podem recusar os anticoncepcionais porque pensam que desvirtua a relação sexual romântica, apaixonada e espontânea, não tendo em atenção as consequências e considerando que a eles nada lhes acontece.

Em suma, ao mesmo tempo que os centros de saúde e unidades de planeamento familiar se direccionam para uma população-alvo eminentemente jovem e feminina, a sociedade transmite como adequado o adiar da iniciação sexual e quando esta já ocorreu espera-se que as raparigas sejam menos activas sexualmente, mas também as mais responsáveis pela prevenção de comportamentos de risco. Neste sentido, a procura de informação e o evitamento dos riscos associados à sexualidade é encarada, frequentemente, como sinal de promiscuidade. Permanecem então, subentendidos na nossa sociedade, factores que limitam comportamentos protectores e reificam ou justificam a adopção de comportamentos menos adequados ou de risco por parte das/os jovens.

Tal como é possível verificar, a vivência de uma sexualidade activa e responsável não se apresenta como uma tarefa de fácil alcance das/dos adolescentes. De facto, esta interacção está mediada por factores mais gerais de ordem social que condicionam atitudes, percepções e comportamentos. Assim, será importante olhar para a adolescência enquadrada por factores geralmente penalizadores para as raparigas, ou seja, influenciada por factores de contexto sociocultural, tais como a residência, a raça/etnia, e a orientação sexual das jovens. Todavia, há que realçar que não são apenas as condicionantes individuais que modelarão a sexualidade, mas também outros medos associados, como os perigos e vulnerabilidades da sexualidade feminina sob a égide do patriarcado que são experienciados. Assim, e como será posteriormente explorado, a possibilidade de uma gravidez indesejada ou o risco de contrair o VIH/SIDA figuram como elementos fundamentais à vivência de qualquer indivíduo. Estas condicionam práticas, sentimentos e desenvolvimento pessoal ao nível da sexualidade, motivando discursos internos de penalização pessoal por parte das raparigas ao ponto de se desejar o não envolvimento ou identificação de desejo sexual (Tolman, 2002). Aliás, a internalização das normas sociais, que desde cedo condicionam a expressão sexual de rapazes e raparigas, é um dos maiores entraves

à vivência positiva da sexualidade, independentemente das circunstâncias sociais, familiares e comunitárias que enquadram o indivíduo.

### **2.1.1. A sexualidade na adolescência**

Várias são as áreas que se debruçam, actualmente, sobre as questões da sexualidade feminina adolescente, nomeadamente quanto às motivações inerentes à iniciação precoce da sexualidade, e muitas vezes em risco (Alferes, 2002; Buhi & Goodson, 2007; Lopes, 2004; Matos & Gaspar, 2005; Marques, 2007; Taquette, Vilhena, & Paula, 2004; Vasconcelos, 1998). Este limiar de iniciação assume importância redobrada uma vez que quanto mais cedo esta se verifica, maior é o número de parceiras/os e maior é a exposição a condições de risco como o VIH/SIDA e a gravidez indesejada (Canavarro, Pereira, & Morgado, 2003; Cruz *et al.*, 1997).

Continuamos, no entanto, a verificar um decréscimo na idade de iniciação sexual das e dos adolescentes. Contudo, e apesar desta tendência global das/dos adolescentes para iniciarem mais cedo a sua sexualidade, são no geral os rapazes que mais cedo o fazem. Assim, e por comparação com as raparigas da mesma faixa etária, os rapazes relatam um número mais elevado de parceiras (Alferes, 2002; Matos & Gaspar, 2005; Vasconcelos, 1998).

Nas últimas décadas, as/os profissionais de saúde, investigadoras/es e educadoras/es têm-se debruçado sobre os motivos que levam as/os adolescentes a iniciarem cada vez mais cedo, e muitas vezes em risco, as suas relações sexuais, no sentido de compreender e, conseqüentemente, desenvolver intervenções eficazes que reduzam os perigos associado a esta iniciação (Buhi & Goodson, 2007). Também em Portugal esta tendência se verifica (Alferes, 2002; Lopes, 2004; Marques, 2007; Matos & Gaspar, 2005; Taquette, Vilhena, & Paula, 2004; Vasconcelos, 1998). A relevância deste facto tem vindo a sustentar investigações e intervenções, uma vez que ao iniciar precocemente a sua sexualidade as/os adolescentes aumentam exponencialmente a probabilidade de contaminação por VIH/SIDA, mas também de gravidez indesejada na adolescência (Canavarro *et al.*, 2003.; Cruz *et al.*, 1997). Como principais factores para este início precoce encontramos o maior acesso à contraceção, a erotização e sexualização dos principais contextos de vida social adolescente, as alterações ao nível dos valores, da família, dos padrões de casamento e mesmo da adolescência como etapa desenvolvimental (Canavarro *et al.*, 2003). Nesta linha de ideias, é esperado que as raparigas se apresentem disponíveis sexualmente, mas não sexualmente activas ou responsáveis. Apesar deste decréscimo etário, as raparigas continuam a permanecer virgens até mais tarde quando

comparadas com os rapazes. Segundo Monteiro e Vasconcelos-Raposo (2005), 33,6% dos rapazes inquiridos relatam ter já tido a sua primeira experiência sexual, tendo esta sido antes dos 16 anos de idade; enquanto nas raparigas apenas 11,4% das jovens relatam ter iniciado a sua vida sexual, referindo ter na altura mais de 16 anos de idade. Dados mais recentes de um estudo comparativo ao nível europeu concluíam que 30,2% dos rapazes portugueses e 20,3% das raparigas se afirmavam como sexualmente activos aos 15 anos de idade (Avery & Lazdane, 2007).

A sexualidade adolescente encontra-se assim envolta num conjunto de constrangimentos e penalizações que não podemos ignorar para uma vivência responsável da sexualidade. O facto destes aspectos menos positivos serem os mais frequentemente referidos poderá dever-se a duas principais razões: 1) porque a sexualidade adolescente continua a ser em grande parte associado a algo maléfico, submetido ao regime do pecado e por isso não valorizável; e, 2) porque são realizadas campanhas de prevenção contra estes efeitos negativos que assombram as sociedades.

No que diz respeito às Doenças e Infecções Sexualmente Transmissíveis, estas são várias e têm sobretudo uma base bacteriana ou viral. Entre estas podemos enumerar, a gonorreia, a clamidia, a sífilis, a hepatite (A, B e C), a herpes genital, a condiloma ou verrugas genitais, mas a mais conhecida é o VIH/SIDA quer pela sua expressividade mundial quer pelo facto de não ser tratável. O Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida apresenta-se, nos dias de hoje, como um risco acrescido ao desenvolvimento das jovens, tendo-se transformado na epidemia do século. Em Portugal, e no 1º semestre de 2007 existiam 31 677 casos de infecção notificados, sendo que 75,8% dos portadores assintomáticos notificados possuíam entre 15 e 39 anos de idade (CVEDT, 2007). Se perspectivarmos estes dados com os comportamentos esperados e atribuídos a cada um dos sexos quanto à sua sexualidade, não é difícil compreender e justificar o elevado número de casos registados. As crenças (mitos), as atitudes e, conseqüentemente, os seus comportamentos são em geral penalizadores, e sobretudo penalizadores das raparigas. Relacionando estes número com os dados apresentados nas secções anteriores é possível localizar discursos como:

*“Alguns [rapazes] têm menos cuidado quanto à prevenção” (Rapaz)*

*“As raparigas têm mais meios contraceptivos do que os rapazes, assim para não engravidarem” (Rapaz)*

(Magalhães, Saavedra, & Nogueira, 2008a)

Este último exemplifica uma atitude de priorização da protecção na gravidez adolescente. Nesta linha de ideias, a responsabilidade pela prevenção é mantida como domínio feminino, compreendendo não apenas a parte da relação sexual, mas também posteriormente, se resultar na concepção de um bebé. Ausente está uma potencial responsabilização do parceiro masculino e a possibilidade de utilizar o preservativo como barreira eficaz. Para além desta atribuição genderizada de responsabilidades exclui-se ainda a importância da protecção sexual contra as DST/IST. Na verdade, a quantidade de métodos disponíveis não é equivalente à dupla eficácia do preservativo masculino – contra a gravidez e contra as doenças e infecções sexualmente transmissíveis; contudo, na lógica quantitativa sugerida a quantidade surge como uma vantagem.

Estas ideias reflectem-se ainda em discursos como:

*“Alguns [rapazes] não se importam com os cuidados necessários durante as relações sexuais.” (Rapariga)*

*“Os rapazes pensam logo em avançar na relação [sexo] sem antes terem a devida informação [métodos contraceptivos, doenças].” (Rapariga)*

*“Quando a noite de sexo corre mal e uma rapariga engravida alguns rapazes simplesmente não querem assumir responsabilidades.” (Rapariga)*

(Saavedra, Nogueira, & Magalhães, 2010)

Afinal, como referia um dos participantes do estudo de Ekstrand e colaboradores, 2005<sup>14</sup>, “... *the guy isn't exactly the one who becomes pregnant!*”<sup>15</sup> (p. 984). Contudo, as raparigas não são independentes na sua própria protecção, dependendo do seu parceiro para se protegerem da infecção pelo VIH/SIDA, quer pelo uso do preservativo masculino (usado maioritariamente como método contraceptivo e não como protecção contra DSTs ou ISTs várias), quer pelo recurso a relações monogâmicas. Esta dependência mantém-se também devido à pouca divulgação e utilização, em Portugal, do preservativo feminino. Este foi retirado do mercado devido à pouca procura derivada da sua dificuldade de utilização, possível diminuição do prazer feminino e preço elevado. No entanto, este está presentemente a ser reintroduzido, com o apoio de entidades como a Coordenação Nacional para a Infecção HIV/SIDA e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, através da sua disponibilização gratuita em hospitais e centros de saúde.

---

<sup>14</sup> Estudo realizado com rapazes suecos sobre as suas atitudes face aos contraceptivos, gravidez indesejada, paternidade adolescente e aborto.

<sup>15</sup> “*Não é propriamente o rapaz que engravida!*” (tradução nossa).

Apesar destas medidas compensatórias, a sua procura continua francamente abaixo do preservativo masculino.

Como se poderá verificar, discursos como os que apresentámos anteriormente não são exclusivamente referidos pelos rapazes, numa tentativa de justificar os seus comportamentos, mas também pelas raparigas como que situando os seus direitos e deveres nesta teia relacional. Também aqui se poderá verificar a rigidez hierárquica do sexismo, o poder associado ao duplo padrão de sexualidade e aos estereótipos e papéis de género; a internalização das expectativas, sobretudo pelas raparigas, contribui para uma menor resistência aos discursos veiculados e uma verdadeira conscientização face ao seu papel activo como sujeitos sociais/sexuais. Este posicionamento leva muitas vezes à desistência face ao uso do preservativo masculino, ou mesmo a optarem por não negociar o seu uso, receando a reacção do parceiro. As diferenças entre os dois sexos ainda fazem do preservativo um tabu que quando associado a um discurso feminino é conotado com promiscuidade e não com um mecanismo preventivo de saúde e bem-estar. Advinda desta renitência na utilização de métodos contraceptivos eficazes, por vezes devido um desinteresse face à informação e mecanismos de apoio disponibilizados, é frequente a contracção desta infecção e/ou a gravidez (Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010).

A gravidez e parentalidade na adolescência são, paralelamente à SIDA, um dos grandes monstros que assombram a sexualidade adolescente. Apesar de não existir evidência comprovada de que a gravidez e a parentalidade são momentos críticos na adolescência, quem consegue evitá-los parece ficar, à partida, com mais escolaridade e mais treino para enfrentar da melhor forma a idade adulta (Morrison, Samulon, & Zellman, 1981). No entanto, nem sempre se trata de um acto irreflectido, podendo significar um projecto de vida resultado de uma decisão ponderada de dois parceiros. Contudo, esta ideia não reflecte o que na maioria dos casos acontece, levando mesmo a um exagero no controlo da sexualidade feminina pelo medo de uma gravidez indesejada (Kvalem & Traeen, 2000).

Contudo, a gravidez adolescente, não deverá ser encarada como um evento penalizante *a priori*, mas enquanto fenómeno multi-determinado, com resultados desenvolvimentais vários (Pereira, Canavarro, Cardoso & Mendonça, 2005, p. 656), tanto ao nível cultural, social e de tomada de decisão (Hockaday, Jasper Crase, Shelley & Stockdale, 2000). Sabendo que a exposição a várias fontes de informação disponíveis não parece ser suficiente para prevenir os comportamentos de risco será importante reflectir sobre o impacto de uma iniciação sexual que se tem verificado ser cada vez mais precoce, nomeadamente, porque esta tem acarretado, no

caso português, o aumento do número de grávidas adolescentes<sup>16</sup>. Apesar de este facto ter sido parcialmente controlado com a introdução da pílula contraceptiva, uma média de 25 em cada 1000 grávidas, na Europa, são adolescentes entre os 15 e os 19 anos de idade (WHO, 2007). Este elevado valor é especialmente importante na medida em que o risco para a mãe e o bebé aumenta de modo inversamente proporcional à idade das mães. Portugal tem acompanhado estes valores, reduzindo as suas taxas desde meados dos anos 80 do século passado, através da introdução de medidas de saúde e de melhorias ao nível do planeamento familiar (Pereira *et al.*, 2005).

Para além deste risco de saúde com que confrontam as jovens, um elevado índice de actividade sexual, iniciação precoce, falta de informação quanto aos aspectos biológicos do sexo e da gravidez e um fraco uso de contraceptivos (Sprinthall & Collins, 2008), são factores que propiciam uma gravidez precoce e não planeada. Neste contexto a gravidez adolescente rompe com o desenvolvimento normal das jovens e com o seu plano de vida. Como concluíram Morisson e seus colaboradores (1981), a maternidade na adolescência reduz oportunidades de vida em vários sentidos e os seus efeitos são tão maiores quanto menor é a idade da jovem na sua primeira gravidez. As consequências desta gravidez verificam-se sobretudo ao nível individual, familiar e mesmo comunitário, abrangendo os domínios como a saúde e o socioeconómico. Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2007), é a imaturidade psicológica e fisiológica que mais condiciona as jovens grávidas interferindo ao nível dos cuidados de saúde durante a gestação e do parto. Frequentemente as jovens apresentam anemia, hipertensão arterial devido à gestação, infecções resultando em trabalhos de parto prolongados, bebés prematuros e com baixo peso à nascença; que aumenta a mortalidade materno-infantil. Ao nível socioeconómico, existe elevada taxa de abandono ou baixa realização escolar, pobreza, limitadas oportunidades de emprego, dependência de rendimentos sociais e privação social (WHO, 2007). Concluindo, dadas as inevitáveis alterações a que as adolescentes serão expostas é importante destacar a importância de uma cuidada reflexão sobre as implicações desta acção, apesar de nem sempre ser algo indesejado e não planeado.

Partindo destes factos, a gravidez na adolescência é muitas vezes, exclusivamente, considerada um problema social. Esta visão leva as raparigas a possuírem crenças e atitudes e a reproduzirem comportamentos constrangidos por uma moralidade e normatividade social: ao mesmo tempo que deverão abster-se de comportamentos sexuais, ser passivas e românticas,

---

<sup>16</sup> É de referir que a par do aumento do número de grávidas adolescentes, a iniciação sexual precoce inflacionou também a taxa de infecções por VIH/SIDA em Portugal (Lopes, 2004; Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010).

estas jovens são responsabilizadas pelo recurso a métodos anti-concepcionais. Na mesma linha, quando grávidas é esperado socialmente que estas se revelem carinhosas, maternais e que mantenham os seus filhos independentemente das condições que possuam, a sua vontade ou envolvimento do parceiro. Pelo que se pode concluir que uma vez grávidas, as jovens passaram a orientar-se não pelo *script* sexual que anteriormente as regia, mas um *script* de género que as vê como mães, maternais e cuidadoras, papel esse que se articula de forma independente (contrariando o *script* da mulher dependente de alguém ou algo) dos restantes intervenientes na gravidez e na educação futura da criança; o foco passa a ser a criança gerada relegando para um segundo plano, frequentemente esquecido, a jovem mãe, também ela até há poucos anos uma criança. Não será excessivo lembrar que quanto aos rapazes, pais destes bebés, estes não experienciam qualquer alteração no seu dia-a-dia, mesmo possuindo um papel activo. Pelo contrário, estes são valorizados pela sua masculinidade, pelo seu desempenho, porque desempenham o seu papel de género.

No que diz respeito às jovens, estas ou aceitam enfrentar a maternidade ou a única alternativa que se apresenta a estas jovens é a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Desde 2007 permitido em Portugal<sup>17</sup>, esta é uma alternativa pela qual muito se vinha a lutar e que apenas há pouco foi aprovada. Assim, as jovens e mulheres dispõem agora de uma alternativa às gestações não desejadas com condições médico-sanitárias adequadas. Contudo, este não é um recurso a que apenas agora recorram. Segundo a Direcção-Geral de Saúde, em 2004, registavam-se em Portugal, nas jovens com menos de 20 anos de idade, uma média de 126,4 abortos por cada 1000 nados vivos. Este número indica não só o elevado número de grávidas e de interrupções voluntárias, como também denuncia os riscos vários que estas jovens passaram devido à clandestinidade do acto que realizavam. No entanto, e apesar da alteração legislativa, o facto de muitas vezes as adolescentes protelarem o acompanhamento médico, a divulgação junto da família, ou mesmo ignorarem os sintomas que notam implica que esta alternativa já esteja comprometida ou se realize pressionada pelos tempos legais e não por uma tomada de decisão ponderada<sup>18</sup>. Tal como podemos verificar, trata-se de uma problemática a que devemos dar atenção máxima.

Contudo, não devemos encarar a sexualidade como algo temível e a evitar. Alguns dos aspectos positivos da sexualidade poderão ser considerados se virmos o desenvolvimento da

---

<sup>17</sup> A Interrupção Voluntária da Gravidez (IGV) foi legalizada em Portugal até às 10 semanas de gestação através da Lei n.º 16/2007 de 17 de Abril.

<sup>18</sup> Será importante notar que a IVG não se realiza apenas no Sistema Nacional de Saúde, mantendo-se activas estruturas que o realizam fora do enquadramento legal. Segundo a Direcção-Geral de Saúde, em 2004 (anterior à legalização), registaram-se 126,4 abortos por cada 1000 nados vivos, em jovens com idade inferior a 20 anos.

sexualidade das raparigas como normativo, se compreendermos a experiência pessoal das raparigas quanto aos seus sentimentos e comportamentos sexuais e enquanto seres sexuais, e mesmo compreendendo a sexualidade enquanto inserida num contexto particular, incluindo não só características pessoais mas também variáveis ecológicas (Welsh, Rostosky & Kawaguchi, 2000). No nosso entender, a sexualidade não poderá nunca ser vista destacada do contexto sócio-cultural em está inserida e é vivida, pelo que esta perspectiva mais positiva não está dissociada dessa delimitação por normas, expectativas, rótulos, hábitos ou valores, até mais do que do seu carácter de experiência pessoal e privada.

A ausência desta mensagem poderá ser mesmo um factor que constanja e aumente a ansiedade junto das adolescentes. Como referem Brown Travis, Meginnis e Bardari (2000), a sexualidade não é promovida como um benefício para as mulheres, mas é sim definida enquanto capacidade de evocar prazer sexual nos outros; sendo que esta formulação retira da definição de sexualidade mulheres mais velhas, mais fortes ou pesadas e com algum grau de incapacidade – considerando-as assexuais. É neste contexto que Brown Travis, Meginnis e Bardari (2000) identificam o que consideram ser a fórmula que caracteriza o feminino: a equação *beauty-sexuality-identity*. Os conceitos de beleza, tal qual os conhecemos, resultam de sistemas de conhecimento e significado socialmente construídos e partilhados. Esta ligação estrita da sexualidade feminina com a atractividade constitui uma sobrevalorização da estética e da beleza, movendo a sexualidade feminina do domínio privado para o público. Esta movimentação justifica e legitima comportamentos que lhe são consequentes, mas que de facto estiveram na base deste movimento. Entre estes o desejo de monitorizar e controlar esta sexualidade, facilitando a sua adesão a normativas comportamentais e identitárias do que é considerado adequado (Brown Travis, Meginnis & Bardari, 2000). Esta ligação desenvolve junto das jovens esquemas comportamentais – *scripts* – que dão corpo ao estereótipo feminino enquanto objectos sexuais, seres passivos e dependentes. A disseminação desta visão incorpora uma rede de outras concepções predeterminadas que colocam em desvantagem a mulher, reforçando o controlo e adesão ao sistema patriarcal. Exemplos são os vários riscos a que estão expostas, desde o assédio sexual a problemas de comportamento alimentar.

O que acontece é que as mensagens positivas de sexualidade se perdem numa complexa teia de guiões comportamentais de como gerir o seu desenvolvimento sexual. Como exemplifica Tolman (2002), as raparigas recebem mensagens contraditórias como: “não sejas pudica mas também não sejas permissiva, se quiseres manter o teu namorado tens (ou finge)

orgasmos para assegurar que não se sente inadaptado” (p. 7, tradução nossa). Esta duplicidade é baseada em *scripts* culturais em que as jovens deverão ser as guardiãs da sexualidade, resistindo ao masculino (Welsh, Rostosky & Kawaguchi, 2000). Se extrapolados estes critérios, as raparigas são geralmente conotadas como comportamentos de promiscuidade, desadequação e repressão social. Motivos pelos quais a pressão para a norma se tem mantido durante décadas e sustenha ainda nos dias de hoje as principais justificativas comportamentais de jovens de ambos os sexos. Como referem Reid & Bing (2000) “negociar a adolescência torna-se um labirinto de escolhas sexuais, valores e interesses contraditórios, e uma orientação não ambígua e sensível, não está muitas vezes disponível” (p. 152, tradução nossa).

Apesar do foco da repressão, e castração social ao nível do comportamento sexual, se centre nas raparigas, o facto é que também de entre os rapazes existem desvantagens. Será facilmente perspectivado que nem todos os rapazes se enquadram no estereótipo e norma heterossexual de que são envoltos desde que nascem. Mesmo assim, estes tendem a manter alguns dos benefícios a que são expostos devido à pertença ao grupo dominante. Connell (1995) relembra que “a masculinidade não é uma entidade biológica pré-existente à sociedade; acima de tudo, as masculinidades são modos que a sociedade interpreta e emprega em corpos masculinos” (p. 211, tradução nossa)<sup>19</sup>. Tomados como um grupo homogéneo de indivíduos, com preferências, atitudes e comportamentos bem caracterizados e comuns, é esta visão global do ser rapaz e homem que é colocada como modelo na busca (apresentada como constante) das raparigas por um parceiro.

Por fim, e muitas vezes de forma subliminar, os *media* – que estão constantemente presentes na vida das adolescentes – perpassam a crença que as raparigas devem ser *sexy* para os rapazes e não devem sentir desejo (Connell, 1995). Como veremos posteriormente, os *media* não estão a promover de forma efectiva esta visão positiva da sexualidade feminina, apesar de contribuírem de forma crítica para a definição de códigos de conduta sexual emergentes (Harris, 2004), tornando o enquadramento contemporâneo da feminilidade ainda mais complexo pela intersecção constante de constrangimentos, autonomias e liberdades selectivas (Harris, 2004) e pelo aumento exponencial de representações sexualizadas do feminino (APA Task Force, 2007).

---

<sup>19</sup> Em resultado do trabalho empírico extenso, Connell (1995) identificou quatro categorias que caracterizam a masculinidade: masculinidade hegemónica, subordinada, cúmplice e marginalizada.

## 2.2. Educar para a sexualidade

Será importante referir que apesar de serem frequentes, as consequências anteriormente exploradas poderão ser contornadas com um conjunto de mecanismos disponíveis aos jovens. Assim é possível adquirir competências, informação e mecanismos de empoderamento não só em contexto escolar, onde as/os adolescentes mais tempo passam, como também num meio mais alargado da sociedade civil. Neste sentido, desenvolveremos com mais detalhe as possíveis respostas em meio escolar, como a educação sexual/educação para a sexualidade, os Serviços de Psicologia e Orientação e o Gabinete de informação e apoio ao aluno, e num meio social mais alargado, os centros de saúde, especialistas na área da clínica geral, planeamento familiar e sexualidade, ou outros meios informativos dos quais se destacam os meios de comunicação social.

Em contexto escolar é de referir que o recurso mais disponível no quadro do Lei de Bases do Sistema Educativo Português é a Educação para a Sexualidade/Sexual parte integrante do Projecto Educativo de Escola. Instituída em Portugal desde 1984<sup>20</sup>, esta viu por muitos anos a sua verdadeira implementação adiada. No entanto, com a formação de um Grupo de Trabalho para a Educação Sexual em 2005<sup>21</sup>, sob a alçada do Ministério da Educação Português com parceria estreita com variadas associações e ONG's, mas sobretudo com o Ministério da Saúde<sup>22</sup>, esta desenvolveu-se e constitui agora parte obrigatória, transversal e avaliável de qualquer projecto educativo. Assim, articula-se como uma alternativa que se propõe a "... conseguir uma melhoria dos relacionamentos afectivo-sociais, ao mesmo tempo que pretende reduzir possíveis consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as doenças sexualmente transmissíveis." (GTES, 2007, p. 6).

Deste modo, é importante que as escolas reclamem para si o papel de formação e informação sobre sexo e sexualidade (Ekstrand *et al.*, 2007) dotando as/os adolescentes das competências necessárias para atingirem a igualdade de género (Ekstrand, Larsson, Von Essen, & Tydén, 2005). Através de discussões estruturadas, e não ameaçadoras, com rapazes e raparigas deverá ser possibilitado o confronto de crenças erradas e estereótipos, enquanto se exploram verdadeiras diferenças ao nível da experiência e das opiniões pessoais (Hoppe *et al.*, 2004; Magalhães, Saavedra & Nogueira, 2008a). Segundo estas e estes autores, as/os

<sup>20</sup> Instituída pela Lei n.º 3/84 de 24 de Março.

<sup>21</sup> Despacho n.º 19737/2005 de 15 de Agosto

<sup>22</sup> Protocolo assinado em Fevereiro de 2006, estabelecendo a cooperação os agrupamentos de escola e os centros de saúde locais quanto ao aconselhamento sexual e planeamento familiar.

adolescentes “poderão [nestas discussões] começar a examinar as diferenças que rapazes e raparigas introduzem nas relações e que o prazer e investimento emocional são sentimentos igualmente válidos para indivíduos de ambos os sexos” (Hoppe *et al.*, 2004, p. 345.e34, tradução nossa). Estas estratégias permitirão uma respectiva mais alargada das relações e *scripts* interpessoais, mas também possibilitarão a manutenção da auto-estima das e dos jovens, ao mesmo tempo que as/os dotam de competências de negociação e recusa da relação sexual. Mais uma vez se evidencia a necessidade de investir em oportunidades de desconstrução de estereótipos, sendo que a educação sexual nas escolas poderá ter aqui um papel importante. Contudo, e apesar de a legislação considerar que a educação sexual é um direito fundamental das e dos jovens (lei n° 3/84 de 24 de Março) e de muitos projectos educativos incluírem esta componente educativa, pouco ainda tem sido realizado neste sentido.

Segundo o Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (GTES, 2007), é necessário implementar medidas de base como a formação de professores, mais investigação e avaliação dos programas de educação sexual no sentido que esta se aproxime da sua verdadeira versatilidade. Ou seja, actuar como um processo de troca de informação sobre a sexualidade no sentido de promover a tomada de consciência e a adopção de atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual. Como os autores referem, até este momento a maioria dos programas disponíveis centra-se na informação médica e na sensibilização para o sexo seguro, mas aliena o carácter afectivo e relacional da sexualidade (GTES, 2007). Como afirma Allen (2003) é urgente moldar mensagens educacionais, no sentido de reconhecer a diversidade e complexidade da conceptualização da identidade sexual para as e os jovens, o que poderá resultar numa abordagem mais global e abrangente da sexualidade que se afirme como uma alternativa e um recurso viável na construção da(s) sexualidade(s) das/dos adolescentes.

Numa tentativa de regulamentar o já exposto na Lei n° 3/84 de 24 de Março, a Lei n° 69/2009 de 6 de Agosto, regulamentada pela Portaria n° 196-A/2010, veio estabelecer o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Esta prevê a sua aplicação em estabelecimentos de ensino básico e secundário tanto do ensino público como do privado e cooperativo. Para além de definir e clarificar as reais finalidades da educação sexual, identifica ainda as modalidades em que se inserirá este ensino não retirando a transversalidade de abordagem de conteúdos, numa carga horária não inferior a seis horas anuais para o 1° e 2° ciclos do ensino básico e não inferior a doze no 3° ciclo do ensino básico e ensino secundário. Numa obrigatoriedade horária claramente inferior ao desejável para a integração desta

componente em meio escolar, esta lei obriga à sua inclusão em projecto educativo e de turma cabendo ao director de turma articular esta introdução curricular. Por fim, estabelece ainda a criação de uma equipa interdisciplinar de educação para a saúde e educação sexual e a nomeação de um coordenador – com formação garantida pelo Ministério da Educação - que gerirá o gabinete de informação e apoio ao aluno e que deverá dinamizar e promover o envolvimento da comunidade escolar, quer promovendo iniciativas internas como parcerias com a comunidade.

Afastada de uma moralidade e recriminação comportamental e orientada para a aceitação da igualdade e diversidade, a educação sexual nas escolas deverá então ser um espaço em que as e os jovens tenham o papel principal. Com início nos primeiros anos de escolaridade, a implementação da educação sexual poderá permitir atingir não só os seus objectivos principais, redução da gravidez adolescente e de infecção pelo VIH/SIDA, mas também a desejada desconstrução de tabus associados à sexualidade e consequente aceitação positiva da sexualidade, como a igualdade de género e a valorização pessoal. A este respeito a Lei nº69/2009 apresenta no artigo 2º as suas finalidades, de entre estas destacamos as alíneas “a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”, “b) O desenvolvimento de competências nas e nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade”, “h) A promoção da igualdade entre os sexos” ou “l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”.

Como afirma Tolman (2002), as escolas como instituições que acolhem as e os adolescentes durante a maior parte do tempo têm como responsabilidade a promoção do desenvolvimento global, incluindo a exploração da sexualidade. Contudo, como observa Fine (1985, *apud* Tolman, 2002) “a educação sexual nas escolas tem como premissa base o facto de as raparigas terem de aprender a protegerem-se dos rapazes, a dizer não. As raparigas são ensinadas a falar sobre sexualidade em termos de aprender a dizer não ao comportamento sexual, em vez de explorar a comunicação com os seus parceiros sobre o que ambos querem ou não para as suas relações” (p. 202, tradução nossa).

Esta perspectiva poderá ser localizada como resultado da implementação de uma visão moralista e conservadora, sobretudo desenvolvida nos países anglo-saxónicos e que levou para as escolas os programas de educação sexual desenvolvidos com base na abstinência ou de

promoção exclusiva da abstinência (*abstinence-only education*). Estes permanecem presentes em vários sistemas educativos (e.g. Grã-Bretanha ou Nova Zelândia), sendo que o que mais amplamente o defende e utiliza é o sistema educativo norte-americano (Santelli, Ott, Lyon, Rogers, Summers, & Schleifer, 2006) através da implementação da secção 510 do *Social Security Act* de 1996, que define os oito critérios inerentes a um programa de *abstinence-only education* (ver quadro 1).

<b>Definição federal de um programa de <i>abstinence-only education</i></b>
Um programa educativo ou motivacional é considerado <i>abstinence-only education</i> quando: <ul style="list-style-type: none"><li>a) Tem como propósito único, ensinar os ganhos sociais, psicológicos e de saúde alcançados pela abstinência de actividade sexual</li><li>b) Ensina a abstinência de actividade sexual fora do casamento como o padrão esperado par todas as crianças em idade escolar</li><li>c) Ensina que a abstinência de actividade sexual é única forma segura de evitar a gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e outros problemas de saúde associados</li><li>d) Ensina que uma relação monogâmica mutuamente fiel é o padrão esperado de actividade sexual humana no contexto do casamento</li><li>e) Ensina que a actividade sexual fora do casamento é muito provavelmente causadora de efeitos nefastos ao nível psicológico e físico</li><li>f) Ensina que uma gestação indesejada irá muito provavelmente gerar consequências nefastas para a criança, os pais da criança e a sociedade.</li><li>g) Ensina os jovens a rejeitar pressões sexuais e como o uso de álcool e droga aumenta a vulnerabilidade face a pressões sexuais</li><li>h) Ensina a importância de se ser auto-suficiente antes de se envolver em actividade sexual</li></ul>

Quadro 1: Critérios da secção 510 do *Social Security Act* (1996) para programas de *abstinence-only education* (Santelli *et al.*, 2006, tradução nossa)

Estes modelos caracterizam-se por um controlo apertado dos conteúdos explorados, definindo como desviante todos os comportamentos que se afastam de uma matriz heterossexual de comportamentos que tem por base a heteronormatividade, o sexo enquanto coito e a relação sexual confinada ao matrimónio. Característico destes modelos são também discursos de dano e risco como argumento para a abstinência sexual, formulando a sexualidade das/dos jovens enquanto elemento de perigo ou vitimização (Jackson & Wetherall, 2010).

Contudo, e apesar da larga implementação deste modelo, consideramos que existe um conjunto de críticas que é importante sistematizar. Um primeiro lugar a concepção de que o contexto apropriado para as relações afectivas e sexuais é apenas o casamento heterossexual, invisibilizando e tendo impacto muito negativo na formulação pessoal e no bem-estar de jovens gays, lésbicas, bissexuais e transgéneros (LGBT). Para além disso, esta formulação reforça estereótipos discriminatórios e preconceitos face a esta população ao marginalizá-los num grupo homogéneo de Outros que não correspondem ao que é considerado apropriado, *mainstream*. Em segundo lugar, é importante referir que ao se focalizar exclusivamente em jovens que ainda não iniciaram a sua actividade sexual, estes programas excluem e negligenciam os restantes jovens já iniciados, deixando-os deslocalizados face à sua actividade sexual. Esta negligência revê-se sobretudo pelo ignorar de necessidades específicas tanto ao nível dos cuidados de saúde como ao nível da informação sobre contracepção ou acesso a serviços de saúde reprodutiva. Claramente um programa de *abstinence-only education* não contempla estes tópicos e não dá resposta às necessidades de informação completa e exacta destes jovens (McClelland & Fine, 2008; Santelli *et al.*, 2006; Tumbull, Wersch & van Schaik, 2008).

Este modelos de educação sexual contrastam com os mais liberais implementados no sul da Europa (e.g. Portugal e Espanha), onde os conteúdos de educação sexual se encontram integrados, de acordo com a legislação, no currículo escolar, seja na forma de programas autónomos ou enquanto conteúdos transdisciplinares. No entanto, a tradição de modelos mais conservadores da sexualidade tem permeado formulações iniciais neste âmbito, chegando ainda aos dias de hoje através de desconforto com a temática, preconceitos e mitos que não permitem uma abordagem mais concisa e direccionada às reais necessidades das e dos jovens. Estes modelos considerados mais liberais reapropriaram discursos de perigo e vitimização com o objectivo de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso em substituição do objectivo final dos modelos mais conservadores de prevenir a sexualidade pré-marital (Jackson & Wetherall, 2010). O foco nas relações interpessoais, no prazer e nas sexualidades alternativas veio constituir um modelo mais próximo das necessidades identificadas pelas/os jovens (Jackson & Wetherall, 2010). Contudo, não podemos ignorar a manutenção de dinâmicas focalizadas em binarismos e assimetrias de género e a ausência da dimensão do desejo. Os mesmos discursos de risco, perigo e vitimização reapropriados, mantêm a ausência de espaço e oportunidade para as raparigas se expressarem sobre o seu desejo sexual indirectamente reforçando a heterossexualidade e o androcentrismo. Mesmo as propostas mais

neo-liberais vieram apenas substituir dinâmicas mais colectivas e sociais por visões mais individualistas.

Neste sentido, mantém-se a necessidade de alterações ao nível das abordagens e conteúdos explorados, quando existentes, na educação para a sexualidade nas escolas, perspectivando-se uma maior inclusão enquanto elemento transdisciplinar. A proposta feminista é a implementação de um modelo compreensivo e liberal que tenha no seu centro as questões de género e que opere enquadrado numa perspectiva crítica de educação (Jackson & Wetherall, 2010) que tenha em conta que problemas como as desigualdades sexuais, a dominação e a violência sexual, bem como as construções culturais de masculinidade e feminilidade, constroem o desenvolvimento de um sentido de autonomia pessoal e responsabilidade das/dos jovens no que respeita à sexualidade (McClain, 2006).

Na nossa opinião, e segundo a Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto da República Portuguesa, esta introdução, mais generalista e adequada às exigências da juventude contemporânea, é indissociável de uma articulação próxima com o Serviço de Psicologia e Orientação e o Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno.

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) é uma estrutura oficialmente criada nas escolas portuguesas (Decreto-Lei nº 190/91 de 17 de Maio de 1991) e que tem como objectivo apoiar o desenvolvimento humano de alunas/os e agentes educativos (pais, professores e auxiliares educativos), procurando o melhor desempenho académico e social. Neste aspecto, e enquanto elemento desenvolvimental, o SPO deverá apoiar também ao nível do desenvolvimento e exploração da sexualidade. Partindo de acções específicas em articulação com o restante meio e comunidade escolar, ou disponibilizando-se apenas para aconselhamento e acompanhamento individual, o SPO poderá contribuir para a desconstrução de mitos, do negativismo e esclarecimento de questões individuais. A percepção da disponibilidade de um espaço de exploração ausente de preconceitos e juízos de valor poderá potenciar a exploração pessoal e promover um desenvolvimento mais harmonioso quanto à identidade de género, orientação sexual e sexualidade no geral. Outro mecanismo importante é o Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno. Trata-se da disponibilização de um/a professor/a e/ou responsável, que sistematize e coordene as várias acções na escola, nomeadamente recorrendo à colaboração com o centro de saúde e enfermeiras/os de saúde escolar. Este dispositivo permite monitorizar a implementação dos projectos previstos, bem como a sistematização dos conteúdos a explorar aumentando a sua variabilidade e chegando ao maior número de alunas/os. Permite ainda a monitorização da

perspectiva de sexualidade apresentada mantendo-a o mais isenta possível e separada de juízos de valor que condicionam práticas individuais. A este nível, a consciencialização para a penalização das raparigas face aos comportamentos “disponíveis” aos rapazes seria importante na desconstrução de estruturas assimétricas de poder.

Também na escola se encontra uma das mais importantes fontes de informação – os pares; uma vez que a identificação de elementos em comum reforça as informações trocadas, aumentando o seu nível de veracidade e credibilidade. Segundo Sprinthall e Collins (2008), tanto rapazes como raparigas constituem os seus grupos diferentemente em função do seu enquadramento escolar ou não. “No interior da escola, os grupos tendem a ser constituídos por um número relativamente grande de adolescentes do mesmo sexo; enquanto fora da escola os grupos de amigos são tipicamente mais pequenos e incluem tanto rapazes como raparigas” (Sprinthall & Collins, 2008, p. 367). Simon, Eder e Evans (1992 *apud*, Giordano, 2003) sugerem que as concepções das adolescentes nas suas relações sociais são muito influenciadas pela interação e comunicação com outras raparigas, nomeadamente pelo estabelecimento de regras específicas, boatos e outras sanções que controlam de forma informal os seus comportamentos. Assim, o sujeito feminino é chamado, apesar da sua liberdade, ao silêncio para evitar crítica e adequar-se à visão moderna e sofisticada (McRobbie, 2004, p. 9). A escola constitui-se, portanto, como um espaço de articulação, (re)produção e contestação de identidades, apesar destas aprendizagens serem retiradas dos currículos formais mantendo visões heteronormativas e assimetrias de poder (Morris-Roberts, 2004). Como acrescentam Epstein e Johnson (1998), “a sexualidade está implicada em todas as áreas da vida escolar, através de relações sociais com professores e pares, mas também através do currículo formal e políticas educativas (Epstein & Johnson, 1998), p. 222, tradução nossa).

Para além da importância do contexto escolar (uma vez que é o contexto em que passam a maioria do seu tempo útil), uma das maiores influências das/dos adolescentes são os pais. Para além da essencial e indissociável colaboração no estabelecimento dos currículos escolares, os pais formam e educam os seus filhos passando-lhes o seu exemplo pelas suas atitudes, concepções e comportamentos. Como concluem Novilla e colaboradores (2006) e Pike (2008), faz parte de um consenso alargado de autores que os pais desempenham um importante papel no desenvolvimento e crescimento dos seus filhos constituindo-se como principais educadores (as cited in, Tumbull *et al.*, 2008). Esta contribuição ocorre sobretudo através do denominado currículo oculto. Por vezes mesmo ignorado, é frequentemente mais

importante do que acções formativas específicas. Claro está que este currículo oculto não é exclusivo do espaço familiar, mas neste é onde ele é mais potenciado através de uma identificação das/dos adolescentes com os seus pais e com a exploração de valores comuns. Contudo, esta interacção adolescentes-pais não tem sempre sido a mais franca e directa, sendo esta também ensombrada por vivências particulares da sexualidade, desconfortos e vergonhas (e.g. Kakavoulis, 2001), por crenças e mitos, pela dificuldade de estabelecer um diálogo aberto ao nível da sexualidade adolescente e por visões mais negativas da sexualidade. A exploração deste importante recurso educativo e uma articulação próxima com os demais meios de informação e formação em sexualidade revela-se, em suma, fundamental.

Existem ainda outros recursos, mais alargados, na sociedade civil. Referimo-nos a um conjunto de apoios ao nível dos serviços de saúde, nomeadamente nos centros de saúde, através dos médicos de família, dos serviços de planeamento familiar e de especialistas em sexualidade e sexologia – recursos ainda pouco explorados pelas/os adolescentes devido ao estigma associado. O carácter visível destas acções inibe comportamentos devido à imersão constante numa sociedade reguladora e à elevada monitorização social de comportamentos e o receio de perda de anonimato (Lopes, 2004). A título de exemplo de quão penalizadora pode ser esta constante vigília, referimos a residual procura de jovens raparigas e rapazes dos serviços de saúde, nomeadamente de planeamento familiar para aquisição de informação e de dispositivos de protecção (preservativos e pilula contraceptiva), em resultado das diversas limitações mencionadas anteriormente.

E por fim, a um nível menos formal, e face a uma relutância das escolas e dos pais em discutir e explorar a temática da sexualidade, são os *media* que mais uma vez surgem disponíveis e que assumem o importante papel de orientar as e os adolescentes no desenvolvimento das suas próprias crenças e padrões de comportamento sexual (Brown, 2002; Currie, 1999; McRobbie, 1991). Apesar de este tema vir a ser alvo de maior exploração, é importante salientar que os poucos estudos existentes sobre a selecção, interpretação e aplicação de conteúdos sexuais nos *media*, sugerem que estes podem afectar a consciência, as crenças e possivelmente os próprios comportamentos sexuais, uma vez que mantêm o tema em discussão, reforçam um conjunto de normas sexuais e de relacionamento (Brown, 2002). No entanto, os *media* não apresentam apenas noções sobre sexo mas transmitem visões disfuncionais das relações humanas. Não sendo estas questões problemáticas para a maioria dos adultos, são preocupantes quando integradas por adolescentes em desenvolvimento sem

alternativas de comparação. Assim, marcados pelas contradições a que estão expostos nos vários recursos disponíveis e contextos em que vivem, as e os adolescentes continuam a construir a(s) sua(s) sexualidade(s) entre ambivalências que tornam todo o processo bastante mais complexo.

Como relembra Durham (1998), é durante a adolescência que a identidade de género e as atitudes sociais estão mais presentes e este período é marcado e inflacionado pela cultura popular. Dentro desta destacam-se as revistas que, pelos seus índices de leitura, se transformam num recurso significativo na cultura ocidental quanto à negociação e na aprendizagem de conteúdos de sexualidade (Jackson, 2005a). Nesta exposição e negociação são as raparigas que são sistematicamente mais penalizadas ao serem apresentadas enquanto elementos/objectos de desejo dos homens e secundarizando questões de desejo e agência pessoal. A sua exposição a esta visão amplamente disseminada nos *media* altera as suas percepções da realidade social de modo a corresponder à visão dominante e mediaticamente difundida. Esta integração de conteúdos, mesmo que na sua maioria desadequados ou distorcidos é ainda facilitada pela ausência de elementos comparativos (como escola ou educação parental). Como lembram Levin e Kilbourne (2009),

“as raparigas que querem ser sexualmente activas em vez de serem simplesmente objectos do desejo masculino possuem apenas um modelo nos *media*, a da exploração masculina. Parece inviável para os *media* conceber um poder que não seja manipulativo ou que não explore, ou mesmo um modo das mulheres serem sexualmente activas sem serem como os homens no sentido tradicional” (p. 154, tradução nossa).

Em suma, concordamos com Foucault (1976/1994) quando relembra que

“nós estamos numa sociedade de «sexo» ou, antes, «com sexualidade»: os mecanismos de poder dirigem-se ao corpo, à vida, a sua capacidade de dominar ou a sua aptidão para ser utilizado. Saúde, descendência, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade; esta não é marca ou símbolo, é objecto e alvo. E o que faz a sua importância ou a sua precariedade, como a sua insistência, a sua presença insidiosa, o facto de estar em toda a parte simultaneamente acesa e temida” (p. 149).



## Capítulo 3

### Os meios de comunicação e a sexualidade na adolescência

Vivemos actualmente num mundo dominado pelas tecnologias e pela necessidade de estar em permanente comunicação e interactividade. É neste contexto que os meios de comunicação se apresentam como um recurso fundamental ao ser humano. Desde a rádio aos jornais, passando pela televisão e internet, os meios de comunicação constituem um conjunto de recursos que reificam tecnologias e mecanismos mediáticos. Estas representações mediáticas que circulam nos meios *mainstream* são criadas por um conjunto de conjunturas que deverão ser monitorizadas, uma vez que nos são dirigidas enquanto audiência e nos devem preocupar enquanto cidadãos. Isto porque a globalização dos meios de comunicação veio apresentar-se enquanto força normalizadora e culturalmente padronizante. As indústrias mediáticas, cada vez mais disseminadas e imperialistas, apresentam de forma inequívoca e inquestionável “verdades” sociais que regulamentam valores, atitudes e comportamentos ao apresentar o que é “certo” e “errado” nas várias dimensões da nossa vida. No entanto, esta globalização dos *media* não representa por si só uma força unidireccional. De facto, os receptores destas mensagens (a audiência) possuem um papel importante na sua recepção, consumo, interpretação e mesmo resistência (Devereux, 2007). Na maior parte dos casos a ideologia dominante é reificada através da legitimação de assimetrias de poder entre os diversos intervenientes sociais ao serem apresentadas como naturais, inevitáveis e, portanto, inquestionáveis. Reforça-se, assim, a

importância de se procurar compreender como se articulam estes discursos de forma a desconstruir a sua orientação ideológica (Devereux, 2007).

A posição que aqui se apresenta será portanto uma crítica aos mecanismos existentes, dado que consideramos necessário distanciarmo-nos da posição patriarcal vigente nas estruturas e instituições sociais, mas também da construção de feminilidade enquanto resultado de um *male gaze* que oferece às mulheres uma posição pré-determinada face às suas experiências pessoais (Thornham, 2007). Como refere Vilar (2003), os *mass media* caracterizam as sociedades modernas sendo componentes e produtores de realidade. Neste sentido, é fundamental partir de uma perspectiva pluralista, que nos permita manter consciente a importância da nossa agência enquanto sujeitos que podem apropriar-se da sua realidade social – globalizada.

Tendo por base estas referências, este capítulo tem como principal objectivo sistematizar a importância dos estudos feministas dos *media*, clarificando o seu enquadramento feminista nos *media* contemporâneos. Posteriormente reflectiremos sobre o papel dos *media* na formulação da sexualidade enquanto elemento de marketing, abordando a sexualização da adolescência. Por fim, reflectiremos sobre as revistas para adolescentes enquanto nicho de mercado e mecanismo de fidelização ao consumo.

### **3.1. Feminismos e os estudos feministas dos *media***

Os *media* desde cedo estiveram no centro da atenção das feministas e no centro da sua crítica (van Zoonen, 1994) devido à disseminação de padrões sociais através das representações sociais que concretizam. Aliás, os *media* sempre acompanharam o movimento feminista, não só contribuindo para a sua divulgação mas constituindo também um elemento de análise. Este movimento pode ser descrito em função de três vagas distintas: uma primeira situada em meados do século XIX, uma segunda retomada no pós-2ª Guerra Mundial, e finalmente, uma terceira que nos acompanha nos dias de hoje (Kaplan, 1992).

A primeira vaga tinha como principais objectivos a luta das mulheres pelo seu direito de voto, o seu reconhecimento enquanto cidadãs e o acesso à vida política. Estas lutas tiveram início sobretudo devido à Revolução Industrial e posteriormente as Grandes Guerras Mundiais. Apesar dos objectivos comuns partilhados, não podemos esquecer que possuíam circunstâncias

distintas (classe social, raça, país de residência ou clima sociopolítico e económico) que condicionavam as suas formas de luta. Como exemplifica Nogueira (2001b), “enquanto as mulheres da classe trabalhadora pretendiam melhorar o nível económico das suas vidas, depauperado pelas consequências da revolução industrial, as mulheres das classes altas visavam a igualdade no mundo do trabalho e a liberdade individual” (p. 131).

Surge então uma segunda vaga por volta dos anos 60 e até aos anos 80, reacendendo as lutas por direitos pessoais. Mais especificamente, lutava-se sobretudo por acesso ao conhecimento, à informação e ao reconhecimento do saber acumulado das mulheres sobre si próprias tendo sido um período próspero, de grande actividade e criatividade tanto activista como académica. Esta vaga resulta de um aumento do acesso à educação e da insatisfação com os recuos no acesso ao trabalho em resultado do final da II Guerra Mundial. Estes factos contribuíram para aumentar a consciência dos desfasamentos entre a lei e a prática diária (Amâncio, 2002).

Já em meados dos anos 80 surge a terceira vaga, protagonizada pelo feminismo pós-moderno e pelo pós-feminismo. Esta terceira vaga é, sobretudo, associada a um período de *backlash*, ou descrédito do movimento feminista, uma vez que se consideravam cumpridos os objectivos propostos pelas anteriores vagas. Muitos consideravam que o feminismo já não fazia sentido, que estaria fora de moda, tendo esta ideia sido sistematicamente veiculada e reforçada pelos *media*. Os seus objectivos eram, como ainda hoje, alcançar uma efectiva igualdade de direitos, nas representações de género, na prestação de cuidados na família e no espaço público e privado. Assim, a expressão feminismo, “esconde um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogéneo e a aparente comunhão de ideologias sob a bandeira do feminismo esconde a variedade de feminismos” (Cova, 1998, p. 9). A autora relembra ainda que este feminismo plural não se resume apenas à participação e activismo de mulheres, havendo muitos homens empenhados nas lutas feministas pela igualdade de direitos.

Paralelamente às diversas vagas dos feminismos emergiram e têm-se desenvolvido diferentes correntes teóricas feministas: o feminismo liberal, o feminismo socialista/marxista, o feminismo radical, o feminismo cultural, o feminismo pós-moderno e o pós-feminismo (*vide* Genz & Brabon, 2009; Nogueira, 1997, 2001b; Tavares, 1998, 2000). O elemento comum a todas as correntes é provocar mudanças profundas no pensamento social. Contudo, a extensão e direcção diferem entre as correntes teóricas, bem como as questões consideradas mais relevantes e respectivas possibilidades de resolução (Nogueira, 2001b).

No quadro desta diversidade de pensamento, Sandra Harding (1986) tomou a iniciativa de criar uma tipologia de epistemologias feministas no sentido de mais facilmente se identificarem e esclarecer as suas posições face à ciência moderna. A sua tipologia consiste em três categorias principais: o empiricismo feminista, o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) e o pós-modernismo feminista<sup>23</sup> (Amâncio. 2002; Nogueira, 2001a).

Mais recentemente, e de forma paralela a todo este pensamento, surge o conceito de pós-feminismo que se tornou controverso ao ser apropriado por muitas/os pensadoras/es de formas, por vezes, contraditórias. Este foi associado a um conjunto alargado de definições que vão desde uma perspectiva de *backlash* mais conservadora, os movimentos de terceira vaga feminista, ao feminismo pós-moderno/pós-estruturalista. Como afirmam Genz e Brabon (2009), não existe um pós-feminismo autêntico ou original que possua uma definição estanque, da mesma forma que não existe uma origem concreta. O pós-feminismo emergiu de “intersecções e hibridizações entre os *media*, a cultura de consumo, as políticas neo-liberais, a teoria pós-moderna e, de forma significativa, o feminismo” (Genz & Brabon, 2009, p. 5, tradução nossa). Como defende McRobbie (2009), o pós-feminismo partiu de conceitos como o empoderamento ou a escolha pessoal e converteu-os inserindo-os num discurso individualista que lhes atribui novos significados, implantando esta nova perspectiva principalmente junto dos *media* e da cultura popular, mas também junto de instituições, e apresentando-o como um substituto ao feminismo.

Assim ao usar o conceito pós-feminismo podemos estar a referirmos a um de três domínios:

- 1) Pós-feminismo como movimento de terceira vaga, também nomeado de contra-feminismo ou *backlash* ideológico, apresenta-se como um elemento conservador e acomodado face à igualdade de género. Este considerava que os objectivos que fundamentavam as lutas feministas teriam sido alcançados pelo que os seus defensores viam como desnecessária a continuação da luta feminista, sugerindo assim uma formulação posterior (pós) aos ideais feministas. Representava assim uma reacção contra os feminismos de segunda vaga e ao seu conceito de participação activa, colectiva e comunitária ao nível social, cultural e político.
- 2) Enquanto “parceiro” do movimento pós-moderno e pós-estruturalista, o pós-feminismo tem as suas influências na década de 60 e apoia-se em concepções teóricas que

---

<sup>23</sup> O pós-modernismo feminista ou feminismo pós-moderno já foi explorado no capítulo anterior.

radicam o feminismo na diferença sexual, assumindo como ponto de partida a diferença de subjectividades entre o masculino e o feminino. Esta aproximação deveu-se sobretudo à proximidade que se verifica ao nível dos objectivos que estão na base destes movimentos, ou seja, a desconstrução e o questionamento das questões de género contrapondo uma visão instituída de que o género configura uma estrutura ou categoria fixa e inalterável. No fundo, um movimento “dinâmico capaz de desafiar enquadramentos modernos, patriarcais e imperialistas” (Genz & Brabon, 2009, p. 27). Neste sentido, é considerado como origem de mudanças nas relações sociais, nos papéis estereotipados e nas concepções de agência questionando não só o conceito de mulher como a forma como as suas subjectividades enquanto sujeitos do feminismo são conceptualizadas.

- 3) E o pós-feminismo nos *media* como sinónimo de uma representação neoliberal e individualista da mulher contemporânea. Este é largamente apoiado uma vez que, ao mesmo tempo que reconhece as aquisições dos feminismos de primeira e segunda vaga, estimula a uma reinvenção do sujeito feminino, nomeadamente através de uma atitude mais reivindicativa e implicada com a sua realidade social. A noção de um feminismo elitista que pretende melhorar as vivências e experiências de uma maioria silenciosa bem como a ideia de que um feminismo autêntico e hostil aos *media* levaram ao desafiar a uma nova conceptualização e a instituição do pós-feminismo junto da cultura popular (Genz e Brabon, 2009). Esta tomada de posição veio a dar azo à instituição de uma cultura de feminismo popular (*pop feminism*).

Como concluem Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005), no seu verbete sobre pós-feminismo no Dicionário da Crítica Feminista,

“O conceito de pós-feminismo traduz assim a existência, hoje, de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo «plural», que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem contudo, pretender fazer *tabula rasa* das batalhas ganhas, nem reificar ou «fetichizar» o próprio conceito de diferença” (p. 154)

Partindo deste pressuposto, a investigação feminista dos *media* reflecte um projecto audaz que junta num mesmo olhar os estudos culturais e os *media*. Esta importância continua vigente nos dias de hoje, apesar do seu início ter sido há 25 anos (Gallagher, 2006), como uma das

principais batalhas do feminismo contemporâneo. Podemos mesmo dizer que a principal característica que perpassa os estudos feministas dos *media* é a sua dimensão política, congregando os vários desenvolvimentos ao nível do âmbito, complexidade e interdisciplinaridade (Gallagher, 2006). Ora, por estudos feministas dos *media* compreende-se o estudo situado e localizado das produções mediáticas, nomeadamente através de uma leitura de género baseada em pressupostos feministas.

Para estes estudos, o conceito de representação é aliás um dos mais prementes uma vez que é central a toda a crítica realizada. Por representação compreende-se o modo como os conteúdos mediáticos simbolizam ou caracterizam um fenómeno social ou cultural. Refere-se geralmente a uma descrição parcial, quer de pessoas, quer de eventos, grupos, tradições ou relações sociais (Hodkinson, 2011). No caso dos estudos feministas dos *media*, a representação parcial e assimétrica da mulher e do feminino é central, uma vez que reproduz e reforça assimetrias de poder e é um claro entrave ao alcance da igualdade de género. Como afirmam Sánchez Leyva e Olaizola (2007), pensar a comunicação de um ponto de vista feminista pressupõe ir além de uma perspectiva de género, pressupõe uma incorporação desta nos estudos da comunicação (...) sendo que urge desmontar e visualizar as estruturas de desigualdade que mantêm o domínio patriarcal capitalista. Mas não podemos esquecer que não somos nunca meros espectadores das imagens e representações das mulheres (Thornham, 2007). Procura-se, portanto, nos dias de hoje deslocalizar o foco da nossa atenção das 'imagens das mulheres' para nos centrarmos nas ideologias de feminilidade que são produzidas e reproduzidas pelas representações dos *media*.

É no sentido da sua legitimidade perante o público, produzindo e reproduzindo 'verdades' sociais, que os meios de comunicação assumem relevância face à estruturação e manutenção de *scripts* comportamentais. Assim, muitos dos desenvolvimentos desta perspectiva dos estudos da comunicação centram-se nas questões do poder, nos modelos que veiculam e na produção de sentido dos meios de comunicação.

Apesar se verificar uma crescente feminização profissional (Gallagher, 2001), esta não se traduz num efectivo desafio às assimetrias de poder que valorizam o masculino e subalternizam o feminino. As posições dominantes são ocupadas por homens, controlando assim os meios de expressão e reforçando ideias e valores patriarcais (Coote e Campbell, 1982 as cited in, Thornham, 2007). Neste sentido, uma compreensão da globalização dos *media* é um ponto de partida que se torna essencial num século XXI (Devereux, 2007), cada vez mais

mediatizado. As imagens mediáticas, no entanto, nem sempre se revelam precisas e fiéis sendo, frequentemente, distorções preenchidas de estereótipos que denigrem as imagens e auto-percepções das mulheres ao mesmo tempo que limitam os seus papéis sociais (Thornham, 2007).

Para o advento dos estudos feministas dos *media* muito contribuíram dois grandes ímpetus: no ocidente a obra *Feminine Mystique* da autoria da feminista liberal Betty Friedan (1963/2010); a nível mais global a Década Internacional das Nações Unidas para as Mulheres (1975-85) que confirmou a premência destes estudos.

A obra de Friedan analisava as representações das donas de casa, sobretudo nas revistas femininas da década de 60, apresentando-as de forma caricaturada. Como afirma van Zoonen (1994), a *Feminine Mystique* corresponde então ao “mito de que as mulheres podem encontrar verdadeiro contentamento e realização em ser donas-de-casa e mães” (p. 11, tradução nossa). Este livro pretendia, deste modo, chamar à atenção para esta representação distorcida das mulheres e assim dar resposta a uma discrepância entre a representação mediática e os papéis de vida das mulheres, nomeadamente as que lutavam pelo acesso igualitário ao mercado de trabalho e um tratamento equitativo das suas capacidades e oportunidades. Friedan observou que estas revistas cingiam-se a artigos que articulavam a culinária e alimentação com roupas, cosméticos ou corpos jovens. Esta representação limitada das mulheres como *felizes heroínas do lar* – remetendo-as sempre para papéis de maternidade, cuidado da casa ou enquanto objectos sexuais - veio substituir, segundo a autora, os desejos de carreira estimulados pelas e junto das jovens dos anos 1930s e 1940s (Friedan, 1963/2010; Massoni, 2004). A representação mediática opunha mulheres femininas e realizadas em casa, confinadas ao espaço privado, a mulheres com perfis mais masculinizados que descuidariam afazeres domésticos e a família pela sua participação na vida pública.

Ora, trata-se de uma das dicotomias que mais tem sido debatida pelo feminismo – as fronteiras entre público e privado:

“As feministas mostraram como a associação entre o privado, a vida doméstica e o feminino restringiu a mulher a esta esfera, contribuindo, em grande medida, para a sua posição de subordinação ao longo da história, nomeadamente a exclusão da escola, do trabalho e da política. As feministas pós-estruturalistas mostraram como esta divisão é socialmente construída e como é necessária a sua desconstrução e o conhecimento das diversas formas em que ela se exprime” (Bartky, 1990, p. 31, tradução nossa).

As dimensões público e privado constituem assim um dos dualismos mais importantes e que mais se aproximam (e sobrepõem) nos estudos feministas dos *media*, nomeadamente ao se confundirem em produções mediáticas que abordam publicamente elementos do âmbito privado, como é o caso da sexualidade.

Estes estudos iniciais concluíram que os *media* estavam profundamente implicados nos padrões de disseminação contra as mulheres, contribuindo para a sua “aniquilação simbólica” (Tuchman, 1979). Neste sentido, os dois principais eixos de análise nos estudos feministas dos *media* – a análise de estruturas de poder e o enfoque nas políticas de representação e na produção de conhecimento – reuniram-se dando origem a “análises mais complexas da estrutura e do processo de representação, das estruturas culturais e económicas que os suportam, das relações sociais que produzem um discurso genderizado e da natureza da identidade genderizada” (Gallagher, 2006, p. 12).

Permanecia assim o desafio de se criarem espaços discursivos alternativos que se inscrevessem nas narrativas culturais, definindo um novo olhar sobre a realidade social. Neste sentido, décadas mais tarde, é de salientar o contributo de Liesbet van Zoonen para esta disciplina, publicando, a título de exemplo, a obra de referência *Feminist Media Studies* (1994), que tenta sistematizar elementos essenciais e críticos da relação dos indivíduos com os *media*, sejam eles produtores de conteúdos mediáticos ou audiências.

Portanto, perspectiva-se como essencial uma análise crítica dos *media*, não só pelo esperado impacto que estes meios podem ter nas suas audiências, mas também pelo facto de, como afirma Fausto-Sterling (2001), vivermos num contexto, em que a nossa compreensão e significados depende em larga escala da oposição dualística dos factos, e sistemas de valores. Esta visão essencialista, e progressivamente ultrapassada, não se coaduna mais com o feminismo contemporâneo, onde o conceito de poder se baseia numa perspectiva relacional, e inspirada em Foucault, e não meramente enquanto característica de um grupo (Oliveira & Amâncio, 2006). Não interessa quem detém o poder, mas sim reflectir e desconstruir uma multiplicidade de interações que subordinam, em determinados momentos, um grupo ou indivíduo em função de outro.

Esta construção, de multiplicidades relacionais é, obviamente, influenciada pelas indústrias mediáticas uma vez que não é possível ficar-se imune à influência dos *media* (Durham, 2009). O que de facto é necessário é uma atitude céptica e de distanciamento crítico. Assim, pretende-se dar aos indivíduos a possibilidade de gestão e reformulação das informações

recebidas, de adquirir maior perspectiva sobre os factos e maior controlo. No entanto, continua premente a implementação e credibilização (ou atribuição de maior crédito) junto das estruturas governamentais e de gestão privada, sobretudo no sentido de desenvolver políticas do dia-a-dia que compreendam melhor “não só o processo de desenvolvimento da personalidade, mas também as ‘micro políticas’ das transacções mais banais, segundo as quais constituímos a nossa subjectividade” (Bartky, 1990, p. 118-119, tradução nossa). Concordamos com a autora, ao afirmar que compreender a opressão sobre as mulheres implica ter em conta a estruturação das suas subjectividades em práticas fraudulentas (Bartky, 1990).

Neste sentido, o pós-feminismo apresenta-se como espaço por excelência para um repensar de conceitos como a escolha pessoal, como local de reconceptualização do empoderamento e agência das mulheres. A adopção de uma postura pós-feminista responsabiliza as/os interlocutoras/es numa abordagem crítica da sociedade, em especial relativa aos contextos mediáticos. Aliás, é amplamente aceite que o feminismo é agora uma face constante dos contextos culturais, sendo que o seu âmbito de acção e de construção de significados encontram-se entrosados numa paisagem mediática globalizada.

A versatilidade (e utilidade) conceptual do pós-feminismo leva assim a que seja considerado problemático ao se revelar uma faceta provocativa e incitadora da cultura, da sociedade e da política contemporâneas, requerendo atenção e escrutínio (Genz & Brabon, 2009). As mesmas autoras consideram que a cultura popular e os *media* devem ser considerados como palco preferencial para a reconceptualização (pós)feminista enquanto prática política que vai além de separatismos colectivos e que se focaliza nas múltiplas posições de agentividade e subjectivas disponíveis aos indivíduos. Contudo, dentro deste subsistem debates do feminismo da diferença e da igualdade.

Como afirma Dourado (1998), o feminismo da diferença assume o género “como natural do sexo feminino ou do sexo masculino” (p. 40) defendendo a manutenção e aprofundamento destas diferenças, negando a construção social da identidade feminina e reivindicando um ajustamento entre esta identidade da mulher e a sociedade (Dourado, 1998). Estas feministas defendem a articulação e a protecção das relações entre a esfera do privado e do público, possibilitando o acumular de papéis sociais (e.g. profissional, amante, mãe, dona de casa, cuidadora). De forma contrária, o feminismo da igualdade assume que o género resulta de uma construção social masculina influenciada por instituições como o patriarcado. As diferenças entre sexos não radicam na biologia ou nos indivíduos mas nas relações sociais construídas

desde a infância e, diariamente, assimetricamente reforçadas. Procuram sobretudo alcançar a igualdade formal entre homens e mulheres. Mais do que posicionarmo-nos neste debate, consideramos importante reforçar a existência de feminismos e mulheres plurais, marcadas por características individuais e únicas, que se congregam num posicionamento social desigual e subjugado face aos também plurais e diversos homens e masculinidades.

Neste sentido, adoptar uma perspectiva feminista de análise, é mais do que observar o comportamento de homens e mulheres face aos seus papéis de género e as implicações destes no quotidiano. Implica tomar consciência de um sistema externo de forças hostis, que são responsáveis pelo tratamento injusto das mulheres e que reifica o sistema de dicotomia em função dos papéis de género (Dourado, 1998). Como relembra Gallagher (2006), a unificação do grupo de quem se fala e por quem se fala está no centro da crítica feminista aos conteúdos mediáticos, nomeadamente pela sua tradução na construção assimétrica das representações. Portanto, a opressão, nomeadamente pela objectivação das mulheres, é para as feministas ponto de partida para práticas desconstrutoras. Isto porque, no caso das mulheres, o corpo não é apenas uma essência biológica com que nascemos e que desenvolvemos, mas é um ponto de partida em que o discurso e a *performance* concorrem na construção dos indivíduos inseridos na sua cultura. Como relembra Bartky (1990) é pelo corpo que a cultura contemporânea e patriarcal domina e restringe as mulheres. Na sua opinião, e que nós partilhamos, “existe um *connoisseur* panóptico<sup>24</sup> masculino dentro da consciência de cada mulher: estas estão perpetuamente perante o seu olhar e juízo. A mulher vive o seu corpo como visto por outrem, um Outro anónimo e patriarcal” (Bartky, 1990, p. 72, tradução nossa). Consequentemente, categorias identitárias como masculino e feminino ultrapassam a sua função formal para se afirmarem enquanto elementos críticos da nossa sociedade.

Neste caso, as revistas para adolescentes que analisamos são dos mecanismos ideológicos mais significativos no desenvolvimento humano e na construção pessoal enquanto cidadãos e cidadãs. No nosso século é legítimo afirmar que "o conteúdo mediático desempenha um papel extremamente importante na formação da nossa percepção do que é ser 'masculino' e 'feminino'. Este também acarreta um conjunto de pressupostos hegemónicos acerca da sexualidade humana" (Devereux, 2007, p. 205, tradução nossa). De facto, as revistas para adolescentes reflectem o universo das revistas para mulheres adultas (verificando-se apenas

---

<sup>24</sup> O *connoisseur* panóptico a que se refere Sandra Bartky pretende retomar o poder devassador do modelo panóptico enunciado por Jeremy Bentham que enuncia um “estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 1975/2003, p.166). Assim, nesta apropriação pretende-se expor, mais do que os seus efeitos, a incapacidade que decorre por um constante olhar masculino que condiciona vivências particulares.

uma adaptação linguística, mas não de conteúdos, ao público mas jovem), povoado por mulheres magras, bonitas e brancas que têm como principal meta alcançar uma elevada beleza e relacionamentos heterossexuais (Ballaster *et al.*, 1991; Massoni, 2004). Neste sentido, estas publicações têm sido identificadas por vários autores como significativas na construção da subjectividade feminina (Carpenter, 1998, 2001; Currie, 1999, 2001; Kehily, 1999; Jackson, 2005a, 2005b; McRobbie, 1991, 1996; Pierce, 1990, 1993; Ussher, 1997).

### **3.2. Sexualidade como estratégia de marketing**

Não nos passa despercebido que a maioria dos produtos mediáticos apresentam, nos dias de hoje, uma elevada conexão sexual. Como referem Brown Travis e White (2000), a temática da sexualidade está constantemente exibida nos títulos mediáticos, alimenta controvérsias e é alvo de decisões políticas. Aliás, esta temática tem sido largamente explorada na publicidade para vender todo o tipo de produtos, até aos mais descabidos. No entanto, ultimamente a representação sexual tem-se tornado, como alertam Levin e Kilbourne (2009), “mais extrema, mais penetrante e mais perversa do que nunca” (p. 140, tradução nossa).

Esta alteração na representação da sexualidade implica também uma alteração da representação da feminilidade e por consequência do próprio conceito de rapariga adolescente. “Os corpos das raparigas e jovens mulheres são frequentemente representados tanto como sujeitos consumidores e objectos de consumo, sendo especialmente representadas enquanto objectos de consumo e desejo de homens heterossexuais” (McRobbie, 2004, p. 35, tradução nossa). Ora, uma vez que vivemos numa sociedade altamente dominada e determinada pelos *media*, podemos ter tendência a considerar que os elementos discursivos veiculados pelos meios mediáticos representam uma verdade indiscutível e inquestionável. Como refere Devereux (2007) os *media* tendencialmente apresentam os conteúdos de forma padronizada, reforçando a construção homogénea de uma “realidade” socialmente partilhada e contribuindo como importantes agentes de socialização ao reproduzirem normas sociais dominantes ou não, bem como as suas crenças, ideologias e valores.

É nesse sentido que a sexualidade representada nos meios mediáticos, nomeadamente nas revistas para adolescentes, contribui de forma clara para uma construção pessoal e muito específica de se ser rapariga. Mais concretamente, Sue Jackson (2005a, 2005b) realizou um

estudo composto por três fases (análise de colunas de aconselhamento, entrevistas às colunistas de aconselhamento e entrevista a jovens sobre estas páginas de aconselhamento), tendo por base a revista australiana *Girlfriend*. Esta análise das colunas de aconselhamento recuperou cartas publicadas entre 1997 e 2002, sendo que após análise temática, as mesmas foram analisadas discursivamente. Após esta abordagem discursiva a autora identificou três formas de construção da sexualidade das jovens: 1) ser sexualmente activas e não o querer ser; 2) não ser sexualmente activas e querer ser; e 3) ser activas sexualmente mas não ter a certeza se é o mais 'correcto'. A sua grande conclusão é que apesar das cartas das leitoras se apresentarem como formulações de 'performatividade' de desejo sexual, as respostas das colunistas contribuíam frequentemente para a desconstrução desta formulação. Discursos de romance, sexo seguro e adolescência funcionavam assim como entraves às expressões de desejo, reportando as jovens para hormonas adolescentes, conduzindo-as por entre receios e ansiedades nomeadamente face à gravidez adolescente e reificando a necessidade de estabelecerem e se expressarem sexualmente apenas numa relação amorosa (heterossexual) (Jackson, 2005b). A autora realizou ainda outra análise dos mesmos conteúdos usando apenas as cartas que se referiam a aspectos físicos da actividade sexual. Esta análise permitiu-lhe verificar que o sexo era nesta publicação construído, ora como doloroso, perigoso, seguro, ora como uma técnica. Em conclusão, percebeu que, no geral, os conteúdos da revista representavam a actividade sexual como normativa de forma a que nas páginas de aconselhamento se passassem mensagens de responsabilidade sexual, aproveitando assim o facto desta secção da revista privilegiar um contacto mais próximo com as adolescentes (Jackson, 2005a).

Por sua vez, Brown, Halpern e L'Engle (2005), procuraram entender como se verificava a influência de vários *media*, nomeadamente a televisão, filmes, música e revistas. A intenção era verificar se estes funcionavam de forma semelhante aos pares (*super peers*) e se o seu consumo era distinto para raparigas que iniciavam a sua puberdade de forma precoce face à média das jovens. Foi elaborado um questionário ao qual responderam 471 raparigas com uma média de idades de 13.7 anos. Os resultados vieram confirmar as suas hipóteses, tendo demonstrado que as jovens que entram precocemente na puberdade (independentemente da idade ou raça) são mais facilmente influenciadas e procuram com maior frequência conteúdos de sexualidade nos *media*, ao mesmo tempo que consideram que estes conteúdos legitimam os envolvimentos sexuais.

Escobar-Chaves, Tortolero, Markham, Low, Eitel e Tickstun (2005) procuraram determinar o que se conhece ou não, cientificamente, sobre os efeitos dos *media* nas atitudes e comportamentos sexuais dos adolescentes. Analisaram, assim, produções realizadas não apenas nos Estados Unidos da América mas também outras produções em língua inglesa. Assim, reviram literatura científica das ciências sociais e biomédicas sobre conteúdos sexuais nos vários *mass media*, a exposição de adolescentes aos *media*, o efeito desta exposição e modos de atenuar esses efeitos. Esta análise compreendeu estudos publicados entre 1983 e 2004, com revisão por pares e que recorressem a adolescentes e jovens entre os 11 e 19 anos de idade. Apesar de encontrarem muitas inconsistências que impossibilitavam a comparação entre grande parte dos estudos, concluíram que a maioria dos estudos realizados, olhavam para a influência da televisão, sendo os restantes meios de comunicação descurados. A sua maior conclusão foi a necessidade de se incluir maior diversidade de análise metodológica e de se construir medidas específicas e robustas que sustentem os resultados apresentados.

Em 2006, Farvid e Braun apresentaram os resultados da sua análise de seis números sequenciais das revistas *Cleo* e *Cosmo* (Janeiro a Junho 2002). Ambas as revistas possuem públicos-alvo definidos que vão dos 18 aos 34 anos, mas é comumente aceite que jovens de 14 anos também lêem as revistas. Assim, Farvid e Braun (2006) analisaram tematicamente 399 páginas das duas revistas. Com esta análise concluíram que a representação do sexo e da sexualidade continua a ser implacavelmente heterossexual. Os dados eram ainda caracterizados por múltiplos, competitivos e contraditórios relatos de sexualidade feminina e masculina. Estas jovens era representadas como empoderadas, sexualmente activas, independentes e com legitimidade para possuírem desejo sexual e experiências de prazer, com necessidade de ter um homem na sua vida e em última instância procurar uma relação monogâmica de longa duração com um homem – encontrar o seu *Mr. Right* (Farvid & Braun, 2006).

Mais recentemente, em 2010, Jackson e Westrupp realizaram o estudo que conclui os anteriormente citados da mesma autora. Este foi realizado junto de pré-adolescentes (11-15 anos) e focalizava-se na compreensão de diferentes concepções de sexualidade destas adolescentes, partindo de uma análise da revista *Girlfriend*. O objectivo era ver até que ponto estas jovens se reviam e construíam tendo por base um discurso de sexualidade pós-feminista da cultura popular. Foram realizados grupos focais com 47 adolescentes em que se verificou que estas identificavam a revista como fonte de informação em relação a diferentes aspectos de sexo e sexualidade. Concluiu-se, ainda, que as adolescentes construíam a revista enquanto um

recurso (pós-feminista) partindo de três grandes domínios: guia para práticas sexuais diversas, rapazes e sexo ou sexo seguro.

No entanto, como podemos verificar, a padronização e normalização desta construção não é, em si, sinónimo de uma efectiva ajuda ao desenvolvimento; pelo contrário, esta representa uma constrição das opções disponíveis ao desenvolvimento e construção pessoal e auto-determinada da rapariga. A título de exemplo podemos reflectir sobre o facto de, como conclui McRobbie (2004), se considerar que as raparigas e mulheres assumem fazer compras para si próprias. Como refere a autora, “o desafio colocado pelo consumo das raparigas para si próprias é comprometido ao se verificar que estas se preparam (enquanto raparigas) para um outro (masculino): o actual ou potencial namorado” (McRobbie, 2004, p. 35, tradução nossa). Ora, este exemplo ilustra a dualidade da consumidora, mas também a complexidade inerente à construção pessoal, enquanto rapariga adolescente inserida num contexto social ocidental. Também aqui elas encontram uma dualidade e contradição: ao mesmo tempo que são consideradas consumidoras ideais, consumir denota a existência de desejos e vontades próprias; o que é contraditório com o ideal de uma feminilidade passiva e submissa.

Portanto, baseado num conjunto de pressupostos sobre o mundo social como garante, os *mass media* articulam os seus produtos mediáticos, sendo estes igualmente aceites como verdades pelos profissionais e audiências (Deverex, 2007). Neste processo, as imagens de sexualidade são abundantes e, claramente, não têm como sua prioridade, não se destinam a “vender-nos” sexo; o seu objectivo é “vender-nos” uma necessidade de comprar, de consumo (Levin & Kilbourne, 2009). Como concluem estes autores “o desejo que eles nos querem inculcar não é para o orgasmo, mas para comprar mais tecnologias. Esta é a intenção do marketing; contudo, uma consequência involuntária é o efeito que estas imagens têm no desejo sexual e na vida real” (Levin & Kilbourne, 2009, p. 151, tradução nossa). No entanto, seria *naïve* da nossa parte considerar que esta influência é unidireccional: são as pessoas que modelam, ao mesmo tempo que são modeladas, pelos *media*. Assim, cada vez mais os indivíduos se convencem da sua necessidade de um produto ao mesmo tempo que este é amplamente explorado nos *media*. Os indivíduos querem o que é mostrado e os *media* mostram o que os indivíduos mais procuram e anseiam possuir.

Ora esta associação reflecte-se então na precocidade em que as crianças são “bombardeadas” com imagens e mensagens sobre sexo e sexualidade. Mensagens estas que muitas vezes se apresentam incorrectas, estereotipadas ou descontextualizadas, sendo mais

prejudiciais do que úteis. Ter em conta se os conteúdos disponíveis são apropriados à faixa etária em diferentes estádios desenvolvimentais é apenas uma pequena ajuda face às ideias, problemáticas e manipulativas sobre sexo que circulam na cultura popular (Durham, 2009). Portanto, estas perpassam não apenas na cultura popular, mas reproduzem-se e reificam-se em toda a sociedade de consumo. Verifica-se, então, uma dupla penalização das mulheres, quer pelos “tectos de vidro” ainda existentes no acesso a cargos de liderança em grandes empresas corporativas, quer pelas ideologias patriarcais e visões de diferença sexual que continuam a ser veiculadas diariamente.

Neste sentido, poderíamos concordar com Durham (2009) quando afirma que uma nossa atitude passiva está na raiz dos problemas das mulheres. De facto, será necessária uma intervenção mais direccionada e focalizada na desconstrução das produções mediáticas e ideologias patriarcais de forma a potenciar um consumo mais crítico da cultura popular amplamente divulgada e disponível nos nossos dias.

Extremamente relacionada com estes ideais está a conceptualização da cultura feminina como radicada em pressupostos universais de beleza; colocando-os como elementos de carácter pessoal, os quais desviam a atenção de problemáticas sociais mais amplas e que para as feministas são estruturais, uma vez que tem implicações generalizadas ao nível da conceptualização e representação do feminino e da mulher. Esta relação com a identidade individual enquanto baseada na aparência da mulher articula claramente e demonstra a clara imiscuidade que, na mulher, os domínios do pessoal e do político possuem. Como relembra Alison Jaggar (1994), estes são claramente “exemplos de como o pessoal é político – para não mencionar económico” (p. 148, tradução nossa). Aliás, como continua a autora, as actuais instituições de beleza feminina e de moda levantam questões de fundo ao feminismo no sentido em que é complexo destrinçar autonomia pessoal e escolha de exploração capitalista e coerção. Ao mesmo tempo a ausência de posição poderá significar algum conformismo ao passo que o contrário poderá denotar uma posição puritana face à sexualidade. Para além destes aspectos, encontram-se ainda enraizados múltiplos e contraditórios significados em função da aparência da adolescente ou jovem mulher valorizando ser branco, jovem, rico e a aptidão física, ou seja, enaltecendo normas restritivas e discriminatórias (Jaggar, 1994).

Estes pressupostos permitem aos sistemas capitalistas estabelecer uma rede de produtos e serviços que se articulam e publicitam entre si, aumentando a necessidade de adesão e a incapacidade de ir para além deste ciclo vicioso corporativista. Este tipo de indústrias

incluem também as mediáticas, o que pela sua constante presença, expande esta necessidade consumista ao nível de tendência no âmbito de determinados grupos sociais. As crianças e adolescentes são uns dos grupos que mais expostos estão a esta estratégia de marketing – sendo logo desde muito cedo imersos numa cultura de consumo de marcas que não são só apenas as destinadas à sua faixa etária, mas também as que têm impacto junto dos pais e que serão referências/influências futuras. Para estes grupos os recursos que mais vezes são utilizados são a sexualidade e a violência. Como afirmam Levin e Kilbourne (2009), muitas indústrias obtêm lucro pela exploração destas duas temáticas nos seus produtos. De facto, independentemente das condições pessoais do indivíduo (e.g. raça, etnia, estatuto socioeconómico ou género) e independentemente da capacidade de aquisição dos produtos, as crianças são sempre profundamente atingidas por estas estratégias de mercado que valorizam desde cedo a expressão da sexualidade e da violência, fazendo-os corresponder ao sexo feminino e masculino, respectivamente. Daqui se pode concluir a importância da desconstrução destas ideologias dominantes, uma vez que iniciam desde cedo comportamentos discriminatórios, sexistas e estereotipados.

Levin e Kilbourne (2009) advertem ainda para o facto das “crianças estarem a pagar um enorme preço pela precoce sexualização da sua infância” (p. 5, tradução nossa). Esta pressão e influência é, como temos vindo a demonstrar, mais penalizante para as raparigas, aumentando de forma exponencial ao longo do seu desenvolvimento. Linda Lemoncheck (1994), porém, antevê esta posição explorando e debatendo a distinção entre a construção da mulher enquanto sexualmente atractiva e a sua constituição enquanto objecto sexual. Para a autora, a diferença fundamental reside na efectivação de um tratamento moralmente equivalente entre homens e mulheres, uma vez que “a objectificação sexual envolve subjugação, subordinação e a intimidação resultante do controlo psicológico” (Jaggar, 1994, p. 148-149, tradução nossa). Lemoncheck (1994) considera que as mulheres ao serem tratadas enquanto objectos sexuais perdem o seu estatuto de sujeito, sendo-lhes, portanto, retirada a condição humana. Esta conclusão permite-nos alertar para o facto de estratégias de auto-afirmação pessoal inculcadas na sua maioria por pais e familiares culminarem em comportamentos exteriormente determinados e extrapolados da sua inicial formulação. Se ponderarmos sobre a aprendizagem e integração de práticas de *embelezamento* nos comportamentos diários podemos verificar que estão são no seu início, geralmente, encorajados e ensinados por mães ou outros modelos sociais. No entanto, os ideais de beleza que dominam socialmente são rapidamente

internalizados e autonomizados das práticas parentais, sendo as próprias jovens que se auto-disciplinam e auto- e hetero-monitorizam. Passamos rapidamente de uma brincadeira de crianças e de questões de beleza para o culto do corpo e da magreza. Curiosamente, esta sua constante monitorização articula-se com a sua invisibilidade social enquanto sujeito (Mota-Ribeiro, 2002).

Objectivamente, a principal preocupação da utilização da sexualidade como estratégia de marketing é o facto de, ao mesmo tempo que se vendem todo o tipo de produtos – estimulando a promoção do consumo pelo consumo (Levin & Killbourne, 2009) –, esta estar a ser apresentada de forma trivializada e sem conteúdos que permitam às crianças e jovens integrar o que significa uma sexualidade saudável, ausente de objectificações e de estereótipos. Na sua maioria as e os jovens são confrontados com mensagens e imagens cujo alcance e propósito lhes é difícil destrinçar, resultando não só em confusão mas também em receios e ansiedades. Outra característica destas representações mediáticas é a sua rigidez e essencialismo conceptual apresentando um mundo de opostos e contradições que dificilmente espelham a realidade social de multiplicidade e diversidade. Neste sentido, as resultantes construções pessoais, enquanto homens e mulheres, são redutoras e fixas.

A conclusão é óbvia: “Sexo Vende!” (Levin & Kilbourne, 2009, p. 31, tradução nossa)

### **3.2.1. Processos de sexualização da rapariga adolescente**

Como temos vindo a verificar, existe um crescente interesse sobre a forma como os *media* e o sistema de consumo articulam a sexualidade enquanto estratégia de venda. A *American Psychological Association* publicou mesmo em 2007 um relatório sobre a sexualização da raparigas – *Report on the APA Task Force on the sexualization of girls*. Contudo, esta formulação não se traduziu numa sistematização transversal, uma vez que se centrou numa perspectiva negativa e negativista da problemática.

Na sua definição de sexualização surgem os seguintes quatro itens (APA, 2007, p. 2, tradução nossa):

1. O ‘valor’ de uma pessoa deriva apenas da sua aparência ou comportamento sexual, excluindo-se outras características;
2. A pessoa é levada a igualar a atractividade física com ser sexy;

3. A pessoa é objectificada sexualmente – ou seja, resume-se a um objecto de uso sexual de outrem, ao invés de ser vista enquanto pessoa com capacidade de acção independente e de tomada de decisão;
4. A sexualidade é imposta de forma inapropriada a uma terceira pessoa.

A associação relembra ainda que estas condições não tem de estar todas presentes para ser um indicador de sexualização. Aliás destaca sobretudo as duas últimas como as mais recorrentes (APA, 2007). A principal preocupação centra-se numa visão passiva das crianças e adolescentes sobre as quais é imposta a sexualização.

Sendo um termo relativamente recente, muitas são ainda as inconsistências, apesar de uma franca expansão (e.g. APA, 2007; Durham, 2009; Levin & Kilbourne, 2009) ao nível dos estudos do seu efeito – na sua maioria configurados nesta perspectiva negativa do termo. Neste sentido, Gill (2007) define sexualização enquanto elevada proliferação de discursos sobre sexo e sexualidade na generalidade dos *media*, cada vez mais frequentemente pela apresentação erótica do corpo de raparigas e mulheres, e em menor quantidade, de homens em espaços públicos.

Numa tentativa de contrapor esta visão negativa e pretendendo questionar conceitos e pontos de vista, Egan e Hawkes (2008) contribuíram para a reflexão sobre esta temática ao tentarem posicionar-se como exteriores a este processo e debate. Assim, identificaram quatro premissas que poderão por em causa a capacidade explicativa desta formulação.

Em primeiro lugar consideram errado ver-se o processo de sexualização como universal, monolítico e perigoso ao ignorar variações históricas, culturais ou individuais do termo e do processo. Neste sentido, o discurso de sexualização promove um olhar mecanicista e coloca as crianças e adolescentes como passivos na sua construção pessoal e não numa relação dinâmica condicionada/condicionadora das produções mediáticas. Depois relembra ainda que a natureza determinista associada ao discurso de sexualização inadvertidamente opõe e coloca em conflito a sexualização e a expressão sexual das raparigas. Por fim, alertam para o facto de que ao se caracterizar este fenómeno como específico das jovens e mulheres, se estar a reproduzir, de forma historicamente persistente, crenças moralistas e patriarcais sobre a natureza patológica da sexualidade feminina heterossexual (Egan & Hawkes, 2008).

Em suma, mais do que assumir uma posição face a este fenómeno é necessário estimular-se uma abordagem mais sistemática que permita respeitar a individualidade pessoal.

Com isto não pretendemos dizer que a sexualização não é de facto um problema dos nossos dias. No entanto, a sua existência não pode ser razão para se restringir o diálogo aberto com as e os adolescentes, anulando-se também a possibilidade de resistência e de formulação sexual saudável. O foco deve sair do indivíduo para ser colocado nas instituições que permitem a reificação de representações assimétricas e de desigualdades sociais.

Como sustenta Goldman (1992 *apud* Gill, 2007), “as mulheres não são à primeira vista apresentadas [nos *media*] como objectificadas, mas enquanto sujeitos activos no seu desejo sexual que escolhem representar-se assim de modo a melhor se adequarem aos seus interesses liberais” (p. 151, tradução nossa). Neste sentido, trata-se de vender uma nova forma de subjectividade às jovens: a jovem mulher e sexualmente autónoma que articula o seu poder sexual e está disponível para a sua sexualidade (Gill, 2007). Desta forma, a responsabilidade deixa de pertencer às instituições para se localizar no indivíduo, alegando a sua liberdade pessoal.

### **3.3. As revistas e a construção de feminilidade – um nicho de mercado**

Imersos num regime de consumo (Baudrillard, 1970/2010), é cada vez mais importante estar-se actualizada/o quanto aos mais recentes lançamentos de mercado, sobretudo no âmbito tecnológico e da informação. Silverstone (1999) define mesmo os *media* como “uma presença constante em nossas vidas quotidianas, à medida que alternamos entre dentro e fora, ligado ou desligado, de um espaço de comunicação, uma conexão mediática, para outra. Da rádio, jornal, para o telefone. Da televisão, para o hi-fi, a internet. Em público e em privado, sozinho e com os outros” (p. 6, as cited in., Devereux, 2007, p. 13, tradução nossa).

Patente em dispositivos mediáticos, tanto nos *media* tradicionais<sup>25</sup> como nos de nova geração<sup>26</sup>, está uma ideologia que segrega os indivíduos segundo várias características pessoais, das quais se destaca o género. Segundo Baudrillard (1970/2010), “continua-se a convidar os homens a brincar aos soldadinhos e as mulheres a servirem de bonecas consigo próprias” (p. 118). Neste sentido, é frequente encontrar-se programas, publicações, aplicações informáticas

---

<sup>25</sup> Entre os quais se encontram, a título de exemplo, as revistas, jornais, ou a televisão.

<sup>26</sup> Onde se enquadram dispositivos de acesso à Internet, Weblogs, ou redes sociais várias.

ou mesmo *gadgets* destinados apenas ao sexo feminino ou ao sexo masculino. Esta divisão assenta sobretudo num conjunto de características estereotipadas que são atribuídas a cada um dos sexos pela correspondência directa entre o sexo biológico e o género do indivíduo; binarismo este amplamente debatido na literatura (ver e.g. Butler, 1990).

Dentro dos *media* tradicionais surgem as revistas como um recurso amplamente utilizado; estas destacam-se, nomeadamente ao nível da crescente procura que as revistas para crianças, raparigas adolescentes e mulheres têm vindo a exercer no estabelecimento desta fronteira entre os sexos. As revistas para adolescentes que aqui exploramos encontram-se inseridas num *continuum* que se inicia com revistas de desenhos de animação (muitas vezes apresentando temáticas associadas a preferências específicas de cada sexo) e continua com revistas para jovens, para homens e para mulheres, pais e avós, num constante actualizar de “necessidades” de consumo (e.g. Lamb & Brown, 2006). Conclui-se mesmo que as revistas para adolescentes figurem como manuais introdutórios a um *continuum* de influências, guias e auxiliares de decisão comportamental.

Em consequência são disseminadas, nos *mass media*, imagens estereotipadas do sexo feminino e sexo masculino, aludindo-se frequentemente a relações de poder na intimidade pela subjugação e objectificação das raparigas adolescentes e das mulheres e pela imposição de uma heterossexualidade normativa. São frequentes os anúncios publicitários e colunas que colocam as raparigas como objecto sexual que deve actuar em função das preferências e dos desejos do sexo masculino.

Ortega e Sevilla (2008), verificaram mesmo que as revistas e a televisão são os meios de comunicação mais importantes para os participantes do seu estudo, sendo que 38% destes referia informar-se com bastante frequência através das revistas. No entanto, um estudo de Walsh-Childers e colaboradores (2002), conclui que apesar da cobertura de temáticas de saúde sexual em revistas para adolescentes e para jovens mulheres ter aumentado, a maioria da publicidade e conteúdo editorial permanece focalizado no que as raparigas e mulheres devem fazer para ter e manter o seu homem (Brown, 2002). Estes dados vão de encontro às conclusões de Jackson (2005b) que afirma que as revistas para raparigas adolescentes orientam o seu conteúdo em função de três grandes *clusters*: aparência física, relações heterossexuais e desejo, e discursos de auto-aperfeiçoamento.

Como poderemos ver de seguida, estas revistas apresentam uma visão muito restrita do sexo feminino e das características que correspondem ao *script* de género, apresentando a

feminilidade como uma identidade global e comum. Esta construção mediática do sujeito feminino é de facto um elemento chave no consumo desta tipologia de publicações, mas também na manutenção de um conjunto de comportamentos que fortalecem o corporativismo – nomeadamente através do fomento ao consumo de marcas pela publicidade não institucional. A existência de uma cultura de revista feminina, preconizada por uma imagem de mulher detentora de direitos pessoais e de um conjunto de objectivos facilmente alcançáveis, é testemunho desta mesma crescente importância e influência.

Este destaque verifica-se já desde o século XVIII ao surgirem os primeiros folhetins para mulheres. A emergência destas publicações reside no entanto no século XIX, tendo-se assistido a um crescente consumo da revista que gerou implicações tanto ao nível económico como ideológico. O contexto da industrialização foi assim um importante ponto de partida para a criação deste mercado específico ou grupo de consumo. Neste sentido, floresceram revistas dedicadas a grupos populacionais específicos e que eram organizadas em função de idade dos e das leitores(as), classe social, religião, e claro, género (Ballaster, Beetham, Frazer, Hebron, 1991). É neste sentido que desde bem cedo somos moldados e constrangidos, de forma a nos enquadrarmos nos guiões construídos pelos *media*. Os *scripts* sexuais são os mais presentes nestas publicações, inculcando desde cedo nas/nos jovens e adolescentes estereótipos acerca da sexualidade. Este fenómeno é bem identificado pelas/os adolescentes quando abordam temáticas de sexualidade, enunciando as expectativas e deveres que lhes são atribuídos, mas também ao sexo oposto (Magalhães, Saavedra & Nogueira, 2008a).

É, no entanto, apenas em 1963 que se divulga uma primeira apreciação reflexiva destas publicações. Atribui-se esta primeira análise a Betty Friedman (1963/2010), que como já vimos teve um papel de destaque na implementação de uma perspectiva crítica de análise dos *media*. Como refere Massoni (2004), é espantoso como a ideologia presente nas revistas para mulheres permaneceu constante ao longo das últimas década, tanto ao nível das imagens como dos discursos, vindo a reificar e reforçar os tradicionais papéis de género, a importância da juventude, da imagem corporal e das relações amorosas heterossexuais, bem como o papel do consumo na obtenção destes ideais. Estas representações são geralmente constituídas para que se apresentem como algo *fácil* com que se relacionar. Como destacam Ballaster e colaboradores (1991), esta aparente facilidade e simplicidade de conteúdos e representações faz com que a tarefa dos críticos seja ir além das representações e olhar analiticamente para a forma como estas se articulam bem como para as condições que facilitaram a sua introdução no contexto

social ao recorrerem a um conjunto de códigos e convenções genericamente aceites, reconhecíveis e que reforçam a sua influência junto das audiências.

Neste sentido, na década de 1970, a atenção feminista às revistas para raparigas ou mulheres traduziu-se na denúncia destas publicações como exemplos de opressão. Os seus conteúdos, nomeadamente os anúncios publicitários, vieram convencer as leitoras da sua discrepância face à representação, apresentando a cultura de consumo como a estratégia que as salvaria da insatisfação com a sua imagem corporal e da sua baixa auto-estima; além disso, o romantismo e o romance era-lhes apresentado como o meio pelo qual as mulheres deveriam interpretar e realizar a sua sexualidade (McRobbie, 1999). Na década seguinte, o esforço destas publicações centrou-se na promoção de uma melhoria pessoal e progressivo afastamento de atitudes de maior dependência que viriam a dar origem, nos anos 90, ao movimento de índole pós-feminista *Girl Power*. A disseminação desta visão do feminino defendia que, face ao alcance dos objectivos defendidos pelas feministas das décadas de 80/90, não faria sentido manter-se a luta feminista. Por outro lado, esta caracterização da mulher e da feminilidade disseminou a ideia de que a igualdade entre homens e mulheres era uma realidade, o que levou muitas/os a abandonar e a reagirem contra o feminismo. Como afirma Sue Thornham (2007) “o que veio caracterizar a mulher pós-feminista na cultura popular é o individualismo, a sofisticação e a escolha” (p. 16, tradução nossa). Neste sentido, e baseado num falso empoderamento, as mulheres acabaram por aceitar as suas situações pessoais e assim reiterar a dominação que ainda se fazia (e faz) sentir em várias áreas da sociedade. E, como conclui McRobbie (2004), o novo sujeito feminino é, apesar da sua liberdade, chamado ao silêncio e a reter a crítica, de forma a constituir-se de acordo com o ideal de rapariga moderna e sofisticada. Neste sentido, “uma das tarefas mais importantes para o feminismo é demonstrar como as revistas concorrem para a construção das subjectividades das suas leitoras ao produzir significado semana a semana” (McRobbie, 1999, p. 49, tradução nossa).

Numa postura desafiadora destas publicações, Angela McRobbie (1999) divide a crítica feminista às revistas de mulheres em quatro fases: 1) ‘repudiação encolerizada’ ; 2) ‘teoria da ideologia’; 3) ‘prazer das mulheres’; e, 4) ‘retorno à leitora’. Numa compreensão mais actualizada incluiria ainda três fases: “as ‘novas sexualidades’ dos anos 1990, a relação para com o feminismo e, finalmente, através desta relação com o feminismo, a reconceptualização das relações sociais da produção e consumo” (McRobbie, 1999, p. 48, tradução nossa). A autora parte da filosofia de Foucault para formular o que considera ser o carácter desinstalador

do seu modelo ao atribuir importância central às diferentes formas com que, discursivamente, se constrói a categoria 'mulher' ou 'rapariga'.

Neste sentido, o discurso das revistas é visto como um mecanismo regulador e normalizador que parte de uma experiência partilhada, homogênea e monolítica de feminino/mulher. Segundo Ballaster e colaboradores (1991), a leitora ideal que está implícita nestas revistas é claramente uma mulher classe média, branca e heterossexual; sendo, por conseguinte, excluídas, marginalizadas ou consideradas desviantes as mulheres negras, de classe trabalhadora ou lésbicas. Esta visão das mulheres enquanto grupo homogêneo é especialmente reforçada pela sua oposição directa a outro grupo também considerado homogêneo – os homens. Esta dicotomia reifica e reclama para os conteúdos das revistas a construção dos significados de feminilidade e masculinidade, e de diferenças de género.

Apesar das diferentes metodologias, inúmeros estudos têm sido levados a cabo no âmbito da representação (e.g. Döring & Pöschl, 2005; Gill, 2007; Kang, 1997; Krassas, Blauwkamp & Wesserlink, 2001; Lindner, 2004; McRobbie, 1999, 2004; Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2005; Roy, 2008). Entre as metodologias mais usadas destacam-se a semiótica, a análise crítica de discurso ou a análise de conteúdo visual. Estes vários estudos, no entanto, confluem numa conclusão que lhes é comum e que reside na verificação de que os *media* contribuem, desde há várias décadas, para a disseminação de vários mecanismos ideológicos reguladores que orientam comportamentos e a construção do sujeito feminino. Como afirma Driscoll (1995), as revistas para adolescentes apresentam-se como “fonte de aconselhamento e local de troca de informações enfatizando a incontornável e supra-importante dificuldade de uma adolescência não acompanhada e de um corpo adolescente desregrado” (p. 189 as cited in, McRobbie, 1999, p. 48, tradução nossa).

Marcados pelas contradições a que estão expostos nos vários recursos disponíveis e contextos em que vivem, as e os adolescentes continuam a construir a(s) sua(s) sexualidade(s) entre ambivalências que tornam todo o processo bastante mais complexo. Este aspecto revela-se tanto mais importante, pois, como afirma Pierce (1993), estas revistas dispõem da possibilidade de modelar e moldar as/os adolescentes numa cultura específica, nomeadamente pela larga audiência que auferem. Aliás, quando chegam à adolescência tanto rapazes como raparigas tem já interiorizadas noções (geralmente estereotipadas) do que significa ser masculino e feminino e quais os *scripts* comportamentais que lhes estão disponíveis. Esta noção já existente é então refinada e repleta de nuances mais precisas quanto aos limites desta separação dicotómica e

socialmente construída. Como estas revistas “oferecem” uma versão muito particular de se ser rapariga, as jovens que as lêem tendencialmente associam esta visão ao mais adequado para a sua faixa etária e por isso tentam colocar-se no seu lugar e perceber os sentimentos, pensamentos, orientações comportamentais, e como criar/reproduzir a imagem desta rapariga “normal” (Lamb & Brown, 2006). Ou seja, procuram constantemente convergir com o ideal que lhes é proposto, conformando-se a uma noção estereotipada e restritiva que lhes é veiculada.

As revistas apresentam-se, assim, enquanto poderosas forças de socialização, reflectindo e modelando a sociedade, transmitindo ideologias de género e influenciando largamente as e os mais jovens, nomeadamente as raparigas adolescentes em desenvolvimento e aprendizagem. Não é demais lembrar que nos referimos a uma “realidade” que ocorre no contexto dos países ocidentais e por isso mesmo diferenciado de vivências distintas. A existência desse contexto comum é fundamental para a importância e força que estas ideologias possuem, influenciando e circulando como verdades desde o início do século passado. Aliás, é este contexto que atribui às alterações da adolescência significado e significância. Decorrentemente, destaca-se o intuito dos *mass media* de “construir os adolescentes enquanto consumidores e a adolescência como tempo específico e significativo de exploração e desenvolvimento da sexualidade” (Welsh, Rostovsky & Kawaguchi, 2000, p. 112, tradução nossa). Sendo que parte dessa pressão vem dos corporativismos que financiam as indústrias mediáticas, pois estes perceberam que as/os adolescentes são uma excelente aposta de mercado (Brown, 2000), fidelizando-os desde cedo a marcas que os acompanharão e serão referência durante toda a sua vida.

Esta transformação ao nível dos *media* para publicações destinadas a nichos de mercado proliferou-se sobretudo no século XX com a crescente especialização de publicações orientadas para uma infinidade de grupos demográficos e orientados face a conjuntos de interesses (Hodkinson, 2011). Esta alteração de conceitos veio a culminar não apenas num filtrar populacional em segmentos de mercado especificamente identificados, mas também num cultivar de um sentido de identidade colectiva entre os seus membros, fidelizando-os. Neste sentido, os *niche media* nos dias de hoje reflectem e, simultaneamente, constroem experiências e vivências comuns ao se orientarem para segmentos de população que embora possam estar geograficamente dispersos se unem em características e interesses particulares (Hodkinson, 2011; Tuchman, 2009).

Aliás, “as indústrias *mainstream* dos *media* (...) desempenham um papel crucial no perpetuar da disseminação de uma cultura de consumo que impulsiona e mantém o capitalismo global” (Devereux, 2007, p. 14, tradução nossa). O seu objectivo principal permanece focalizado na manutenção e regulação do sistema capitalista, na obtenção de lucros e dividendos, sendo este sobretudo reforçado através de um conjunto de mecanismos discursivos que levam os indivíduos a perceberem o consumo como uma necessidade que lhes é inerente. Os produtos apresentados constituem mecanismos de potencialização pessoal que permitirão, sobretudo às jovens e mulheres, alcançar uma perfeição idealizada nas imagens e discursos mediáticos. As/os editoras/es trabalham, aliás, com base nas aspirações de evolução e melhoria pessoal, explorando tanto o desejo das mulheres de se tornarem mais ricas, mais magras, de classe social mais elevada como de obterem suporte social.

No caso das revistas para adolescentes, esta agenda encontra-se bem delimitada, gerindo temas e personalidades da actualidade face a temáticas consideradas essenciais às jovens em desenvolvimento, tais como informações sobre amor e rapazes, sexualidade ou imagem corporal. No nosso entender, a sexualidade é a que mais se destaca pela abrangência do seu âmbito e por incorporar de forma genderizada as restantes nos vários conteúdos explorados. Ao nível da sexualidade “as mensagens morais são, no entanto, claras: de modo a ser uma boa rapariga esta não deve ser sexualmente provocante nem explícita. (...) Mesmo quanto as raparigas tomam iniciativa elas são encorajadas a parecer passivas” (Ballaster *et al.*, 1991, p. 141-142, tradução nossa).

Segundo Griffin (2000), estas revistas constituem mesmo um espaço privilegiado, uma vez que a adolescência é um espaço crucial de construção política dentro da (hetero)normatividade. Apesar de se dirigirem a uma população feminina, estas publicações apresentam com frequência atitudes e comportamentos marcantes numa cultura androcêntrica e masculinista, que subjuga as raparigas face à aparente naturalidade biológica da sexualidade – também ela socialmente construída. Segundo Holland, Ramazanoglu, Sharpe e Thomson (1998 as cited in, Jackson, 2005a), a construção social da feminilidade e da masculinidade influencia as negociações do hetero-sexo através do posicionamento da mulher enquanto receptora passiva e do homem enquanto instigador activo (p. 283). Consequentemente, poderemos identificar as revistas para raparigas adolescentes como mecanismos tecnológicos que se apresentam como educativos e de informação, enquanto permitem a instituição da ordem de género (Connell, 1987) pela atribuição a cada um dos sexos de comportamentos expectáveis e aceitáveis e, por

contraponto, comportamentos e atitudes que não são admitidos socialmente; ou seja, permitem a instituição e reforço do sistema sexo/género dominante (Preciado, 2004).

Em suma, o “*niching*” reflecte-se na construção social do género dado a importância atribuída aos *media* actuais. De facto, “os *media* especializados não só procuram que as suas mensagens cheguem quer a homens quer a mulheres, mas também perspectivam cada vez mais o género em termos de nichos, afirmando dirigir a sua mensagem para determinados tipos de mulheres ou homens, frequentemente estereotipados” (Tuchman, 2009, p. 201). Esta questão torna-se tanto mais importante, pois as construções dominantes de como se ser rapariga (*girlhood*) são constituídas por um conjunto de contradições que operam para subjugar a própria rapariga como um sujeito impossível (Griffin, 2004). O modo contemporâneo de se ser rapariga parece ser um projecto impossível e simultaneamente invisível; preso entre forças competitivas, num permanente estado de insatisfação ou desejo, rodeado por representações idealizadas de si. Ao mesmo tempo que são cercadas por imagens sobre como ser rapariga – centrando-se sobretudo em características de atractividade física – as jovens estão constantemente visíveis e monitorizadas face a este ideal de beleza, tanto por si próprias (muitas vezes punindo-se por alguma discrepância), como pelas demais jovens e mulheres que socialmente se constroem a permanecer no padrão veiculado de normalização de comportamentos. Segundo Lamb e Brown (2006), esta monitorização pode mesmo ser irritante e intoxicante,

“elas querem dizer algo sobre quem elas são, mas elas ainda não estão certas de quem são. O comércio adora ansiedade. Eles enchem os espaços desconfortáveis com os produtos que as raparigas podem usar (...). Vender individualidade começa realmente na escola. (...) as raparigas querem corresponder e mostrar que são diferentes e únicas através da sua maneira de vestir. O comércio diz-lhes que as roupas que compram pode ajudá-las a criar um *look* especial” (p. 33, tradução nossa).

Como tentativa de propor alternativas a esta cultura de construção de subjugação feminina surgiram movimentos específicos impulsionados especialmente por um contexto social neo-liberal e pós-feminista. Movimentos como o *Riot Grrrls* ou *Grrrlpower* dos anos 1990 eram compostos por uma jovem geração de críticos e activistas feministas que defendiam uma maior diversidade na representação da rapariga e da cultura de rapariga. Representação diferenciada que distinguisse claramente esta ‘rapariga’ comercializável da ‘grrrl’ inconformista (Genz e Brabon, 2009). Tratou-se assim do primeiro movimento ou subcultura política com poder que se

organizava em redor das preocupações das jovens mulheres (Harris, 2004). O movimento pós-feminista significava neste contexto uma súpula de discursos feministas, neoliberais e de feminilidade convencional que se repercutiam numa feminilidade contraditória e controversa com desejos de empoderamento pela exploração de um feminilidade e sexualidade jovem e consumista (McRobbie, 2008).

Contudo, o *Riot Grrrls* veio a ser resignificado e capturado pelos sistemas de marketing e consumos originando o movimento *Girl Power*. Formulado nos anos 1990/2000, vendia o carácter jovial das raparigas (*'girliness'*), a sexualidade e a assertividade, despojando-as da sua concepção política e feminista. Assim, combinava independência e individualização com um recurso a uma feminilidade e sexualidade confiantes (Genz & Brabon, 2009). Contudo, a expansão do conceito manteve a insistência no empoderamento e assertividade conseguidos em resultado das suas identidades femininas e não do facto de estarem presas à sua feminilidade (questão amplamente contestada pelo feminismo). Assim, *Girl Power* passou a implicar uma *performatividade* da feminilidade não enquanto marca de opressão mas como contexto de desafio à proibição (Genz & Brabon, 2009). Como concluem Genz e Brabon (2009), a popularidade do *Girl Power* é, sobretudo, atribuída à “ausência de contestação efectiva do *status quo* e os seus efeitos individualizadores e conformistas que debilitam a acção política feminista ao apresentar a produção da feminilidade como algo inteiramente desejado e (comercialmente) disponível, refutando a mudança social” (p. 80, tradução nossa).

No entanto, não se pode ignorar que existe uma influência recíproca, entre os *media* e audiências (Henriques, 2010), em que os consumidores ditam o que mais gostam e necessitam, ao mesmo tempo que são altamente influenciados nesses gostos e necessidades. Esta primazia de temas em detrimento de outros, é algo que permeia os vários agentes mediáticos e de forma subtil influencia a construção da sociedade tanto ao nível micro como macrossocial. Aliás, a escolha das temáticas presentes não é inocente, sobretudo porque tendem a normalizar a vivência dos indivíduos a uma ideologia dominante, reificando valores masculinistas e patriarcais do sistema capitalista. Neste sentido, as mulheres deverão reger-se por características comuns de consumismo, passividade, que as colocam como objectos (sexuais), por contraponto ao *script* masculino de sujeito empreendedor e activo (Kurth, Spiller & Travis, 2000). Contudo, não podemos obviamente culpar as revistas femininas da opressão das mulheres. Isso implicaria uma confirmação da representação mediática associada ao feminismo enquanto movimento pertencente ao domínio de transformação ‘pessoal’ e não de acção política (Ballaster *et al.*,

1991), ou seja, do domínio privado e não público/político. De facto, existe convergência entre o discurso político feminista e o discurso comercial feminino ao nível dos significados e interesses das mulheres. Através deste interesse comum, feminismo e feminilidade populares estão acoplados, na maioria das vezes, para desespero mútuo (McRobbie, 1999). O poder reside em correntes de significado localizados na sociedade civil e culturalmente determinantes; neste caso nas páginas das revistas (McRobbie, 1999).

Em suma, e face à facilidade de construção/desconstrução discursiva pelos *media*, torna-se importante que se aposte num mapear de discursos e representações de feminilidade – à semelhança do que se verificou noutros países, sobretudo nos anglo-saxónicos – que permita avançar na compreensão da diáde *media*-adolescentes no contexto português e venha a informar posteriores reflexões e intervenções tanto académicas como de activismo político.

## **II. Estudo**



## **Capítulo 4**

### **Epistemologias críticas e Análise(s) de Discurso**

“Após um século de dominância positivista em que posturas atemporais e acontextuais viciaram profundamente a investigação psicológica, entramos hoje numa era em que cada vez mais se compreende o franco valor heurístico dos modelos tradicionais, tantas vezes alienados da realidade concreta e auto-isolados em torres de marfim. (...) Procura-se pois, uma psicologia das pessoas nos seus cenários de vida reais, capaz de responder às interrogações acerca das transacções entre os processos psicológicos e as acções humanas, e os contextos e cenários quotidianos em que elas se desenrolam” (Soczka, 2002, p. 503-504).

Consideramos fundamental iniciar este capítulo de epistemologias e metodologias reflectindo sobre a nossa posição epistemológica, sobre a nossa visão do conhecimento e da ciência social contemporânea. Como afirma Boaventura Sousa Santos, todos “os fenómenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados” (1987/2007, p. 20).

Neste sentido, pretendemos com este capítulo localizar as nossas visões epistemológicas nos quadros existentes, que contribuíram e permitiram maior reflexividade neste estudo que apresentamos. Posteriormente exploraremos o conceito de discurso e análise(s) de discurso, particularizando na(s) análise(s) foucaudiana de discurso enquanto metodologia que melhor nos permitia aceder aos objectivos da investigação.

#### **4.1. Fundamentos Epistemológicos**

Retomamos Boaventura Sousa Santos (1987/2007), pois apresenta de forma sintetizada esta nossa posição face à investigação: “as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista” (Santos, 1987/2007, p. 20-21). No mesmo sentido, João Oliveira e Lígia Amâncio (2006) destacam a importância de uma epistemologia de localização e de contextualização da produção de conhecimento. Os autores refletem sob a proposta de Donna Haraway (1991) de conhecimentos situados, que consiste numa “incorporação dos saberes, partindo da opção pela responsabilidade na produção dos saberes e pela sua localização sócio-histórica” (Oliveira & Amâncio, 2006, p. 601). Neste sentido, consideramos que critérios epistemológicos mais críticos, de construção da “realidade” social, com objectivo de aceder a um conhecimento intersubjectivo requer um olhar mais descritivo, compreensivo e próximo das e dos intervenientes.

Assim, assumimos que a nossa postura é informada pela perspectiva feminista crítica defendida por Nogueira, Saavedra e Neves (2006) – pautada por um olhar contextualizado, que se afasta de generalizações abusivas, homogeneizadoras e monotéticas que constituem a perpetuação de assimetrias sociais – informada pela teoria crítica, construcionismo social e análise de discurso.

A teoria crítica, que veio introduzir na ciência uma perspectiva mais próxima dos eventos sociais, apresenta-se como uma visão histórica, subjectiva e social das interações. As/os teóricas/os críticos recusam sobretudo a ideia que é possível formular-se conceitos independentes, ou seja, ausentes de subjectividade. Na sua globalidade, a teoria crítica procura sistematizar relações, cruzamentos e interfaces da esfera do desenvolvimento económico, com a da vida psíquica e a da cultura (Buchanan, 2010).

É na capacidade de reflexão, questionamento e resistência que a teoria crítica se cruza com o construcionismo social enquanto espaço de contestação e modo de exploração desta componente social. A sua visão reflexiva, oposta à visão analítica essencialista, faz com que se expanda junto dos cientistas sociais, concretizando-se numa verdadeira alternativa às visões tradicionais da ciência. Sobretudo por enunciar como seu pressuposto que o conhecimento é construído na relação entre indivíduos em sociedade e, por conseguinte, apostar no estudo das interações e nas práticas sociais resultantes. Segundo Vivien Burr (1998) “assumir a

construção social dos factos psicológicos através de meios humanos, torna possível imaginar uma reconstrução dos mesmos sob formas mais atractivas e libertadoras a um nível social mais amplo.” (p. 13, tradução nossa). Nas perspectivas feministas, esta tomada de posição implica que conceitos chave como o género sejam enunciados enquanto fenómenos eminentemente sociais, dependentes das experiências pessoais das e dos intervenientes (Hyde & Oliver, 2000).

Neste sentido, os significados e valores atribuídos a conceitos descritores de identidade deixarão de ser considerados estáveis e rígidos, mas sujeitos a flutuações e mudanças, fruto das interações com os diversos contextos, espaços e lugares onde se performam enquanto sujeitos. Aceitar esta constante (re)formulação é conceber uma constante interactividade com discursos dominantes, articulando os seus significados e apresentando projectos de resistência e contestação com objectivo último de maior emancipação pessoal – trata-se de viver activamente as dinâmicas de poder. Neste sentido, as/os feministas contestam o significado de ser mulher e o significado atribuído à feminilidade por considerarem que este está sujeito a mudanças constantes, influenciadas pelos diferentes contextos históricos, sociais e políticos (Gergen, 1989, 1999 *apud* in, Saavedra, 2005), o que possibilita o desafiar de discursos dominantes e dos seus significados pela criação de discursos de resistência, que possam desafiar os discursos masculinos e subverter o poder (Burman & Parker, 1993; Parker, 1992, 1997; Weiner, 1994; Willig, 1999 *as cited in*, Saavedra, 2005).

Por fim, a nossa perspectiva é, como referido acima, informada pela Análise do Discurso a que dedicaremos, pela sua importância metodológica neste estudo, as páginas seguintes.

## **4.2. O conceito de discurso**

Partindo desta perspectiva crítica, construtora de indivíduos, fenómenos, experiências e performatividades, destaca-se a importância da construção social; construção essa que é, antes de mais, discursiva. O conceito de discurso assume um papel preponderante.

Potter e Wetherell (1987) conceptualizam discurso enquanto conceito aberto que congrega formas de interacção verbal, formal e informal, tal como os mais tradicionais textos escritos. Olhando para a complexidade do conceito podemos dizer que qualquer acontecimento discursivo é simultaneamente um texto (oral ou escrito) e as suas práticas interpretativa e sociocultural (Fairclough, 1997). Ian Parker (1999) concretiza afirmando que o conceito de

discurso corresponde a “padrões de significado, que organizam os vários sistemas simbólicos que os humanos habitam, dos quais necessitamos para fazer sentido uns aos outros” (p. 3, tradução nossa). Este não equivale necessariamente a um elemento textual, apesar da sua maior difusão ser em textos escritos como cartas, entrevistas ou artigos de jornais; pelo contrário, poderá ser qualquer padrão de significado, visual ou espacial, desde televisão ao cinema, mas também pode concretizar-se numa cidade, num jardim, num corpo (Willig, 1999).

Como veremos, estas conceptualizações de discurso ocupam uma posição relativa face ao enunciado por Michel Foucault, o teórico que mais reflectiu sobre este conceito.

Foucault iniciou a concepção do conceito de discurso ao expor o seu método arqueológico – tarefa iniciada com seu livro *Arqueologia do saber* (1969/2005). Neste livro o autor apresenta o conceito de discurso enquanto 1) domínio geral de todas as afirmações, 2) um grupo identificável de afirmações, ou 3) enquanto prática regulamentada que representa um conjunto de afirmações (Mills, 2003). No primeiro caso sistematiza todos os enunciados e afirmações que foram proferidos e que possuem significado e efeitos. Contudo, estes podem articular-se formando um grupo específico em torno de significados e efeitos semelhantes, como por exemplo os discursos de feminilidade, masculinidade ou racismo. Mas nenhuma destas propostas corresponde ao significado de discurso a que Foucault dava mais atenção; mais do que os enunciados ou textos produzidos, em si, o interesse era colocado nas regras e estruturas inerentes que produzem os enunciados e as afirmações (Mills, 2003). Mais do que um simples conjunto de frases coerentes, o discurso consiste numa articulada teia de relações, significados e práticas que promovem posições de sujeito que se articulam prevenindo em desfavor de outras posições de sujeito alternativas ou resistentes. Para Foucault (1969/2005),

”o saber (a visão particular do senso comum acerca do mundo, prevalecente numa cultura, num dado momento) está intimamente associado com poder. Cada versão de um acontecimento acarreta consigo o potencial para a prática social e para a marginalização de formas alternativas de funcionamento. Desta forma, o poder para agir de determinada maneira, reclamar recursos, controlar ou ser controlado depende dos “saberes” prevalecentes na sociedade” (Foucault, 1969/2005, p. 11).

No livro *História da sexualidade – a vontade de saber* (1976/1994), Foucault articula de forma mais concreta esta proximidade entre discurso e poder. Foucault conceptualiza discurso como meio de opressão e de resistência distanciando-se da visão negativa expressa no conceito marxista de ideologia. Considerava que mesmo as situações mais opressivas são produtivas,

uma vez que estimulam novas formas de comportamento ao invés de censurar ou fechar práticas. Neste sentido, não se deve de forma alguma fazer equivaler ou relacionar discurso e realidade. De facto, discurso sobrepõe-se ao sistema que estrutura a nossa percepção da “realidade” (Mills, 2003). Segundo Nogueira (2001b), os discursos são elemento fundamental na constituição de relações sociais pelo que a combinação e desconstrução de diferentes discursos sociais possibilitará o acesso a mudanças sociais. A autora concretiza afirmando que variadíssimos discursos actuam constantemente em cada pessoa, possibilitando posições de sujeito, produzidas socialmente pela linguagem, diferenciadas (Nogueira, 2001b). Discurso corresponde assim a padrões de significado socialmente produzidos e práticas imbuídas de poder (Jackson & Westrupp, 2010) que deveremos conhecer e utilizar quotidianamente com o intuito de promover maior equidade nas relações.

Poder é, então, algo que resulta do uso de discursos em sociedade e não corresponde à noção tradicional de poder enquanto qualidade na posse de um grupo social determinado, ou seja, a mesma pessoa em situações diferentes e/ou em diferentes interacções sociais pode ocupar uma posição de maior ou menor poder. O poder assume-se então como mais um recurso que se encontra disponível aos indivíduos para a sua construção pessoal, social e psicológica. Cada discurso permanece, portanto, em constante contestação e resistência.

Ao deixar o método arqueológico para a abordagem genealógica, Foucault transportou consigo o conceito e conceptualização de discurso. Na sua obra *A Ordem do Discurso* (1971/1997), o autor salienta que é importante conceber o discurso enquanto prática que nós impomos às coisas que permitem a eventos discursivos conceber o seu principio de regularidade. Pretendia, assim, destacar o carácter ritualizado e marcado com que as rotinas discursivas permeiam as nossas interacções sociais; de tal forma que não notamos que recorremos, ou estamos reféns, dessas rotinas ou rituais discursivos a não ser pela sua ausência discursiva. Como observa o autor, “em toda a sociedade a produção do discursos é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1971/1997, p. 9-10).

Para Foucault, essa materialidade do discurso poderia ser restringida por três mecanismos: o *taboo* – uma vez que a proibição condiciona como se fala de algo; a distinção entre loucura e sanidade – condicionando que discursos são considerados válidos e quais não

são atendidos; e, a distinção entre verdade e falsidade – permitindo uma hierarquização dos discursos pela valorização da autoridade e do estatuto de *'expert'* de quem fala reificando-os enquanto verdade e opondo-os aos restantes. De facto, esta última distinção é a que é mais valorizada, ao considerar que apenas os discursos encarados como verdadeiros permanecem e são perpetuados pelos ciclos de disseminação de conhecimento (Mills, 2003). Esta disseminação é sobretudo potenciada pela associação de discursos a instituições e às práticas que legitimam.

Nogueira (2001b) salienta que um dos principais potenciais dos discursos reside no facto destes estarem em permanente interacção social o que possibilita a sua contestação e desconstrução – operando simultaneamente potenciais de poder e resistência – representando um aspecto chave para novas construções e mudanças tanto ao nível pessoal como social. Como refere Foucault (1971/1997),

“O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade em vias de nascer diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, por fim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode dizer-se a propósito de tudo, é porque todas as coisas, tendo manifestado e trocado o seu sentido, podem regressar à interioridade silenciosa da consciência de si” (p. 37).

Em suma, Foucault destacava uma análise que olha para os discursos enquanto sistema interpessoal que excede o indivíduo, no sentido que se apropria de sistemas e estruturas macrossociais que promovem a relação do sujeito com o sistema. Por consequência, estes discursos criam condições para que certas afirmações ou enunciados sejam mais produtivos que outros. Cabe-nos a nós investigadoras/es examinar criticamente em que condições se moldam os ‘sistemas de verdade’.

### **4.3. Análise(s) de Discurso**

O trabalho de Foucault que temos vindo a enunciar veio potenciar análises sociais mais próximas das experiências e vivências concretas dos indivíduos. Nomeadamente, o seu trabalho sobre a articulação dos conceitos de discurso e poder tem permitido às/aos investigadoras/es reflectir criticamente sobre o modo como conhecemos as coisas, de onde provem essa informação, com foi produzida e sistematizada ou em que circunstâncias. Mas sobretudo, a inovação vem pela

incitação à articulação dos discursos com os interesses que podem servir, bem como que oportunidades de pensamento e conceptualização divergente possuímos, de modo a localizar os mecanismos que têm permitido que o que conhecemos como “verdade” possua uma posição privilegiada face aos restantes discursos (Mills, 2003). Esta conceptualização veio a corresponder à análise de discurso.

Apesar de possuir uma recente história, a Análise de Discurso (AD) apresenta-se actualmente como uma metodologia amplamente divulgada e de vasta aplicação nas ciências sociais. A afinidade com esta metodologia, desde a linguística aos estudos psicossociológicos, resulta do facto desta permitir uma investigação mais próxima dos objectos em estudo, dos contextos que estes habitam e da realidade em constante construção e reformulação em que vivemos.

Seria muito difícil, e ao mesmo tempo redutor, a atribuição de um conceito único, fixo, estável e concreto, a uma metodologia ampla e dinâmica como a(s) Análise(s) de Discurso. Esta não representa uma realidade estática e claramente demarcada. Mesmo porque, tal como referimos e afirma Nogueira (2001a), a variedade de teorias e práticas que actualmente se encontram sob esta denominação não se esgota num enunciado textual – em si mesmo apenas um outro discurso. Referindo-se também à impossibilidade de uma definição que contenha toda a variedade de teorias e práticas e que informe uniformemente a Análise de Discurso, Iñiguez & Antaki (1994) afirmam que:

“um discurso é um conjunto de práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais. A análise consiste em estudar como estas práticas actuam no presente mantendo e promovendo estas relações: é trazer à luz o poder da linguagem como prática construtiva e reguladora” (p. 63).

Mais do que uma ferramenta analítica, do que um recurso metodológico, a Análise de Discurso apresenta-se como uma prática social que se baseia na linguagem como elemento constitutivo e construtivo da experiência humana. Neste sentido, linguagem é mais do que o seu equivalente textual ou oral, é acção na medida em que permite e proporciona a constante construção do mundo na relação dialéctica entre discursos dos sujeitos (Nogueira, 2001b; Saavedra, 2001; Wood & Kroeger, 2000). Com efeito, a Análise de Discurso procura desconstruir, compreender e desmistificar o modo como a linguagem constrói os objectos, os sujeitos, a subjectividade e o *self* (Willig, 1999). Falar é exhibir uma prática, é uma acção; as práticas discursivas são autêntica

expressão de acções sociais com implicações concretas corporalizadas pela linguagem (Nogueira & Fidalgo, 1995).

Como se depreende existem então várias tipologias de análise de discurso: Análise Conversacional, Análise Crítica do Discurso (e.g. Gillies, 1999; Fairclough, 1997), Análise Foucaudiana do Discurso (e.g. Parker, 1992; Willig, 1999, 2003, 2008), ou Psicologia Discursiva. Dado o interesse (ou afinidade) científica, epistemológica e mesmo de prática pessoal com a Análise Foucaudiana de Discurso explorarei apenas esta tipologia.

#### **4.4. Análise Foucaudiana de Discurso**

A Análise Foucaudiana do Discurso (AFD) é influenciada pelo estruturalismo francês e pós-estruturalismo, particularmente pelo trabalho de Michel Foucault, e visa a análise das identidades e relações de poder com vista à mudança pessoal e social (Nogueira, 1997; Parker, 1997). A Análise Foucaudiana do Discurso põe em causa os princípios empiricistas-positivistas que pressupõe resultados científicos objectivos, verdadeiros e universais, interessando-se pela forma como determinados discursos promovem alguns comportamentos em detrimento de outros.

A AFD adopta assim, em relação com a denominação mais abrangente da Análise de Discurso, um postura mais crítica, incluindo na sua análise uma especial atenção aos mecanismos de poder que circulam nos discursos. Ao mesmo tempo esta posição implica uma tomada de consciência “política” do trabalho. “Política” no sentido de questionar os mecanismos instituídos e que reificam assimetrias de poder: a AFD procura sempre empoderar sujeitos e esbater desigualdades, servindo para descortinar os processos sociais que mantêm determinadas estruturas de opressão (Nogueira, 2001c). Assim, abandona-se o neutro e reconhece-se a imparcialidade das práticas sociais discursivas, procurando revelar as estruturas de poder de que estão imbuídas. Tem como seu principal objectivo contribuir para uma maior auto-determinação, participação, diversidade e justiça social pelo que partilha com o construcionismo social (crítico) e a teoria crítica posições de crítica social que visam a transformação através da restituição e emancipação das populações, e a constante (co-) construção dos objectos de estudo. Como tal, a AFD representa uma teoria estruturada em função da linguagem e da produção de discursos. Esta contrapõe ainda à noção de construção

peçoal a noção de que as nossas ideias são construídas dentro de padrões de discurso (socialmente) que não podemos controlar.

Assim, o maior destaque da AFD figura na sua expressão enquanto um método de análise de dados. Este privilegia a análise de macro-discursos atribuindo menor importância àquilo que o indivíduo diz num contexto e mais importância ao modo como o próprio discurso lida com os recursos sociais e culturais que são usados nas actividades humanas (Parker, 1992). Consequentemente, este tipo de análise é ainda considerado macro devido à sua preocupação com “métodos essencialmente taxonómicos, procurando identificar e descrever quais são os principais discursos em questão” (Saavedra, 2001, p. 261). Existe aqui um visível descentrar do estudo do indivíduo para as práticas discursivas que estes produzem. Neste sentido deixa de fazer sentido a expectativa de um amostra tradicional, sobretudo ao nível dos seus elevados números e representatividade positivista. Pelo contrário, amostras demasiado extensas poderão representar um entrave ao desenrolar do estudo.

À semelhança da pluralidade de posições apresentadas anteriormente na Análise de Discurso, também a AFD beneficiou de vários contributos. Olhando esses contributos de forma mais genérica podemos verificar que, e segundo Willig (1999), existem três pressupostos básicos:

1. Afirmar-se como crítica social contra a legitimação e perpetuar de diferenças de poder;
2. Afirmar-se como forma de empoderamento, procurando identificar possíveis contra-discursos que flexibilizem a construção de indivíduos e instituições sociais. Recorrendo à desconstrução, à crítica de discursos dominantes e às práticas de regulação (Willig, 1999) é possível promover o empoderamento através da adopção de discursos, práticas subversivas e elementos de resistência. Nesta perspectiva metodológica, o discurso em si não possui poder mas adquire-o quando utilizado por um determinado grupo social, contexto e prática discursiva (Willig, 1999). Saavedra (2001) afirma mesmo que esta forma de análise de discurso tem especial preocupação com a aplicação e com a promoção de estratégias de resistência, sendo que a AFD não é apenas um mero instrumento de crítica social, mas mais do que isso é uma ferramenta de promoção de transformação social. Acrescenta ainda que os discursos veiculados não são *a priori* bons ou maus para os grupos dominados e “dependem dos efeitos que provocam na emancipação dos grupos dominados, ou, pelo contrário, na sua opressão” (Saavedra, 2001, p. 265).

3. Afirmar-se também como guia para a “reforma”, englobando as duas premissas anteriores pelo estimular ao compromisso, ao nível político, com/pela transformação e mudança social.

É partindo destes pressupostos que nos são propostas diversas tipologias de acção, ou conjuntos de etapas a percorrer ao realizar AFD. Uma das tipologias mais completas foi apresentada por Ian Parker (1992). Propõe iniciar a exploração pelo trabalho dos textos (1) tratando os objectos de estudo de forma materializada, ou seja constituindo-os em palavras, (2) explorando de seguida conotações e associações livres que emergem dos dados. Posteriormente será necessário (3) encontrar os objectos de análise nos textos e (4) tratar a *fala* acerca desses objectos como objectos de estudo. Será ainda necessário (5) especificar sujeitos discursivos e (6) especular como estes poderão “falar”. Identificadas as premissas de trabalho será importante (7) identificar o sistema de relações em que os objectos se inserem e (8) indicar estratégias defensivas desses sistemas, ao mesmo tempo é possível (9) identificar possíveis contrastes entre as formas de “falar” e (10) pontos de sobreposição. Será ainda necessário (11) relacionar maneiras de “falar” para diferentes audiências e (12) escolher rótulos ou designações das formas de “falar” – os discursos. Partindo desta identificação de discursos presentes cabe agora ao investigador/a (13) analisar com pormenor o modo como estes emergem e (14) questionar de que modo estes apresentam a história da sua origem, (15) identificando instituições reforçadas pelos discursos e (16) instituições atacadas por estes. Paralelamente (17) é identificado que categoria de pessoas ganham e perdem poder com estes discursos, ao mesmo tempo que se localiza (18) os seus promotores e opositores. Por último (19) resta analisar como os discursos obtidos se interligam com outros discursos opressivos e (20) descrever como eles justificam o presente discurso.

Outra tipologia, e que adoptámos nesta investigação, é proposta por Carla Willig (2003, 2008). Segundo a autora existem seis passos essenciais<sup>27</sup> para a realização rigorosa da Análise Foucaudiana do Discurso:

1. Identificação de Construções Discursivas;

A primeira fase permite ao investigador/a conhecer os materiais em estudo e perceber como estes se articulam ou constroem em objectos discursivos. Estes objectos encontram-se

---

<sup>27</sup> Será importante chamar à atenção desde já que estes passos estruturarão a análise efectuada no estudo apresentado no próximo capítulo, sendo estes separada e claramente apresentados para cada construção discursiva identificada.

directamente relacionados com as questões de partida da investigação. Assim, nesta primeira fase pretende-se identificar diferentes tipologias constitutivas de um mesmo objecto discursivo. Não é objectivo da Análise Foucaudiana do Discurso identificar meramente palavras-chave ou sinónimos apresentados, esta fase implica identificar referências quer implícitas quer explícitas ao objecto. Assim, esta metodologia afasta-se de modelos mais linguísticos preocupados com a diversidade vocabular, focalizando a sua atenção na partilha de significados que são atribuídos ao longo do material discursivo.

## 2. Identificação de Discursos;

Após esta identificação, procede-se à  *sinalização de discursos* presentes no material e compostos pelas construções discursivas apresentadas. Ou seja, pretende-se identificar características distintivas dos vários discursos em torno de uma construção discursiva, seguindo o pressuposto já enunciado da construção de objectos através da sua apresentação discursiva (dependente, por exemplo, do contexto em que é enunciado ou interlocutor que enuncia). Este contexto é sobretudo importante à fase seguinte.

## 3. Definição de Orientações de Acção;

A fase de  *definição de orientações de acção* possui como objectivo analisar os contextos de construção e constituição dos discursos, identificando possíveis vantagens e desvantagens de se construir um objecto de um certo modo em detrimento de outro, numa referência específica do texto. Mas pretende-se ir ainda mais além, equacionando qual a função do discurso e o modo como esta construção se relaciona com as restantes identificadas.

## 4. Definição de Posicionamentos;

Após traçar esta rede de relações é importante  *definir posicionamentos*, ou seja, analisar as posições subjectivas<sup>28</sup> que os discursos permitem ao seus interlocutores. Segundo Davies e Harré (1999) uma posição subjectiva de um discurso localiza o indivíduo que a adopta numa 'estrutura de direitos e deveres' (Willig, 2003). É neste sentido que a metodologia, sobretudo enquanto teoria, enuncia permitir construir discursivamente objectos e sujeitos.

---

<sup>28</sup> As posições subjectivas distinguem-se dos tradicionais papéis uma vez que oferecem localizações discursivas de onde os indivíduos podem falar e actuar, em vez de prescreverem um papel específico. Para além disso, estas posições subjectivas implicam uma tomada de posição subjectiva com implicações directas na subjectividade do discurso (Willig, 2003).

#### 5. Definição de Práticas;

Consequentemente, esta construção permite ainda um *conjunto de práticas que será necessário identificar*. Por práticas pretende-se enunciar oportunidades de acção que são constringidas ou facilitadas pelos discursos. É nesse sentido que uma construção discursiva pode ser opressora ou facilitadora de transformação social, na medida que permite ao indivíduo posicionar-se face a um objecto e consequentemente elaborar um discurso emancipador ou cindido. É nesta fase que o/a investigador/a poderá analisar com maior detalhe as contradições presentes, quer ao nível de discursos quer ao nível da relação objecto-sujeito de discurso.

#### 6. Identificação de Subjectividades dos Discursos.

Por fim, será importante ao investigador/a *identificar as subjectividades dos discursos*. Nesta fase o/a investigador/a terá em atenção as emoções, sentimentos e experiencias que os discursos permitem ao indivíduo, preocupando-se sobretudo com a inibição ou estimulação à construção da realidade segundo planos psicológicos e sociais específicos em detrimento de outros potencialmente mais emancipadores, menos impregnados de mecanismos de poder e, portanto, mais igualitários socialmente.

Como nos alerta Carla Willig (2008), é importante no entanto não esquecer que estas seis fases não correspondem na totalidade ao método proposto por Michel Foucault, correspondendo a uma das propostas de análise baseada nos critérios enunciados pelo autor.

Este inclui ainda referências a conceitos como genealogia, poder e subjectificação considerados por Arribas-Ayllon e Walkerdine (2008) como importantes pontos de referência para o modelo que enunciam. Este é composto por cinco passos: (1) selecção do *corpus* de análise, (2) problematização, ou seja, identificação de objectos discursivos que se revelem problemáticos e portanto visíveis e conhecíveis; (3) tecnologias ou formas práticas de racionalidade que regulam o indivíduo e os outros; (4) posições subjectivas pela identificação dos repertórios discursivos disponíveis aos indivíduos; e (5) subjectificação, ou construção dos sujeitos pelo recurso a tecnologias como o poder e o *self* (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008, p. 99). Por genealogia os autores pretendiam referir-se a uma investigação histórica do fenómeno em análise; o poder representa aqui a descrição da interacção dos mecanismos de poder nas relações discursivas; e por subjectificação deve entende-se práticas e recursos discursivos significativos pelos quais os sujeitos se constituem (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008).

Na globalidade, as várias propostas permitem ao investigador/a mapear recursos discursivos utilizados no texto, as posições subjectivas que estes contêm e explorar as implicações na subjectividade e práticas (Willig, 2008). A proposta destes modelos não implica, contudo, a exclusividade destes recursos, podendo o/a investigador/a trazer para a sua análise os mecanismos que considera uma mais-valia para potenciar o conhecimento, a justiça social e o empoderamento das populações sub-representadas. Do mesmo modo, a sugestão destas tarefas não implica uma ordem ordenada, podendo o/a investigador/a, e sempre que se justifique, voltar a passos mais simples para reformulação das suas análises e ponderação da sua participação na análise (reflexividade).

Apesar de uma flexibilidade do método é importante ter em mente alguns critérios de processo. Ao afastar-se dos cânones positivistas que durante muito tempo caracterizam o *standpoint* científico, a Análise Foucaudiana do Discurso apresenta-se também como um desafio às questões que lhes são base como é o caso dos conceitos de validade, objectividade e rigor científico. Contudo, a análise não é isenta de critérios que conferem cientificidade e confirmam os resultados obtidos. Esta depende, em grande parte, de um posicionamento específico por parte do/a investigador/a, que realiza a sua análise num determinado contexto, num dado momento e com um ponto de partida teórico e pessoal específico.

É importante, por isso, expor algumas considerações que enformam a investigação qualitativa, nomeadamente a que recorre à Análise Foucaudiana de Discurso. A primeira diz respeito à complexidade dos dados (Nogueira, 2001a) característica da dinâmica social. Esta primeira condição vem transformar o objectivo da investigação – prever e controlar fenómenos e comportamentos – uma vez que a evolução dinâmica não permite prever que uma associação existente hoje se venha a verificar num momento diferente. Neste sentido, surge a segunda premissa: não existe uma verdade última, única e neutra em ciências sociais. Como afirmam Morrow e Brown (1994), qualquer descrição ou justificação de um fenómeno não apresenta mais do que a visão num determinado momento de um investigador imbuído do seu património sociocultural. A terceira e última premissa enuncia a impossibilidade de se atingir a verdade porque a realidade não é simples nem regular (Nogueira, 2001a). Assim, também o objectivo do/a investigador/a se altera: deixa-se de se procurar atingir a verdade última para explicar fenómenos concretos que emergiram num determinado contexto e que condicionaram construções pessoais e sociais, positiva ou negativamente.

Por fim, e partindo deste referencial é agora possível explorar algumas técnicas ao dispor das/dos investigadoras/es. Uma das técnicas que caracteriza os modelos de análise de discurso e que assume um papel importante na pesquisa Foucaudiana é a descrição exhaustiva do processo de análise e produção de conhecimento. Não se trata do critério de replicabilidade do processo; o objectivo desta estratégia é inteirar o/a leitor/a de todos os passos da análise, bem como de todas as decisões efectuadas, justificando as tomadas de posição (iminentemente políticas e centradas no objecto de estudo) do/a investigador/a. Saavedra (2001) comenta que inevitavelmente será necessário tomar decisões quanto aos discursos em análise. Estas resultam sempre (ou deverão fazê-lo) não em função das intenções do/a investigador/a mas fundadas na capacidade transformacional associada a cada construção discursiva.

Segundo Iñiguez e Antaki (1994), o papel do/a investigador/a

“não consiste em seguir direcções de análise que conduzam a um objecto pré-determinado; pelo contrário, interactuar com os argumentos inerentes aos discursos que as pessoas usam e, usando toda uma variedade de armas analíticas à sua disposição, trazer à luz tudo o que não está explícito” (p. 62).

Um outro critério que imprime maior rigor, tendo em conta que esta metodologia assenta na constante interrogação do/a investigador/a face aos dados, é a reflexividade. Segundo Neves e Nogueira (2004), a reflexividade manifesta-se “como processo de permanente interrogação e de análise, através do qual as/os investigadoras/es avaliam o impacto dos seus valores, das suas ideologias e das suas posições nos produtos que executam e nos caminhos que escolhem percorrer para os executar” (p. 126). A reflexividade ao funcionar como constante questionamento da ciência que se produz das suas teorias, metodologias e resultados rompe com o pendor científico característico da modernidade, impregnando práticas científicas de posições sociais e possibilidades de mudança social altamente questionadas e reflectidas (Parker, 1999). Este permanente questionamento deverá então ser incorporado nas práticas rotineiras das/os investigadoras/es partilhando com colaboradoras/es o seu percurso analítico – triangulação. A triangulação consiste então num percurso analítico informado por diferentes perspectivas pessoais resultantes da partilha na realização da análise de discurso, quer com informadoras/es privilegiadas/os no processo quer com consultoras/es externas/os conhecedores da metodologia que poderão enriquecer a análise. Segundo Nogueira (2001a), “como a Análise de Discurso é muito “rica” será provavelmente impossível admitir alguma vez, que os “dados” foram exhaustivamente analisados, e que, por isso, não existe mais nada a

considerar, isto é, que a análise está completa” (p. 35-36). Por fim, será ainda importante referir a importância de um claro posicionamento do/a investigador/a face aos dados. Um/a investigador/a que utiliza AFD deverá não só conhecer aprofundadamente os dados que analisa, mas também o contexto em que estes foram produzidos, os mecanismos ou tecnologias discursivas utilizadas, bem como as características das/os receptoras/es a que se destinam. Para além destes aspectos, o/a investigador/a deverá estar ciente da sua postura epistemológica, teórica e social, conhecendo bem os seus valores pessoais podendo assim ponderar os efeitos da sua própria análise na produção de discurso científico.

Será importante reconhecer que estes critérios são apenas alguns dos que poderão enriquecer a análise qualitativa de dados, podendo identificar-se quase tantos critérios de “rigor” quantas as propostas de análise metodológica existentes. Daí que seja difícil identificar-se a utilização integral de apenas uma tipologia de Análise de Discurso. A combinação de recursos que se encontram discursivamente e analiticamente disponíveis não é um entrave, pelo contrário poderá funcionar como uma ferramenta importante do/a investigador/a.

Em forma de conclusão consideramos ser importante explorar três critérios que Carla Willig (1999) enuncia como modos de implementar a AFD na sua real essência: desafio, treino e empoderamento. Na sua visão, de qual partilho, a análise de discurso é uma importante ferramenta de constante desafio às práticas diárias dos indivíduos, no sentido de discursivamente resistir à legitimação e constante perpetuar de práticas sociais segregadoras, de exploração e opressão. A este nível o desafio é desmistificar instituições sociais, como os *media* ou a academia, e conscientizar as/os suas/seus intervenientes para a resistência e mudança social. Outra dimensão importante da análise de discurso radica na possibilidade de ser utilizada em programas de treino, nomeadamente de competências. Esta dimensão mais prática permite aos indivíduos a construção pessoal de discursos que realizem ações de resistência à vitimação, opressão e/ou marginalização (Willig, 1999), nomeadamente através da partilha destes discursos com as/os suas/seus técnicos sociais. Por fim, destaca-se a potencialidade de empoderamento pela Análise de discurso.

Esta metodologia poderá ser utilizada no *design* de intervenções específicas que facilitem o empoderamento pelo reposicionar dos sujeitos na teia social, a este nível destaco a educação para sexualidade e para os *media* como facilitadores da capacidade transformacional dos discursos.



## Capítulo 5

### O que significa *ser rapariga...*

Imersos numa sociedade que em quase tudo depende das tecnologias e dos meios de comunicação, é inegável que aprender a ser um sujeito social depende em grande parte do conhecimento/domínio destes recursos. Enquanto mecanismos ideológicos amplamente implementados, estes influenciam desde muito cedo esta interacção do indivíduo com a sociedade. Como afirma Durham (1998), é durante os anos da adolescência que as identidades de género e as atitudes sociais estão mais presentes, sendo que este período de transição para a vida adulta é marcado e influenciado pela cultura popular. Paralelamente, a existência de uma cultura específica em função do sexo biológico é o corolário para a proliferação de géneros mediáticos, como as revistas destinadas a raparigas adolescentes, que incorporam noções de normatividade sexual reguladoras da cultura em que as jovens se desenvolvem (Durham, 1998).

Como referem Papalia, Olds e Feldman (2001), a sexualidade figura como elemento importante na formação identitária das e dos jovens influenciando tanto a sua auto-estima como as suas relações interpessoais. Apesar de ser um processo biologicamente conduzido, a sua expressão é culturalmente condicionada e expressa. É neste sentido que a análise que nos propomos de anúncios publicitários, cartas de leitora, e artigos e reportagens sobre sexualidade, numa revista para adolescentes se apresenta como significativa. Nomeadamente porque, como afirma Devereux (2007), construímos a rede de significados que atribuímos ao mundo social através da nossa compreensão, concepção e elaboração pessoal baseada nos conteúdos mediáticos disponíveis. Estes, frequentemente, apresentam-nos modelos comportamentais, *scripts*, que nos conduzem e dão significado, pessoal e político, ao contexto social específico e localizado onde nos desenvolvemos.

Desde os tradicionais jornais e revistas até aos mais recentes meios de comunicação como a televisão e Internet, somos constantemente expostos/os a uma socialização que nos é imposta. Esta imersão nas normas sociais e culturais acontece desde muito cedo nas nossas vidas, nomeadamente através dos nossos pais, mas é na adolescência que adquire especial relevância. É cada vez mais comum, e muitas vezes reforçado socialmente, que as e os jovens despendam grande parte do seu tempo com os *mass media* (Klein, Brown, Walsh-Childers, Oliveri, Porter, & Dykers, 1993). Assim, desde uma larga exposição à televisão até à dependência da Internet, as/os jovens de hoje afastam-se cada vez mais de situações de relações interpessoais presenciais. Consequentemente, os meios de comunicação, nomeadamente os livros e revistas, são para as e os adolescentes e jovens, mais do que os grupos de pares e pais, as principais fontes de informação e aprendizagem (Jackson, 2005a; Klein *et al.*, 1993).

A questão da influência dos meios de comunicação, nomeadamente as revistas, na adolescência é sobretudo evidente em relação a questões de sexualidade, uma vez que estão cada vez mais inundados por este tipo de conteúdos. De facto,  $\frac{3}{4}$  dos adultos europeus que participaram num estudo realizado por Keller e Brown (2002) confirmaram que a TV, os livros e as revistas foram as suas principais fontes na informação relativa a Doenças Sexualmente Transmissíveis. Aliás, as revistas para adolescentes, mas não só estas, utilizam temas de sexualidade como principal estratégia de marketing (Cadete, 2003; Jackson, 2005a).

Neste capítulo exploramos, em detalhe, o processo de realização do nosso estudo, e que consistiu na análise discursiva de conteúdos da revista *Ragazza*. Utilizando a metodologia de Análise Foucaudiana de Discurso, já apresentada, exploraremos as construções discursivas que fomos localizando apresentando não só os discursos que as reforçam mas também factores que acreditamos terem contribuído para a sua génese e elementos que decorrerão da sua disponibilidade junto das adolescentes.

## **5.1. Método: objectivos de partida e questões de investigação**

A investigação que aqui apresentamos teve desde o seu início objectivos compreensivos e explicativos de uma construção mediática localizada e mediada por valores ocidentais de identidade feminina.

Neste sentido, os nossos principais objectivos são estudar de forma compreensiva os conteúdos de sexualidade (explícitos e implícitos) presentes na *Ragazza* enquanto revista para raparigas adolescentes, identificar e descrever as principais construções discursivas presentes nas revistas neste âmbito e localizar estas construções discursivas em discursos macrosociais que nos permitissem uma reflexão crítica e desconstrutora dos mecanismos de regulação.

As nossas questões de partida são:

- a) Que tipo(s) de versão(ões) de sexualidade são apresentadas às adolescentes pela revista?
- b) Que discursos e práticas discursivas estão subjacentes a essa(s) versão(ões)?
- c) Que versão(ões) identitária(s) da mulher são defendidas na revista?
- d) Estas versão(ões) do que é ser-se rapariga e mulher são uniforme(s) ou contraditória(s)?
- e) Como se articulam esta(s) versão(ões)?

Em suma, pretendíamos identificar os principais efeitos sociais, finalidades e consequências que advêm das construções discursivas e dos seus discursos para a sexualidade das raparigas adolescentes e as concepções identitárias e de feminilidade.

## 5.2. Procedimento

### 5.2.1. Averiguação acerca do *corpus* de análise

No sentido de iniciar este estudo tornou-se necessário explorar com mais atenção os conteúdos apresentados nas revistas para adolescentes. Assim, foi possível verificar que existe um contínuo de publicações em função do público-alvo (*niche media*) que inicia com as revistas baseadas nos desenhos animados (e claramente divididas em função do sexo) e que culmina nas revistas femininas destinadas a mulheres. No entanto, a sua localização e correspondência às diferentes etapas desenvolvimentais é apenas efectuada em função da linguagem e temas explorados, pois não se encontra explicitamente qualquer referência etária nestas publicações.

Assim, ao nível das revistas para adolescentes podemos, analisando os conteúdos expostos, delimitar duas tipologias distintas: as revistas para *early* e *late adolescents*<sup>29</sup>. No

---

<sup>29</sup> Tal como o nome indica, as revistas para *early adolescents* têm como público-alvo as raparigas consideradas pré-adolescentes ou no início da adolescência (e.g. Bravo, Superteen); de igual modo as revistas para *late adolescents* destinam-se a raparigas adolescentes e jovens mulheres em transição para a maioridade (e.g. *Ragazza*).

sentido de tomarmos uma decisão final informada sobre o nosso *corpus* de análise, procedemos a uma análise prévia de ambas as tipologias recorrendo à revista *Bravo* para a tipologia destinada a *early adolescents* e à revista *Ragazza* para a destinada a *late adolescents* – sendo esta última a nossa decisão final para o *corpus*.

De entre as temáticas que as compõem, é interessante notar alguma constância. Ambas possuem artigos relativos aos *Mass Media* (ou seja conteúdos sobre cinema, televisão, música), a *Trivialidades* (horóscopos, posters, testes ou questionários e passatempos) e a *Estética* (apresentando vários aspectos ligados à moda e à beleza física).

No âmbito dos *Mass Media*, os artigos sobre artistas de cinema, televisão e música são tratados com grande centralidade, podendo ir da entrevista, às curiosidades de vida pessoal e a fotos de dia a dia. As pessoas apresentadas são escolhidas nitidamente pela sua popularidade junto das e dos jovens e representam na sua maioria casos de sucesso que deverão ser seguidos pelas/os adolescentes. As personagens femininas são apresentadas com grandes qualidades profissionais e de relação interpessoal, que sabem relacionar-se com os rapazes e por isso não possuem quaisquer problemas na sua vida afectiva. Nas figuras masculinas é realçada a sua beleza e forma física, supondo agradar às raparigas a quem a revista se destina. Ao mesmo tempo passa-se a ideia de que estes “famosos” são acessíveis a qualquer rapariga desde que esta seja bonita, magra, bem vestida e bem maquilhada.

Quanto às *Trivialidades* incluí todo um conjunto de brindes (como colares, pulseiras, bugigangas várias), posters com imagens dos ídolos, questionários temáticos sobre aspectos quotidianos, horóscopos, cartas ou mesmo pequenas frases enviadas pelas leitoras. Estes conteúdos centram-se sobretudo nesta idolatização dos actores e cantores representados (posters), no exibir de alguma feminilidade (pequenos brindes e brinquedos), na ajuda à resolução de problemas, identificação de características pessoais diversas, pela obtenção de um resultado final através da resposta a um questionário, ou então no confortar das leitoras através de previsões “benéficas” para a sua semana. É interessante destacar que estes são incluídos pelas editoras como um atractivo ou mais-valia para a aquisição da revista, constituindo-se como uma importante estratégia de marketing.

Por seu turno, sob o domínio da *Estética* apresentam-se produtos que poderão auxiliar as adolescentes a melhorarem ou tirarem partido das suas características pessoais. Apresenta, por exemplo, artigos sobre peças de roupa consoante a cor do cabelo ou as melhores maquilhagens. Mais uma vez é enfatizada a importância da demonstração de uma feminilidade

estereotipada (ou seja, mulher heterossexual, fisicamente atraente e sensual, que procura agradar ao sexo masculino através de uma imagem “feminina”). Os conteúdos são apresentados de forma a convencer as leitoras de que se trata de uma preciosa ajuda no que diz respeito ao(s) seu(s) relacionamento(s) amoroso(s) com os rapazes. Assim, reforça-se não só a adopção destes comportamentos, como se verifica uma tentativa de os uniformizar, encarando todas as raparigas como idênticas do ponto de vista estético, das concepções do que é ser feminina e da sua orientação sexual.

A *Publicidade* e o *Consumo* são também presenças indispensáveis nas revistas para *early* e *late adolescents*, respectivamente. Ponte com vários outros aspectos das revistas, a publicidade começa por ser inicialmente uma exposição das novidades para passar, nas revistas para *late adolescents*, a algo que é “obrigatório” obter. As raparigas são muitas vezes levadas a entender que os artigos apresentados são a solução que procuravam para uma determinada situação. Nomeadamente, ou porque a publicidade se encontra no corpo de texto das próprias reportagens, ou porque os artigos se encontram dispostos de forma apelativa e temática como acontece, por exemplo, com o vestuário.

Deste modo ficam completos os aspectos explorados nas revistas para *early adolescents* como se pode verificar no diagrama 1.

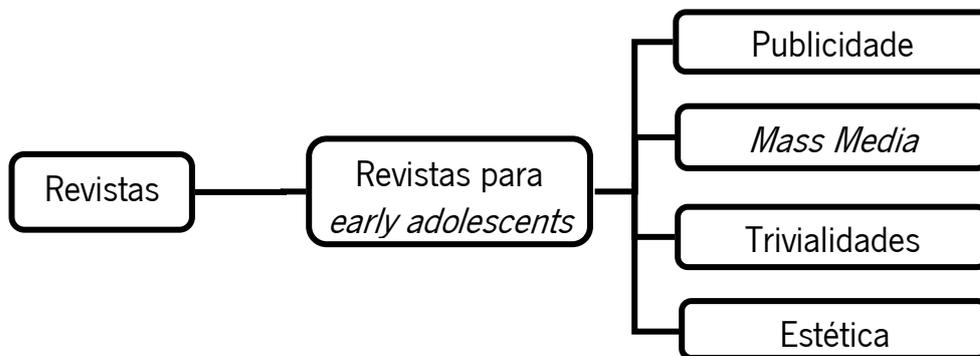


Diagrama 1: Diagrama representativo dos principais assuntos identificáveis em revistas para *early adolescents*.

O mesmo não acontece com as revistas para as *late adolescents*. Nestas, é possível encontrar-se ainda conteúdos directamente relacionados com *Sexualidade, Amor e Romance, Desporto e Condição Física*, e com *Psicologia e Comportamento* (ver diagrama 2).

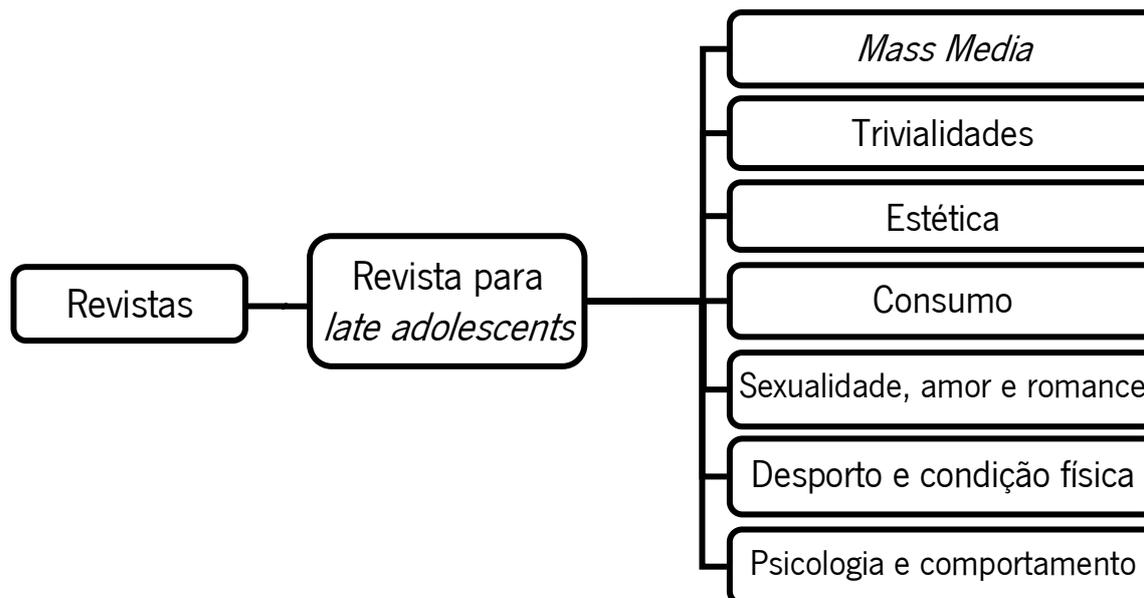


Diagrama 2: Diagrama representativo dos principais assuntos identificáveis em revistas para *late adolescents*.

Parecendo de alguma forma marcar uma transição, estas revistas, assumem mais explicitamente a importância da *Sexualidade, do Amor e do Romance* na vida dos e das adolescentes. Contudo, fazem-no recorrendo a imagens estereotipadas e enquadradas numa matriz heterossexual. É frequente encontrar-se alusões a técnicas de conquista de rapazes, dicas para agradar os parceiros/namorados, questões sobre separações e contendas, mas também à necessidade das raparigas estarem sempre perfeitas porque poderão encontrar o seu “príncipe encantado”. Marcadamente inseridos numa cultura (hetero)sexista, estas publicações mantêm os estereótipos já incutidos pelas *early adolescents*, reforçando-os.

Aparentemente díspares, as temáticas que surgem como adicionais encontram-se bastante próximas, não ao nível dos conteúdos, mas dos seus objectivos. Frequentemente, por exemplo, juntamente com questões de *Desporto e Condição Física* é dito às raparigas que deverão envolver-se em actividades desportivas no sentido de, ou melhorarem o seu aspecto físico para agradar aos rapazes, ou para encontrar rapazes “disponíveis” e supostamente atraentes, ou para relaxar e melhorar as competências de relacionamento interpessoal. Tudo isto com o objectivo de estabelecer uma relação mais ou menos duradoura, mais ou menos séria com um elemento do outro sexo.

Por fim, nestas publicações é apresentada uma secção de *Psicologia e Comportamento*. Aqui são sobretudo apresentadas estratégias de *coping* com variadas questões desde saúde sexual e reprodutiva, a conflitos em relações amorosas ou familiares, ou mesmo com

psicopatologias frequentes (depressão, anorexia, bulimia... entre outras). Esta secção aparece como uma tentativa de legitimação dos discursos apresentados ao longo das revistas, dado que os reforça por meio de linguagem científica<sup>30</sup>. Importa, no entanto, salientar que se encontram, frequentemente, nestas secções formas de transmissão de informações e estratégias de *coping* bastante válidas.

Apenas a título de curiosidade, uma vez que não é o alvo desta tese, é de referir que nas revistas para jovens mulheres não se realiza apenas uma evolução ao nível da idade das leitoras mas ao nível dos conteúdos apresentados. Estes conteúdos não se distanciam muito das anteriormente apresentadas para as revistas juvenis, à excepção da introdução de assuntos profissionais ou de carreira. Apresentam, sim, uma linguagem mais elaborada e são menos trivializados. É ainda de realçar que apesar destas revistas serem feitas por mulheres, para mulheres e sobre mulheres, estas estão imersas numa cultura sexista e focalizam todos os seus conteúdos em função do estereótipo feminino. Assim, as mulheres deverão ser, por exemplo, bonitas, magras, afáveis, carinhosas, maternais e conciliadoras. Destinadas exclusivamente a mulheres brancas, heterossexuais, de classe média ou média-alta, não deficientes, não reflectem a diversidade inerente à categoria mulher, excepção feita a algumas figuras publicas afro - descendentes. Contudo, os conteúdos apresentados referem-se sempre a figuras de sucesso e que deste modo se destacam da maioria dos seus pares. É de concluir que grande parte dos conteúdos exclui, nitidamente, grande parte da população feminina portuguesa.

Em suma, apresentando-se como multifacetadas, estas revistas eminentemente destinadas às jovens adolescentes constroem, de uma forma aparentemente ingénua, uma forma tradicional de ser mulher em íntima ligação com uma certa concepção, igualmente convencional, do que é o romance e a sexualidade. Deste modo, é de alguma forma preocupante a transmissão de estereótipos e normas sociais que não têm em conta a diversidade de identidades, de sexualidades e dos contextos socioculturais.

### **5.2.2. Selecção do *corpus* de análise**

A opção pela análise da revista *Ragazza* – uma revista para *late adolescents* – resultou de uma conjugação de factores. Entre estes destaca-se a referência desta no relatório relativo a Públicos de *Media* em Portugal (Obercom, 2007) como revista exemplo do consumo pelas adolescentes;

---

<sup>30</sup> O recurso a citações de estudos científicos e de estatísticas realizadas é geralmente o meio utilizado para abordarem vários temas do domínio da Psicologia. Contudo, a extracção sem referência ao contexto e aos objectivos do estudo leva sobretudo a que estes sejam mal interpretados pelas leitoras servindo, intencionalmente ou não, o propósito da editora.

o público-alvo a que se destina, raparigas adolescentes e jovens (apesar de não haver uma referência explícita e muitas vezes não ser este o verdadeiro grupo de consumidoras) e o facto de se encontram numa fase desenvolvimental importante, nomeadamente quanto à construção das suas identidades; e, por fim, apresentar-se (no ano de selecção da amostra) como a revista frequentemente nomeada e reconhecida entre as adolescentes, não se antevendo a sua posterior extinção em Portugal<sup>31</sup>.

A revista – *Ragazza* – é composta por vários blocos temáticos, que demonstram a existência de uma estrutura inerente à linha editorial das revistas para raparigas adolescentes, na qual figuram denominações que denotam, desde logo, alguma conformidade com um conjunto de estratégias de acesso à normalização do ser feminino e por contraponto do ser masculino, baseando-se em supostos gostos, desejos e necessidades dos indivíduos. Ao longo das edições de 2007 da revista, é possível contabilizar um total de sete grandes blocos temáticos organizadoras – ao longo das 99 páginas por edição – e que definimos no quadro 2.

Alguns destes grandes blocos temáticos, como *Especial...* e *Fixas*, apresentam uma articulação diferente dos restantes organizando-se em reportagens e artigos (informativos ou de opinião). O bloco temático *Especial...* apresenta-se, quando presente, no início e em lugar de destaque. Este bloco compreende um tema a ser explorado na maior parte da edição e que se baseia, geralmente, em “necessidades femininas”: noite, ser sexy, moda, beleza, *glamour*, amor ou luxo. O bloco temático *Fixas* é composto por um conjunto variável de pequenas apresentações (normalmente de uma página) sobre temas como forma física, cinema, televisão e música, tempos livres, beleza, moda, sexualidade ou consumo. Estas apresentações podem articular-se com outros blocos temáticos que abordem temas idênticos, mas não são delas dependentes. Neste bloco são ainda contemplados alguns suplementos, como o Horóscopo, os Presentes ou Guia de Compras, que são considerados importantes pela revista no “contacto” com as jovens adolescentes. É também neste bloco temático que se incluem suplementos mais próximos das leitoras e que dependem da sua participação. O correio ou cartas de leitora nesta publicação surge em secções denominadas *Dúvidas Existenciais* e *Porque perguntar não ofende*. Além destas secções encontram-se ocasionalmente outras denominadas *Top Secret/Confidencial* e *Caso Real* que apresentam histórias consideradas verídicas e que decorrem do contacto com as leitoras mas que não possuem qualquer tipo de comentário por parte da revista. Estes suplementos apresentam histórias, preocupações ou questões das

---

<sup>31</sup> Não se antevia ainda o surgimento de publicações do mesmo sector de mercado, com público-alvo mais alargado tentando, nomeadamente fazer a ponte entre estas revistas e as revistas femininas (e.g. *Happy Woman*).

leitoras e são utilizadas como uma oportunidade de chegar (ainda) mais próximo da realidade das leitoras surgindo como possibilidades de modelação de comportamentos face às respostas e reacções que são apresentadas.

Será interessante notar ainda o constante recurso ao consumo, nomeadamente como estratégia de marketing. Se por um lado os produtos são apresentados como as soluções desejadas e mais indicadas para as jovens, por outro são também as marcas que recorrem à edição para publicidade. Este “jogo” publicidade/financiamento é levado bastante a sério, como se pode verificar pela inclusão de uma secção de oferendas em passatempos – *Gift shop* – que motivam a compra da revista e dos produtos, mas também alguma dependência das marcas publicitadas como forma de divulgação dos produtos alternativa à “tradicional” publicidade directa.

Para possibilitar uma melhor visualização desta organização editorial sistematizámos no quadro 2 os blocos temáticos em regem a revista e explicamos os seus conteúdos. Será importante neste ponto clarificar que se trata de uma organização prévia e que não corresponde de forma linear e em estrito senso ao *corpus* de analisado. Este *corpus* é composto por elementos de diversos blocos temáticos – realçados em baixo – sistematizados quanto ao formato de apresentação e tipologia de conteúdos.

De entre estes conteúdos apresentados, ponderámos sobre os que maior impacto, diversidade de abordagem e relação com a leitora poderiam ter e seleccionámos para a nossa análise três tipologias de conteúdos que consideramos serem bastante relevantes nesta publicação. O formato da sua apresentação foi também tido em conta não nos focando apenas em conteúdos imagéticos ou textuais, ou tão pouco apenas em conteúdos escritos pelas/os colaboradoras/es da revista ou contribuições das leitoras. Preocupámo-nos ainda em não nos centrarmos numa temática específica mas em conteúdos que abordem sexualidade, não nos centrando apenas em blocos temáticos da revista, mas analisando-a transversalmente. Assim, optámos por analisar Anúncios Publicitários, Cartas de leitora e Artigos e Reportagens.

<b>Blocos temáticos</b>	<b>Definição</b>
<b>Psico &amp; Sexo</b>	Nesta secção incluem-se <b>reportagens</b> , informações, <b>artigos</b> , questões dos leitores e pequenas resenhas sobre temas de intimidade, focalizando-se sobretudo no sexo e sexualidade humana.
<b>Moda</b>	Nesta secção incluem-se sessões fotográficas, tendências e <b>reportagens</b> sobre o mundo da moda.
<b>Fixas</b>	Inclui um conjunto variado de rubricas sempre presentes que não só completam as áreas anteriores como apresentam conteúdos novos. Destes destacam-se o horóscopo, os presentes oferecidos pela revista, morada de lojas, cupões de assinatura da revista e as <b>cartas de leitoras</b> .
<b>Beleza</b>	Nesta secção incluem-se artigos e pequenas rubricas sobre cosmética, maquilhagem, cabelos e cuidados diários.
<b>Especial...</b>	Esta secção é constituída por um conjunto variado de <b>artigos</b> subordinados a um tema. Este tema é normalmente o mote base para a organização de toda a edição da revista. (São elas: <i>Be sexy, Beleza VIP, Detox, Loucura retro, Love attitude, Noite, Tendências Outono Chic, Verão superstar, Futuro de luxo, Operação festa</i> ).
<b>Reportagens</b>	Esta secção apresenta <b>reportagens</b> alargadas sobre uma ou mais personalidades consideradas de destaque.
<b>Personagens</b>	Nesta secção incluem-se pequenas entrevistas, curiosidades e pequenas fotos sobre personalidades do mundo do cinema, televisão e música.

Quadro 2 : Identificação e definição dos blocos temáticos que constituem a revista *Ragazza*.

Analisando cada um dos formatos em particular podemos verificar que, no que diz respeito à Publicidade, esta tem sido sempre um tema importante na agenda da investigação nos estudos feministas dos *media*. O nosso interesse neste assunto baseia-se no facto de vivermos numa sociedade saturada pelos meios de comunicação, e de existir pouca informação sobre o seu impacto nas adolescentes portuguesas, apesar de já existirem estudos que apontam que a nossa relação com os meios mediáticos, especialmente *pop culture*, estrutura e reforça as concepções de género pela influência na auto-imagem e vidas das mulheres. O facto de se tratarem de anúncios publicitários presentes numa revista para raparigas adolescentes é, na nossa opinião, motivo de especial atenção uma vez que a adolescência constitui uma fase crucial na construção de identidades e de escolhas; e, como temos vindo a ver, as revistas são uma forte influência neste processo desenvolvimental. No entanto, e apesar de todos sabermos que os *media* estruturam a nossa vida e apesar de toda a investigação e conhecimento na área continuamos sem ter a certeza qual a verdadeira dimensão desta influência/impacto e até onde poderá ir. Como refere Holliday:

“Os *media* e as imagens publicitárias apresentam continuamente versões idealizadas da mulher – enquanto boa, bonita, glamorosa e feminina, a

cuidar do seu marido ou crianças, ou enquanto más sedutoras e manipuladoras de homens e insensíveis ‘career bitches’.” (Holliday, 2008, p. 188, tradução nossa).

Para além disso o corpo e a figura da mulher são centrais à publicidade, uma vez que figuram, apresentam e vendem artigos de consumo feminino e masculino, usando a sua influência para dizer o que é de desejável ou não, e excluindo simplesmente o que não se inclui nessa delimitação.

Quanto às Cartas de Leitora são, como afirma Jackson (2005a), um meio das jovens poderem usar a revista para adolescentes para contextualizar problemas da sua sexualidade à sua maneira. As cartas de leitora são um mecanismo instituído na imprensa já no século XIX (Torres da Silva, 2005) quando a esfera pública dos cidadãos penetrou os meios de comunicação. Inicialmente, as cartas de leitora pretendiam oferecer “um contraponto à tecnicização do discurso jornalístico (...) funcionando, ao mesmo tempo, como uma espécie de arena para discussão pública” (Torres da Silva, 2005, p. 2). As cartas de leitora subsistem assim como possibilidade (em teoria) de cruzamento da esfera pública e privada. Como refere Fairclough (1995, p. 65), “o discurso dos *media* influencia também o domínio privado das práticas discursivas, oferecendo modelos de interacção conversacional na vida privada” (as cited in Torres da Silva, 2004). Pretendia-se assim, através da publicação das cartas de leitora, dar voz às/aos próprias/os leitoras/es para que pudessem participar “activamente” na construção da publicação e, em última instância, na sociedade. Nos dias de hoje, moldadas pelos vários critérios de selecção e edição, representam uma reminiscência deste desejo. As cartas que aqui serão analisadas pouco se assemelham com esta proposta inicial. Representam um formato diferenciado de escrita da revista, em que as jovens podem expor as suas inseguranças e medos. A escolha editorial de umas cartas em detrimento de outras (apesar de não ser algo explícito) representará o conformismo às condições sociais vigentes, ocultando na sua maioria vozes dissonantes, desafiadoras, emancipadoras ou simplesmente críticas (Jackson, 2005b). A componente vicariante, de modelação comportamental e de normalização de atitudes e comportamentos perante as mais variadas situações e problemáticas não será indiferente a uma leitura mais atenta. Por exemplo, as jovens mulheres do estudo de Currie (2001) afirmavam que as revistas lhes davam ‘coisas que precisavam de saber sobre si próprias e sobre o seu mundo social’ (p. 261). Assim, é nas páginas de aconselhamento da revista que é mais óbvio o pedido de orientação e conhecimento fazendo destas as favoritas das leitoras, apesar de na maioria das

vezes estas se interessarem mais pelas respostas do que pelas questões em si (Jackson, 2005a). As cartas de leitora permitirão, nos dias de hoje, cumprir um dos vários mecanismos de marketing a que somos expostos, nomeadamente pelo abordar frequentemente de conteúdos de sexualidade. De facto, a inclusão destas páginas dedicadas às cartas de leitora representam uma aposta segura face à comercialização das publicações em causa. Trata-se de um “espaço” social em que é permitido falar de qualquer assunto dado o carácter anónimo da exposição, o que permite o abordar de temas que geram desconforto (socialmente construídos como menos nobres, problemáticos e não questionáveis) e a obtenção de uma resposta. Estas colunas proporcionam “espaço”, na cultura popular, para a produção, definição e aprofundamento de significados sociais do que é ser uma jovem com sexualidade (Jackson, 2005a). Ao mesmo tempo, e sob um rosto educativo e informativo, e mediante as respostas dadas podem funcionar como mecanismos de construção ou de dominação. Para Foucault (1975/2003), o ritual de confissão (envolto em tensão e mistério como as cartas enviadas pelas leitoras) é discursivo em que o sujeito se sente compelido a contar as suas próprias experiências, uma necessidade compulsiva de proliferação de discursos de/sobre sexo. Como afirma Halloran (1998, p. 17-18 as cited in, Torres da Silva, 2004), “os *media* funcionam ao nível social criando um *ethos* social e climas de opinião. Podem fazer surgir significados, conferir *status* ao aprovar ou desaprovar, oferecer modelos de identificação, definir problemas, sugerir soluções, oferecer linhas orientadoras determinadas, etc.” (p. 61).

Consequentemente, não surpreende que as revistas, nomeadamente para raparigas adolescentes, tenham sido cada vez mais sobrecarregadas com elementos de sexualidade, ao ponto da concepção de ser rapariga – *‘doing girl’* – por estas apresentada corresponder a ser sexual – *‘doing’ sexuality* (Jackson, 2005b; McRobbie, 1996). É neste contexto que se destacam os Artigos e Reportagens das revistas pela sua apresentação (inquestionável) de conteúdos de sexualidade. Segundo Brown (2007), a maioria dos conteúdos a que as jovens assistem nos *media* incluem mensagens e imagens de atracção sexual, relações românticas e comportamento sexual, sendo escassa a informação sobre saúde sexual. No mesmo sentido, segundo Jackson (2005a), os conselhos apresentados são conduzidos para que a sua leitura possibilite às jovens mulheres uma apropriação à experiência pessoal e uma compreensão mais alargada ao nível da sexualidade. Em suma, como afirma Roy (2008), as revistas para mulheres são uma forma única de *media*, que funciona enquanto guia para as mulheres no que diz respeito aos papéis associados ao género e é importante examiná-las enquanto parte do *corpus* de discursos

sociais que contextualizam o nosso entendimento do que significa ser saudável e como se atinge a saúde (p. 463). Partindo desta reflexão atrevemo-nos a dizer que verificaremos esse situar dos discursos no âmbito da sexualidade.

Em suma, consideramos que a escolha destes conteúdos permite responder ao nosso objectivo de identificar o discurso, ou discursos, desta publicação face à sexualidade, em que medida estes promovem a emancipação ou reiteram discursos reguladores ou de submissão, bem como analisar discursivamente e desconstruir discurso(s) ou tecnologias que amplamente constroem as noções de sexualidade e de *ser rapariga*.

Neste sentido, o estudo que apresentamos resulta da análise de cento e quarenta (140) Anúncios Publicitários, trinta e sete (37) Cartas de Leitora (questões e respectivas respostas publicadas nas secções *Dúvidas Existenciais* e *Porque perguntar não ofende*<sup>32</sup>), e trinta e dois (32) Artigos e Reportagens sobre sexualidade publicadas na revista para raparigas adolescentes – *Ragazza* – na edição portuguesa do ano de 2007<sup>33</sup>.

Os critérios de selecção do *corpus* de análise consistiram, no caso dos Anúncios Publicitários, em analisar todos os anúncios em que estava representada pelo menos uma mulher, independentemente de constar ou não um figurante masculino. No caso das Cartas de Leitora e dos Artigos e Reportagens foi considerado como critério abordar como tema a sexualidade, sexo, saúde sexual e reprodutiva e/ou a presença de *scripts* de sexualidade (Simon & Gagnon, 1986, 1987).

### **5.3. Momentos do processo de investigação qualitativa**

Uma vez definido o *corpus* para a análise e partindo dos objectivos e questões apresentadas, iniciámos a análise dos materiais. Estes foram submetidos a diversos momentos de análise que resultaram na organização final que aqui apresentamos. Tendo em conta os critérios de rigor metodológico, já enunciados no capítulo anterior – descrição exhaustiva do processo, reflexividade e posicionamento do/a investigador/a – descreveremos os procedimentos utilizados, ainda que sumariamente, até à formulação final do *corpus* de análise.

---

<sup>32</sup> Ambas as secções são assinadas por uma colaboradora da revista, sem ser identificado nenhuma qualificação específica para assumir a secção.

<sup>33</sup> Exclui-se da análise o mês de Abril pela sua não disponibilidade.

Após a organização, já exposta, dos conteúdos da revista em termos temáticos, ensaiamos uma primeira análise dos dados, tendo por base a distribuição dos materiais por tipologias (Anúncios Publicitários, Cartas de Leitora e Artigos e Reportagens). Para os Anúncios Publicitários recorreremos à metodologia mais utilizada nesta área – a Análise de Conteúdo Visual (Goffman, 1979). Esta metodologia baseia-se na classificação das imagens publicitárias segundo as categorias *Relative size; Feminine touch; Function ranking; Ritualization of subordination; Licensed withdrawal* (Goffman, 1979). Levando em atenção a evolução científica desta metodologia consideramos ainda contributos de revisões posteriores da metodologia incluindo as categorias *Movement, Location, e Risk-taking* (Umiker-Sebeok, 1996), *Body display e Independence/self-assertiveness* (Kang, 1997) e *Objectification* (Lindner, 2004). Esta abordagem não se verificou viável na resposta aos nossos objectivos de investigação pelo que foi posteriormente abandonada em favor de uma metodologia menos centrada nos conteúdos visuais e mais abrangente ao nível dos discursos que visual e textualmente são expressos nos anúncios publicitários como é a Análise Foucaudiana de Discurso (AFD). Quanto à análise das Cartas de Leitora e dos Artigos e Reportagens, esta foi sempre efectuada recorrendo à AFD. Contudo, a análise de cada uma das tipologias por si revelou discursos que se imiscuíam e se completavam numa noção mais abrangente, e a nosso entender mais próxima, da recepção dos conteúdos pelas adolescentes.

Neste sentido, abandonou-se a análise por tipologia, optando por cruzar as várias representações analisadas num todo coerente de discursos que apresentaremos de seguida.

#### **5.4. Apresentação e discussão de resultados**

Por forma a possibilitar uma perspectiva mais global, e uma localização mais precisa dos discursos identificados na rede discursiva dos conteúdos mediáticos analisados, apresentamos, antes da sua exploração, um roteiro para cada construção discursiva. Esta opção é sobretudo importante, uma vez que os discursos identificados informam e caracterizam de forma mais próxima a articulação destas construções discursivas, o mundo social e os indivíduos.

Partiremos, então, à análise das três construções discursivas identificadas e que permitem delinear a importância da sexualidade na conceptualização das raparigas adolescentes para este género mediático.

Assim, partindo do nosso objecto discursivo, *ser rapariga* é:

- Tornar-se *sexy*,
- Ter de saber (sempre) mais,
- Construir uma relação heterossexual.

Com o intuito de sistematizar, e clarificar, a investigação desenvolvida, cada uma destas construções discursivas será apresentada de forma independente seguindo os seis passos propostos por Carla Willig (2003, 2008) apresentados no capítulo anterior. Iniciaremos por 1) identificar as construções discursivas e os 2) discursos que as constroem; posteriormente apresentaremos as suas 3) orientações para acção, 4) posicionamentos e 5) práticas; finalizando a análise com a 6) identificação das subjectividades dos discursos. Terminada a apresentação e discussão de resultados, analisaremos de forma conclusiva a inter-relação entre as três.

## **SER RAPARIGA É...**

### ● *Tornar-se sexy!*

- Atractividade e objectificação da mulher
- Disciplina feminina do corpo

### ● *Ter de saber (sempre) mais...*

- Saber o básico
  - Contracepção e concepção
  - Funcionamento do corpo
  - Fisiologia e desempenho
- Manter os conhecimentos actualizados
  - Prazer físico
  - Inovar na sexualidade

### ● *Construir uma relação heterossexual*

- Desvendar o masculino
- Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro
  - Iniciar uma relação
  - Manter uma relação
- Afirmação do duplo padrão
  - Violência das relações
  - Conflito face ao duplo padrão
  - Traição e triângulos amorosos

### 5.4.1. Tornar-se *sexy*!

#### SER RAPARIGA É...

- *Tornar-se sexy!*
- Atractividade e objectificação da mulher
- Disciplina feminina do corpo

#### 5.4.1.1. Identificação de construções discursivas

A construção discursiva *Tornar-se sexy!* traduz uma tendência actual de sexualização dos conteúdos e discursos mediáticos. Presente ao longo das várias tipologias analisadas (anúncios publicitários, artigos e reportagens e cartas de leitora), esta apresenta-se fundamentalmente através de duas grandes premissas associadas ao desenvolvimento das raparigas adolescentes na sociedade contemporânea: a atractividade e objectificação da mulher e a disciplina feminina do corpo.

#### ***Atractividade e objectificação da mulher***

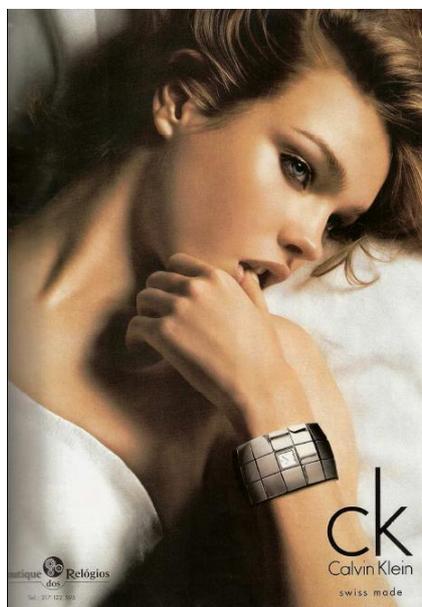
*Atractividade e objectificação da mulher* mapeia a importância dada pela sociedade à imagem corporal e beleza feminina. A crescente preocupação com estes aspectos resulta de uma sobrevalorização da atractividade dos corpos femininos que implicam na sua maioria, e sobretudo ao nível dos anúncios publicitários, uma retirada da componente agencial e de sujeito à mulher, objectificando-a.

Este mecanismo discursivo resulta sobretudo da análise dos anúncios publicitários, contudo não lhe é exclusivo, encontrando-se ainda em artigos e reportagens. A preponderância dos anúncios publicitários na identificação deste discurso evidencia a tónica visual que lhes está associada, reforçada pela componente de análise do conteúdo imagético. Ao nível do anúncio publicitário são vários os produtos que claramente pretendem passar a imagem do que é adequado e “normal” numa rapariga. Podemos mesmo referir a importância dada a peças de vestuário, acessórios, perfumes, ou produtos de higiene feminina, como poderá ser comprovado com a exposição que faremos de vários anúncios publicitários considerados na análise. São

O que significa *ser rapariga...*

comuns as mensagens de uma efectiva necessidade de se tornarem apelativas no seu aspecto físico e desse modo se apresentarem disponíveis para serem olhadas e, supostamente, escolhidas por um parceiro<sup>34</sup>.

A primeira imagem (imagem 1) que apresentamos representa uma jovem que se encontra abandonada sobre uma cama com olhar não definido e tocando a boca. A jovem está claramente exposta ao olhar do espectador. O relógio que pretende publicitar não se apresenta no centro da imagem e não possui qualquer destaque. Também não existe um texto que acompanhe a publicidade, sendo que o protagonismo é dado à jovem ao centro. Aliás a sua presença na publicidade é apenas para servir de meio para expor o relógio da marca. Nesta publicidade a jovem não possui essência própria, sendo um claro exemplo de objectificação.



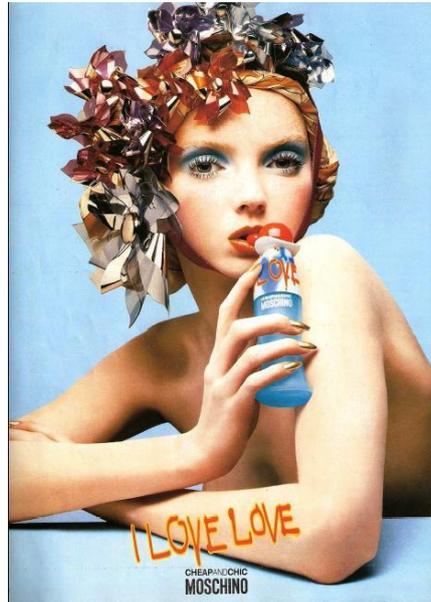
*Imagem 1*

Aliás este recurso é bastante frequente. No exemplo que se segue (imagem 2), mais uma vez a jovem ocupa o centro da imagem e tem o maior destaque. Neste sobressai ainda a nudez da jovem que é centro do olhar do/a leitor/a, expondo-se propositadamente a um olhar *voyeur*, ao mesmo tempo que cumpre a função de segurar o perfume da Moschino, produto de facto publicitado. A mensagem que podemos retirar desta publicidade conjuga a importância da atractividade do corpo e da beleza enquanto exposição pessoal aos outros com o papel do

---

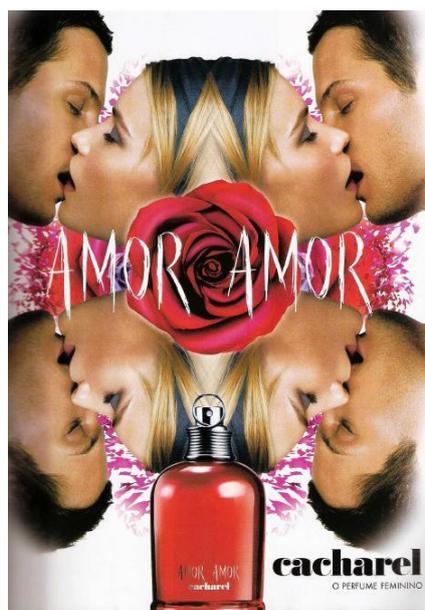
<sup>34</sup> Estas mensagens transmitidas socialmente resultarão por sua vez numa percepção das raparigas de uma necessidade de se adequar ao normativo originando mecanismos discursivos como o da *Disciplina Feminina do Corpo* que exploraremos de seguida dentro desta mesma construção discursiva.

perfume – I Love Love – no alcançar destes objectivos e, supostamente, no favorecimento da sexualidade feminina.



*Imagem 2*

A sexualidade e as relações de intimidade têm, de facto, preenchido a agenda publicitária, tal como nos *media*, sendo um dos tópicos de maior exploração. A publicidade que apresentamos de seguida (imagem 3) ilustra outra marca de perfumes que explora a imagem de um casal que se beija, multiplicando a sua apresentação. O próprio nome do produto – Amor Amor – completa a mensagem que pretendem ver transmitida: os perfumes, este especialmente, podem ter influência nas suas relações de intimidade. Seria assim uma boa razão para a sua aquisição.



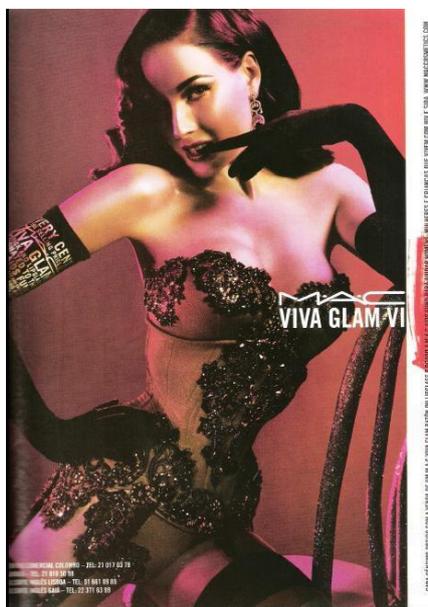
*Imagem 3*

O que significa *ser rapariga*...

A mesma mensagem parece estar patente na Imagem 4. Trata-se de uma publicidade a um produto de maquilhagem feminina que explora a imagem de uma conhecida artista burlesca, apresentando-a como elemento central do anúncio. A própria estará a usar os produtos publicitados, sugerindo que estes compõem a sua imagem artística. A secundarização da marca e do produto é nesta publicidade concretizada com a apresentação do nome e texto de forma lateral e quase imperceptível. O texto apresentado informa:

Viva Glam M-A-C

Cada cêntimo obtido com a venda de um M-A-C Viva Glam Batom ou Lipgloss é doado à M-A-C AIDS Fund para ajudar Homens, Mulheres e Crianças que vivem com HIV e SIDA. [www.maccosmetic.com](http://www.maccosmetic.com).



*Imagem 4*

Outro nível de objectificação da mulher poderá ser comprovada pelo destaque de partes do corpo feminino em detrimento de um corpo unificado, passível de ser subjectificado e agente de acção.

As imagens 5 e 6 apresentam duas possibilidades de se publicitar um mesmo produto (apesar de marcas distintas). A imagem 5 apresenta uma mulher no centro do anúncio publicitário, tendo como principal foco nas pernas depiladas da modelo, exactamente o mesmo da imagem 6. Contudo, na imagem 6 a modelo não figura na publicidade, sendo apenas apresentadas umas pernas femininas como que independentes de um qualquer corpo feminino. Trata-se de mais um objecto decorativo e ilustrativo recusando a individualidade da mulher. Na

imagem 6 a centralidade é dada à tecnologia da máquina depiladora, apresentando com o mesmo nível de detalhe as já referidas pernas femininas e outros exemplos de pequenos electrodomésticos domésticos da mesma marca.

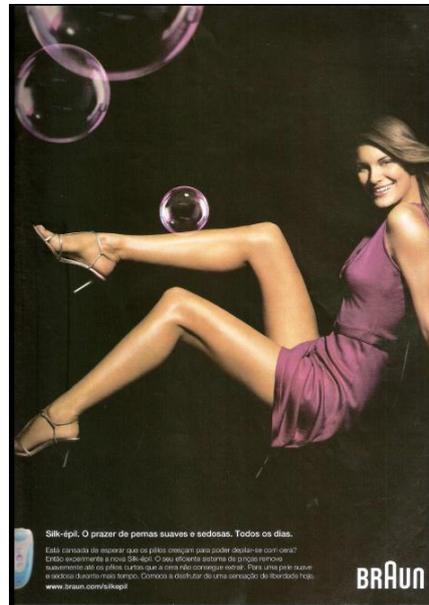


Imagem 5



Imagem 6

Um recurso publicitário também frequente é a ocultação do rosto ou da cabeça da modelo. As imagens 7 e 8 são exemplo disso mesmo. Na imagem 7 a modelo encontra-se vestida com roupas da marca publicitada. O slogan é *Live your passion; real people in every timezone* (Vive a tua paixão; pessoas reais em todos os fusos horários). A utilização do holofote a figurar em vez

O que significa *ser rapariga*...

da cabeça da modelo e a máscara na sua mão são elementos através dos quais pretendem simbolizar esta disponibilidade para qualquer mulher, qualquer que seja a sua individualidade a vestir. Contudo, os mesmos elementos dão à leitora a noção que estes são meros elementos decorativos sendo que o importante permanece exposto: o corpo.



Imagem 7

Na mesma linha de ideias, a Guaraná Brasil ocultou a cabeça da modelo com um cartaz alusivo à sua campanha promocional de verão. O elemento central da publicidade continua presente pela apresentação do corpo da modelo usando um biquíni, ilustrando o que poderá ganhar quem concorrer. Estando a modelo com a face coberta, apresenta-se como alvo de observação de um qualquer leitora, não tem a possibilidade de o fitar. Esta ocultação não é inocente, remetendo não só para o corpo feminino mas para o estereótipo de mulher brasileira: jovem, branca, magra e geralmente na praia de biquíni.

Como se pode depreender, o recurso à exposição e exploração do corpo feminino é bastante frequente nos anúncios publicitários. A imagem é considerada um elemento chave na vida de qualquer mulher, devendo mesmo prestar-lhe bastante atenção e tentar aproximar-se o mais possível das tendências veiculadas. Esta imagem, considerada ideal na sociedade contemporânea, valoriza então a juventude das mulheres, um corpo magro e esbelto, ausente de imperfeições, geralmente de raça branca e loira, embora estes dois últimos atributos tenham vindo a ser flexibilizados em função do cumprimento dos restantes.



*Imagem 8*

Exemplo desta imagem é a publicidade que se segue (imagem 9), que apresenta uma jovem usando a roupa íntima vendida pela marca. A jovem olha o/a leitor/a com expressão quase inocente como se ignorasse o facto de estar a expor-se. A modelo é jovem, loira, alta e magra, personificando os ideais de beleza feminina.

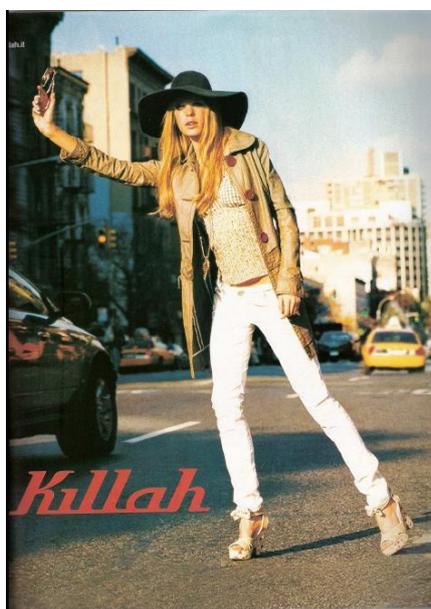
Será de destacar que esta beleza é considerada padrão, mas não representa de todo a maioria das mulheres, mesmo que localizando apenas no mundo ocidental. Aliás, a obtenção dos parâmetros sugeridos implica esforços consideráveis que poderão implicar actividades de (elevado) risco ao nível da sua saúde.



*Imagem 9*

O que significa *ser rapariga...*

A mesma tipologia de mensagem poderá ser encontrada ainda na imagem 10 que apresenta uma conhecida marca de roupa feminina através da captação da imagem de uma jovem bela, diríamos, a fazer sinal de paragem a um táxi. Os parâmetros são os mesmos, apenas se destaca nesta foto a magreza excessiva da modelo apresentada em contraste com o contexto envolvente. Também nesta publicidade se torna evidente que a maioria das mulheres não possui estas características corporais, distanciando-se da possibilidade de usar as roupas apresentadas com o mesmo nível de impacto sugerido pela marca. A utilização, por vezes, de correcção da imagem por computador acentua as discrepâncias evidenciadas e a desvalorização, pela manipulação, do corpo feminino enquanto propriedade e herança pessoal da mulher.



*Imagem 10*

Numa variação dos parâmetros que vimos a discutir, a imagem 11 apresenta a atractividade de uma mulher morena, mas igualmente jovem, magra e branca.

Esta imagem é acompanhada com um texto representativo da mensagem do publicitário: “Já pensaste em não levar a vida tão a sério?”, acompanhado de uma pose reveladora e sorriso expansivo. A relação com o produto de higiene íntima que se pretende apresentar é um pouco forçada. Mas acrescenta no seu slogan para concretizar. “Ausonia. Muito segura. Muito mulher”. Ora, esta afirmação é francamente mais clara: usar Ausonia torna-te mulher. Mas, que tipo de mulher querem eles apresentar às leitoras? Uma mulher jovem que usa a marca para se libertar de constrangimentos relacionados com a sua intimidade e com o funcionamento do sistema reprodutor.

A imagem utilizada, ausente de contexto, concretiza da melhor forma esta pressão para a normatividade quanto ao aspecto e beleza feminina. Para além disso, como é sugerido, ultrapassados estes constrangimentos, que dominam e tornam a vida das mulheres mais séria, esta poderá aproveitar mais a vida sem quaisquer outras restrições.



*Imagem 11*

Outro exemplo da utilização da mensagem textual da publicidade para concretizar o objectivo publicitário é a imagem 12. Nesta figura uma jovem, representada em plano fechado da sua cara. A jovem utiliza o telemóvel publicitado para ouvir música e a sua expressão facial é de satisfação, olhando em redor e prendendo o lábio. Para além do passatempo co-organizado com a revista e que é apresentado na parte inferior da publicidade, o slogan apresentado é o principal foco do nosso olhar. Este diz: “1500 músicas. Uma delas vai fazer com que, sem querer, ligués ao teu ex.”

Portanto, esta mensagem reforça a ligação existente entre o consumo de tecnologias várias e as relações interpessoais, de cariz marcadamente heterossexual. Esta relação complementa a já apresentada ao nível da beleza e padrões de imagem corporal enquanto elemento de sedução e atractividade feminina. A jovem apresenta-se como modelo de jovialidade a seguir, sendo o seu telemóvel um mecanismo de elevado valor de que dispõe. Uma mais-valia a adquirir, diria a marca.

O que significa *ser rapariga...*



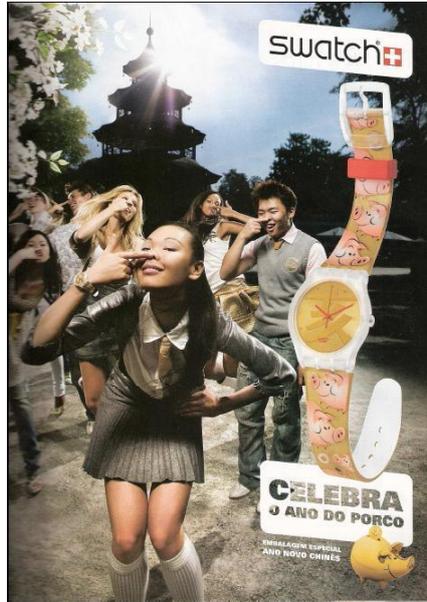
Imagem 12

Contudo, não podemos generalizar estas opções a todas as campanhas publicitárias. Apesar de ter como objectivo dispor-se ao olhar do/a leitor/a e aumentar o seu nível de atractividade pelo uso de roupas da marca publicitada, a imagem 13 apresenta uma campanha que quebra com alguns dos estereótipos que frequentemente figuram e marcam os anúncios publicitários com que contactamos. Nesta podemos ver mulheres negras e latinas, fugindo à modelo branca, e não são todas magras como costuma acontecer. Contudo, é de salientar que esta opção recai não sob uma qualquer mulher mas uma celebridade, a actriz Queen Latifah, como que compensando uma deslocação do padrão publicitário.



Imagem 13

Mas esta não é, no entanto, a única publicidade a recorrer a celebridades, afastando-se da tipologia da mulher branca e magra. Inclusive são cada vez mais frequentes, ainda que continuem uma minoria, modelos latinas, negras e asiáticas como se pode verificar, por exemplo, com a imagem 14.



*Imagem 14*

Outra nota importante é que nem todos os anúncios publicitários que se encontra nestas revistas são de cariz comercial. Existem ainda anúncios publicitários institucionais como as imagens que apresentamos de seguida (imagem 15 e 16).

A mensagem que aqui se transmite não é muito diferente da que é comum à dos anúncios publicitários comerciais. No entanto, a apresentação é ainda mais subtil e anunciando um bem maior como resultado último da actividade sugerida. No caso da Imagem 15, a mensagem é que as raparigas bebem leite e logo são bonitas, atractivas e sexy. Neste caso, beber leite é bom não apenas porque faz bem à saúde, mas porque nos ajuda a ser bonitas e segundo o próprio anúncio – fotografado em ambiente de ginásio, destacando a importância do exercício físico e boa forma para as raparigas – este é “baixo em calorias, em gorduras, baixo em stresses com a linha”. A apresentação da modelo com sorriso rasgado e fitando a leitora pretende criar empatia e adesão com a publicidade.



Apesar da preponderância dos anúncios publicitários nestes discursos, podemos encontrá-lo ainda em outras tipologias de conteúdo analisadas. É o caso dos artigos e reportagens. O excerto que apresentamos de seguida revela a importância de se construir como rapariga, recorrendo fortemente aos seus atributos pessoais para atrair os parceiros, nomeadamente os rapazes numa matriz claramente heterossexual, disponibilizando-se pela sua atractividade para serem olhadas e objectificadas nesta relação.

O excerto 1 refere mesmo que as cores de maquilhagem sugeridas são as mais doces, criando um olhar guloso na rapariga. Contudo, este pretende apenas, como refere o artigo “transformar o teu olhar numa deliciosa sobremesa” para que não se consiga deixar de a olhar.

### **Excerto 1**

Rosa fúchsia

OLHAR GULOSO

É sem dúvida uma das cores mais doces desta paleta. Irá transformar o teu olhar numa deliciosa sobremesa e, ao mesmo tempo, dar-te um ar irreverente. Assim, não passarás despercebida!

(Novembro, p. 42- 49)

Do mesmo modo o excerto 2 apresenta o exercício físico e a frequência de ginásio como uma ótima oportunidade de se tornar atractiva: não apenas pelo exercício modelador e de realce do corpo, mas sobretudo pela exposição. As jovens são sobretudo incentivadas a usar roupas reveladoras e *sexy* e deixar-se admirar.

### **Excerto 2**

Sexo & Desporto

2 GINÁSIO DO AMOR

Não duvides: é o local ideal para conhecer novos amigos... ou algo mais! Por isso, da próxima vez que fores ao ginásio, experimenta fazer dos teus *leggings* o equipamento desportivo mais *sexy*. Quando pegares nos halteres, não será só a tua força que os rapazes vão admirar...

(Maio, p. 82-83)

Em suma, são vários os mecanismos que indicam às raparigas o que é socialmente reforçado como atraente e *sexy*. Estes estímulos são sobretudo de cariz visual, mas encontram-se ainda disseminados na linguagem utilizada pelos meios mediáticos.

### ***Disciplina feminina do corpo***

Citando o início de uma reportagem analisada *“Uma rapariga não nasce sexy... torna-se sexy”*. Este mote, que toma por base a célebre citação de Simone de Beauvoir *“Uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher”* (1949/2008), permite-nos exprimir de forma clara as estratégias implícitas neste mecanismo discursivo. O seu objectivo é a criar um sentido pessoal de que é importante monitorizar o seu aspecto físico, compondo e transformando a rapariga (numa concepção biológica e essencialista) num ser mais *sexy*, ou seja, capaz de transmitir emoções, suscitar sentimentos nos outros (sobretudo nos rapazes) e conquistar um parceiro – diga-se, masculino.

Esta composição e transformação deverá ser levada a cabo recorrendo a práticas várias como praticar exercício físico, iniciar uma dieta restritiva, usar cosméticos, depilar-se, usar roupas apertadas, esticar ou encaracolar o cabelo, fazer cirurgia estética ou lipo-aspiração (Duncan, 1994); constituindo-se estes como práticas para alterar ou moldar o corpo face a um ideal feminino social e exteriormente definido. Este conjunto de práticas corresponde ao que Sandra Lee Bartky (1990) chamou de disciplina feminina do corpo<sup>35</sup>, ou seja, um conjunto de “práticas que têm por principal objectivo a modelação ou transformação do espaço corporal feminino no sentido de se aproximarem de um modelo estandardizado de feminilidade construído por padrões masculinos de beleza, peso ideal e saúde” (Magalhães, Saavedra & Nogueira, 2008b, p. 642).

Assim, neste mecanismo discursivo podemos localizar um conjunto de recursos de normalização do indivíduo, neste caso as raparigas, ao padrão social dominante. Nesta linha de ideias, o objectivo principal de cada rapariga deveria ser o de procurar estar o mais na moda possível para que a sua imagem pessoal cause impacto positivo não só nas pessoas com que se relaciona mas com um público mais geral que, supostamente, a observa. Nada da imagem da rapariga deverá ser descurado. O excerto que se segue localiza esse esforço de modelação no cabelo:

#### **Excerto 3**

Este mês o amor subiu-nos literalmente à cabeça... Com estes oito cortes  
100% sedutores, a conquista está garantida!  
(Fevereiro, p. 36-43)

---

<sup>35</sup> Este conceito foi enunciado pela autora a partir da formulação de monitorização e docilização de corpos apresentada por Michel Foucault (1975/2003) na sua obra *Vigiar e Punir*.

Não é irrelevante que se trate do mês de Fevereiro, tendo como tema de fundo o dia dos namorados. Este enquadramento poderá mesmo dar legitimidade a uma acção mais permanente e ousada como mudar o corte de cabelo em vez de apenas o modelar. Aliás, é comum verificar-se uma preocupação do projecto editorial no que se refere à inclusão de certos assuntos na agenda de determinado mês. Assim, à medida que se aproxima a época estival, as propostas vão-se progressivamente centrando mais na forma física. Ainda na mesma reportagem podemos explorar melhor a razão pela qual esta modelação é importante para as raparigas:

**Excerto 4**

LOVE is in the hair

Que o nosso corte de cabelo está directamente relacionado com o nosso poder de atracção, já não é novidade para ti. (...) Num mês tão *sexy* como Fevereiro, decidimos eleger os oito cortes e penteados que mais corações conquistarão nos próximos tempos.

(Fevereiro, p. 36-43)

Um outro excerto, do mês de Maio, pretende exactamente aliar a boa forma física ao prazer físico, nomeadamente pela conjugação das temáticas do desporto e sexo:

**Excerto 5**

Tantra gym, brinquedos eróticos desportivos... O desporto aliou-se ao sexo, e vice-versa. Descobre a modalidade mais apetecível e fica em forma com prazer! (Maio, p. 82-83)

O próprio artigo explica melhor esta relação ao referir:

**Excerto 6**

Nem discotecas, nem chats... Já reparaste que, nos últimos tempos, os ginásios transformaram-se nos novos pontos de encontro? Não duvides: é o local ideal para conhecer novos amigos... ou algo mais! (Maio, p. 82-83)

É, sobretudo, durante o Verão que o escrutínio a esta disciplina feminina do corpo é maior. Não só porque as temperaturas suscitam maior exposição do corpo e da forma física, mas também porque, segundo a linha editorial, o Verão é a época privilegiada para o estabelecimento de novas relações, sobretudo de intimidade.

O que significa *ser rapariga*...

### **Excerto 7**

Escolhe o teu biquíni ideal, desvenda os segredos de um corpo de top, descobre os rapazes de quem deves fugir... Segue o caminho das estrelas e prepara-te para conquistar o Universo!

Ou ainda:

### **Excerto 8**

EM BUSCA DO CORPO

Consegue as curvas das *celebrities*

O rabiosque firme da J. Lo, a cintura sensual da Shakira... Desvenda os segredos das famosas para exhibir um corpo 100% *hot*. Já estás a tomar nota?

(Junho, p. 47-49)

No entanto, na maioria das vezes, as jovens são aconselhadas a adoptarem um regime de maior passividade e não-acção em que a finalidade é estar de acordo com o interesse masculino. A conjuntura dos *media* reforça diariamente este poder associado à correspondência constante a uma referente masculino, androcentrado.

No excerto do mês de Julho que transcrevemos de seguida é possível verificar esta importância em questões comuns como a forma de vestir. Segundo esta reportagem, a rapariga *automaticamente* adapta-se ao estilo do namorado ("Qualquer semelhança não é pura coincidência!") alterando o seu estilo pessoal:

### **Excerto 9**

O ATAQUE DAS CLONES

Observa as fotos que apareces com o teu namorado – e os teus ex... - e confessa: estão vestidos de forma parecida? Qualquer semelhança não é pura coincidência! É que tendemos a copiar o estilo do nosso namorado para agradar-lhe. (Julho, p. 56-57)

Contudo, este facto não parece ser de maior importância, pois mesmo mudando de estilo a revista irá continuar a ajudá-la a manter-se dentro dos parâmetros do ideal de beleza e moda. O excerto 10 exemplifica mais um destes conselhos de modelação pessoal. Independentemente da personalidade das jovens ou de características específicas o sucesso é garantido. Aliás, todo este discurso possui como referencial uma concepção homogénea e generalista de adolescente.

### **Excerto 10**

O cor de laranja, o cor-de-rosa e azul chegam com ares futuristas, e revelam o seu lado mais explosivo. Damos todas as chaves para utilizá-los... e arrasar! (Novembro, p. 42-48)

Mais uma vez parece óbvio a multiplicidade de desafios a que as jovens são expostas com o objectivo último de se modelarem por forma a ficarem “perfeitas” e agradarem ao sexo masculino. O excerto 11 apresenta na edição de Janeiro o objectivo traçado para todo o ano:

**Excerto 11**

BE SEXY my friend

(...) ESTE ANO, DEIXA TUDO E TODOS DE QUEIXO CAÍDO, E AGARRA AS PROPOSTAS MAIS FASHION DO MOMENTO! DOCE OU LEOPARDO? (Janeiro, p. 42-46)

O excerto 12 segue na mesma linha, apresentando às jovens um conjunto de comportamentos a adoptar para se transformar num ser *sexy*. Apesar de tudo, este excerto, bem como o seguinte, salientam a importância de *gostar de si* enquanto “muito pensamento pensativo” (excerto 12), “programar a mente” (excerto 12) e a “nossa atitude” (excerto 13). Parece implícito que o cuidar do visual também produz efeitos de melhoria do estado de espírito e auto-estima.

**Excerto 12**

10 CHAVES PARA MAXIMIZAR O TEU LADO SEXY

Alta Sedução

Algumas pessoas alcançam o sucesso, mesmo não sendo lindas de morrer. O segredo? Sabem tirar partido do seu lado mais sensual. Descobre como...

Uma rapariga não nasce *sexy*... torna-se *sexy*. E nem é preciso ter umas medidas de cortar a respiração: um olhar arrebatador, um sorriso doce e muito pensamento positivo podem fazer milagres! (...) Basta programar a tua mente e o teu corpo para transformares-te na deusa da sensualidade! (Dezembro, p. 82-84)

Podemos mesmo verificar esta sensação de pressão sentida pelas jovens, analisando as cartas de leitora. O excerto 13 é representativo de uma jovem que se sente diferente desta representação homogénea de rapariga adolescente protagonizada pelos *media* em geral. A Helena consegue mesmo verificar que as suas amigas são mais facilmente conformistas com este modelo, sentindo-se excluída e incapaz de corresponder ao que reconhece como sendo o que a sociedade valoriza.

### **Excerto 13**

*As minhas amigas conseguem conquistar e eu não. Os rapazes não olham para mim por ser feia. Como posso tornar-me atraente?*

Helena (Lisboa)

Obviamente o aspecto físico é o nosso melhor cartão-de-visita, mas também está mais do que comprovado que a nossa atitude é fundamental na hora de nos relacionarmos com os outros. (...) Enche-te de coragem e faz um novo corte de cabelo, aprende a maquilhar-te, adere às unhas postiças... Experimenta fazer um workshop para mudar o *look*. Aprenderás a realçar o que tens de melhor. E quando te sentires confiante... conquistarás o Mundo!

A este nível, a resposta da revista é algo ambígua. Por um lado, a jovem não está enganada e a sua auto-estima, provavelmente tem razões para estar enfraquecida até porque “Obviamente o aspecto físico é o nosso melhor cartão-de-visita”. Por outro, existe um contraponto entre o ser *sexy* – sedução e atitude positiva – e ser-se especial para além das formas físicas, na beleza interior. Contudo, a resposta contrapõe estas posições com uma proposta irredutível. É importante ser-se especial, mas para melhorar ainda mais, o importante é melhor o aspecto exterior. Neste sentido, não resta outra escolha à revista senão apresentar um conjunto de sugestões (de amiga, poderíamos dizer) para que a Helena consiga modelar o seu corpo e “tornar-[se] atraente”.

#### 5.4.1.2. Identificação de discursos reguladores

Uma vez exposta esta construção discursiva podemos analisá-la, identificando quais os discursos reguladores que permitiram a sua formulação.

Apesar de podermos dividir esta construção discursiva em dois mecanismos independentes – *Atractividade e objectificação da mulher* e *Disciplina Feminina do Corpo* – estes compõem diferentes olhares, externalizado e internalizado respectivamente, sobre o corpo feminino pelo que consideramos serem regulados por discursos comuns.

Antes de mais, esta construção discursiva funda-se num discurso romântico (como aliás veremos acontecer com as demais), tendo como base a idealização de um corpo que permitirá alcançar a perfeição pessoal e ao nível das relações (heterossexuais) de intimidade. O amor romântico, na perspectiva de Giddens, representa a emergência de ideais amorosos fortemente ligados aos valores morais do cristianismo (Giddens, 1992/2001) e que se baseiam em descrições romanescas da literatura do século XIX. “O amor romântico era essencialmente [no século XIX] o amor no feminino” (Giddens, 1992/2001, p. 29). Este pautava-se por ser mais

passivo, conquistável, para sempre, e único e exclusivo. Assimétrico quanto ao poder partilhado, este foi na sua formulação inicial uma expressão de envolvimento emocional de duas pessoas; sendo posteriormente suplantado por critérios sociais. Neste sentido, “o amor romântico é um amor sexual, mas reduz a *ars erótica*. A satisfação sexual e a felicidade, especialmente na forma fantasista do romance, estão supostamente garantidos pela própria força erótica que o amor provoca” (Giddens, 1992/2001, p. 42).

Esta perfeição e idealização influencia assim toda uma formulação pessoal e socialmente mediada, a qual se encontra altamente relacionada com a concepção do corpo feminino enquanto elemento de prazer masculino e heterossexual. Se por um lado este facto é cultivado pelos homens pelo seu “consumo”, este despertar de prazer apresenta-se às mulheres como mais um mecanismo de sedução e uma oportunidade de aproximação romântica. Apesar de nem sempre esta idealização de relação se concretizar, existe um conjunto de discursos adjacentes que reforçam esta construção discursiva e que mantêm as mulheres comprometidas com este objectivo.

Um segundo discurso, que podemos identificar, é o discurso de vigilância, baseado numa atitude panóptica identificada por Foucault (1975/2003) de supervisão de práticas e comportamentos. Esta vigília constante passa então pela verificação de uma correspondência a um modelo comumente aceite e que é globalmente reforçado e que pune quem se aproxima ou atravessa as suas fronteiras. É sobretudo importante notar que esta vigilância não é sempre uma acção externa à mulher, pelo contrário. Uma vez que se desconhece quando se está a ser vigiado, o indivíduo vai adquirindo um constante sentido de monitorização que será interiorizado. O sujeito passa a ser o seu próprio guardião. Foucault (1975/2003) conceptualiza este dispositivo panóptico com um importante laboratório de poder pois “automatiza e desindividualiza o poder” (p. 167) que se exerce sobre o indivíduo. Como o próprio autor destaca, o mais importante efeito deste dispositivo é “induzir no detento um estado consciente e de permanente visibilidade” (Foucault, 1975/2003, p. 166) que permite a sua autonomia relativamente a um guardião exterior.

Neste sentido, podemos perspectivar que devido ao reforço, desde muito cedo, de modelos de beleza e atractividade, uma rapariga quando chegada à adolescência terá já internalizado claramente quais as regras sociais (*scripts*) e papéis pelos quais se deve reger; pelo que a monitorização e comparação de comportamentos se verifica de forma constante entre mulheres e sobre si próprias.

Ambos os discursos mencionados anteriormente são reforçados e permanecem como elementos “naturais” e inquestionáveis devido a uma triangulação com um outro discurso que regula esta construção discursiva: o discurso económico. Este discurso permite a manutenção de uma ideologia de necessidade, de ser inacabado, que reforça o consumo de marcas, produtos e comportamentos publicitados no sentido de auxiliar no perpetrar esse objectivo último de perfeição e completamento. Este discurso económico reforça ainda o consumo, recorrendo a produtos mediáticos que completam este ciclo tautológico.

#### 5.4.1.3. Definição de Orientações de Acção

No seguimento das anteriores reflexões, podemos agora identificar as orientações de acção inerentes a esta construção discursiva *Tornar-se sexy!*, nomeadamente referindo-nos aos contextos que permitiram o seu despoletar, as implicações que desta advém e que funções estas desempenham.

Em primeiro lugar é de destacar a importância de marcadas desenvolvimentos ao nível da imagem corporal socialmente valorizada. Ao longo das últimas décadas, tem-se verificado alterações valorizando-se agora a magreza, com medidas rigorosas, mimetizando o corpo adolescente de uma rapariga, face ao padrão anteriormente valorizado de corpo com medidas mais rígidas associadas a curvas voluptuosas exploradas para despertar o interesse masculino, que por sua vez substituiu o interesse dado ao corpo robusto associado à reprodução. Como refere Cunha (2008), à medida que o peso médio das mulheres com menos de 30 anos aumentou, os seus ideais de beleza diminuíam, incitando a tornarem-se mais magras. Esta pressão para a obtenção de um “corpo que impossível para a maioria da população” (Cunha, 2008, p. 82) reforçou a importância de uma formulação mais próxima das mulheres, valorizando não só a magreza mas também o corpo saudável.

Para esta alteração muito contribuiu o desenvolvimento do mundo da moda, inicialmente com Marilyn Monroe como símbolo de corpo ideal (busto grande, cintura fina), representado pela voluptuosidade e elegância. Seguidamente, iconizado na modelo Twiggy, valorizou-se a simetria entre ancas e busto que realçava o uso da mini-saia (introduzida por Mary Quant), promovendo a mudança dos parâmetros de vestuário que viriam a permitir maior revelação e exposição do corpo. Esta ideia é reforçada por Cunha (2008) ao atribuir ao florescimento da indústria da moda a responsabilidade por estereótipos de beleza associados a corpos magros, “como nos anos de 1960 as famosas Twiggy e Jean Shrimpton, ou mais recentemente com Kate Moss e a

sua história de anorexia nervosa” (Cunha, 2008, p. 77). Do mesmo modo que no mundo da moda, esta imagem de corpo esbelto que é repetidamente e mediaticamente passada às raparigas como um objectivo e imperativo de vida, poderá mesmo potenciar junto destas distúrbios alimentares. De tal forma que, uma vez anoréxicas ou bulímicas, estas jovens tendem a repudiar o seu desenvolvimento querendo permanecer num corpo próximo do de um rapaz adolescente; as alterações ao nível das ancas e dos seios são consideradas afrontas ao modelo de beleza, leia-se magreza, que pretendem almejar (Durham, 2009). Esta influência efectiva-se de tal forma que, na opinião de Susan Bordo (1993), quando “vista de forma histórica, a disciplina e normalização do corpo (...) deve ser reconhecida como estratégia extraordinariamente durável e flexível de controlo social” (p. 166, tradução nossa).

Paralelamente, a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, no período pós Grandes Guerras, veio beneficiar as mulheres adicionando valores de maior autonomia e independência do jugo masculino até então dominante social, política e economicamente. Como refere Neves (2007), a participação no mundo de trabalho e o avanço científico, como a descoberta da pílula, veio potenciar, sobretudo no período após a Segunda Grande Guerra, uma entrada progressiva em domínios que anteriormente lhes eram interditos. Tratava-se de uma tentativa de mudança social mais do que reivindicação feminista do seu corpo (Neves, 2007). Até então as mulheres figuravam como objectos de posse, sendo que pertenciam pelo nascimento ao seu pai e posteriormente, pelo casamento, aos seus maridos. A criação do sujeito-público mulher só foi possível através da feminização do trabalho e consequente independência económica, figurando enquanto sujeito-político autónomo, adquirindo o estatuto de cidadãs com direitos pessoais e independentes do vínculo familiar. Esta alteração permitiu, por exemplo, que as mulheres pudessem possuir bens em seu nome individual como era, há muito, reivindicado por Olympe de Gouges (1791) no XVII artigo da sua Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã:

“As propriedades pertencem a todos os sexos, reunidos ou separados; constituem para cada um, um direito inviolável e sagrado; ninguém disto pode ser privado, pois representa verdadeiro património da natureza, a não ser nos casos de necessidade pública, legalmente constatada, em que se exige uma justa e prévia indemnização”.

Contudo, não podemos esquecer que novas formas de dominação foram entrepostas sobre as mulheres e que se mantêm até aos dias de hoje, reforçando estas construções discursivas. Neste sentido Neves (2007) alerta para a continuação deste desapropriar do corpo da mulher.

Na opinião da autora, existem “formas mais subtis com que a sociedade neoliberal procura neutralizar, conter a igualdade, a libertação feminina, não já contra as mulheres mas envolvendo-as em teias de sedução que passam pelo corpo” (Neves, 2007, p. 317).

Outra grande conquista, que já mencionámos e que potenciou esta construção discursiva, foi a invenção e generalização do uso da pílula contraceptiva. Esta potenciou um maior domínio das mulheres sobre o seu corpo, permitindo mesmo uma mudança de paradigma.

O sexo, no caso das mulheres, deixou de estar estritamente ligado à reprodução para se dar importância ao seu prazer sexual. Esta reivindicação do seu corpo informava as lutas feministas dos anos 70 através do reclamar do direito à contraceção e interrupção voluntária da gravidez (Neves, 2007), tendo sido alcançados na sua totalidade, em Portugal, apenas na primeira metade do século XXI.

Fruto deste conjunto de reivindicações, também o papel da mulher se alterou socialmente deixando de ser consideradas exclusivamente enquanto esposas e mães. No entanto, esta autonomia nunca foi totalmente estabelecida uma vez que se perpassavam ideais de romantismo que implicavam, agora, um esforço extra para cativar o sexo oposto e concretizar uma relação afectiva – situação que antigamente era agilizada por acordos entre famílias. Aqui radicam muitos dos mitos e estereótipos que permanecem na nossa sociedade e que mantêm vigentes as construções e mecanismos discursivos identificados. O controlo social não se resume a uma produção do corpo feminino enquanto elemento imprescindível para a manutenção da humanidade, confinando-o ao papel primordial na reprodução, como também o molda e constrange identificando o que é necessário para que seja “aceite, amado, desejado pelo homem” (Neves, 2007, p. 315).

Como relembra Tiefer (2000), as transgressões na sexualidade pertenciam ao domínio da moral e da religião até ao advento da pílula contraceptiva e mais tarde na tentativa de legalização do aborto. Este facto fez com que o domínio da Igreja passasse para a comunidade médica, transformando-se num problema de saúde com implicações económicas para as mulheres e para a sociedade em geral. A crescente autonomia e independência delas aumentou também a necessidade e a constância na sua vigilância – inicialmente com o intuito de restringir excessos, mas progressivamente de controlar comportamentos diferentes e considerados desadequado, nomeadamente através da punição. Era então necessário velar pelas mulheres, sobretudo pelo seu corpo. A construção social da sexualidade com radicada na atractividade veio

a constituir uma equivalência social entre beleza e sexualidade. Neste sentido, ao se ligar a identidade a marcadores físicos identificáveis aumenta-se a exposição e a monitorização aumentando também a sanção e controlo social associados (Brown-Travis, Meginnis & Bardari, 2000). Ao se mover a sexualidade do domínio privado para o domínio público permite-se a formação de opinião e interferência externa e portanto o controlo na adesão a comportamentos definidos como mais adequados socialmente, mantidos pela punição de comportamentos não confluentes. O aparecimento do VIH/SIDA veio aumentar este carácter vigilante e panóptico, associando à sexualidade o medo e a desconfiança. Comportamentos considerados não normativos representavam um duplo foco de combate pois eram considerados comportamentos de risco, generalizando deste modo a monitorização a todos os grupo oprimidos enquanto focos promotores de doença.

No entanto, não podemos esquecer que todo este domínio, que permanece nos dias de hoje, associado à vigilância dos corpos femininos e da sua sexualidade não teria o mesmo efeito se não estivesse associado à tradição judaico-cristã, envolto na marca do pecado. Corpos reveladores vão contra as doutrinas professadas que exultam a castidade e o recatamento e a importância da sexualidade enquanto mecanismo de reprodução, promovendo ainda comportamentos de submissão das mulheres face ao poder masculino – enquanto provedor e garante da família (Sarti, 1994). Aliás, podemos mesmo afirmar que a implementação do constante olhar externo, avaliador, vigilante e que ainda hoje condiciona práticas sobreviveu, mais devido a esta associação com o pecado do que devido aos medos associados à sexualidade feminina (e.g. gravidez, DST/IST's). Permanecem sobretudo enquanto falsos mitos, apesar de terem sido constantemente contestados pelos avanços científicos.

A noção de família é aqui também muito importante, pois recria a necessidade do amor romântico, legitimando as relações de intimidade. Esta noção apesar de ter adquirido novos contornos que a afastam da formulação eclesial foi um dos conceitos que mais permaneceu no período de laicização do Estado e de afastamento da religião. O conceito tradicional de família, através das formulações que deste surgiram, permitiu manter a lógica comportamental que submete as mulheres à necessidade de recorrer a um conjunto de tecnologias, especialmente do corpo, para conquistar um parceiro eminentemente heterossexual. Continuando a excluir-se socialmente formulações baseadas em orientações sexuais não heterossexuais.

Em suma, esta construção discursiva poderá ser perspectivada como motivada para dois principais objectivos: “equipar-se” para cativar o olhar masculino e conquistar um parceiro.

Assim, este discurso centra-se no corpo enquanto ferramenta, enquanto base de modelação segundo parâmetros exteriores, padronizados e homogeneizadores do sujeito feminino. Toma por base modelos de atractividade considerados amplamente apelativos e uniformiza gostos e expectativas pessoais face à sexualidade.

É claramente uma construção discursiva que penaliza as raparigas e as mulheres, reforçando as assimetrias de poder. É a estas que é pedido para se modelarem, para se submeterem a técnicas várias em função dos desejos de um Outro que lhes é alheio. Aliás, pressupõe-se a anulação de qualquer desejo pessoal para se adoptar os que socialmente são comuns. Pede-se aqui a destituição pessoal do ser face a um ideal. Nada poderia ser mais frustrante do que esta exigência constante de adaptação, inatingível, conjugada pela anulação da individualidade da mulher. Não há neste discurso espaço para emancipação ou empoderamento; apenas uma necessidade de contestação e desconstrução.

#### 5.4.1.4. Definição de Posicionamentos

*Tornar-se sexy!* é, como temos vindo a verificar, uma construção discursiva que tem por base conceitos como imagem corporal, beleza e atractividade, localizando um mecanismo de produção pessoal das jovens enquanto objecto de interesse masculino. Neste sentido, que posições subjectivas lhes estão disponíveis e quais as que estão vedadas?

Em primeiro lugar, consideramos necessário clarificar as repercussões que esta construção discursiva pode suscitar. Desde logo podemos identificar a valorização das relações heterossexuais como um mecanismo de controlo e reforço de domínio androcêntrico. Em consequência da mulher ter abandonado uma posição de elemento exclusivamente reprodutor, aumentou a necessidade, percebida pela própria e socialmente construída, de estas se adaptarem e produzirem de forma a atraírem e serem escolhidas pelo parceiro. Os critérios agora amplamente valorizados passam por modelar a sua imagem corporal e beleza pessoal, nem que isso implique maior sacrifício pessoal (e.g. distúrbios alimentares, cirurgias). Trata-se de um trabalho sempre inacabado, e por isso duplamente frustrante; não só se trata de um ideal – logo inatingível – como o próprio desenvolvimento e crescimento contrasta as possibilidades de permanecer eternamente adolescente e magra.

Assiste-se ainda a outra discrepância, desta vez discriminativa entre as raparigas. Se por um lado se valoriza a beleza como característica claramente feminina, a inteligência e o sucesso académico não o são. Assim, o objectivo destas adolescentes não passa por um investimento

claro no seu desenvolvimento humano. Pretende-se, sim, manter o mito da Eva, sempre disponível e sedutora para o seu parceiro. Ao mesmo tempo que a rapariga aprende a seduzir, aprende a equilibrar a sedução e os seus desejos com a dominação masculina, remetendo-se para um papel e *script* mais tradicional. Tentando sobretudo distanciar-se de rótulos e estereótipos sociais que associam raparigas activas sexualmente a comportamentos de promiscuidade, inadequados e desviantes; classificação esta que contrasta com a atribuída a rapazes sexualmente activos – os machos latinos ou *macho men* – que são altamente valorizados e reforçados pelos seus pares e pela sociedade (Richardson, 1993)

Partindo destas repercussões resta-lhe posições de submissão mais conformistas com o *script* de sexualidade que lhes corresponde socialmente e que reitera um padrão desigual face à sexualidade. Além desta formulação, podemos ainda verificar a pressão que esta construção discursiva, e os discursos que a mantêm, efectua no sentido de uma confluência normalizadora das raparigas. O ímpeto é para a formulação enquanto sujeito consumista que continuamente se preocupa, monitoriza e compara com as suas pares. Destacam-se, então, posições de maior ansiedade e rivalidade ou, por contraponto, de insatisfação e exclusão social. Estão assim vedadas possibilidades de sucesso a adolescentes e mulheres que se distanciem do ideal de mulher jovem, branca, magra, ocidental, heterossexual, classe média-alta, não portadora de deficiência.

Decorrente desta posição reforçam-se tectos de vidro na integração da mulher na sociedade, e vedando-lhe o acesso a cargos de maior relevância social. Este mecanismo actua por um lado pelo valorização e investimento na imagem em detrimento de conhecimentos, e pela generalização estereotipada de maior capacidade masculina na tomada de decisão e resolução de problemas. O sucesso feminino é ainda amplamente associado a posições de realização familiar e cargos intermédio que permitam a conciliação destes dois domínios.

#### 5.4.1.5. Definição de Práticas

Identificadas as posições disponíveis às raparigas nesta construção discursiva é importante reflectir sobre potenciais acções e práticas que lhes estão disponíveis.

Partindo de uma posição mais negativa da formulação da adolescente, encontram-se disponíveis práticas de modelação corporal, mecanismos de submissão e subjugação à norma social androcentrada e heterossexista. É sobretudo nesta relação que subsistem mecanismos de controlo e regulação social. A disponibilidade de posições mais conformistas, mais reforçadas e

menos implicativas mantêm ciclos tautológicos de constrição pessoal e enaltecimento do masculino.

Por outro lado, se formularmos posições de resistência e contestação de discursos podemos identificar como disponíveis acções de apropriação do corpo enquanto mecanismo de resistência; quer seja pelo contrariar de normas sociais, quer por uma posição maior agência na sua sexualidade reivindicando identidades, desejos e prazeres. A produção, reprodução e veiculação de discursos desconstrutores e de contestação do normativo através de meios sociais (e.g. grupo de pares, *media*, educação) permitem perspectivar novas possibilidades e a exploração junto de outros de posições de maior empoderamento pessoal e social.

Ser *sexy* não é em si um elemento subjugador. Pode ser-se *sexy* e inteligente, profissional, por exemplo. O que está ausente destes discursos são outras possibilidades de se ser mulher para além deste modelo único, ideal e constrangedor. A questão reside como afirma Neves (2007) “na intencionalidade e no contexto em que o corpo é modelado segundo estratégias políticas e sociais que o perspectivam como superfície exterior, matéria plástica que se transforma segundo interesses do mercado e ideológicos” (p. 318). Esta mesma ideia é corroborada por Silvana Mota-Ribeiro (2005), num estudo centrado em anúncio publicitários em revistas femininas em Portugal, através da sua formulação do conceito de “superfície estética”.

#### 5.4.1.6. Identificação de subjectividades dos discursos

Por fim, podemos analisar esta construção discursiva à luz das subjectividades que poderá originar, ou seja, que experiências subjectivas poderão ser sentidas, pensadas e vividas com base nas várias posições de sujeito disponíveis.

Partindo de posições de submissão, conformismo e tendência para a normalização e consumo era de esperar que as jovens integrassem esta construção discursiva em alguns pressupostos: 1) sintam que estas construções são “naturais” e incontestáveis, pelo que considerem não ser alvo destas tecnologias do corpo, não identificando a necessidade de desconstrução e de movimentos de contestação. Aderirão com facilidade às propostas veiculadas, não tendo um consumo crítico das publicações. 2) sintam incapazes de atingir autonomia e de perseguir os seus próprios desejos e objectivos, uma vez que identificam as restrições de que são alvo pelo disseminar destes mecanismos tecnológicos. Concluirão que não existe alternativa senão aderirem a estes mecanismos de forma atenta e crítica, enquanto paralelamente os contestam e se servem destes para os desconstruir e debater. 3) sintam falta

de auto-estima, insatisfação com o seu corpo e insatisfação pessoal ao se confrontarem com um modelo de ser mulher, a que são incapazes de corresponder, criador de frustrações e angústias.

Como já mencionámos, estas duas perspectivas despoletarão sentimentos de ansiedade e rivalidade para as jovens que sigam este modelo e queiram, de facto, atingir a perfeição e aproximar-se o mais possível da imagem de mulher ideal; enquanto as que usam criticamente este modelo consumista poderão sentir-se mais afastadas da representação ideal de mulher e por esse facto sintam insatisfação relativamente a esta imagem e sobre os estereótipos associados, considerando que se encontram excluídas socialmente ao formarem um grupo alternativo ao padrão normalizador.

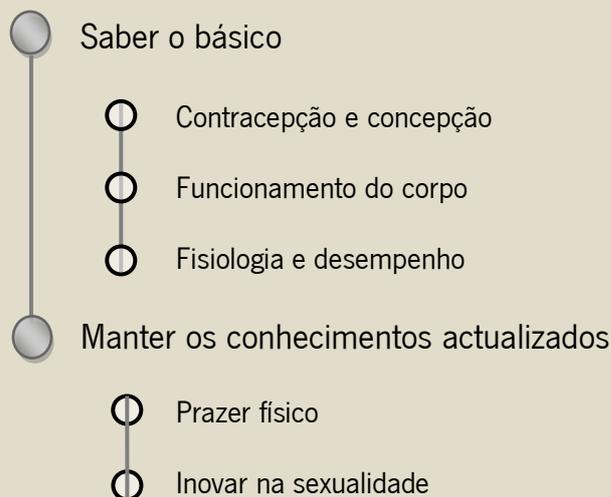
Quanto à incapacidade de atingir lugares de destaque correspondentes às competências que possuem, poderá gerar sentimentos de injustiça e de inoperância pelo constatar da sua incapacidade de alterar o sistema de reconhecimento em que estão inseridas e que é, geralmente, androcentrado. Poderão ainda sentir necessidade de se empenhar mais nas suas tarefas profissionais para verem de facto reconhecido o seu mérito, sacrificando muitas vezes a sua vida pessoal e familiar.

Em suma, a construção discursiva *Tornar-se sexy!* permite localizar fronteiras do adequado e desadequado. Face a esta diferenciação, a sua hierarquização é inevitável aumentando, assim, a pressão para o conformismo e para comportamentos que lhes permitam aceder a uma categoria mais favorável socialmente – independentemente do preço pessoal a que sejam expostas.

## 5.4.2. Ter de saber (sempre) mais

### SER RAPARIGA É...

● *Ter de saber (sempre) mais...*



#### 5.4.2.1. Identificação de construções discursivas

*Ter de saber (sempre) mais!* pretende expressar apelos que as jovens efectuam no sentido de obterem sempre, e ainda mais, informação sobre sexualidade e serem esclarecidas quanto a questões de saúde sexual e reprodutiva. Apresenta um crescendo nas suas componentes, uma vez que os aspectos abordados denotam a existência ou inexistência de conteúdos prévios e a necessidade de maior detalhe e exploração por parte das raparigas.

Esta construção discursiva está presente ao longo das revistas, localizando-se quer em cartas de leitora, quer em artigos e reportagens. É composta por dois mecanismo discursivo – *Saber o básico* e *Manter os conhecimento actualizados*.

#### ***Saber o básico***

Este mecanismo discursivo apresenta as leitoras com uma lacuna ao nível da informação sobre sexualidade. Tem como principal objectivo mapear as principais dificuldades, ao nível da

sexualidade, expressas pelas leitoras ou percebidas como ausentes pela linha editorial. Este discurso é composto por três outros recursos: contraceção e concepção, funcionamento do corpo, e fisiologia e desempenho.

### **Contraceção e concepção**

Tema habitualmente presente nas questões da sexualidade adolescente (e.g. Kvalem & Traeen, 2000), a gravidez na adolescência surge enquanto factor de ansiedade e receio, como se pode verificar pelos excertos a explorar, compostos por necessidades objectivamente identificadas.

O excerto 14 revela a preocupação da Filipa com a gravidez adolescente. Através de uma questão muito simples a jovem permite à revista explorar um dos mitos da sexualidade adolescente.

#### **Excerto 14**

*"Posso engravidar mesmo que o meu namorado não ejacule para dentro de mim?"*

Filipa (Aveiro)

Podes, basta haver penetração sem a protecção de um método anticonceptivo. Mesmo antes de ejacular, os rapazes expulsam um fluido que contém espermatozoides. Tem cuidado!

Ainda no mesmo sentido, a jovem Natália (excerto 15) expõe a sua ansiedade. Verificada a ausência de gravidez, a sua preocupação é com a contaminação com uma DST. É, desta forma, identificada mais uma lacuna. A maioria dos jovens desconhecem os recursos disponíveis de apoio à sua sexualidade.

#### **Excerto 15**

*Há um mês, estava a ter relações com um rapaz e o preservativo rompeu-se, A minha menstruação já apareceu, por isso não estou grávida. Mas tenho medo de ter apanhado uma DST... Help me!*

Natália (E-mail)

A primeira coisa que deves fazer é ir ao ginecologista o mais urgentemente possível. Dirige-te ao centro de planeamento familiar da tua zona e marca já uma consulta.

O mesmo desconhecimento pode ser constatado pelas questões de Ana (excerto 16) e Laura (excerto 17).

**Excerto 16**

*Onde podem dizer-me se tenho uma Doença Sexualmente Transmissível?  
Obrigada.*

Ana (E-mail)

Deves ir ao ginecologista para que fazeres uma citologia - um exame em que retiram uma amostra de células da vagina. Há gabinetes de planeamento familiar no teu centro de saúde.

No caso da Laura (excerto 17), apesar de se focalizar na mesma preocupação com as DST é importante ressaltar que a jovem procura estes serviços devido ao seu parceiro. O facto de haver comunicação entre casais, sobretudo os mais jovens, é muito importante pois poderá permitir uma vivência mais saudável da sua sexualidade.

**Excerto 17**

*Comecei a namorar com um rapaz que confessou-me já ter tido relações sem usar preservativo. Obviamente pedi-lhe que fizesse análises, mas não sei onde podemos ir...*

Laura (Cascais)

A tua atitude foi a mais correcta, pois quando alguém tem um comportamento de risco - nomeadamente ter relações sem usar preservativo – o melhor é ir fazer análises para saber se contraiu uma Doença Sexualmente Transmissível. É que, para além da SIDA, existem outras DST's que não são tão perigosas, mas que também têm de ser tratadas. Para isso, poderás ir a uma consulta de planeamento familiar em qualquer centro de saúde, aos Gabinetes de Apoio à Sexualidade Juvenil ou aos Centros de Atendimento a Jovens que funcionam nas delegações do Instituto Português da Juventude.

No entanto, as lacunas de informação não se localizam apenas ao nível dos recursos sociais disponíveis. Existe ainda algum grau de desconhecimento relativo ao modo de utilização de alguns métodos contraceptivos. Este pode verificar-se tanto ao nível de contraceptivos mais recentes como é o caso do contraceptivo oral de emergência (vulgo pílula do dia seguinte) como acontece no excerto 18, bem como ao nível de fornecimento de informação básica como poderemos ver nos excertos 19 e 20.

**Excerto 18**

*"Nos últimos três meses tive de tomar a pílula do dia seguinte duas vezes. Tenho medo, porque se voltar a precisar não sei se devo ou posso tomar mais uma. Como podemos ter mais cuidado ao manter relações sexuais? Uma vez que não quero tomar a pílula contraceptiva, gostava de saber quais os outros métodos que posso utilizar?"*

Diana (E-mail)

Atenção: a pílula do dia seguinte é um método de emergência, e não um contraceptivo. Não deves tomá-la como um procedimento habitual, pois tem muitos efeitos secundários. (...)

O excerto que se segue surge de um artigo intitulado "10 Mandamentos para desfrutar de sexo seguro este Verão". Este apresenta de forma genérica os contraceptivos mais frequentemente utilizados expondo sobretudo o modo correcto de utilização, chamando atenção a alguns aspectos frequentemente menosprezados pelas/os jovens e que podem inviabilizar o seu real efeito. A recomendação final é explícita do seu objectivo: "Depois de leres esta reportagem, não te restará nenhuma dúvida. Este Verão poderás desfrutar do sexo da forma mais louca... e segura" (excerto 19).

**Excerto 19**

10 MANDAMENTOS PARA DESFRUTAR DE SEXO SEGURO ESTE VERÃO

*Don't worry, be sexy*

A pílula, o anel vaginal, o preservativo... são métodos seguros, mas não infalíveis! O número de mães adolescentes continua a ser assustador, e uma das principais razões é o uso incorrecto dos contraceptivos, Mas não entres já em pânico! Depois de leres esta reportagem, não te restará nenhuma dúvida. Este Verão poderás desfrutar do sexo da forma mais louca... e segura. (Junho, p. 80-82)

Por fim, apresentamos ainda o excerto 20. Iguamente retirado de um artigo da revista, dedica-se exclusivamente à exploração de elementos relacionados com o preservativo. Isto porque, como afirmam no próprio artigo, "O preservativo é, sem dúvida, o rei da contracepção". Esta afirmação está intimamente relacionada com a eleição por parte das/dos jovens como principal contraceptivo devido à sua eficácia comprovada tanto na prevenção de gravidez indesejada como de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

O que significa *ser rapariga...*

### **Excerto 20**

ESPECIAL SEX CONNECTION

(...)

O grande manual do preservativo

Para uns, o seu inventor foi um médico do séc. XVII chamado Condom. Mas outros asseguram que no antigo Egipto usavam-se bolsas de tecido com a mesma finalidade. O preservativo é, sem dúvida, o rei da contraceção: protege-te de uma gravidez indesejada e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's). Mas... sabias que perde a sua eficácia se não seguirees algumas regras básicas? Aprende a torná-lo indestrutível! (Novembro, p. 81-83)

Também são abordados outros métodos contraceptivos, tendencialmente menos explorados ao nível informativo. A jovem Raquel (excerto 21) questiona a revista se as suas práticas são adequadas e se estas podem afectar o desempenho do método contraceptivo.

### **Excerto 21**

*"Uso o adesivo contraceptivo, mas não sei se os cremes afectam o seu funcionamento."*

Raquel (E-mail)

A zona onde colocares o adesivo - barriga, costas, glúteos ou braço - deve estar sempre seca e limpa, Nunca apliques um creme, porque o adesivo perderá a aderência. Tem cuidado!

## **Funcionamento do corpo**

Identificado especificamente nas cartas de leitora, *Funcionamento do corpo* tenta dar resposta a questões relacionadas com reacções do corpo e sexualidade.

O excerto 22 refere-se especificamente à preocupação de uma jovem com hemorragias:

### **Excerto 22**

*Estou preocupada porque tenho tido hemorragias a meio do mês... É grave?*

Anónima (E-mail)

No excerto 23, Vanessa apresenta os problemas que ocorrem durante a sua menstruação e solicita ajuda para resolvê-los:

**Excerto 23**

Quando estou com o período nem me levanto da cama. O que devo fazer para não sofrer tanto?

Vanessa (Leiria)

O excerto 24, traz-nos a questão de Neusa que se refere a um problema físico de cariz músculo-esquelético que ocorre durante as suas relações sexuais e que pretende solucionar.

**Excerto 24**

Cada vez que tenho relações fico com câibras nas pernas. O que devo fazer?

Neusa (Lisboa)

Comum a estas cartas está a falta de informação sobre os recursos disponíveis, e que já abordámos, ao nível dos serviços de saúde familiar ou planeamento familiar, quer no centro de saúde, quer em instituições como o Instituto Português da Juventude. Todos os excertos abordam alterações ao nível do funcionamento do corpo com repercussões na sexualidade e que, independentemente de considerações sobre a sua gravidade, deverão ser solucionados para uma vivência mais saudável destas adolescentes. Esta lacuna na informação poderá também espelhar a falta de abertura e a vontade dos dispositivos escolares e médicos para ouvir e questionar, respectivamente, sobre a vida sexual das e dos jovens.

**Fisiologia e desempenho sexual**

*Fisiologia e desempenho sexual* inclui também questões colocadas pelas jovens, sendo que estas se relacionam tanto com a fisiologia humana como com o desempenho sexual associado.

O excerto 25 retrata a questão colocada por Vitoria ao nível das hormonas humanas. A jovem tenta esclarecer se de facto foi comprovada a existência de uma hormona que condicione as capacidades de atenção e vigília nos rapazes, provocando sonolência após a ejaculação.

**Excerto 25**

*“É verdade que existe uma hormona que lhes provoca sono depois da ejaculação”*

Vitoria (Lisboa)

Sim! Depois de ejacular, os rapazes libertam noradrenalina, uma hormona que lhes provoca sonolência. Para além disso, também se sentem cansados depois do sexo. Por isso é que adormecem!

O que significa *ser rapariga*...

Mais ao nível do desempenho, a Inês (excerto 26) questiona a revista sobre o tempo refractário que medeia duas respostas sexuais masculinas:

**Excerto 26**

*Após uma ejaculação, quanto tempo é que os rapazes demoram até voltar a ter sexo?*

Inês (Vila Real)

Os rapazes precisam de um intervalo de cerca de 20 minutos para recuperar após a ejaculação. Só quando este período refractário termina é que podem voltar a ter relações.

Outra dimensão do desempenho é a correspondência entre parceiros. No excerto 27, a Andreia aborda a questão do prazer sexual entre parceiros.

**Excerto 27**

*Vi o meu namorado a masturbar-se na casa de banho da sua casa. Ele não me viu e tenho vergonha de falar com ele sobre este assunto. Será que não tem prazer comigo?*

Andreia (Almeirim)

(...) Tens de encará-lo como algo natural, e não como uma coisa estranha ou negativa. Pensa que ele apenas quer descobrir o que lhe dá mais prazer e aprender a conhecer o seu corpo. Talvez isso o ajude a comunicar melhor contigo sobre as suas preferências sexuais. Para além disso, aprender a ter orgasmos e a desfrutar da nossa sexualidade é algo supersaudável, que todos devíamos fazer. Não te esqueças disso!

Por fim, o prazer e a relação sexual entre parceiros poderão ainda ser condicionados por respostas físicas como a que descreve a Mariana (excerto 28). A jovem afirma sentir dor nas relação sexual com o seu parceiro.

**Excerto 28**

*Já tentei ter relações sexuais com o meu namorado várias vezes. Mas tenho tantas dores que desistimos. Será grave?*

Mariana (Loulé)

Mais uma vez fica claro o afastamento de uma rede social de apoio, sobretudo ao nível da saúde física. O desconforto que adultos e jovens sentem em comunicações sobre sexo e sexualidade

leva a que muitas vezes questões mais prementes sejam ignoradas ou menosprezadas. A este nível é de salientar a preocupação da revista com o aconselhamento ao acompanhamento médico adequado.

### ***Manter os conhecimentos actualizados***

Este segundo mecanismo discursivo – *Manter os conhecimentos actualizados* – sumaria os conhecimentos e informações mais recentes e consideradas necessárias às raparigas. Localiza ainda a sexualidade numa relação heterossexual estável que enquadra os comportamentos enquanto sexualidade saudável. Afastando-se do estigma de promiscuidade geralmente, e facilmente, associado à sexualidade feminina, este discurso é composto por dois sub-discursos: prazer físico e inovar na sexualidade.

#### **Prazer físico**

Numa posição de maior proactividade e curiosidade relativa ao prazer físico, as jovens apresentam-se como agentes activas na sua sexualidade, valorizando sobretudo a relação com o seu parceiro

No excerto 29, Vanda questiona a revista sobre a posição sexual mais indicada para ter relações num automóvel. Confortável com a sua experiência sexual, a jovem mostra-se interessada em melhorar a sua experiência sexual. O carácter fortuito ainda bastante associado à sexualidade também pode ser identificado nesta simples questão.

#### **Excerto 29**

*Gostava de saber qual é a melhor posição sexual para ter relações no carro.  
Obrigada!*

Vanda (E-mail)

A melhor posição é, sem dúvida, o teu namorado deitado no banco e tu por cima dele. Para além de rentabilizar o espaço, é a mais confortável para ambos. Basta praticar!

Valorizando não só a relação como o prazer que ambos os parceiros tem, a revista apresenta na sua linha editorial artigos como o exemplificada no excerto 30 intitulado “Especial Orgasmo”. Este foi concebido para dar resposta a um conjunto de cartas de leitora recebidas pela revista. O

O que significa *ser rapariga...*

objectivo deste artigo é desmistificar o orgasmo ao mesmo tempo que informa as jovens sobre algumas das suas dúvidas pessoais face ao sexo e ao prazer sexual.

### **Excerto 30**

#### ESPECIAL ORGASMO

“Como é que consigo atingir o orgasmo?” , “É normal masturbar-me?” ... Estas são algumas das dúvidas que lemos mensalmente nas Dúvidas Existenciais da *Ragazza*.

Por isso, fizemos um Especial Orgasmo. Há quem o descreva como um vulcão em erupção... mas estas descrições fazem parte da ficção. O que é que se passará na realidade? Descubra as chaves para conseguires atingi-lo (sozinha ou acompanhada) e prepara-te para o prazer!

Poucas são as raparigas que conseguem alcançar o orgasmo com o seu namorado sem dificuldades. Queres desvendar o segredo do prazer a dois? (Agosto, p. 77-82)

Mais uma vez existe pressão para o estabelecimento de uma relação interpessoal; os objectivos subjacentes a artigos, tal como acontece no excerto 30, visa invariavelmente a vivência sexual com um parceiro, implicitamente masculino. Como podemos verificar, o excerto termina com a alusão à existência de um namorado (relação estável e amorosa) com o qual a jovem poderá experienciar prazer.

Ainda sobre o prazer heterossexual, o excerto 31 apresenta-nos um artigo que promete resolver possíveis incompatibilidades relacionais. O objectivo deste artigo é, como o próprio indica, “estabelecer uma ligação com o teu namorado à prova de qualquer incompatibilidade ou obstáculo” explorando a “a sintonia sexual é um dos pilares”. Este excerto, tal como o anterior, explora o prazer sexual enquanto elemento alcançável por qualquer rapariga e não enquanto algo exclusivo ao sexo masculino.

### **Excerto 31**

Ele é mais alto do que tu, são ambos inexperientes, tu estás *down...* Diz adeus a todas as barreiras sexuais e descobre como podem os dois desfrutar de corpo e alma!

Viagem até ao sétimo céu

Porque nuns dias estás alegre e noutros triste, porque os rapazes não têm todas as mesmas medidas.... Enfim, nem sempre desfrutaste ao máximo do sexo e nunca percebeste porquê. Até agora, mas isso vai mudar! A sintonia sexual é um dos pilares para a vossa relação resultar. Por isso, prepara-te para estabelecer uma ligação com o teu namorado à prova de qualquer incompatibilidade ou obstáculo. (Novembro, p. 84-85)

Para além da sintonia sexual do excerto anterior, a linha editorial da revista considera ainda importante para uma relação a comunicação interpessoal. O excerto 32 exemplifica esta importância. Na visão da revista uma melhoria na comunicação permitirá a exploração dos desejos pessoais de ambos e uma melhoria da sua relação com os seus namorados.

**Excerto 32**

Sabias que o sucesso das tuas relações sexuais depende das tuas palavras?  
Descobre como falar com o teu namorado sobre sexo e não tardarão a dar  
novos significados à palavra paixão.

SEXPRESSA-TE

APRESENTAMOS-TE AS MELHORES ESTRATÉCAS DE COMUNICAÇÃO  
SEXUAL (Dezembro, p. 80-81)

Como temos vindo a verificar, a sexualidade feminina tem sido abordada contrariando o *script* tradicional, e o duplo padrão de sexualidade, e realçando aspectos de maior igualdade entre os sexos. O excerto 33 reflecte pontuações de maior abertura que permeiam a revista coexistindo lado a lado com visões menos equitativas. Segundo a revista, “os 'amigos coloridos' invadiram as nossas vidas como se fossem uma doce epidemia (...) com direito a uns beijinhos e algo mais”.

**Excerto 33**

Os 'amigos coloridos' invadiram as nossas vidas como se fossem uma doce epidemia. Agarra já este manual de instruções e prepara-te para encher a tua vida de cor.

Muito mais que amigos

Se de repente começaste a ver o mundo com outra cor, *don't worry*: não tens nenhum problema de visão, apenas entraste na onda das amizades coloridas. Quem é que nunca teve um amigo especial - ou dois... - com direito a uns beijinhos e algo mais? Não admira que o fenómeno esteja a alastrar-se a nível mundial e que nos EUA até já tenha sido baptizado com o termo *hooking up*, ou "agarrados" em português. Se tu és, mais uma das viciadas, ou, achas que estás prestes a sê-lo, descobre as chaves para desfrutar ao máximo... e sofrer o mínimo. (Outubro, p. 76-78)

Em suma, concluímos que existe um pontuar, ao longo da revista, de uma tentativa de dar resposta a algumas críticas feministas do século passado. Podemos mesmo identificar uma clara tentativa de contrapor um discurso mais tradicional com um mais neoliberal e pós-

O que significa *ser rapariga*...

feminista. Podemos mesmo verificar já que este mecanismo discursivo, nas suas várias partes, se apresenta como um desenvolvimento do anterior – *Saber o básico* – sendo a sua conceptualização por vezes mesmo contraditória. Ao invés de se focar, como o anterior, numa sexualidade física e fisiológica com base no prazer físico e saúde sexual, este mecanismo focaliza a sexualidade enquanto fonte de prazer e bem-estar subjectivo, afastando-se de um julgamento moral de comportamentos.

### **Inovar na sexualidade**

*Inovar na sexualidade* funda-se numa relação heterossexual estável e que as jovens reconhecem precisar de renovação relacional. Assim, são crescentes as solicitações das jovens no sentido de uma actualização constante de conteúdos, revelando-se tanto ao nível das cartas de leitora como dos artigos e reportagens produzidos.

O excerto 34 é o relato de Patrícia que solicita orientação para poder surpreender o seu namorado. O facto de existir uma cultura de secundarização da sexualidade feminina leva a que as raparigas não possuam recursos pessoais, nomeadamente cognitivos, para lidar com situações que gostariam de alterar. A revista é clara nesta ajuda, compreendendo e aceitando o sentimento como “natural”, ao apresentar um plano comportamental a adoptar.

#### **Excerto 34**

O meu namorado esforça-se muito e é sempre superinovador em matéria sexual. Agora eu também gostava de surpreendê-lo, mas não sei como. Que truques me recomendam?

Patrícia (E-mail)

Segue este *sex-planning* e o teu namorado ficará doido (...)

Ao mesmo tempo, a revista elabora artigos que exploram as novidades nos acessórios de sexualidade como os brinquedos sexuais e posições sexuais inovadoras. O excerto 35 ilustra um desses artigos:

#### **Excerto 35**

Amor retro, *look* sensual, brinquedos eróticos... O sexo também se renova no Outono. Por isso, prepara-te para inovar... se não queres ficar para trás.

O IN & OUT DO SEXO

Revelamos-te as tendências sexuais que arrasam – ou não – na nova estação. (Setembro, p. 80-81)

O artigo 36 explora a mesma temática apresentando, em Fevereiro, um caso específico de popularidade ao nível do acesso generalizado a brinquedos sexuais.

### **Excerto 36**

Comprar é UM PRAZER

Sem pudor nem preconceitos, as *Tuppersex* são um caso sério de popularidade no estrangeiro... e já chegaram a Portugal! Inspiradas nas reuniões da *Tupperware*, o conceito é simples: um grupo de amigas recebe a visita de uma vendedora que apresenta produtos e brinquedos eróticos. É a alternativa ideal para quem tem vergonha de ir a uma *sex shop*! É o fenómeno mais *hot* do momento... (...) Graças à moda das reuniões *Tuppersex* é possível descobrir um novo mundo de erotismo! (Fevereiro, p. 84-85)

Para exemplificar a frequência de artigos sobre esta temática apresentamos ainda o excerto 37. Este artigo intitula-se “as novas leis do desejo” e apresenta mais uma vez as tendências mais recentes para “não (podes) perder a versão mais *chic*: os *sexy toys*, os brinquedos sensuais super-discretos”. Como a própria revista sugere as jovens têm apenas de “escolher o (teu) preferido”.

### **Excerto 37**

Desfruta mais da tua vida sexual com as teorias e os truques mais *chic*!

As novas leis do desejo

Sabias que há um *iPod* vibrador? E que o sexo rápido é super-saudável? Se enches o guarda-roupa com as novas tendências, por que não fazer o mesmo no que toca ao sexo? Lembra-te: os rapazes adoram quando aprofundamos este tema. Por isso, não hesites e surpreende-o com os novos mandamentos do prazer...

Descobre os brinquedos sexuais

Que os brinquedos eróticos estão na moda já não é surpresa, certo? Entre os mais comuns estão o anel vibrador e o convencional vibrador em forma de pénis. Mas se o que queres mesmo é inovar, então não podes perder a versão mais *chic*: os *sexy toys*, os brinquedos sensuais super-discretos. Só tens de escolher o teu preferido (Março, p. 76-77)

Outra sugestão apresentada pela revista para inovar na sexualidade é o aliar do sexo ao desporto. O excerto 38<sup>36</sup> apresenta os ginásios como um dos novos locais para aproximações de

---

\* O excerto 38 foi extraído do mesmo artigo do excerto 2. Localiza no mesmo texto diferentes mecanismos e construções discursivas.

O que significa *ser rapariga...*

carácter mais íntimo ou para desenvolver competências pessoais para melhorar a sua sexualidade e surpreender os seus parceiros.

### **Excerto 38**

(...) o sexo e desporto já não é só uma tendência... é um sucesso de vendas!

#### **2 GINÁSIO DO AMOR**

Nem discotecas, nem chats... Já reparaste que, nos últimos tempos, os ginásios transformaram-se nos novos pontos de encontro? Não duvides: é o local ideal para conhecer novos amigos... ou algo mais! (...)

#### **3 MODALIDADES SEXUAIS**

Existem, mas não são o que tu pensas. É que a última moda nos EUA são os Tantra *Gym*. Aqui, alia-se o exercício mental - como o ioga e o tai chi - para melhorar o orgasmo, ao aspecto físico: trabalham-se os músculos que actuam durante o sexo... fazendo *striptease*! Em Itália, também nasceu uma modalidade parecida: o *Lap Gym*. Também se recorre a um varão de *strip*, mas em movimento. Curioso! (Maio, p. 82-83)

O pressuposto base que aqui encontramos é uma vida sexual activa que poderá mesmo ser já uma rotina (que quererão combater), recorrendo a uma posição de maior afirmação e liberdade de comportamento.

O excerto 39 retoma as iniciativas de inovar na sexualidade pela exploração da rotina do casal e pela sugestão de comportamentos considerados pouco frequentes numa relação e que por esse facto poderão melhorá-la através da novidade da sua escolha.

### **Excerto 39**

Estás farta da vossa rotina sexual? Este Verão, surpreende o teu namorado com mensagens alucinantes! Basta aliares-te às partes mais originais do teu corpo...

#### **COM UNHAS & DENTES**

Sabias que é possível excitar o teu namorado com um simples roçar de pestanas? Se queres descobrir as outras partes do teu corpo que podes - e deves! - incorporar na tua vida sexual este Verão, só tens de continuar a ler. É que o teu corpo esconde segredos tão tentadores que não resistirás a aplicá-los nas mensagens sexuais mais sedutoras. 100% infalível! (Junho, p. 84-85)

Outro aspecto a salientar é que este tipo de comportamento sexual rotineiro não parece enquadrar-se facilmente no dia-a-dia das adolescentes que caracterizam o público-alvo desta publicação pelo que o desfasamento pessoal face ao apresentado poderá gerar sentimentos de desadequação. Por fim, há ainda que lembrar que muitas vezes esta tipologia de publicações é

consumida também por adolescentes mais novas que o público-alvo pelo que se trata aqui de formação de mentalidade e aumento da sexualização (precoce) do corpo feminino.

Em suma, esta construção discursiva – *Ter de saber (sempre) mais* – desconstrói o desenvolvimento interpessoal, amoroso e sexual em princípios base normativos e normalizadores. Com uma intenção mercantilista e direccionada para o marketing de consumo, esta construção discursiva afasta-se de uma visão médica da sexualidade para se focalizar numa perspectiva social e de interacção. A apresentação destes conteúdos pretende assim não só informar as jovens e dar-lhes recursos, mas informar procedimentos, comportamentos e atitudes de massas através da estandardização de vias de acção face ao relacionamento amoroso.

#### 5.4.2.2. Identificação de discursos reguladores

A construção discursiva *Ter de saber (sempre) mais* apresenta uma visão da sexualidade enquanto elemento mais físico, ligada ao prazer. A representação das raparigas nesta construção passa pela identificação com o papel de aprendizes, pouco conhecedoras, que precisam de estar constantemente a actualizar-se neste tópico de modo a alcançarem, minimamente, o nível dos seus parceiros.

Neste sentido, consideramos que esta construção discursiva se baseia num discurso de amor confluyente, que idolatriza o parceiro, considerando que o seu nível de desenvolvimento de sexualidade é, de forma homogénea, o desejado. Este discurso também se verifica pela tentativa de agradar aos seus parceiros e focalização na sexualidade enquanto prazer. O amor confluyente é, por definição, claramente mais activo e contingente do que o amor romântico que predomina nas outras construções discursivas. Esta formulação de amor introduz a *ars erótica* numa relação estável, fazendo do prazer sexual algo inerentemente recíproco e elemento-chave para a continuidade ou dissolução da ligação entre os indivíduos (Giddens, 1992/2001).

Olhando mais atentamente para cada um dos mecanismos discursivos é possível verificar que em *Saber o básico* encontramos um discurso médico de cariz mais físico e científico que tem como objectivo esclarecer as jovens. Este discurso regula a sexualidade das raparigas, apresentando-se como a consciência social a que deveriam dar atenção no sentido da sua protecção pessoal e evitamento de comportamentos de risco. Ao mesmo tempo este discurso regulamenta o que é adequado e quando é adequado, com quem e em que condições. Já longe do jugo do pecado a patologização da sexualidade recorre à ansiedade e medo como

elementos de controlo de comportamentos. É também neste sentido, que as jovens sentem que devem estar bastante informadas, existe uma tendência a responsabilizá-las pela regulação de comportamentos dado que é genericamente aceite que a sexualidade masculina está associada a incontabilidade. Os excertos 19 e 20 são disso exemplo ao localizarem a responsabilidade e a importância de informação nas jovens.

Também neste mecanismo é possível verificar a introdução de um discurso de medicalização e tecnologização da sexualidade. A ênfase e destaque dada aos métodos contraceptivos, para além da mera informação, é disso exemplo. Além disso, há uma tendência para associar a sexualidade “inovadora” com o recurso a brinquedos sexuais, tecnologias do sexo que assumem, no quadro da revista, e que se articulam com demais discursos como o de amor confluyente e de marketing.

Ora, o discurso do marketing é, aliás, um dos mais presentes no mecanismo *Manter os conhecimentos actualizados*. Parte sobretudo das questões de prazer e da tecnologização da sexualidade para se tornar necessário, ou mesmo indispensável, a uma sexualidade inovadora, criativa e que mantenha o interesse dos parceiros. Aliado a um discurso neo-liberal, tem como objectivo um aparente empoderamento e liberdade sexual das jovens. Associada à valorização constante de valores neo-liberais como a autonomia e a individualidade – associados a uma posição pós-feminista – instrumentaliza estas perspectivas a favor do sistema de marketing de consumos que pretendem manter. Desvirtua o elemento emancipador que apresenta valorizando não a individualidade mas o individualismo destas jovens.

Contudo, é importante destacar que esse discurso emancipador e *girl power* também se encontra presente ainda que muitas vezes seja “ultrapassado” por estas estratégias mercantilistas e mais incisivas. Os excertos 30 e 33, que apresentam as reportagens “Especial orgasmo” e “Mais do que amigos”, respectivamente, são elementos que o materializam e concretizam, sendo a sua apresentação paralela e contraditória às grandes linhas da revista, mas, como já referimos, representam uma aproximação às realidades das e dos adolescentes.

De forma mais transversal a toda a construção discursiva, podemos destacar a preponderância de uma valorização do masculino, repercutindo-se num repertório androcêntrico de construção pessoal e de valorização de conhecimentos. As várias cartas das jovens e artigos referidos apresentam como objectivo principal alcançar o nível “inerente” à masculinidade e obter/dar o mesmo tipo de prazer. Como já referimos, trata-se de um discurso que ainda permeia as relações interpessoais contemporâneas, reificando, ainda que recorrendo a

tecnologias distintas, as mesmas assimetrias e desigualdades verificadas pelas feministas dos século passado.

#### 5.4.2.3. Definição de Orientações de Acção

Partindo dos discursos identificados anteriormente podemos localizar as orientações de acção que lhes estão subjacentes. Neste sentido, será importante identificar os contextos que estão na génese da construção discursiva *Ter de saber (sempre) mais* e na sua reificação, bem como analisar as repercussões que estas possuem na sociedade.

Em primeiro lugar, é possível verificar que esta construção discursiva radica numa visão essencialista da sexualidade, associando o masculino a uma perspectiva de determinismo biológico enquanto que o feminino se associa à socialização de género. Esta visão associa geralmente à sexualidade masculina uma maior permissividade, casualidade e rotatividade de parceiras, considerando quase consensual que os homens são “reféns” das suas hormonas que “propulsionam” comportamentos, sendo a sexualidade a expressão de um instinto ou pulsão para o acto sexual. Esta noção e comportamentos estão vedados às jovens que terão de aprender e continuamente melhorar a sua sexualidade, uma vez que se apresentam como elementos sexualmente incompletos, mais inexperientes e menos conhecedoras que precisam do auxílio do sexo masculino na sua construção e para se realizarem sexualmente. Como referem Welsh, Rostosky e Kawagushi (2000), em resultado da centração do estudo da sexualidade no feminino, as investigações têm reforçado o pressuposto do senso comum de que a sexualidade masculina é incontrolável e determinada pela biologia. Neste sentido, para que de facto se realize um controlo sob a sexualidade adolescente a tónica é colocada na socialização e no controlo das adolescentes, designadamente de as responsabilizar pelo comportamento sexual.

Contudo, esta visão da sexualidade tem as suas falhas. Esta veio a ser contestada posteriormente ao se afirmar que a sexualidade se articulava e constituía modelada pela sociedade e pela cultura, da mesma forma que outros aspectos da vida social. Como enuncia Richardson (1997),

“a religião, as leis, as teorias psicológicas, as definições médicas, as políticas sociais, a psiquiatria e a cultura popular, todas informam o que consideramos sexualidade. Além disso, aprendemos não apenas padrões comportamentais, mas também os significados eróticos associados com esses comportamentos num dado contexto social e cultural” (p. 155)

Esta visão não exclui, no entanto, a existência de uma condicionante biológica imposta pela fisiologia corporal dos parceiros (Richardson, 1997). Contudo, permanece a necessidade das raparigas serem proactivas quanto à aquisição de conhecimentos de forma a minimizarem discrepâncias e ultrapassarem dificuldades que possuem enquanto inerentes à feminilidade.

Clarifica-se deste modo a intenção desta construção discursiva de manter presente a supremacia do masculino sobre o feminino, ao mesmo tempo que desresponsabiliza os homens desta discrepância naturalmente existente, biológica e cientificamente suportada. Partindo desta posição, são reforçados padrões assimétricos e duplos de sexualidade. Esta duplicidade pressupõe junto das jovens a necessidade de se equipararem constantemente ao masculino como referência comportamental, de “perfeição” e sabedoria na sexualidade. Como concluem Brown Travis, Meginnis e Bardari (2000), “na maioria das sociedades, o contexto sociopolítico tem de forma consistente favorecido os homens em detrimento das mulheres” (p. 239, tradução nossa).

Paralelamente, outra ideia que se apresenta de forma disseminada é que é “normal” e “natural” que este desejo sexual se dirija a um indivíduo do sexo oposto, concepção que veio legitimar discriminações e actos de violência contra a comunidade homossexual. Os mesmos autores afirmam que “a sexualidade adolescentes realiza-se no contexto de uma sexualidade heterossexual institucionalizada, de relações de poder genderizadas e valores sexuais masculinos, como a primazia da penetração e o seu imperativo biológico” (Brown Travis, Meginnis e Bardari, 2000, p. 118, tradução nossa). Verifica-se, portanto, uma clara identificação com uma matriz heterossexual (Butler, 1990) de comportamentos, sendo as restantes orientações sexuais invisibilizadas e silenciadas. Ao não se abordar, pretende-se ocultar estas experiências, construindo uma “realidade” em que não existem e que as descredibiliza. Ao mesmo tempo a preponderância da heterossexualidade como que legitima o androcentrismo e a supremacia do modelo masculino de poder vigente nas relações interpessoais. Como afirma Morris-Roberts (2004), a heterossexualidade é o termo silenciado que se inscreve na linguagem, nas práticas institucionais e no dia-a-dia.

Formulado por Giddens (1992/2001), o conceito de amor confluyente parece também influenciar esta construção discursiva. Nesta é possível uma formulação de sexualidade feminina menos condicionada pelo *script* tradicional quando enquadrada numa relação de intimidade estável e duradora. É neste contexto, apenas, que se reconhecem traços deste conceito. Esta formulação permite-nos, então, reflectir sobre a necessidade percebida e apresentada à rapariga

de cultivar as suas aptidões sexuais. No entanto, não nos podemos esquecer que este conceito não é transversal a toda a construção discursiva. O amor confluyente não se encontra instituído de forma plena, pois pressupõe a capacidade de dar e experienciar satisfação e não apenas a aquisição de conhecimentos pela rapariga e posterior subjugação ao parceiro. Como referem Jackson e Westrupp (2010), a agência sexual das raparigas é apenas representada como legítima quando claramente associada ao consumo.

Outro pressuposto que é possível identificar consiste nesta associação entre sexualidade e consumo. Este investimento concretiza-se em múltiplos investimentos na comercialização da sexualidade, como bem essencial à identidade feminina. A sexualidade é vista agora como um importante mecanismo de marketing e consumo. Como relembra Devereux (2007), “as indústrias *mainstream* dos *media* (...) desempenham um papel crucial no contínuo disseminar de uma cultura de consumo que dirige e perpetua o capitalismo global” (p. 14, tradução nossa). Estimula-se nomeadamente o consumo de “mecanismos de construção” de sexualidade heterossexual como os *mass media*, a informação, brinquedos sexuais ou fármacos. As raparigas acabam sempre por querer saber mais para agradar ao seu parceiro, para lhe dar prazer e não para efectivamente se emanciparem e assumirem uma sexualidade activa, autónoma e com prazer. A nomeação deste discurso – *Ter de saber (sempre) mais* – pretende exactamente expressar a constante constatação, através dos meios de comunicação e da sociedade em geral, da sua incapacidade e menor valia. Ora, assim, a rapariga e a mulher percebe-se e interioriza uma constante posição de inacabada, de aprendiz o que a impede de se considerar um sujeito unificado e que poderá ser promotor de acção. Dá-se, por isso, a visibilidade a mais um mecanismo de subjugação e objectificação do feminino, retirando-lhe possibilidade de interacção e resistência face ao Outro, uno, que a oprime.

Esta perspectiva de inferioridade leva as jovens e mulheres a comprometerem-se com um conjunto de comportamentos de melhoria pessoal. Estes, contudo, redundam em mais hipóteses de monitorização do comportamento feminino e de definição externa de padrões, seguindo um ciclo tautológico de subjugação persistindo tanto na esfera pública como na privada. Esta monitorização é, na maioria das vezes, internalizada, responsabilizando-se pessoalmente pela consecução de comportamentos socialmente adequados e pela vigília das restantes – retomando assim a metáfora do Panóptico a que aludia Foucault.

Em suma, as acções que derivam desta construção discursiva têm como resultado a reificação da sexualidade heterossexual, assente na reprodução, e androcentrada como padrão e “normal”.

#### 5.4.2.4. Definição de Posicionamentos

Como temos vindo a verificar, a construção discursiva *Ter de saber (sempre) mais* retrata a sexualidade e as relações de intimidade partindo de uma visão androcêntrica e heterossexista. Por conseguinte, consideramos importante analisar que funções são atribuídas a esta construção e as suas consequências sociais, podendo clarificar as posições de que o sujeito dispõe bem como as quais lhe estão limitadas.

Uma das consequências que mais claramente resultam desta construção discursiva é um crescente de consumo de meios de comunicação, meios de informação e de aconselhamento, bem como de todas as referências à sexualidade. Não admira que a sexualidade seja um dos temas mais constantes, mais procurados e utilizados, pelas/os publicitários para estimular o consumo e fidelização à sua marca e se a verifique uma tecnologização da sexualidade nesta associação com mecanismos tecnológicos vários.

Verifica-se ainda uma permissão generalizada para vigiar e monitorizar o comportamento feminino, seja ou não relacionado com sexualidade. A metáfora do Panóptico (Foucault, 1975/2003) deixou de representar uma posição da sociedade face aos indivíduos para ser internalizada pelas mulheres quanto aos vários aspectos do seu dia-a-dia: a beleza e imagem corporal, os seus relacionamentos interpessoais, a sua carreira, entre outros. Esta ideia sugere uma constante observação e comparação a um padrão masculino do que é ser feminino que limita e delimita práticas. Curiosamente, este controlo da sexualidade é efectuado não pela sua repressão, mas pela responsabilização pelo seu controlo; quer pela sedução e “selecção” de parceiro, quer dando permissão para um envolvimento mais íntimo – em que imediatamente depois de autorizar se deve abandonar à iniciativa masculina –, quer responsabilizando-se pelo uso de métodos contraceptivos e de protecção contra doenças sexualmente transmissíveis – mesmo que no último caso não lhes seja possível directamente efectuar essa protecção. Não se trata de auto-determinação, confiança, desejo ou mesmo algum indício de *girl power*. Esta tomada de posição limita-se apenas à decisão de envolvimento com um parceiro e uma clara aposta na modelação pessoal enquanto iniciativa de submissão. Apesar de se apresentar como um posicionamento que aparenta conferir alguma agência à mulher – aproximando-se a uma

concepção pós-moderna da mulher, esta é na verdade uma mera marionete que serve os interesses do parceiro.

É ainda muito patente que a manutenção desta construção discursiva pretende reificar como “normal” uma sexualidade heterossexual e reprodutiva, ocultando e excluindo socialmente outras formulações identitárias. Esta categorização e patologização de identidades consideradas não normativas, “diferentes das naturalmente possíveis” tem como objectivo reforçar estereótipos, mitos e discriminações, hierarquizando socialmente os indivíduos e punindo os que não se conformam com a norma social. Como já verificámos, o ocultar de práticas, identidades e orientações sexuais homossexuais redonda numa qualificação destas enquanto desadequadas, puníveis socialmente, associadas ao pecado e a um sentimento de vergonha social, que dificultam a construção pessoal destas jovens adolescentes pela ausência de modelos sólidos de referência.

Em suma, podemos analisar esta construção discursiva descrevendo posições disponíveis a raparigas e rapazes enquanto grupos homogéneos. As possibilidades para as raparigas consistem numa formulação enquanto aprendizes, inexperientes sexualmente e incompletas.

Por contraponto a estas posições mais conformistas, é ainda possível que as raparigas se posicionem como mais proactivas e emancipadas, redundando em práticas, mais ou menos favoráveis, que exporemos de seguida.

#### 5.4.2.5. Definição de Práticas

Identificadas as posições disponíveis às raparigas nesta construção discursiva, é importante reflectir sobre as práticas que esta potencia. No mesmo sentido dos posicionamentos disponíveis nesta construção discursiva, podemos reflectir sobre as práticas disponíveis comparando as possibilidades dadas ao sexo masculino e sexo feminino enquanto grupos homogéneos e que se contrapõem. Assim, às jovens é apenas permitido um pedido de ajuda e a procura de mais e melhor conhecimento de forma a colmatar insuficiências que derivam da sua formulação enquanto mulher. Por contraponto, aos rapazes apresentam-se oportunidades de condescendência e algum paternalismo face a este “natural” desconhecimento e inexperiência feminina que leva a uma inevitável comparação e constatação de superioridade.

No entanto, estas seriam as práticas mais conformistas com este discurso. Se mais uma vez reflectirmos sobre uma posição de resistência da parte das raparigas podemos concluir que

estas poderão viver a sua sexualidade de forma saudável, não se excluindo a ocorrência de um de dois cenários possíveis: 1) possuir uma sexualidade realizada e saudável sem que isso acarrete estigmas sociais, quer junto do seu grupo de pares, quer no seu contexto social – prática disponível sobretudo a uma jovem numa relação íntima estável e duradoura; 2) viver a sua sexualidade também de acordo com os seus desejos pessoais e uma perspectiva saudável, mas mais próxima do modelo atribuído à sexualidade masculina – mais permissiva, casual e rotativa – o que poderá levar a uma rotulação e estigmatização social.

Em ambas as situações, práticas mais genéricas de combate ao tratamento desigual na sexualidade poderão partir das jovens no sentido de uma maior debate e aceitação da sexualidade feminina adolescentes.

#### 5.4.2.6. Identificação de Subjectividades dos Discursos

Por fim, é necessário perspectivar que consequências emocionais esta construção discursiva poderá despoletar. Neste sentido, rapazes sentir-se-iam mais predispostos para comportamentos sexuais mais libertos e com maior permissividade, dada a ausência de controlo e censura associada. Para além disso, sentir-se-iam dominadores das relações de intimidade ao constatarem que são ao mesmo tempo alvo da atenção feminina. Esta valorização implicaria sobretudo um sentimento de menor responsabilidade e maior impunidade face a potenciais riscos ou consequências negativas resultantes das suas acções.

Por contraponto, as raparigas remeter-se-iam a um segundo plano de importância na sua própria sexualidade, resultando num decréscimo da sua auto-estima, num sentimento de desadequação e em falta de preparação. Face a este contexto seria de esperar que concluíssem pela sua incapacidade de acção proactiva, resignando-se a esta posição. Este sentimento de inoperância seria decerto mantido pela constatação subjectiva de estarem sob vigilância social, seja esta mantida pela sociedade ou pelas próprias jovens no sentido de se adequarem o mais possível e minimizarem as discrepâncias que concluem existir.

No caso de uma posição mais resistente a este discurso, as jovens poderiam experienciar também dois cenários: 1) de apreciação por parte do seu companheiro e valorização junto do grupo de pares; 2) ou, pelo contrário, de julgamento social e público das suas acções, implicando sentimentos negativos face à sua conduta e às implicações que os seus comportamentos originaram.

Concluindo, esta construção discursiva apresenta o género como indissociável de uma matriz heterossexual que limita a formulação pessoal das jovens. Esta apresenta um conjunto de conhecimentos a incorporar, mas em constante actualização, que permitirão às raparigas ter uma relação mais igualitária e saudável com os seus parceiros. Esta miragem situa-se continuamente fora do alcance das jovens, nomeadamente pela constante formulação na comunicação social e ao nível do marketing de consumo. Este discurso baseia-se, assim, em questões biológicas enquanto garante de superioridade, sexual e social, masculina. A desconstrução desta construção discursiva poderá ser efectivamente implementada com uma aposta clara na educação para a sexualidade (na exploração de mitos) e na educação para os *media* (estimulando um consumo crítico).

### 5.4.3. Construir uma relação heterossexual

#### SER RAPARIGA É...

##### ● *Construir uma relação heterossexual*

- Desvendar o masculino
- Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro
  - Iniciar uma relação
  - Manter uma relação
- Afirmação do duplo padrão
  - Violência das relações
  - Conflito face ao duplo padrão
  - Traição e triângulos amorosos

#### 5.4.3.1. Identificação de construções discursivas

*Construir uma relação heterossexual* é uma construção discursiva que tem como objectivo fundamental dotar as raparigas de competências e características que sejam por elas incorporadas, mesmo que não as possuam por iniciativa própria, de forma a darem resposta ao que significa socialmente ser rapariga, ou seja, ser atraente e submissa ao masculino, recorrendo para isso ao conhecimento aprofundado do que supõe serem as características apelativas, comportamentos típicos e gostos específicos dos rapazes. A construção de si própria passa por adequar-se a um parceiro ideal que busca como elemento central da sua personalidade e vida social.

Esta construção discursiva é visível em ambas as tipologias de conteúdo textual – artigos e reportagens e cartas de leitora – verificando-se tanto ao nível da mensagem do periódico como ao nível dos conteúdos escritos e enviados pelas próprias raparigas.

Esta construção discursiva é composta por três mecanismos discursivos distintos – *Desvendar o masculino*, *Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro*, e *Afirmção do duplo padrão* - sendo que os dois últimos são também eles compostos por diferentes recursos.

#### ***Desvendar o masculino***

O mecanismo discursivo *Desvendar o masculino* apresenta-se como dando resposta a uma das principais tarefas das raparigas. Mais do que construir-se a si próprias, centradas no desenvolvimento saudável e no seu bem-estar, as raparigas são chamadas a conhecer bem os rapazes no sentido de melhor se “adequar” ao rapaz da sua vida.

A revista apresenta, neste sentido, um conjunto de técnicas para conhecer o sexo oposto – mantendo sempre latente a expectativa de estabelecimento de uma relação heterossexual – o melhor possível. *Desvendar o masculino* traduz um conjunto de condições comportamentais às raparigas, dando expressão ao estereótipo de que são atitudes e comportamentos das raparigas que geralmente levam à ruptura das relações.

Conhecer como agem e pensam os rapazes (grupo considerado aqui como homogéneo, tal como o grupo das raparigas) é considerado como uma vantagem, pois mais facilmente evitaremos ser-lhes desagradáveis ou colocá-los em situações de desconforto – razões que poderão motivar a quebra de relações. Por outro lado, conhecer alguns dos seus comportamentos “permitirá” às jovens efectuar “boas-escolhas” e assim ponderar da melhor forma o seu “investimento de recursos” na relação.

*Game Lover* (excerto 40), é um artigo que expõe as técnicas utilizadas pelos rapazes para conquistar as raparigas. Contudo, não adverte contra estes comportamentos. Poderia dizer-se que a aquisição destes conhecimentos pretende apenas clarificar intenções nas quais as raparigas deverão “deixar-se levar”.

**Excerto 40**

GAME LOVER

As técnicas que os rapazes utilizam para conquistar... postas a nu! (...) Se queres descobrir o que um rapaz quer de ti, carrega no Play... (...)

Outras curiosidades que (ainda) não sabes

Já descobriste como actuam, mas saberás o que pensam? Revelamos-te o que só confessam uns aos outros. (...) Resumindo e concluindo: somos mais parecidas com eles do que pensavas! (Janeiro, p. 76-77)

Para além de conhecer as suas técnicas de conquista e o que comentam entre si, sugere-se ainda necessário saber “desmarcarar” e descodificar todo um universo masculino e de conquista como é apresentado no excerto 41:

**Excerto 41**

DESMASCARA-OS X-MEN

Descodificar o cérebro dos rapazes é difícil... mas possível! (Agosto, p. 84-85)

Estas sugestivas clarificações sobre o comportamento e gostos dos rapazes têm por função permitir às raparigas que compreendam melhor as atitudes e reacções para que o convívio entre estes se torne mais fácil.

A carta de Paula (excerto 42) vem pedir auxílio neste sentido. A jovem parece afirmar que é compreensível que os rapazes não se expressem emocionalmente da mesma forma que as raparigas. Apesar da sua desconfiança relativamente aos seus sentimentos, a jovem ainda coloca a questão de ser algo “normal” e portanto ser ela a exigir demasiado do seu companheiro.

A resposta não é, de todo, esclarecedora, recorrendo-se tanto a factos de senso comum como à “dificuldade em demonstrar sentimentos” que a própria Paula identificou como uma possibilidade. Assenta ainda em elementos neurobiológicos no sentido de credibilizar, através de um discurso médico, a sua resposta. No entanto, mais não faz do que dicotimizar em pólos opostos o ser feminino e o ser masculino, acentuando as diferenças entre eles.

### **Excerto 42**

Namoro há quase um ano, mas até agora o meu namorado nunca me disse 'amo-te'. Eu digo-lhe imensas vezes, e ele nunca responde. Será normal ou ele não gosta de mim?

Paula (Montemor-o-novo)

Talvez o teu namorado tenha dificuldade em demonstrar os seus sentimentos. Sabias que a parte do cérebro que corresponde às emoções está mais desenvolvida nas mulheres do que nos homens? Se calhar o teu namorado é apenas tímido e tem vergonha de dizer o que sente. (...)

Noutro número da revista localizamos um esforço para amenizar diferenças e encurtar distancias entre rapazes e as raparigas. Os temas explorados são os medos sexuais, atacando claramente um dos redutos masculinos de maior especulação. Tradicionalmente considerados como biologicamente preparados para a sexualidade (determinismo biológico), por oposição a uma necessidade de aprendizagem por parte das raparigas (socialização), os rapazes são frequentemente representados como *experts* em sexualidade. A revista aconselha as raparigas a conhecerem os “medos dos rapazes vistos à lupa”, sugerindo não só o detalhe e pormenor, mas fazendo uma analogia com o tamanho e importância destes na sua sexualidade.

O excerto 43 inicia-se com uma frase que poderá ser empoderadora das jovens que lêem o artigo. Afinal deverão ter em conta que não existe um sexo forte. No entanto, este facto parece estar intimamente ligado aos medos que os rapazes podem sentir na sua sexualidade. A sugestão e “missão” é clara: “primeiro deves identificá-los [os medos]... e depois eliminá-los”. Posto isto já não haverá qualquer assunto desconfortável para os rapazes, voltando a reforçá-los como sexo forte. Em vez de emancipar e empoderar as jovens, o objectivo deste artigo é que estas tomem para si a responsabilidade de ajudar os seus parceiros a ultrapassar estes medos, reforçando assim o seu papel de dominante.

### **Excerto 43**

Se sempre pensaste que eles são o sexo forte muda o chip! Desvendamos-te os seus medos sexuais... e como podes exterminá-los de vez!

#### OS MEDOS DOS RAPAZES VISTOS À LUPA

(...) Os rapazes têm medos que nunca te passariam pela cabeça! Mas, graças à nossa ajuda, tudo isso tem os dias contados. A tua missão é simples: primeiro deves identificá-los... e depois eliminá-los. Estamos a falar dos medos, claro! (Outubro, p. 80-81)

Contudo, é de referir que a revista oscila entre esta tentativa de fornecer às raparigas uma perspectiva mais empoderadora, baseada sobretudo nas visões do pós-feminismo e de *Girl Power* – em que as jovens serão, por exemplo, capazes de exterminar os medos masculinos (excerto 43) ou em que os rapazes deveriam “funcionar como semáforos (excerto 44) – ainda que muitas das vezes esse objectivo seja traído – como veremos no mecanismo discursivo que se segue em que o fundamental não são as jovens, mas a relação heterossexual.

O excerto 44 apresenta algumas sugestões para perceber se um encontro se traduzirá numa relação ou, por contraponto, “deve ser o último”. O excerto que apresentamos aprofunda a importância para uma rapariga conhecer bem os rapazes com que se relacionará ao mesmo tempo que exemplifica uma tentativa de restituir poder às raparigas no estabelecimento de relações de intimidade. Contudo, não nos podemos esquecer que se trata sobretudo de perseguir a principal missão das raparigas: encontrar o seu rapaz ideal, o seu príncipe.

#### **Excerto 44**

6 CHAVES PARA SABER SE O PRIMEIRO ENCONTRO DEVE SER O ÚLTIMO  
OLÁ... E ADEUS

Os rapazes deveriam funcionar como os semáforos: acendia-se a luz vermelha sempre que fosse perigoso aproximarmo-nos deles, o amarelo serviria para distinguirmos os espécimes indecisos, e o verde indicaria o caminho livre. Como, por agora, isso não é possível, restam-te alguns sinais para saber se um encontro já foi demais... (Novembro, p. 79)

#### ***Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro***

O mecanismo discursivo *Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro* pretende ajudar a cumprir uma segunda tarefa considerada indispensável às adolescentes: ter uma relação. Tal como o mecanismo discursivo anterior, *Desvendar o masculino*, também este, *Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro*, pretende auxiliar as raparigas a construir e manter uma relação. Contudo, enquanto no anterior se parte do conhecimento dos rapazes para alcançar esse fim e avaliar o que “serve” e o que “não serve”, aqui esse objectivo é proposto pela exploração de uma relação íntima que se inicia (ou deve iniciar) ou que se pretende manter.

Composto por duas tecnologias – *Iniciar e Manter uma relação de intimidade* – este mecanismo discursivo transforma a experiência de uma relação e/ou de sexualidade num elemento de construção pessoal, como que se tratasse de um critério fundamental para o desenvolvimento pessoal da jovem. Construir-se como rapariga representa aqui muito mais do que uma questão identitária e de personalidade para passar a figurar em função de uma relação heterossexual. Aliás, é de destacar esta tendência para invisibilizar e inviabilizar construções pessoais não heterossexuais. Esta referência constante apenas reforça, como poderemos constatar, estereótipos, desconfianças e preconceitos.

### **Iniciar uma relação**

Em *Iniciar uma relação* são apresentados às raparigas um conjunto de estratégias e comportamentos a adoptar para que se consiga estabelecer uma relação de intimidade. O excerto 45 apresenta mesmo este esforço da revista em desvendar “o maior mistério da Humanidade”. Este ajuda no mês de Janeiro (p. 72-74) a facilitar esta busca constante do “teu príncipe encantado”:

#### **Excerto 45**

FOMOS ATÉ AO FIM DO MUNDO EM BUSCA DAS CHAVES DO AMOR VERDADEIRO

De coração aberto

O maior mistério da Humanidade não é a receita da vida eterna... mas sim o segredo para encontrar o amor verdadeiro! Se andas em busca do teu príncipe encantado, presta bem atenção porque foi a pensar em ti que escrevemos esta reportagem. Sejas ou não uma romântica incurável, quando acabares de ler até vais jurar que as almas - gémeas existem. E sabes que mais? A tua pode estar bem perto de ti... Descobre-a! (Janeiro, p. 72-74)

No entanto, a busca não é por uma qualquer relação; o seu objectivo é encontrar o amor verdadeiro. O artigo que apresentamos no excerto 46 pretende categorizar os rapazes, alertando para os que não são os indicados ou mesmo interditos (quer por serem namorados ou ex-namorados da melhor amiga, quer por gostarem de viver as suas relações como numa roleta russa), através da sistematização de um “guia dos rapazes proibidos”:

**Excerto 46**

MANUAL D'AMORE

Guia dos rapazes proibidos.

Não há Verão que se preze.. sem a super-curte à vista! Mas não vale tudo: aprende a programar o teu radar de rapazes interditos... e não deixes que se aproximem. (Junho, p. 58-59)

Ainda no mesmo sentido, um artigo do mês de Novembro (excerto 47) acrescenta algum detalhe aos critérios desta busca, oferecendo às jovens a capacidade de perceber “se vale a pena” investir numa relação com um companheiro que poderá ter “potencial”, aprendendo a “salvar” mesmos os “casos (quase) perdidos”.

**Excerto 47**

COMO SABER SE VALE A PENA...

A primeira impressão não foi boa... mas achas que tem potencial?

Aprende a salvar até os casos (quase) perdidos.

APURA OS SEUS DEFEITOS: Política, filosofia, senso comum ou puro machismo. É melhor saberes qual é o seu ponto fraco para tentar levar o barco a bom porto antes que dê tempestade. (...)

... E COMO FAZER COM QUE TE LIGUE

O tempo passa à velocidade da luz quando estás com ele? Se gostas tanto da sua companhia não hesites em voltar a vê-lo. *BE HAPPY*: Tenta ser alegre e rir das suas piadas, mas sem exagerar (ele sabe que não é um humorista profissional). Não fales sobre os teus problemas... nem sobre os teus ex! *TU VALES MUITO*: E ele é quem deverá dar-se conta disso. Não fales só de ti: ouve-o com atenção (eles adoram) e, se não perceberes alguma coisa, pergunta-lhe. Ele será o teu professor! (Novembro, p. 79)

Analisando com especial atenção a última frase, “se não perceberes alguma coisa, pergunta-lhe. Ele será o teu professor!”, podemos verificar que está bastante presente neste tipo de publicações, sendo frequentemente reforçado um duplo padrão de sexualidade que destaca um *script* sexual penalizador para as raparigas e que valoriza a sexualidade masculina enquanto elemento que lhes é natural e inerente, quase biologicamente determinado.

Contudo, e apesar desta perspectiva de submissão e docilidade sugerida, o mesmo artigo é pontuado por sugestões de marcação de uma posição pessoal pelas raparigas. No entanto, estas são facilmente absorvidas pelas restantes ao se colocarem como mecanismos de último recurso. O excerto 48 é apenas um exemplo de uma destas sugestões:

#### **Excerto 48**

PÉS NO TRAVÃO: Sê franca e não lhe dêes razão só porque não queres discutir. Só assim verás como reage ao saber que tu não partilhas das mesmas opiniões. Ser sincera desde o início é fundamental. (Novembro, p. 79)

Outro elemento curioso neste tipo de publicações é a sua apresentação como uma forte aliada para as raparigas, como que se fosse mais uma rapariga (como se pode ver pelo título, *Ragazza*) que aconselha as suas amigas.

Esta relação é frequentemente reforçada nas cartas de leitora. O excerto 49 apresenta a Sara que se encontra numa situação de indecisão face ao estabelecimento de uma relação. Nesta carta a jovem apresenta-se como duplamente penalizada, enquanto rapariga (que não deve iniciar uma conquista, mas apenas encetar uma aproximação) e enquanto mais jovem que o potencial parceiro. A resposta da revista vem exactamente de encontro ao *script* feminino, indicando que a jovem sugira uma aproximação e aguarde a resposta masculina e conseqüente aprofundamento da relação. Tal como uma amiga, a revista conclui a resposta à jovem com um “vamos querer uma foto vossa como prova!”.

#### **Excerto 49**

*Apaixonei-me pelo gerente do bar onde trabalho aos fins-de-semana. O problema é que ele tem 30 anos e eu 18, por isso não sei se devo ou não tentar conquistá-lo. Preciso de um conselho!*

Sara (E-mail)

Se até agora nunca detectaste um sinal que te tirasse a esperança, porque não tentar? A idade é um factor importante a ter em conta, mas não é necessariamente um obstáculo intransponível. (...) O objectivo é fazer com que ele note que existe um certo interesse da tua parte, para que possas observar a sua reacção antes de atirares-te de cabeça. (...) E se sim, vamos querer uma foto vossa como prova!

Não poderíamos concluir sem a apresentação de recomendações para modelação das raparigas face aos gostos dos rapazes. *Iniciar uma relação* é uma tarefa que implica sobretudo ser apelativa e agradável. O excerto 50 clarifica esses esforços, sistematizando o tipo de raparigas que não agrada aos rapazes.

### **Excerto 50**

VADE RETRO!

Manual de raparigas que (lhes) provocam alergia.

Sejamos sinceras: nem sempre os rapazes são os culpados por uma relação ser... difícil. A verdade é que há alguns comportamentos que devemos evitar para não sermos uma *persona non grata*. Descobre tudo aquilo que os rapazes detestam em nós e evitarás afugentá-los para sempre. Afinal, é a tua reputação que está em risco! (Julho, p. 78-79)

São, sobretudo, tipologias a evitar e das quais as jovens se devem demarcar claramente. Como é o exemplo de “Outras subespécies alérgicas”:

### **Excerto 51**

Outras subespécies alérgicas

DICIONÁRIO DE DIMINUTIVOS: Se não paras de repetir palavras acabadas em – inho, acabarás por provocar-lhe uma surdez selectiva... e serás vista como uma criança.

A TRAGÉDIA GREGA: Ter um dia mau é compreensível... desde que não seja todos os dias! Se o teu desporto é chorar por tudo e por nada, perderás o *sex-appeal* e a sua libido desaparecerá antes do último acto...

AMIGA DE MEIO MUNDO: Ele odeia que tu sejas a melhor amiga dos namorados... das outras! E não é só uma questão de ciúmes: não consegue é perceber o que tens em comum com os outros rapazes... para além dele!

A FASHION TV: Claro que gosta que sejas a sua *top model* particular mas às vezes pergunta-se se as outras raparigas também levam na mala duas t-shirts extra, laca, perfume, *gloss*, *blush*... (Julho, p. 78-79)

### **Manter uma relação**

*Manter uma relação* vem claramente completar e dar continuidade ao exposto anteriormente. Aqui são apresentadas às raparigas estratégias favoráveis à manutenção e prolongar de uma relação de intimidade. Considerada uma importante aquisição na adolescência, uma relação interpessoal constitui um elemento que define a própria jovem junto do seu grupo, daí a importância de manter um sucesso alcançado, evitando problemas e quebras de relação.

O excerto 52 apresenta de forma inequívoca o que se considera “A melhor namorada do mundo”. Este ilustra um conjunto de técnicas de marketing que pretendem seduzir e corresponder aos gostos dos rapazes.

### **Excerto 52**

Tens problemas com o teu namorado?

Revelamos-te como acabar com eles e fortalecer a relação, com um bom plano de marketing!

CHAVES PARA SERES A MELHOR NAMORADA DO MUNDO

“A tua missão é fazer com que ele te considere a melhor namorada do Mundo”

#### O MARKETING DO CORAÇÃO

Se a vossa relação está prestes a cair borda fora, aqui tens uma bóia para que o vosso namoro não se afunde de vez... sim, o milagre existe e tem nome: é “marketing do amor”. O segredo? Aplicar as regras que se usam no mundo da publicidade aos assuntos do coração. Segue os seus princípios básicos e rentabiliza o teu amor. Satisfação 100% garantida! (Maio, p. 78-80)

Esta tentativa de correspondência inclui ainda o recurso a mecanismos vários como se exemplifica no excerto 53. Este apresenta como uma atitude que ocorre inconscientemente a adequação automática do estilo pessoal das jovens ao dos seus namorados. Este artigo desvenda, desta forma, mais um dos mistérios das relações amorosas:

### **Excerto 53**

(...) tendemos a copiar o estilo do nosso namorado para agradar-lhe. Mas não agimos da mesma maneira com todos os rapazes. A chave está no tipo de relação que tens... Descobre tudo! (...) (Julho, p. 56-57)

É, no entanto, de ressaltar a advertência apresentada no final do artigo (excerto 54). O mais seguro, até porque as relações poderão ser de curta duração, é adoptar um estilo que se adapte à personalidade. Podemos concluir que esta é a solução de compromisso que se poderá adoptar de modo a agradar ao namorado, ao mesmo tempo que se dá alguma ênfase aos gostos pessoais.

### **Excerto 54**

AS AUTORIDADES DO ESTILO ADVERTEM...

Se mudas a tua forma de vestir por amor, mas não abdicas do teu estilo de vida... *no problem!* Mas se as tuas relações não costumam durar muito tenta manter um estilo que se adapte à tua personalidade. É que se gostas do que vês quando te olhas ao espelho, sentirás autoconfiança. Caso contrário, qualquer dia o teu guarda-roupa terá de ir ao psicólogo! (Julho, p. 56-57)

*Manter uma relação* está ainda presente nas cartas de leitora. Através desta tecnologia textual as jovens apresentam as suas dificuldades e problemas procurando encontrar respostas que as orientem na sua resolução.

O excerto 55 relata o estabelecimento de um relacionamento através das novas tecnologias e o receio da jovem face a um encontro. A jovem quer manter o seu relacionamento, passando do plano virtual para o contacto face a face, mas felizmente não ignora os perigos que poderão surgir de um encontro que não corresponda ao esperado.

### **Excerto 55**

*Há uns meses, conheci um rapaz no chat e apaixonámo-nos. Gostava de o conhecer pessoalmente, mas como ele vive a 300 quilómetros, teríamos de combinar um encontro numa cidade a meio caminho.*

*Apesar de confiar nele, tenho medo... Help me!*

Marta (E-mail)

Talvez o teu namorado seja uma boa pessoa, mas estás certa em tomar algumas precauções. O mais importante é que informes alguém de confiança (...) sobre o vosso encontro, de modo a que saibam onde e com quem estarás. Seria óptimo se alguma dessas pessoas pudesse acompanhar-te (...). Também é preferível que o encontro aconteça num local público como, por exemplo, um *shopping*, e que regreses a casa no próprio dia. (...) se em alguma altura desconfiares dele, afasta-te imediatamente!

Nesta carta de leitora, a jovem recebe uma resposta reconfortante e que a reforça pelo seu comportamento preventivo, o que é salutar na revista. Esta resposta apresenta ainda um tom neutro, não moralista, que possibilita a tomada de decisão da jovem e o delinear de um plano de securização para o encontro que deseja ter com o seu namorado virtual.

Noutro âmbito, o excerto 56 representa igualmente o depositar de confiança nesta publicação e a importância que este formato – cartas de leitora – tem no estabelecimento de uma relação com a revista, mas também ao mesmo tempo (independentemente das respostas) um espaço de abertura e comunicação de aspectos que consideram ser difíceis de esclarecer num contacto mais pessoal.

Neste excerto, *Manter uma relação* implica conhecer e confiar no companheiro, esclarecendo dúvidas através da comunicação.

### **Excerto 56**

O meu namorado confessou-me que é bissexual. Estou mesmo apaixonada, mas não consigo confiar nele porque tenho medo que volte para o rapaz com quem andou antes. O que faço?

Sara (Vila Nova de Gaia)

Sê sincera: tens medo que volte para o seu ex ou que afinal goste é de rapazes? Se tens dúvidas, debes falar com o teu namorado para que ele te explique qual é a sua verdadeira orientação sexual. (...) Quando já estiveres esclarecida e aceites o facto de ele ser bissexual, aborda a questão do ex.

Aliás, a comunicação entre os parceiros é uma componente bastante valorizada numa relação. É de destacar que a comunicação a que se refere esta carta acarreta ainda uma referência a sexualidades não normativas, neste caso a bissexualidade. Aliás, esta é a única referência existente em todo o *corpus* de análise. Talvez não seja de estranhar que este assunto tenha sido levantado por uma leitora e não por iniciativa da revista. No entanto, a opção pela sua publicação é digna de nota. Contudo, a resposta da revista coloca a ênfase na questão da insegurança e desconhecimento da jovem leitora ao invés de abordar a temática.

Num sentido mais lato, a revista adiciona outra componente importante à comunicação. Para que esta seja o mais verdadeira e eficaz possível, a própria revista ajuda a aprender a detectar mentiras (excerto 57) ou a perceber se a relação está a chegar ao fim (excerto 58).

No excerto 57 apresenta-se um artigo intitulado Detector de Mentiras. Mais uma vez inserido numa lógica heterossexual de relacionamento, pretende-se ajudar as jovens a perceberem se o seu namorado está a manter uma relação com outra pessoa e resolver a situação. Aqui são apresentadas às jovens duas opções: a jovem termina com a traição e mantém a sua relação ou descortina o que se passa na sua relação e opta por finalizar o envolvimento amoroso, começando a investir no estabelecimento de uma nova relação. Podemos dizer que este artigo, apesar da sua apresentação heterossexista, permite às jovens agência e posicionamento na relação.

### **Excerto 57**

#### DETECTOR DE MENTIRAS

Achas que o teu namorado está a enganar-te com outra e não sabes o que fazer? Se acabaste de acenar com a cabeça, o melhor é continuares a ler...

Se o teu namorado é daqueles que não desperdiça uma oportunidade para trair-te, chegou o momento de saberes com que tipo de infiel estás a lidar (...) Descobre a verdade por trás das [mentiras] mais utilizadas... e age em conformidade! (Março, p. 78-80)

Na mesma linha de acção, o excerto 58 fornece às jovens algumas pistas comportamentais que poderão usar como indicadores do estado da sua relação amorosa. Neste artigo, o amor é sinónimo de uma relação de Verão e representa algo que pode não ser continuado no tempo. Contrariamente à concepção de amor eterno apresentado nos restantes excertos apresentados, este aparece aqui como elemento que se constrói e que está, portanto, em evolução, o qual pode ser influenciado elementos externos como período de férias ou as estações do ano.

### **Excerto 58**

Achas que o teu grande amor do Verão está a pensar tirar umas férias prolongadas... de ti? Eis os sinais que anunciam o princípio do fim! 4 sinais que anunciam o fim de um amor de Verão

DEPOIS EU LIGO-TE...

Fazer juras de amor eterno em Agosto é fácil. Mas, quando chega o mês de Setembro, tu suspiras para voltar a estar com ele... e ele suspira de alívio. Abre os olhos e descobre se o vosso amor durará o resto do ano! (Setembro, p. 72-73)

Por fim, referimos ainda um elemento que é considerado importante pelas revistas para adolescentes e para as relações que estas estabelecem: o grupo de pares e as relações de amizade.

No excerto 59 apresentamos um artigo que sistematiza as relações de amizade, apresentando nomeadamente um perfil das várias e possíveis amigas do namorado. Estas tipologias pretendem apresentar as amigas enquanto ameaças às relações amorosas das raparigas, pelo que conhecer como são e como ultrapassar as dificuldades de relacionamento ou causadas por estas será uma mais-valia. O excerto 59 tem, então, como objectivo demonstrar a importância que as relações amorosas, nomeadamente a sua manutenção, têm para as raparigas.

### **Excerto 59**

Toodas o conheceram antes de tu apareceres na sua vida. Mas agora que chegaste, basta mostrar-lhes que vieste... para ficar!

AS AMIGAS DELE... SÃO TUAS INIMIGAS?

Dizem que os amigos são o nosso maior tesouro, mas isso é porque nunca ninguém se preocupou em explorar o círculo de amizades mais perigoso do Universo: as "amigas do namorado". De tesouro não têm nada, e de amigas

O que significa *ser rapariga*...

– no que te diz respeito – ainda menos! Infelizmente, quer queiras ou não, fazem parte do pacote e terás de aprender a lidar com elas. Para quê odiá-las... se as podes neutralizar?? (Fevereiro, p. 80-82)

### ***Afirmção do duplo padrão***

O mecanismo discursivo *Afirmção do duplo padrão* localiza assimetrias nas relações interpessoais, demonstrando a ausência de equidade de tratamento e de reforço social em função do sexo do indivíduo. Localizado dentro da teoria dos *scripts* sexuais (Simon & Gagnon, 1973), baseado num duplo padrão de sexualidade (Reiss, 1964) e reforçando (hetero)sexualidades tradicionais<sup>37</sup> (Allen, 2003), este mecanismo discursivo revela esta discrepância através de três tecnologias: violência das relações, conflito face ao duplo padrão, traição e triângulos amorosos.

Este mecanismo discursivo descreve as relações interpessoais enquanto campo de expressão por excelência de disparidades e binarismos entre rapazes e raparigas, sendo que nem sempre estas se revêem no papel de submissão e passividade que lhes é sugerido.

Construir-se como raparigas significa neste discurso lidar com uma aparente naturalização de assimetrias e o não questionar de papéis apresentados como inerentes à sua condição de mulher.

### **Violência das relações**

*Violência das relações* refere-se a um convívio menos saudável no âmbito das relações de intimidade que culmina em agressões, físicas, sexuais ou psicológicas, geralmente perpetradas pelos namorados ou amigos das jovens.

O excerto 60 apresenta o testemunho de uma jovem, Sara, que revela ter sido agredida pelo namorado em resultado de uma discussão motivada por ciúmes. A sua incapacidade para reagir e o medo que a agressão se repita motivou o contacto com a revista. A resposta apresenta um plano securizador da jovem, dando-lhe não só mecanismos de resolução do seu dilema como indicação de recursos sociais disponíveis.

#### **Excerto 60**

O meu namorado é super ciumento. No outro dia discutiu imenso comigo porque apanhou-me a falar a sós com uma amigo meu e acabou por me dar

---

<sup>37</sup> Trata-se de uma “dominância da identidade (hetero)sexual e de práticas discursivas que suportam uma sexualidade masculina activa e uma feminina passiva e que estão profundamente enraizados na participação social e política e são percebidos como normativos” (Allen, 2003, p. 217-218).

uma bofetada. Pedi logo desculpa, mas eu tenho medo que volte a bater-me. O que devo fazer?

Sara (Redondo)

Uma pessoa incapaz de controlar-se poderá ter a tendência para se tornar mais violenta. A verdade é que não tu não tens de suportar as suas bofetadas, e deves tentar lembrar-te se já existiram anteriormente outros ataques verbais ou físicos. Se este foi o primeiro, pensa que pode ser que não seja o último e pode voltar a repetir-se. Ele não tem o direito de agredir-te e tu não tens de aguentar os seus ataques de ciúmes. (...) Sempre que necessitares de ajuda, entra imediatamente em contacto com a APAV através da linha de apoio 707 200 077.

No mesmo sentido da carta anterior, o excerto 61 representa uma outra face da violência das relações. Neste Neusa afirma estar a ser vítima de pressões e violência psicológica por parte de um colega com quem se relacionou.

#### **Excerto 61**

*Curti com um colega da faculdade e agora ele espalhou o boato de que tivemos relações. O que posso fazer?*

Neusa (Vila Nova de Gaia)

Põe já um ponto final nesta situação! Assim que tiveres oportunidade de falar com ele, confronta-o e diz-lhe que sabes o que ele anda a inventar. (...)

Outro tipo de violência relatado é a sexual. Muitas vezes não identificada pelas jovens e não percepcionada como violência pelos seus companheiros, a coerção sexual é um fenómeno invisibilizado de violência nas relações. A Maria (excerto 62) é um exemplo de não reconhecimento desta agressão, colocando sobre si própria a responsabilidade do seu sentimento de desadequação. A resposta, contudo, não intervém a este nível, voltando a reforçar que apesar de não ser uma questão de “ser antiquada ou não” cabe à jovem ter confiança na relação e demonstrar de forma clara e perceptível “do que não gosta”. Segundo a revista, dizer que não quer, que não gosta, parece não ser suficiente; o importante aqui parece ser que o namorado “não tire conclusões precipitadas”.

#### **Excerto 62**

Eu e o meu namorado damo-nos superbem, mas nos últimos tempos ele tem insistido para termos relações anais, usarmos brinquedos sexuais.... Não sei se sou antiquada, mas a verdade é que não quero. *Help me!*

Maria (Lourinhã)

Não se trata de seres antiquada ou não. É normal que te sintas assim, mas devias ter confiança suficiente com ele para explicar-lhe exactamente aquilo de que não gostas. Se dizes apenas que não queres, ele nunca perceberá a razão e pode tirar conclusões precipitadas. Um conselho? Experimenta só o que te apetecer fazer, mas não te inibas de inovar no sexo... verás que é um prazer!

*Violência nas relações* traz assim um novo olhar à análise, permitindo contrastar uma dimensão menos positiva das relações com o carácter de perfeição, androcentrismo, cumplicidade e romantismo sugerida pela linha editorial da revista.

Tal como temos vindo a explorar, existe implícito às relações sociais um sistema de monitorização e de vigilância que é em grande parte invisível na sua acção dada a internalização de normas e auto-regulação comportamental. É sobretudo na sexualidade que esta presença é mais sentida e se encontra mais invisível. A sexualidade feminina foi retirada do âmbito privado para se expor no domínio público, ao alcance de qualquer escrutínio e opinião. Esta alteração veio constranger em muito os comportamentos sociais; a sua face mais notória é uma alteração da sexualidade enquanto elemento saudável para a sua patologização, medicalização e regime de medo que recai e reifica a importância de um comportamento feminino responsável e atento. A internalização e “naturalização” deste estado de monitorização leva na *Violência nas relações*, bem em como em outros aspectos quotidianos, a uma dificuldade de reconhecer a permanência e imersão num regime de opressão e subjugação. A constante responsabilização pelos comportamentos, independentemente de serem ou não dependentes das suas acções, é tão marcada que podemos assistir a uma permanente recriminação pessoal. Independentemente do seu grau de agência, a culpa e responsabilidade, inclusive na violência sobre as mulheres, é compreendida como interna e da mulher, legitimando-se normalmente em função de comportamentos quotidianos desta que parecem estar na origem das alterações comportamentais dos companheiros. Por outro lado, o regime de medo de uma vitimização faz com que interiorizem e restrinjam as suas acções. A monitorização, mais do que invisível é constante, é sentida e experienciada pelas mulheres, entre si e sobre si próprias.

### **Conflito face ao duplo padrão**

*Conflito face ao duplo padrão* procura revelar a percepção, por parte das jovens, de alguma incongruência ao nível dos papéis e expectativas sociais que lhes são alocadas. Este expressa

sobretudo um posicionamento mais aberto das jovens face à sua sexualidade, contrariando o padrão sexual que é socialmente aceite, bem como o guião comportamental que é veiculado como pertencente às raparigas.

No excerto 63 a jovem possui dúvidas sobre o modo como deve proceder face à timidez do rapaz por quem está interessada. Tradicionalmente, é atribuído ao sexo masculino a capacidade e dever de iniciativa nas relações. Daí que a jovem Adriana se encontre hesitante e perceba a existência de um conflito entre o que deseja e o que lhe é dito como adequado. Esta jovem procura sobretudo o reconhecimento externo para as suas acções e a partilha validada desta estratégia com o seu grupo de pares.

No entanto, a revista avisa que dado este não ser o procedimento mais frequente “deve fazê-lo de forma subtil” para não o assustar; posteriormente, dada a aproximação, basta voltar ao *script* tradicional e “deixar-te levar!”.

### **Excerto 63**

*Gosto de um rapaz que é muito tímido. Segundo os seus amigos, ele está interessado em mim...*

Adriana (E-mail)

Não tens alternativa: se gostas dele mas sabes à partida que a sua timidez é um obstáculo, terás de ser tu a dar o primeiro passo. Mas deves fazê-lo de uma forma subtil, porque se fores muito agressiva poderás assustá-lo. (...) Depois, só tens de dizer-lhe que gostas dele... e deixar-te levar!

Outro tipo de conflito face ao duplo padrão encontrado refere-se à vivência da sexualidade fora da heterossexualidade. Assim, uma jovem (excerto 64) que preferiu não se identificar apresenta as suas fantasias, confrontando-se com o que acha ser estranho. De facto, dentro do *script* de sexualidade supõe-se que as jovens seguirão as preferências e iniciativas masculinas, não incluindo as suas próprias preferências e fantasias na relação. Ainda neste sentido mais penalizador a resposta reforça o carácter extraordinário e associado a comportamentos não aceitáveis advertindo para que estas se limitem aos seus sonhos.

### **Excerto 64**

*Às vezes sonho que tenho relações com dois rapazes ao mesmo tempo, ou com uma rapariga, ou em público... É tão estranho! Será que sou só eu?*

Anónima (Vila Nova de Gaia)

O que significa *ser rapariga*...

Claro que não! As fantasias não passam disso mesmo: de fantasias. O facto de sonhares com situações que consideras estranhas não significa que as queiras pôr em prática na vida real. A verdade é que se trata de um mecanismo do cérebro que nos permite realizar acções que conscientemente não fariamos porque são proibidas ou mal vistas, e que nós próprias nos autocensuramos. No entanto, ter fantasias não só é normal, como tem imensos benefícios: fomentam a nossa auto-estima - porque nas fantasias tudo é perfeito... excitam-nos e aumentam o apetite sexual. Mas cuidado para não baseares o teu prazer exclusivamente nas fantasias ou então sim, terás um problema!

O mesmo tipo de dilemas possui Helena (excerto 65) que pretende adoptar uma atitude mais proactiva e inovadora na sua vida sexual – contrariando o *script* de passividade – com o seu namorado que também quebra o seu *script* recusando essa atitude. A resposta aceita a possibilidade de Helena concretizar os seus desejos sexuais, mas não admite a possibilidade do namorado não querer ou recusar, aconselhando-a a conversar com ele para que este perceba as suas necessidades e deste modo ser ele a alterar e iniciar novos comportamentos.

#### **Excerto 65**

*O meu namorado prefere não inovar em termos sexuais, mas eu quero experimentar coisas novas!*

Helena (E-mail)

Deves começar por abordar este assunto com ele. Afinal, como podes esperar que ele evolua se não souber que é isso que tu queres? Pergunta-lhe se não gostaria, por exemplo, de experimentar novas posições sexuais. (...)

Podemos mesmo concluir que, apesar da facilidade do confronto das jovens face a este duplo padrão de sexualidade, é bastante difícil que os comportamentos decorrentes sejam aceites socialmente. O reforço por parte das revistas desta divisão comportamental é ainda bastante frequente.

#### **Traição e triângulos amorosos**

*Traição e triângulos amorosos* revela uma outra visão sobre o duplo padrão de sexualidade. Aqui a afirmação deste é pelo desafio das relações de poder existentes na intimidade, quer pela

traição, quer pelo envolvimento num triângulo amoroso. Localiza sobretudo o desconforto das jovens face à revelação de quebra de valores da relação (da sua parte ou do namorado) ou destas pelo envolvimento com alguém que já estava numa relação - contrariando também os valores que consideram ser esperados numa relação amorosa e que são relativos à monogamia heterossexual.

No excerto 66 a Vera procura ajuda da sua revista para decidir investir ou não numa relação com um rapaz com quem se envolveu, mas que não irá terminar a relação pré-existente. A resposta é claramente libertadora da situação. Aconselha-se proactividade na resolução do problema e o investimento numa outra relação que seja mais recompensante para a jovem.

### **Excerto 66**

Comecei a andar com um rapaz, mas ele tem namorada e não quer acabar com ela. Não sei se devo esquecê-lo ou lutar pelo seu amor!

Vera (E-mail)

Encosta-o à parede! Obviamente, por ele esta situação continuará a arrastar-se pois é perfeita... mas para ti não. A esta altura, ele já deveria saber de quem é que realmente gosta. Quando alguém se envolve num triângulo amoroso, é natural que ao princípio fique confuso. (...)

Achas mesmo que vale a pena estar ao lado de um rapaz que só pensa nele? Mesmo que soubesses no que te estavas a meter, o importante é que não queres continuar a ser a outra. Segue em frente! Lembra-te de todos os rapazes que poderias estar a conhecer neste momento...

No caso do excerto 67 é a jovem Sandra que não sabe como reagir face a um desinvestimento na sua relação actual e interesse pelo seu melhor amigo. Mais uma vez a situação de triângulo amoroso é visível, ainda que aqui a jovem procure uma estratégia de finalização de relação. Esta situação de quebra de relação de intimidade foge aos cânones comportamentais femininos, pelo que é solicitada ajuda à revista como se de uma amiga se tratasse. A resposta é bastante simples. A revista opta por reforçar as competências de comunicação como aliado feminino na resolução de problemas.

### **Excerto 67**

*Já não amo o meu namorado, porque apaixonei-me pelo meu melhor amigo.  
Agora não sei como lidar com esta situação!*

Sandra (Santarém)

A sinceridade é a melhor solução para o teu problema. Pensa bem: gostavas que o teu namorado andasse contigo por pena ou, pelo contrário, preferias

O que significa *ser rapariga*...

que ele te dissesse que já não te amava? Temos a certeza que escolheste a segunda opção. (...)

No excerto 68, a jovem Vanessa revela ter descoberto a relação paralela que o seu namorado mantinha com a sua amiga. Quebradas as expectativas de fidelidade, a jovem descreve-se como “completamente arrasada”, ilustrando com clareza a importância que as relações amorosas assumem nesta faixa etária, equivalendo muitas vezes a toda a “vida”. Contudo, o foco aqui não é senão no pedido de desculpas e tentativa de reconciliação após a traição. A resposta da revista não reforça os seus sentimentos de abandono e coloca claramente na jovem a necessidade de uma construção pessoal autónoma, reforçando o facto de ter de ser ela a decidir favoravelmente ou não.

### **Excerto 68**

*Estou completamente arrasada! Há dois meses atrás, a minha vida era perfeita: namorava com o rapaz ideal, tinha uma amiga maravilhosa... Ou pelo menos assim o pensava! Nunca hei-de esquecer o momento em que soube que eles andavam enrolados. Só acreditei quando vi uma fotografia que lhes tiraram com o telemóvel! Embora tenham pedido desculpa, cortei relações com os dois. Agora ele quer uma nova oportunidade. Devo aceitar?*

Vanessa (Castelo Branco)

O mais importante é definires o que sentes e o que queres! Deves perguntar-te se ainda estás apaixonada por ele, se queres continuar a vossa relação, se a amizade dela é algo que gostavas de recuperar... Se a resposta for negativa, não há nada a fazer. Mas se for positiva - e é provável que sim, caso contrário não estavas com dúvidas... (...)

Como temos vindo a notar, este mecanismo discursivo é pontuado por momentos de maior empoderamento das raparigas, apostando-se nas suas capacidades de resolução de problemas como a comunicação, autonomia de decisão ou resiliência. Contudo, permanece em pano de fundo a importância de uma relação heterossexual. Em nenhum dos excertos são explorados os efeitos e prejuízos de uma traição ou infidelidade: o foco é na gestão de relações, afastando assim um comentário sobre valores e moralidade. Apesar de se apresentarem como situações de quebra e de afastamento do seu *script* tradicional, permanece sub-repticiamente que o ideal é iniciar uma nova relação.

Contudo, não poderia deixar de apresentar o excerto 69, que é claramente uma tentativa de quebrar com esta visão androcêntrica e que brevemente dá resposta a algumas críticas, nomeadamente feministas, que são feitas a esta tipologia de publicações.

O excerto 69 insere-se num artigo de duas páginas que explora dicas para as raparigas descobrirem se os seus namorados estão a ser infiéis. No final deste, a jornalista aposta numa visão menos *malestream*, apresentando também as raparigas como potenciais “aprendiz de infiel”. Como este não é um comportamento comum para as raparigas, a jornalista opta por fornecer pequenas estratégias para que estas não sejam descobertas pelos seus companheiros.

### **Excerto 69**

#### Saídas de emergência para um aprendiz de infiel

O que acontece quando perdes a cabeça e decides dar-lhe o troco na mesma moeda? Se já pensaste em transformar a tua relação num triângulo equilátero, aqui ficam quatro conselhos básicos... e eficazes: TEM ATENÇÃO AOS PEQUENOS DETALHES: Rebaptiza o teu novo “amigo” na agenda do telemóvel. Assim, em vez de aparecer David, fica gravado Joana. Nunca levanta suspeitas! (...)

APRESENTA-O AOS TEUS AMIGOS: Nada melhor do que inclui-lo na tua vida quotidiana como se não tivesses nada a esconder. Combina uma saída com ele e as tuas amigas. Mas nada de beijinhos e abraços... É obrigatório conteres-te! (Março, p. 78-80)

Óbvio é a discrepância entre a atenção dada ao comportamento masculino e o feminino. Resume-se a esta transcrição a infidelidade feminina enquanto que as restantes páginas reportam o comportamento masculino. No entanto, é de salientar que nem num nem noutra existe um tom repreensivo.

Em suma, esta construção discursiva baseia-se na importância do estabelecimento ou manutenção de uma relação de intimidade exclusiva e heterossexual, das normas sociais associadas ao duplo padrão de sexualidade que continuam a condicionar comportamentos e atitudes, nomeadamente junto das raparigas que aparecem novamente como as mais penalizadas. Gill (2007) concluiria que, mais uma vez, as raparigas são interpeladas a monitorizar todas as suas relações interpessoais, construir-se enquanto sujeitos desejáveis, bem como ser responsáveis por agradar sexualmente, proteger-se, defender a sua reputação sexual e ter em conta a auto-estima masculina.

#### 5.4.3.2. Identificação de discursos reguladores

*Construir uma relação heterossexual* é, em suma, uma complexa construção discursiva que se articula sobretudo em redor das relações de intimidade das jovens. Embora se verifiquem diferenças ao nível dos discursos reguladores, é possível identificar dois que são comuns a toda a construção discursiva e seus mecanismos: o discurso romântico e o discurso androcêntrico.

O discurso romântico apresenta-se aqui como na construção discursiva anterior, como elemento base de toda uma formulação pessoal das raparigas. Neste caso concreto, este toma forma sobretudo ao nível do estabelecimento de características identitárias das jovens; as suas relações marcam a forma como se desenvolvem ao nível psicossocial. Este discurso romântico apresenta mesmo uma importância novelesca no mecanismo *Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro* ao determinar como objectivo fundamental do desenvolvimento das jovens, o estabelecimento de uma relação amorosa com um rapaz: “A tua missão é fazer com que ele te considere a melhor namorada do Mundo” (excerto 52).

Um outro discurso que denominamos por androcêntrico permeia toda a construção discursiva. Este pretende dar visibilidade a uma preocupação excessiva, e quase exclusiva, na satisfação de um conjunto de condições favoráveis ao sexo masculino. Estes são, em última análise, os principais alvos destes recursos mediáticos, apresentando às raparigas um conjunto de mecanismos para os agradar, satisfazer e dar prazer. Ainda que, por vezes, a revista tente descentrar e mascarar o foco no enaltecimento do masculino, como acontece no mecanismo *Afirmção do duplo padrão*, nomeadamente ao nível da *violência das relações* e no *conflito face ao duplo padrão*, esta concepção androcêntrica não chega a ser efectivamente questionada. O objectivo último é a reintegração e regresso a um comportamento normalizado do que é adequado para uma rapariga. Estes mecanismos, apesar de uma primeira impressão favorável, não possuem valor verdadeiramente emancipador e empoderador das jovens.

Outro discurso que nos parece estar a manter esta construção discursiva é o que chamamos de discurso de controlo, assente na constante responsabilização pela conformidade com a norma, com comportamentos adequados e saudáveis. Este representa no mecanismo *Manual de sobrevivência a um amor verdadeiro* e *Afirmção do duplo padrão*, uma sobrevalorização da monitorização de todas as condições e influências possíveis, quer seja controlando as e os amigas/os e relações interpessoais, quer se regulando ou regulando as e os parceiros/os, sobretudo ao nível comportamental. Como já discutimos, a internalização da monitorização mascara a presença deste discurso que impele as jovens a um acautelar

constante de cenários possíveis de forma a responderem adequadamente e evitarem a vitimização.

Estes discursos que discutimos com elementos que predispõem a manutenção desta construção discursiva representam um reforço constante de assimetrias, discrepâncias e um consequente comportamento desigual entre o sexo feminino e masculino.

#### 5.4.3.3. Definição de Orientações de Acção

Esta construção discursiva – *Construir uma relação heterossexual* – poderá ser aprofundada reflectindo sobre as orientações de acção que lhe estão inerentes, referindo-nos sobretudo a uma contextualização que a antecedeu, as resultantes implicações e funcionalidades.

Assim, podemos em primeiro lugar destacar um posicionar essencialista presente nesta construção discursiva relativamente à sexualidade e à identidade. Estas visões essencialistas opõem comportamentos femininos aos masculinos, sendo estes últimos os mais valorizados. Desde muito cedo que esta divisão, baseada em pressupostos fisiológicos e biológicos, é inculcada nas/os mais jovens formulando crenças consideradas inquestionáveis de papéis sociais. Como concluem White, Bondurant e Brown Travis (2000), na literatura persistem, de forma implícita, mensagens de que todos homens são naturalmente dominantes e todas mulheres naturalmente submissas.

As próprias teorias de desenvolvimento, como já desenvolvemos, foram inicialmente formuladas baseando-se unicamente em rapazes e posteriormente completadas apresentando uma situação, geralmente oposta ou com contornos distintos, correspondente à experiência das raparigas. Estas teorias desde cedo reforçam a existência de dualidades e dicotomias desenvolvimentais anulando, e consequentemente discriminando, situações comportamentais correspondentes a outras nuances do mesmo continuum desenvolvimental. Do mesmo modo, ao não corresponder às teorias masculinas existentes, o comportamento feminino foi sempre considerado diferente, alterado, desviado do padrão esperado. Exemplo claro desta teorização em função do sexo, são as teorias psicanalíticas. Nesta sua perspectiva os comportamentos femininos, pelo seu desvio face ao masculino, deveriam ser controlados, dominados e sempre que necessário vigiados. A perspectiva de Ser sempre inacabado acabou por dar azo a um grande número de estereótipos relacionados com o comportamento feminino e que ainda hoje persistem. Como considera Jacques Lacan todas as mulheres são seres incompletos por ausência do *phallus*. Não do pénis físico mas do *phallus* – a “*fully satisfying love object*”

(Sharpe, 2006, p. 5). Não um desejo sexual Freudiano, mas um desejo de necessidade de contacto, de conhecimento do Outro. Na sua opinião, o indivíduo espera constantemente reconhecer-se nos outros para constituir este Outro – uma entidade que reflecte o self (como no espelho) e que permite a construção pessoal por diferenciação dos demais (Sharpe, 2006) – que no fundo o representa a si próprio.

Esta construção discursiva funda-se ainda numa articulação romântica da sexualidade baseada em conceitos como o amor romântico de Giddens (1992/2001) – um dos *scripts* mais interiorizados da sociedade ocidental. Como já referimos, o amor romântico na perspectiva de Giddens representa a formulação de ideais amorosos enraizados em valores morais do cristianismo (Giddens, 1992/2001) e as novelas romanescas do século XIX. É de ressaltar que esta formulação, incutida na formação pessoal das raparigas desde cedo pela procura do príncipe encantado das histórias de encantar (e.g. Branca de Neve, Cinderela, Bela Adormecida), tem um forte conexão heterossexual.

Aliás, esta conexão com a heterossexualidade é algo que limita as acções que partem deste discurso ao invisibilizar a comunidade homossexual. Este amor romântico enunciado por Giddens (1992/2001) é claramente antagónico com o amor confluyente que também apresenta e que tem por base o desejo de intimidade de dois indivíduos, sendo assim equacionada a possibilidade de uma relação não heterossexual. Esta construção discursiva orienta-se sobretudo para o estabelecimento e manutenção de uma relação de intimidade, conceptualizando-a enquanto objectivo desenvolvimental e característica central de entrada na idade adulta. Neste sentido, o desenvolvimento e identidade pessoal passa a estar dependente de um Outro, sem o qual não é concebida a sexualidade. É sobretudo através desta concepção rígida, masculinista e falocêntrica que se omitem propositadamente identidades homossexuais ou bissexuais, centralizando a experiência da sexualidade como exclusivamente entre um homem e uma mulher.

É ainda possível identificar um silenciamento da revista face não só à homo- e bissexualidade como também a outras relações afectivas múltiplas e que se afastam do domínio da heterossexualidade amorosa e monogâmica. Como já reflectimos a existência de um mecanismo discursivo centrado na traição e triângulos amorosos permite verificar algum descrédito face à imagem ideal apresentada. Esta comparação é de facto o que leva a que as jovens se sintam em falta e responsáveis pela situação em que se encontram. Para além disso, a referência por parte da revista a “amizades coloridas” evidencia a contradição que assumem

entre o ideal que propõem e as práticas, localizadas, das e dos jovens. Trata-se de uma rara ocasião de contraste com a perfeição da relação heterossexual fundada no amor romântico e que idealmente levará a uma relação mais estável na vida adulta. Este desfasamento invisibiliza práticas e indivíduos, aumentando o fosso entre o que é socialmente considerado como adequado e comportamentos alternativos reiteradamente rotulados como desviantes e errados.

Para além de uma dependência quase exclusiva de um Outro masculino para a formulação pessoal das jovens, é necessário ainda “subordinar-se-lhe”. Às jovens é passada a ideia de que ser feminina é ser romântica, delicada, disponível mas essencialmente expectante, de ser alvo dos desejos de um rapaz. Essa, sim, é a oportunidade de aceder a um ciclo vicioso de estereótipos auto-confirmados e de relações de dominação e assimetrias de poder que não se esgotam na vida pessoal e sexual mas que perpassam as áreas de vida das mulheres. Este facto reforça a noção de que a única função delas é darem resposta à sexualidade masculina, o que permite e justifica abusos e inequidades. Mais uma vez se verifica que no sujeito mulher não são equacionadas fronteiras entre o domínio público e privado permitindo, em geral, a intromissão e monitorização nos seus comportamentos.

Em suma, mais uma vez é clara a retirada às raparigas de uma posição na acção, mesmo que seja a sua própria formulação identitária. Apesar de parecer que é “dado” algo à rapariga, algum poder de decisão – frequentemente confundido com *girl power* ou mesmo com perspectivas pós-modernas – esta acaba sempre por se remeter, muitas vezes propositada e conscientemente, à posição desfavorável e de subordinação. Lamentavelmente, este discurso sobre a formulação identitária também omite e restringe possibilidades de emancipação ou empoderamento.

#### 5.4.3.4. Definição de Posicionamentos

Como temos vindo a verificar, esta construção discursiva – *Construir uma relação heterossexual* – formula aspectos considerados por esta publicação essenciais à identidade feminina, nomeadamente explorando a sexualidade e a relação com masculino como fundamentais. Partindo deste pressuposto como poderão estas jovens posicionar-se e, de facto, construir-se?

Em primeiro lugar, consideramos importante lembrar que esta construção discursiva representa uma subordinação pessoal das jovens face aos desígnios e desejos masculinos – objectivo claro desta formulação discursiva. Neste sentido, um dos principais posicionamentos que esta construção discursiva disponibiliza é a de uma alteridade face ao seu próprio

desenvolvimento. Movimento este de exteriorização – uma vez que as descentra da sua própria formulação sexual e identitária – que é reforçado pela preocupação das jovens em adquirirem o maior quantidade de conhecimentos sobre o masculino possível para que possam mais facilmente chegar até eles e estabelecer esta relação de intimidade.

Outro posicionamento que resulta destas constantes tentativas de aproximação e relacionamento com o masculino é o de vítima. Vítima de violência, de um duplo padrão de sexualidade, de triângulos e traições, mas também de uma subjugação a papéis sociais. Posicionamento este que as leva a compreender as assimetrias de que são alvo e as compele para a resolução de problemas, adoptando uma postura mais proactiva, de contestação e resistência a estas iniquidades.

Assim, é de destacar este posicionamento de contestação, de procura de maior liberdade e poder de decisão. Este conflito com o duplo padrão sexual que as subjeta é de facto uma solução que as confronta com realidades, com impedimentos. Será suficiente replicar o modelo masculino? Que consequências advirão desta opção e posicionamento? Será mais vitimizante do que permanecer subjugada? Existirá espaço para um verdadeiro discurso de resistência? Mais uma vez se torna importante lembrar que este posicionar de maior contestação se apresenta como estratégia apenas de resolução de situações específicas que uma vez ultrapassadas levarão a jovem a retomar comportamentos de maior cumplicidade com o *script* tradicional e conformando-se com o duplo padrão de sexualidade que contestavam. No entanto, não podemos interpretar este ciclo como algo ponderado pelas jovens. A pressão para o conformismo e a padronização de comportamentos reifica comportamentos que as fazem voltar a hábitos que as inferiorizam e aos quais poderiam resistir.

#### 5.4.3.5. Definição de Práticas

Será então importante continuar a análise desta construção discursiva reflectindo sobre as acções e práticas que estes estimulam e as que poderiam ser levadas a cabo pelas jovens, de forma a contestarem esta construção discursiva.

Se tomarmos por base uma atitude conformista a esta construção discursiva, poderemos identificar práticas como o envolvimento no conhecimento do masculino, incluindo alguma idolatria e fixação por estas informações. Poderíamos ainda verificar uma reificação de uma posição de vitimização ao aceitarem uma subjugação dos seus interesses e gostos pessoais ao que o seu parceiro espera que tenham ou que facilitarão o estabelecimento de uma relação.

Em suma, trata-se de centralizar a experiência pessoal das jovens numa sexualidade androcêntrica e heterossexual. A este respeito podemos mesmo questionar se a heterossexualidade destas raparigas é compulsória, devido à matriz comportamental a que são sujeitas diariamente e à ausência de comportamentos de referência não heterossexuais, ou se de facto reflecte uma orientação pessoal.

Se por contraponto explorarmos práticas de maior resistência, esta construção discursiva poderá despoletar junto das jovens a vontade de confrontar posições de poder a que estão sujeitas no seu dia-a-dia, nomeadamente o poder masculino sobre as suas vidas. Poderia ainda levar a práticas mais proactivas e de maior agência sexual, reflectindo este desejo de uma vivência mais equitativa e saudável da sexualidade. Um ponto de partida para a desconstrução do perfil castrador da sexualidade feminina poderá partir de uma exploração ao nível da inovação sexual e de elementos comunicativos que dêem voz às mulheres quanto aos seus desejos e prazeres. Estas práticas poderiam mesmo representar um esforço adolescente pela igualdade de direitos, partindo sobretudo de dinâmicas de poder mais simétricas nas relações de intimidade.

Outra acção muito específica, que consideramos importante é uma reestruturação dos valores associados à construção da identidade pessoal, destituindo a sexualidade deste papel preponderante e central que predomina face aos restantes, nomeadamente pela primazia de uma valorização de aquisições pessoais em detrimento de conquistas mais localizadas pela atenção masculina.

Concluindo, a construção discursiva *Construir uma relação heterossexual* apresenta esta ligação estreita entre a identidade feminina e o conhecimento do masculino, mas ao mesmo tempo permite através de um consumo crítico dos conteúdos a percepção de assimetrias e a adopção de lugares de resistência.

#### 5.4.3.6. Identificação de Subjectividades dos Discursos

Para finalizar reflectiremos sobre as subjectividades que esta construção discursiva poderá desencadear, ou seja, partindo das posições subjectivas o que é possível que as jovens sintam, pensem ou experienciem em consequência desta construção discursiva.

Antes de mais será importante lembrar que por se tratar de um discurso ideologicamente dominante e hegemónico, que toma por base a homogeneidade das jovens, este despoletará sem dúvida sentimentos de desadequação desenvolvimental e pessoal.

Especialmente porque esta padronização não respeita a multiplicidade identitária (das raparigas mas também dos rapazes) e a diversidade social em que vivemos.

Neste sentido, a individualidade deixa de ser uma característica a enaltecer para passar a ser preocupante, ao considerar-se única no seu percurso ou problemática. Considerando que a população se desenvolve articulando características numa representação normativa (curva normal), muitas serão as jovens que não correspondem à norma estabelecida como ideal e, por estas, considerada obrigatória.

As jovens poderão ainda sentir-se responsáveis ou culpabilizáveis por este afastamento dos padrões constantemente estabelecidos e reforçados. Esta discrepância, quando percebida como uma incapacidade, poderá mesmo potenciar comportamentos de risco que permitam acções consideradas em maior conformidade com os estereótipos vulgarizados. Este envolvimento em comportamentos de risco poderá assim resultar de uma concepção fantasiosa do amor romântico, envolvendo a completa subjugação a normas relacionais heterossexistas e reguladoras, baseadas em princípios de poder e prazer masculino.

Podemos concluir que esta construção discursiva coloca as raparigas numa posição de *stress* psicológico, quer seja pela constante tentativa de correspondência e conformismo, quer pela articulação de mecanismos de resposta a esta pressão e resolução de conflitos resultantes pela contestação do padrão.

Em suma, esta construção discursiva remete as raparigas para uma vivência pessoal estandardizada e normativa que, através destes mecanismos de biopoder (Foucault, 1976/1994) institucional, procura controlar e monitoriza a sexualidade feminina. Defendendo-se com discursos biológicos de diferença sexual, este discurso vem reafirmar uma deslocalização da relação de poder para o masculino. Esta continuará a ser mantida por mecanismos institucionais de ordem social, mas também política e económica.

## **5.5. Conclusões**

De forma conclusiva, retomaremos o estudo apresentado, revendo-o de forma sumária e sistematizando-o em função das questões de investigação a que nos propusemos dar resposta.

***Que tipo(s) de versão(ões) de sexualidade são apresentadas às adolescentes pela revista?***

Analisando estas construções discursivas de forma mais abrangente, poderemos ver que nos apresentam diferentes formas de representação das raparigas adolescentes – o nosso objecto discursivo. Foram, assim, identificadas diferentes maneiras de se “falar” sobre raparigas adolescentes cruzando, respectivamente, as três construções discursivas identificadas com a equação atractividade - identidade - sexualidade (Brown Travis, Meginnis & Bardari, 2000). No geral, os resultados identificados vão no sentido de investigações recentes como a de Jackson (2005b), que identificam a produção de conteúdo mediático em revistas para adolescentes como organizadas em função de três grandes linhas orientadoras: a aparência física, as relações heterossexuais e desejo, e discursos de auto-aperfeiçoamento.

Esta regulação não dinâmica de poder vem evidenciar o papel que estas construções discursivas possuem nas vidas das adolescentes ao equivalerem o desenvolvimento pessoal a uma sexualidade centrada no corpo, na atractividade, na beleza, na relação de submissão ao masculino, extrapolando posteriormente para a própria identidade das jovens.

***Que discursos e práticas discursivas estão subjacentes a essa(s) versão(ões)?***

De facto, a expressão *sexualidade feminina* pode parecer um paradoxo, uma vez que o discurso da feminilidade, que é amplamente explorado e que condiciona práticas e normas sociais, realça a posição passiva das raparigas e mulheres face à sua sexualidade. A sexualidade é assim, eminentemente, masculina, base de modelo dominante e evento biologicamente incontrolável.

Estas características vêm mais uma vez reforçar o carácter androcêntrico dos conteúdos, das relações e do desenvolvimento das raparigas. Segundo esta visão, os rapazes são biologicamente preparados, enquanto as raparigas tem necessidade de aprender conteúdos de sexualidade. Contudo, é sobre elas que recai a responsabilidade de monitorizar a sexualidade no sentido de uma vivência saudável, nomeadamente adoptando comportamentos preventivos face a DST's, IST's, e VIH/SIDA. O foco de construção social da sexualidade adolescente tem, como refere Foucault (1976/1994), sido o da perigosidade e pecado. Esta concepção tem raízes na tradição judaico-cristã que, juntamente com a recente laicização do Estado português, moldou de forma determinante a nossa sociedade, priorizando temas sociais, culturais, mediáticos e educativos. Conceptualizada a sexualidade enquanto algo incorrecto, vergonhoso, repreensivo e

reprimível, não só é expectável que as raparigas recorram aos meios de informação como as revistas para adolescentes para esclarecer dúvidas e obter informação, como também não é de estranhar a constante tentativa de normalização de comportamentos destas publicações.

Apesar de se apelar a questões de saúde pública, a sexualidade saudável não chega socialmente a ser exposta como uma alternativa. Este facto deve-se sobretudo à importância atribuída à virtuosidade feminina e a pureza das jovens, sendo que a sexualidade feminina é, por contraponto, vista como elemento de pecado, como erro, como algo que acarreta sempre consequências negativas (del Priore, 1999). Também nesta linha de ideias se perpassam linhas orientadoras de comportamentos (*scripts*) que compelem as jovens a destituírem-se do seu desejo e prazer sexual no sentido de evitar categorizações e estereótipos negativos. Este pensamento judaico-cristão discrimina ainda a comunidade LGBT, nomeadamente ao não se apresentarem como legítimas e igualmente comuns, sobretudo nas revistas, relações não heterossexuais. Estas assimetrias, com cobertura mediática especialmente neste tipo de publicações, apresenta as raparigas e a sexualidade feminina enquanto elemento conturbado, quer pelo seu carácter multifacetado quer pela sua regulação e dominação patriarcal, heterossexista e masculinista.

No entanto, é ainda possível identificar a introdução ao nível dos conteúdos da revista de alguns elementos positivos. Entre estes são de salientar a informação ao nível dos métodos contraceptivos, a informação sobre recursos sociais disponíveis, sobretudo ao nível da saúde e de apoio à violência no namoro, e a formulação das raparigas enquanto detentoras de uma sexualidade activa e saudável, valorizando os seus desejos e prazer quando inseridas numa relação heterossexual e estável – ainda que se mantenha uma visão androcêntrica da relação, sugerindo-se que as raparigas podem tomar a iniciativa e depois “deixar-se levar”.

Destacamos a importância de se estar consciente destes mecanismos de legitimação discursiva devido ao impacto que estas formulações e construções de significados têm, sobretudo, na construção identitária pessoal das adolescentes.

### ***Que versão(ões) identitária(s) da mulher são defendidas na revista?***

As construções discursivas identificadas – *Tornar-se sexy, Ter de saber (sempre) mais, Construir uma relação heterossexual* – procuram mapear os principais conteúdos considerados relevantes

para as raparigas interagirem entre si, com os rapazes e se desenvolverem adequadamente até à idade adulta.

A predominância da temática da sexualidade nesta publicação apresenta-se também como um dos mecanismos tecnológicos que motivam a compra de revistas: nomeadamente, por se centrar num conjunto de temas, que socialmente são considerados os “necessários” para uma rapariga adolescente (Jackson, 2005b). Neste sentido, é de destacar a presença constante do domínio dos estereótipos sociais através do julgamento da adequação ou não aos *scripts* sexuais e de género socialmente aceites.

Um dos principais resultados observados é a preponderância do discurso romântico sobre qualquer um dos outros que condicionam e reificam as construções discursivas. Este é claro mesmo em construções discursivas em que se localizam apontamentos neo-liberais e menos penalizadores das jovens, como é o caso de referências, ainda que escassas, a sexualidades não normativas (excerto 56) e amizades coloridas (excerto 33). Poderíamos extrapolar e concluir que as jovens se começam a apresentar como mais afirmativas sexualmente, mais responsáveis e conscientes das suas possibilidades, mas de facto não estaríamos a ser exaustivas na nossa análise. Sobretudo porque não sabemos até que ponto as jovens que aqui se apresentam como mais afirmativas e admitindo a busca de um prazer pessoal nas suas relações (heterossexuais) de intimidade possuem recursos e capacidades nos restantes domínios da sexualidade que lhes permitam uma maior agência, individualismo e controlo. Verifica-se aqui um exemplo claro dos novos sexismos (Cabecinhas, 2010; Gill, 2011), enquanto tendência para apresentar a um nível superficial e textual uma visão *gender friendly*, ao mesmo tempo que a mensagem e discursos implícitos permanecem sexistas e segregadores.

Contudo, é importante destacar uma maior abertura social por parte das raparigas, podendo indiciar que alguma da informação poderá, de facto, estar a ser rentabilizada numa vivência mais saudável e respeitadora da sexualidade. No entanto, a ausência de uma diversidade de representação parece querer impelir ainda mais, pela invisibilização de outros fenómenos e alternativas, para uma heterossexualidade normativa e que traduza um envolvimento amoroso entre os parceiros.

Outro aspecto a destacar é que o discurso romântico, que enunciámos como suporte das construções discursivas identificadas, possui como principal mecanismo regulador a idealização das relações de intimidade, eminentemente de cariz heterossexual e monogâmico. Aliás, esta matriz comportamental em que se inserem os comportamentos de intimidade

considerados adequados vai de encontro à teorização de Judith Butler (1990). A reificação da adequação de comportamentos baseia-se no relacionamento com o sexo oposto, como possibilidade única de relacionamento, silenciando comportamentos e orientações sexuais não heterossexuais. Esta heteronormatividade articula-se como única alternativa disponível às jovens, uma vez que só assim é possível manter estáveis as assimetrias de poder que favorecem o masculino.

De facto, ao nível da capacidade de emancipação das mulheres, uma das condicionantes mais explícitas é a heteronormalização dos comportamentos sexuais, estendendo a sua acção para lá das questões de identidade ou sexualidade para o domínio da dominação masculina e assimetria de poder. O próprio *script* que confirma a “existência” ou presença de feminilidade implica o estabelecimento de um relacionamento com um parceiro masculino que reforce os seus esforços para se comprometer com o ideal social de beleza feminino, que se apresente como protector face a uma sociedade agressiva e que ainda venha reificar a visão romântica internalizada desde tenra idade na figura do príncipe encantado das histórias infantis. No entanto, esta aparentemente e óbvia relação vem ocultar um conjunto de sujeitos mulher que não correspondem às características apresentadas como essenciais, mas que não deixam de ser mulheres. Mais uma vez é possível verificar a existência de uma estreita relação entre a sexualidade feminina e a identidade pessoal. Esta ligação reforça o domínio público de ambos e possibilita o comentário e monitorização constante e generalizada de comportamentos. Esta última reforça ainda mais o sentimento e o próprio conceito de objectificação (sexual) associado à identidade feminina; enquanto, um objecto disponível e passível de disposição face a valores ou atitudes pessoais de outros elementos externos.. Podemos mesmo verificar a existência de um sentido de submissão e depreciação internalizada que compele as jovens ao conformismo. Este conformismo, contudo, apresenta-se enquanto uma escolha deliberada das jovens, mascarando os mecanismos efectivos de normalização e normatividade. Assim, é tido pelas jovens, pela sociedade e pelos próprios meios mediáticos como inquestionável e “natural”. Daí que se assista a um ressurgimento de movimentos anti-feministas que se baseiam no carácter desnecessário das lutas feministas face a uma posição feminina mais liberal, com as mulheres a terem acesso à educação, a direitos pessoais, maior agência, individualismo e escolha. No entanto, como temos vindo a discutir muitas destas percepções radicam num uso estratégico e deliberado de mascarar assimetrias e iniquidades que se mantêm presentes.

***Estas versão(ões) do que é ser-se rapariga e mulher são uniforme(s) ou contraditória(s)?***

Regressando à formulação de Foucault (1976/1994) sobre poder, enquanto elemento relacional e dinâmico, é possível verificar que a ausência de “resistência” por parte do “não-sujeito” feminino resulta numa incoerência relacional e num desequilíbrio na regulação desta distribuição que tem, como tem vindo a ser observado, consequências ao nível individual mas também ao nível das dinâmicas sociais. É neste sentido que podemos referir que este desequilíbrio de poder é reforçado por instituições sociais várias, tais como a visão patriarcal da Igreja, do conceito família, empregabilidade ou mesmo as instituições científicas. Torna-se, assim, relevante ressaltar que a coexistência destas instituições e deste desequilíbrio de poder permitem a verificação externa e reificação por ciclos tautológicos de eventos da ideologia opressora e dominante.

É neste contexto que reafirmamos a importância social e a capacidade modeladora dos meios de comunicação social. Esta internalização da observação é um processo com vários níveis e que é despoletado por condições sociais que favorecem o sistema patriarcal; esta é sobretudo realizada pela atribuição de reforços sociais de forma moderada às mulheres que cuidam da sua aparência física de acordo com a norma estabelecida (Brown Travis, Meginnis & Bardari, 2000). A constante necessidade de *embelezamento* do feminino acrescido da internalização do *male gaze* são aspectos que não podemos subvalorizar. Não é possível negar que existe uma comparação constante do modelo actual, seja de aparência física, personalidade ou identidade, face a um modelo de perfeição considerado socialmente valorizado, mas claramente afastado das possibilidades de modelação corporal de qualquer mulher adulta. As mulheres passam assim a ser membros de uma efectiva “polícia social” que as monitoriza e julga, passando também para elas a fazer equivaler o sucesso pessoal com a habilidade de atrair a atenção masculina (Brown Travis, Meginnis & Bardari, 2000). Aliás, como sugere Gill (2007), a internalização por parte das mulheres de que estão sob constante observação masculina (e penalizadora, acrescentaria) funciona mesmo como um novo regime disciplinar. Daí que se possa localizar e quase quantificar o esforço, a dedicação e o envolvimento com que as mulheres, em geral, cuidam da sua aparência e do seu corpo. Como já reflectimos anteriormente, a disciplina feminina do corpo (Bartky, 1990) é apenas uma das formulações possíveis para explorar e dar visibilidade a este fenómeno. Esta auto-vigilância constante

assemelha-se à referência de Foucault (1975/2003) ao modelo Panóptico – considerado pelo autor como a essência da sociedade disciplinar; olhar esse que se faz constante e presente nos vários aspectos do dia-a-dia das mulheres, desde um simples acto de higiene ou alimentação ao que vestimos, com andamos ou nos sentamos, mesmo como falamos. Nas palavras de Gill, (2007) trata-se de um olhar narcisista e auto-castrador que se assume como elemento importante na *performatividade* do género. Ou seja, mais do que analisar a forma como as mulheres vivem a sua vida, é necessário analisar o modo como as suas subjectividades são estruturadas; pois “desvalorizar as formas de subjectificação que caracterizam o corpo feminino enquanto mecanismo genderizado é perpetuar o silêncio e a ausência de poder sobre os quais tem vindo a ser imposta esta disciplina” (Gill, 2007, p. 27, tradução nossa).

Outro aspecto que se encontra intimamente ligado com estas relações de poder e com a internalização da constante vigilância masculina é a moralidade. A base dos *scripts*, que condicionam e legitimam (pelo seu carácter público) o comentário e monitorização externa do comportamento, é a adequação a um modelo considerado moralmente superior. Os estereótipos residem exactamente na compilação deste conjunto de acções permitidas e ajustadas à sociedade e sua aplicação à generalidade de comportamentos e indivíduos. Assim, desafiar ou por em causa este conjunto de regras estabelecidas e estandardizadas desloca automaticamente os indivíduos para o extremo oposto da aceitação, caracterizando-os como desajustados, em falta, errados. Neste sentido, é possível compreender a renitência, apesar da consciência da discriminação, de homens e mulheres à alteração comportamental e mesmo à alteração de atitudes e valores. A conscientização de raparigas e mulheres pode ser considerada um elemento de risco, pois ameaça uma revelação mais efectiva de que as diferenças e abusos de poder não deveriam ser admitidos e tolerados (Tolman, 2002). Poderemos mesmo considerar este tipo de regulação comportamental como um dos mais eficazes mecanismos de dominação e de indução à performance genderizada em função do sexo biológico. Partindo desta categorização, aparentemente simples e inofensiva, podemos localizar uma hierarquização social complexa que restringe indivíduos segundo o sexo, a idade, a identidade sexual ou a classe social (Richardson, 1993; Tolman, 2002). Uma construção identitária moldada por noções enviesadas de ser mulher, de relacionamentos interpessoais e de intimidade, de gestão pessoal de recursos e valorização pessoal poderá implicar auto-estima e auto-conceitos frágeis, problemas de identidade relacionados com fracassos sucessivos em relacionamentos ou com dificuldade em lidar com a sua aparência física e as consequentes alterações etárias.

No entanto, como pudemos constatar, esta visão encontra-se em alteração na sociedade portuguesa. Existe já patente junto destas jovens uma possibilidade de “contornar” as imposições sociais. Mais concretamente estas construções discursivas apresentam uma representação da rapariga e da mulher mais liberta – sobretudo na segunda *Ter de saber (sempre) mais* – identificada com uma construção mais neo-liberal e pós-feminista. Contudo, a visão mais consistentemente apresentada ao longo das várias construções discursivas é de que o desejável é que a vivência da sexualidade se enquadre numa relação heterossexual de intimidade estável e duradoura. Assim, verificamos a alteração de padrões de regulação e controlo comportamental, alternando entre um duplo padrão de sexualidade (quando sem relacionamento de intimidade) e um duplo padrão condicional de sexualidade. Aliás, como pudemos verificar teoricamente este conceito veio a ser introduzido para retratar esta realidade das jovens. Esta alteração da localização do sujeito mulher veio trazer uma nova possibilidade de construção pessoal às mulheres e informar o movimento pós-feminista. Apesar dos comportamentos se manterem situados ao nível de um discurso social mais amplo de romantismo e amor romântico, o adicionar condições como escolha pessoal e deliberada, e de construção pessoal, parece adicionar maior liberdade às mulheres. Todavia, esta apresentação focaliza-se num mascarar de condições que apresentam de forma ainda mais reduzida as possibilidades de se ser mulher no século XXI. Especialmente porque esta tentativa de representar a mulher como mais empoderada não é mais do que uma estratégia de marketing, sem efectivação real nos contextos específicos das jovens. Adicionalmente, o facto desta apresentação emancipadora e pós-feminista não ser informada por uma visão educativa da história do movimento de mulheres e feminista possibilita o ajustamento de princípios ao interesse corporativista de monopólios comerciais.

### ***Como se articulam esta(s) versão(ões)?***

Para estas versões contribuem, como pudemos verificar, os vários conteúdos da revista, sendo que os anúncios publicitários, sobretudo pelo seu carácter visual, se apresentam como elementos penalizadores ao nível da imagem e representação feminina, favorecendo o consumo em detrimento de representações mais activas, saudáveis e menos objectificadas das jovens.

A este nível, será importante reflectir sobre a representação associada à mulher pós-feminista, a qual é apresentada como idealmente branca, classe média e heterossexual. Ora, esta descrição permite depreender que a grande maioria das leitoras e das mulheres do mundo

são à partida excluídas. O mesmo acontece com a representação feminina nesta revista que trata as jovens como um grupo sempre homogéneo e amorfo, com iguais reacções, atitudes, valores e comportamentos. Ao mesmo tempo ao não representar a diversidade existente exclui a maioria das jovens, que absorve as construções discursivas mas que se percebe negativamente por não corresponder ao ideal veiculado. Interpreta esta incapacidade como pessoal e não como uma dificuldade comum a várias outras raparigas. Este aspecto é muito importante pois poderá potenciar, como já reflectimos, comportamentos de risco no sentido de uma maior aproximação do estereótipo e ideal perpassado nos meios mediáticos.

Esta importância dada ao grupo de pares pelas e pelos jovens também não deve ser subvalorizada. Não possui apenas esta capacidade de levar a comportamentos de risco, mas também funciona como um mecanismo de regulação comportamental ao nível do marketing de consumo, pressionando a compra e a fidelidade a marcas e conteúdos. A própria revista explora esta estratégia ao se apresentar como um par destas jovens (*super-peer*). Ao se colocar, nas cartas do leitor, como um recurso para troca de ideias, estratégias e ajuda, oferecendo anonimato e secretismo, como se de uma amiga se tratasse, leva a uma maior identificação e, conseqüentemente, à fidelização destas ao consumo desta publicação.

Paralelamente, é necessário destacar um certo encadeamento quanto aos conteúdos, sendo possível verificar que as revistas apresentam de forma simultânea informações de níveis distintos mas complementares. De notar que, enquanto apresentam questões sobre o funcionamento do corpo ou contracepção, são exploradas ainda questões de prazer, desejo e performance sexual. Este facto permite às jovens a resposta a várias questões pessoais, mas poderá não levar a um enquadramento e visão global da sexualidade pessoal. Dois outros aspectos que poderão reforçar a não integração ampla da sexualidade são o foco no companheiro/parceiro e a importância atribuída ao aval externo. Assim, mais do que apresentar um enfoque no desenvolvimento das jovens e na sua sexualidade, o destaque é atribuído à resolução de problemas e à importância de um comportamento adaptativo ressaltando a questão do bem-estar da relação, e sobretudo o parceiro; o reforço de uma relação desigual que se deve preservar (para o bem de ambos) mantém as raparigas num ciclo de dependência (sexual), nomeadamente do prazer do companheiro. Por outro lado, o aval externo procurado, e que aqui se reforça, leva à normalização e naturalização de comportamentos, reiterando a noção de que *todos são assim e agem assim pelo que também eu, individualmente ou em casal, devo reagir e comportar-me de acordo com as sugestões apresentadas*.

Neste sentido, conhecer o sexo masculino torna-se uma tarefa essencial para a rapariga, confirmando a possibilidade de melhor gestão da sua individualidade e das suas relações de intimidade. Este estabelecimento de uma relação é mesmo apresentado como uma aquisição desenvolvimental, sendo o conceito de género introduzido no nosso dia-a-dia através de um complexo processo desenvolvimental. As mensagens de como se comportar são internalizadas desde tenra idade ao nos apropriarmos de papéis sociais nas interações com família, amigos, professores entre outros; à medida que as raparigas se desenvolvem aprendem a importância de agradar e ajudar os outros, mesmo que abdicem dos seus interesses pessoais. Em contrapartida, aos rapazes é passada a ideia que lhes é devida deferência e que todos os métodos para atingir os seus objectivos são viáveis, mesmo a agressão (Donat & White, 2000).

Em suma, as contradições que perpassam a linha editorial da revista são suplantadas por um discurso englobador dos vários contextos de vida das adolescentes no sentido de limitar o afastamento da sua proposta de ser rapariga. As possibilidades de resistência e (re)posicionamento são assim restringidas por uma forte e constante pressão ao nível dos seus principais contextos de vida, seja ela para a identificação ou para o conformismo.

Reafirma-se então, em conclusão, a necessidade de se intervir junto das/os adolescentes, estimulando uma mudança de postura face aos *media*. Esta alteração comportamental poderia ser incentivada, sobretudo, através da promoção de um consumo informado e crítico dos *media*, introduzindo desde cedo esforços no sentido de uma maior e mais efectiva literacia mediática<sup>38</sup> que potenciase a cidadania e igualdade junto de raparigas e rapazes.

---

<sup>38</sup> Enfatiza um pensamento crítico que permita a criação de juízos próprios face aos conteúdos, maior compreensão dos processos mediáticos, maior consciência do impacto destes tanto individual como socialmente, criação de estratégias avaliativas, consciência do paralelo entre a cultura mediática e a cultura contemporânea, promoção de maior prazer, compreensão e reconhecimento dos conteúdos mediáticos e finalmente, no caso dos comunicadores mediáticos, a habilidade de produzir mensagens mediáticas efectivas e responsáveis (Silverblatt, 2001). Trata-se de um uso competente dos *media*, compreendendo e avaliando criticamente os diversos aspectos inerentes à comunicação, aos *media* e às dinâmicas envolventes (Pinto, Pereira, Pereira & Ferreira, 2011; Pinto, 2003; Damásio, 2007).



**CONCLUSÃO**



Em conclusão, consideramos ainda importante sistematizar alguns aspectos. Será relevante lembrar que as construções discursivas identificadas – *Tornar-se sexy, Ter de saber (sempre) mais* e *Construir uma relação heterossexual* – se articulam em torno de uma concepção genérica, socialmente construída, do que é ser rapariga adolescente. Trata-se de um estudo que teve por base diferentes conteúdos mediáticos (anúncios publicitários, cartas de leitora e artigos e reportagens) editados pela revista *Ragazza* ao longo do ano de 2007. Recorrendo à Análise Foucaudiana de Discurso (Willig, 2003, 2008) mapeamos construções discursivas e discursos veiculados por esta revista por forma a melhor conhecer a realidade mediática que é apresentada a estas jovens. Trata-se de uma tentativa de obter mais conhecimento sobre um aspecto amplamente estudado no estrangeiro mas em falta no nosso país.

Antes de abordar aspectos que destacamos em cada uma das construções discursivas identificadas é importante notar que esta investigação surgiu da identificação da escassez de estudos que contemplassem uma análise de construções e discursos veiculados ao nível dos *media* portugueses<sup>39</sup>, sobretudo das revistas para raparigas adolescentes. Neste sentido, este estudo tornava-se premente, uma vez que a lacuna desta informação tem repercussões ao nível da educação das jovens, tanto na modelação e construção comportamental das jovens como ao nível da educação para a sexualidade.

Assim, consideramos que os nossos resultados (apesar de não generalizáveis) permitem olhar de forma crítica e informada para os conteúdos mediáticos destinados aos jovens, rapazes e raparigas, imprimindo-lhes uma visão genderizada e sócio-histórica localizada. Este ponto de partida possibilita uma reflexão e uma análise mais próxima das vivências e experiências das e dos jovens ao ter em conta dinâmicas (assimétricas) de poder que resultam da interacção entre os indivíduos e entre estes e as instituições dominantes.

Ao nível da revista *Ragazza*, como temos vindo a verificar, existe uma linha de construção de conteúdos que se centra no que Brown Travis, Meginnis e Bardari (2000) identificaram como a equação atractividade – identidade – sexualidade.

Em *Tornar-se sexy* é-nos apresentada uma equivalência entre a identidade das raparigas e a sua imagem corporal. Apesar de ser um elemento centrado na atitude e comportamentos

---

<sup>39</sup> Destaca-se ao nível das Ciências da Comunicação os trabalhos desenvolvidos por Zara Pinto-Coelho e Silvana Mota-Ribeiro, da Universidade do Minho, que se dedicaram à análise de conteúdos específicos como os anúncios publicitários em revistas estilo de vida para mulheres.

No entanto, verifica-se uma ausência de estudos em Portugal que se localizem ao nível da psicologia dos *media*. Trata-se de uma área de estudos reconhecida em 1986, ano em que Associação Americana de Psicologia (APA) criou a divisão n.º 46. Posteriormente, durante os anos 90, esta foi alterada para divisão de psicologia dos *media* e tecnologias da comunicação. Os interesses desta divisão da APA orientam-se em dois principais eixos. Por um lado pretendem aconselhar e treinar psicólogos no seu contacto com os meios de comunicação social, por outro pretendem promover a divulgação de investigação e conclusões do âmbito da psicologia quando aplicada a aspectos mediáticos (Giles, 2003).

das raparigas, na verdade existe uma divisão assimétrica e não dinâmica de poder. O conformismo a estes ideais sociais leva, como vimos, a uma objectificação e subjugação das raparigas face a um padrão masculino de beleza feminina. A revista parece responder a esta polarização ao longo das três construções discursivas, adaptando a sua imagem corporal e beleza, as suas relações e qualidades ou os seus conhecimentos de sexualidade. Empreende-se uma docilização de corpos (Foucault, 1975/2003) em que o objectivo é o conformismo, a subjugação a valores construídos historicamente e socialmente e que se mantêm como opressores, sobretudo das mulheres. A sua acção e efectivação indirecta de poder apresenta como imperativo a conformidade e modelação a um ideal de mulher. Mascaram-se os verdadeiros motivos, passando-os para motivações que se apresentam como inerentes às jovens, fruto das suas vontades, ao invés de serem localizados como mecanismos externos de regulação institucional de poder. O facto destas perspectivas serem apresentadas desde jovens é especialmente penalizante, uma vez que contribui para a formação de valores e da sua identidade, tal como confirma Sandra Lee Bartky (1990, p. 118) ao afirmar que, “a subjectividade feminina é construída através de um processo contínuo, um «envolvimento pessoal nas práticas, discursos, e instituições que dão significado (valores, significado, e afectos) aos eventos do mundo» (de Lauretis, 1983)”.

Aliás, apesar de se poder perspectivar uma leitura informativa e formadora por parte destas publicações, esta não é apresentada como a sua principal função, apenas se verificando alguma informação na segunda construção discursiva *Ter de saber (sempre) mais*. Este distanciar de uma reflexão genericamente formadora e educativa é apenas explicável devido à ausência de uma educação para sexualidade consistente e que seja uma alternativa viável aos conteúdos apresentados pelos *media* – formando indivíduos críticos quanto aos conteúdos. Consequentemente, a sexualidade feminina é apresentada como algo exterior, que é aprendido e que é característica desenvolvimental essencial à sua formulação enquanto mulher feminina e posteriormente enquanto namorada, esposa, mãe, cuidadora. Para além deste carácter inicial é possível notar a imersão deste *continuum* num espaço/tempo específico da adolescência e que se relaciona com outro critério fundamental: a heterossexualidade. Não seria, neste quadro, possível a uma rapariga ser feminina, mulher, esposa ou mãe senão face a um referencial de um sujeito masculino. Factor esse que permeia as construções discursivas ao apresentar-se como motivo de aprofundamento de conhecimentos por parte das jovens para melhorarem, quer as suas relações de intimidade, quer a sua performance junto de um companheiro masculino

que, mais uma vez segundo esta conjectura, é biologicamente mais desenvolvido e conhecedor. Esta concepção posiciona as jovens em situação de permanente desvantagem e busca de conhecimento – o que justificará a aquisição de mais revistas que as informem sobre as últimas tendências, novidades e possíveis truques relacionais. Assim sendo, a jovem, e posteriormente a mulher, colocar-se-á sempre enquanto Outro, sem agência própria e sempre na margem dos gostos e desejos do parceiro, esse sim, o Eu-Sujeito da relação. A dependência destes meios mediáticos para obtenção de aconselhamento e informação de cariz médico poderá tornar-se preocupante, uma vez que limita as fontes de informação, as perspectivas sobre um dado evento e ainda as posições alternativas às sugeridas a problemas semelhantes mas com contornos específicos e não necessariamente coincidentes com todas as dificuldades experienciadas pelas jovens.

Neste sentido, a construção discursiva *Construir uma relação heterossexual* vem integrar as anteriores, concretizando a “missão” das raparigas. Elas são responsáveis por uma iniciativa de que não são elemento principal, ou seja, o *locus* de acção depende sempre da conquista de um parceiro e não de uma gestão efectiva de uma relação (em que há partilha dinâmica de poder). *Construir uma relação heterossexual* coloca-nos perante dois aspectos de destaque: a eminência e quase obrigatoriedade de estabelecer uma relação heterossexual (rejeitando e invisibilizando relações não normativas) e a necessidade da rapariga se colocar no “lugar do seu parceiro”, conhece-lo e modelar-se aos seus gostos, de forma a ser bem sucedida na sua “tarefa”: despertar o interesse e estabelecer uma relação com um rapaz.

Assim, podemos observar que a totalidade das construções discursivas tem como finalidade última dotar as jovens de recursos relacionais. Isto porque o objectivo dos mecanismos ideológicos que compõem a nossa sociedade tem como propósito efectivo a regulação e regulamentação destas relações interpessoais das adolescentes. Esta relação, no entanto, e apesar de se perspectivar como heterossexual, nem sempre é apresentada como exclusiva e monogâmica. Podemos mesmo identificar a existência de um discurso paralelo que apresenta a rotatividade de parceiros, a alternância de relações amorosas e o sexo casual (e.g. “O preservativo é, sem dúvida, o rei da contracepção”, no excerto 20 *O grande manual do preservativo*), como expressão de maior controlo feminino sobre a sua sexualidade. Contudo, esta perspectiva é constantemente desvalorizada e invisibilizada pelo contrapor constante com a ideia de que estes comportamentos são de carácter temporário face à importância de se estabelecer uma relação estável e duradora, monogâmica e baseada numa relação de amor.

Esta pressão efectiva-se sobretudo pela apresentação de uma idade, uma tipologia de conduta e comportamentos adequados para que as jovens se possam considerar “normais” e sentir-se integradas numa sociedade que lhes é altamente penalizadora.

Como temos vindo a verificar, a apresentação resultante destas construções discursivas continua a equacionar as mulheres como seres frágeis, em aprendizagem quanto à sua sexualidade e que deverão empenhar-se em corresponder aos standards que figuram como a aparência ideal para os seus parceiros. Os discursos identificados não permitem às leitoras desconstruírem formulações sociais para se (re)construírem de forma mais autónoma; pelo contrário, as funções e papéis possíveis parecem estar já marcadamente seleccionados, actuando em alternância entre si e restringindo posições mais emancipadoras. Assim, a jovem adolescente deverá permanecer motivada para “corrigir” as suas imperfeições face ao masculino, que é natural e biologicamente determinado quanto à sua sexualidade: quer manipulando a sua aparência física, quer procurando saber mais e novas formas de agradar sexualmente ao seu parceiro. Continuamos a assistir a um domínio de um discurso romântico que estabelece como prioridade para as jovens estabelecer uma relação e a idealização da imagem corporal feminina, recorrendo a um conjunto alargado de mecanismos de modelação da imagem, usando-a enquanto ferramenta promotora do estabelecimento desta intimidade, isto é, de relações que são marcadamente heterossexuais. Aliás, toda a organização da revista é em torno desta tipologia relacional, sendo escassa a referência a orientações sexuais não normativas. Torna-se, assim, relevante sistematizar a ausência, ao nível das construções discursivas, de sexualidades não heterossexuais e referências à comunidade LGBT (apenas duas referências), a ausência de conteúdos mais emancipatórios e empoderadores potenciados por leituras críticas diversas que retratasse a diversidade de construções pessoais existentes nas raparigas adolescentes e não se centrasse nas jovens magras, brancas, heterossexuais e ocidentais.

Outro aspecto relevante é o facto de muitos dos aspectos focados na revista surgirem como elementos de interesse para as raparigas, o que antevê não só a padronização de interesses e comportamentos mas também uma progressiva internalização do *male gaze*, uma internalização da vigilância da sexualidade e do corpo que legitima hierarquias de poder. Do mesmo modo, esta internalização permite o reforço da idealização de relações que são uma das mais importantes profecias auto-confirmadas (*self-fulfilling prophecies*) que reforçam e legitimam, de forma tautológica, as atitudes e comportamentos (“normalizados”) adoptados. O

facto de se passar a ideia de que todas as jovens se regem por este padrão de comportamentos aumenta não só o desejo das de maior conformidade com as mensagens veiculadas mas também um falso sentido de segurança. Esta conjugação leva sobretudo a uma ausência de oportunidades para um claro empoderamento das jovens. Torna-se premente enfatizar que a sexualidade já não pertence ao domínio privado, mas é *locus* de dominação masculina e de subordinação das mulheres, à qual se pode sucumbir ou resistir (Richardson, 1993). Trata-se de uma aposta que deverá ser constante e consciente na promoção de discursos menos assimétricos e de práticas equitativas.

Em termos de implicações para a prática, destacamos a importância de se ter uma atitude activa e crítica face ao sexismo e às assimetrias presentes nos *media*. Mais do que apostar numa abordagem tradicional, há que inovar e apostar na apresentação de conteúdos através de formas criativas e apelativas recorrendo, porque não, aos próprios *media*, sobretudo os de nova geração. Desta forma a intervenção poderia articular a educação para a sexualidade conjuntamente com a literacia mediática não adicionando, necessariamente, mais conteúdos aos que já são leccionados. Esta acção deverá, então, privilegiar diferentes abordagens e vários níveis de conhecimento, não descurando conceitos básicos, mas indo mais além e introduzindo conceitos como diversidade, cidadania e direitos humanos.

A educação não precisa de ser perspectivada como um conjunto de gavetas de saberes que se compartimentam e não interagem entre si. Assim, consideramos que uma educação mais geral para a cidadania poderia cobrir várias áreas, focalizando em conteúdos mediáticos para apoio educativo (educação pelos *media*), utilizando-os e instruindo alunas/os num consumo crítico de vários conteúdos (educação e literacia para os *media*), tais como a sexualidade (educação para a sexualidade). A articulação destes conceitos permite uma visão mais próxima das/os jovens, contribuindo para maior conhecimento da interacção que estes fazem com os *media* que consomem, ao mesmo tempo que se estimula uma visão mais saudável e menos estigmatizada da sexualidade (sobretudo na adolescência), educando para uma sexualidade positiva, diversa e informada por valores como respeito mútuo e responsabilidade.

Para isso, é importante ter em conta que as relações de género nos dias de hoje são muito contraditórias para as raparigas: ao mesmo tempo que lhes é possibilitada a adopção de um discurso *girl power*, de acção e escolha pessoal, os seus corpos são vistos enquanto objectos sexuais, vigiados de forma hostil (Gill, 2007). No fundo, o que se pretende referir é que o paradigma se alterou de uma dominação masculina para uma dominação da população em

geral, em que as próprias mulheres ocupam o lugar central na sua própria monitorização e na das suas pares. Assim, é possível destacar uma mudança para subjectividades neoliberais em que a objectificação sexual é representada não apenas como algo perpetrado pelos homens sobre as mulheres, mas como resultado de um desejo activo e assertivo do sujeito mulher (Gill, 2007). Daí a importância da manutenção de um olhar feminista sobre as questões da sexualidade, ao manter um ponto de vista crítico face às “suposições tomadas como certas sobre a sexualidade, reconhecendo que um grande número de “práticas coercitivas” são consideradas normais e naturais formas de comportamento heterossexual” (Richardson, 1993, p. 86-87, tradução nossa). A confrontação com este “enraizamento” provoca nas/os jovens sentimentos contraditórios, tendo permitido a adulteração de movimentos como o *Girl Power* e *Riot Grrls* a que já nos referimos. O que se observa é um fenómeno a que Vernet, Vala, Amâncio e Butera (2009) chamaram de criptonésia social: “uma dissimulação da origem em grupos minoritários de normas e valores genericamente aceites nos dias de hoje” (p.131, tradução nossa). O seu resultado mais visível é a diminuição do potencial transformativo destes movimentos, diminuindo a relevância dos problemas sociais resultantes.

Continua-se, assim, a verificar a necessidade de se efectuarem mais estudos e acções que contribuam para uma efectiva desconstrução das desigualdades de poder. Apesar de serem já evidentes algumas alterações, ainda muito existe para trabalhar no sentido de promover uma representação equitativa, uma vez que estas não são suficientes para uma efectiva emancipação e empoderamento das jovens. Neste seguimento, podemos identificar limitações deste estudo ao nível dos *media* e da sexualidade.

Ao nível dos *media*, o facto de se analisar apenas um tipo de formato poderá dar uma concepção reduzida desta relação, dado o seu uso e recurso generalizados. No entanto, a aplicação e análise de um modelo multi-método e multi-meio, baseado no *Media Practice Model* (Steele, 1999) e/ou semelhante ao *Teen Media Study* (Pardun, L'Engle & Brown, 2005), incluindo estudos de recepção e confronto com as/os adolescentes e jovens, sairia dos objectivos de um projecto de doutoramento, dada a necessidade de maior extensão no tempo e do elevado número de investigadoras/es requeridas/os. No entanto, a sua pertinência mantém-se e poderá vir a ser desenvolvido em projecto mais amplo, no sentido de contribuir para aumentar o nível de conhecimento sobre o impacto dos *media* em Portugal.

Quanto à sexualidade, mantém-se, como já tinham referido Coveney, Jackson, Jeffreys, Kaye e Mahoney (1984 as cited in Richardson,1993), a necessidade de enfatizar que a

sexualidade não é algo privado, mas um "espaço de luta em que a dominação masculina e a subordinação das mulheres podem ser mais fortemente reforçada e mantida, ou fundamentalmente contestada" (p. 97, tradução nossa). Esta necessidade poderá então ser localizada pelo trabalho ao nível dos espaços e agentes educativos, nomeadamente pelo desafio à formulação e implementação clara de um plano de acção para a educação para os *media* e para a sexualidade, de forma a contribuir para a formação desde tenra idade de indivíduos com consciência crítica face aos vários conteúdos a que são expostos no seu dia-a-dia.

Assim, a introdução de educação sexual nas escolas e literacia para os *media* como meios de informação e formação de consciência crítica revelam-se medidas importantes no panorama social actual, no sentido de desconstruir a influência constante a que somos expostos nos *mass media*. Ambos os mecanismos são essenciais para regulamentar a transmissão de informação e elevar a qualidade dos *media* disponíveis. Medidas estas fundamentais se considerarmos que estes são elementos com grande influência nas construções pessoais que implementamos ao longo do nosso desenvolvimento pessoal e humano. A grande maioria do tempo das/os nossas/os jovens é passada em três contextos fundamentais: a família, a escola e os *mass media*; sendo que estes últimos reproduzem ideologias dominantes de forma tão oculta que as julgamos naturais e inevitáveis (Devereux (2007)). Ao aceitar estas condições estamos a permitir e reforçar a dominação de que se é alvo. Portanto, poderemos activa e efectivamente contribuir para o desenvolvimento equilibrado e ponderado que potencie as e os jovens no seu máximo, independentemente da formulação identitária e pessoal escolhida.

Em suma, face à esperada continuidade das condições apresentadas, urge conhecer as condições discursivas que continuam a reiterar e reforçar as desigualdades de poder, no sentido de as desconstruir e potenciar. Para promover mudança devemos, em primeiro lugar, desconstruir e abandonar o conceito de poder como elemento que o indivíduo ou grupo possui, para o incorporar enquanto conjunto de práticas, instituições e tecnologias que reforçam e sustentam posições de dominância e dominação num cenário concreto. Em última análise, uma população mais informada e crítica face aos conteúdos mediáticos e de sexualidade originaria uma educação e indústria mais responsiva e responsável e uma cultura que nutre adolescentes saudáveis (Bordo, 1993).



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>40</sup>**

---

<sup>40</sup> Destacamos que as nossas referências bibliográficas serão efectuadas segundo o modelo da APA, apresentando contudo uma alteração ao nível da nomeação dos autores que contemplará o nome por extenso fazendo juízo à premissa feminista de não invisibilização do processo de autoria feminina.

- Alferes, Valentim. (2002). *Encenações e comportamentos sexuais. Para uma Psicologia Social da Sexualidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Allen, Louise. (2003). Girls want sex, boys want love: resisting dominant discourses of (hetero)sexuality. *Sexualities*, 6(2), 215-236. DOI: 10.1177/1363460703006002004
- Amâncio, Lígia. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII(168), 687-714. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>.
- Amâncio, Lígia. (2002). O género na psicologia social em Portugal. *Ex æquo*, 6, 55-76. Disponível em: [http://www.apem-estudos.org/?page\\_id=61](http://www.apem-estudos.org/?page_id=61).
- American Psychological Association (APA). (2007). *Report of the APA Task Force on the Sexualization of Girls*. Washington, DC: American Psychological Association. Disponível em: [www.apa.org/pi/wpo/sexualization.html](http://www.apa.org/pi/wpo/sexualization.html).
- Archer, Sally & Waterman, Alan S. (1988). Psychological individualism: gender differences or gender neutrality. *Human development*, 31, 65-81. DOI: 10.1159/000275798
- Archer, Sally. (1993). Identity status in early and middle adolescents: scoring criteria, In James E. Marcia, Alan S. Waterman, David R. Matterson, Sally L. Archer & Jacob L. Orlofsky (Eds.). *Ego Identity: A handbook of psychosocial research* (pp. 177- 204). New York: Springer.
- Arribas-Ayllon, Michael & Walkerdine, Valerie. (2008). Foucauldian Discourse Analysis. In, Carla Willig & Wendy Stainton-Rogers. *The Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology* (pp. 91-108). London: Sage Publications.
- Aubrey, Jennifer. (2004). Sex and punishment: an examination of sexual consequences and the SDS in teen programming. *Sex Roles*, 50(7-8), 505-514. DOI: 10.1023/B:SERS.0000023070.87195.07
- Avery, Lisa & Lazdane, Gunta. (2007). 'What do we know about sexual and reproductive health of adolescents in Europe?' *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, 1-3. DOI: 10.1080/13625180701617621

- Ballaster, Ros, Beetham, Margaret, Frazer, Elizabeth & Hebron, Sandra. (1991). *Women's Worlds. Ideology, femininity and the women's magazine*. New York: Palgrave MacMillan.
- Bandura, Albert. (1977). *Social Learning Theory*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Bartky, Sandra Lee. (1990). *Femininity and domination: studies in the phenomenology of oppression*. New York: Routledge.
- Baudrillard, Jean. (1970/2010). *A sociedade de consumo*. (trad. Artur Mourão). Lisboa: Edições 70.
- Beasley, Chris. (1999). *What is Feminism?: An Introduction to Feminist Theory*. London: SAGE.
- Beasley, Chris. (2005). *Gender & Sexuality. Critical Theories, Critical Thinkers*. London: SAGE Publications.
- Beauvoir, Simone de (1949/2008). *O Segundo sexo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Bettelheim, Bruno. (1989). *Sobrevivência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Betterton, Rosemary. (1987). *Looking on: Images of Femininity in the visual arts and media*. London: Pandora Press.
- Bordo, Susan. (1993). *Unbearable Weight. Feminism, western culture and the body*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Bordo, Susan. (1988). O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In, Alison Jaggar & Susan Bordo (1988). *Gênero, corpo, conhecimento* (trad. Britta Lemos de Freitas) (pp. 19- 41). Rio de Janeiro: Editora Rosado Tempos.
- Bowleg, Lisa, Lucas, Kenya & Tschann, Joanne. (2004). "The ball was always in his court": an exploratory analysis of relationship scripts, sexual scripts and condom use among african American women. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 70-82. DOI: 10.1111/j.1471-6402.2004.00124.x
- Bronfenbrenner, Urie. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American psychologist*, 32, 513-531. DOI: 10.1037/0003-066X.32.7.513

- Brown Travis, Cheryl & White, Jacquelyn W. (2000). Introduction. In Cheryl Brown Travis, & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp.3-8). Washington, DC: American Psychological Association.
- Brown Travis, Cheryl, Meginnis, Kayce & Bardari, Kristin. (2000). Beauty, sexuality, and identity: The social control of women. In Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 237-272). Washington, DC: American Psychological Association.
- Brown, Jane D. (2000). Adolescents' sexual media diets. *Journal of Adolescent Health, 27*(2), 35-40. Disponible em: [http://www.jahonline.org/issues?issue\\_key=S1054-139X\(00\)X0068-7](http://www.jahonline.org/issues?issue_key=S1054-139X(00)X0068-7)
- Brown, Jane D. (2002). *Mass media* influences on sexuality. *Journal of sex research, 39*(1), 42-5. DOI: 10.1080/00224490209552118
- Brown, Jane D. (2007, March). The media as powerful teen sex educators. Extended abstract commissioned for and presented to the "What's it going to take? Extending the Research Base to Improve Teen Pregnancy Prevention" conference, co-sponsored by the National Institute for Child Health and Human Development, the National Campaign to Prevent Teen Pregnancy and the National Centers for Disease Control, Washington, D.C. Disponible em: [http://www.teenpregnancy.org/resources/research/researchconf/brown\\_abstract.pdf](http://www.teenpregnancy.org/resources/research/researchconf/brown_abstract.pdf)
- Brown, Jane D., Halpern, Carolyn Tucker & L'Engle, Kelly Ladin. (2005). Mass media as a sexual super peer for early maturing girls. *Journal of Adolescent Health, 36*, 420-427. Disponible em: [http://www.jahonline.org/issues?issue\\_key=S1054-139X\(00\)X0215-7](http://www.jahonline.org/issues?issue_key=S1054-139X(00)X0215-7).
- Buchanan, Ian. (2010). *Dictionary of Critical Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Buhi, Eric R. & Goodson, Patricia. (2007). Predictors of Adolescent Sexual Behavior and Intention: A Theory-Guided Systematic Review. *Journal of Adolescent Health, 40*, 4-21. Disponible em: [http://www.jahonline.org/issues?issue\\_key=S1054-139X\(06\)X0237-9](http://www.jahonline.org/issues?issue_key=S1054-139X(06)X0237-9).
- Burman, Erica. (1994). *Deconstructing Developmental Psychology*. London: Routledge.

- Burr, Vivien. (1998). Overview: Realism, relativism, social constructionism and discourse. In Ian Parker (ed.), *Social Constructionism, Discourse and Realism* (pp. 13-26). London: SAGE.
- Butler, Judith. (1990). *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Cabecinhas, Rosa. (2010). Expressões de racismo : mudanças e continuidades. In, Ana Cristina de Souza Mandarinó & Estélio Gomber (eds.). *Racismos: olhares plurais* (pp.11-43). Brasil: EDUFBA. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/11002>.
- Cadete, Joaquina. (2003). “Help... I need somebody... Help ou Socorro... estou apaixonado ou sexualidade em “revista”. *Sexualidade e Planejamento Familiar*, 36, 7-11.
- Canavarro, Maria Cristina, Pereira, Ana Isabel & Morgado, Luísa. (2003). A adolescência, a mulher e a SIDA, 4º HIV/AIDS Virtual Congress, 2003. Disponível em: <http://www.aidscongress.net/pdf/176.pdf>.
- Carpenter, Laura. (1998) ‘From Girls into Women: Scripts for Sexuality and Romance in Seventeen Magazine, 1974–1994’, *Journal of Sex Research*, 35(2): 158–68. DOI: 10.1080/00224499809551929
- Carpenter, Laura. (2001) ‘The first time/Das Erstes Mal: Approaches to Virginity Loss in US and German Teen Magazines’, *Youth & Society*, 33(1): 31–61. DOI: 10.1177/0044118X01033001002
- Chodorow, Nancy J. (1989). *Feminism and Psychoanalytic Theory*. New Haven: Yale University Press.
- Connell, Robert. (1987) *Gender and Power: Society, The Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Robert. (1995). *Masculinities*. Oxford: Polity Press.
- Cordeiro, Mário. (2009). *O Grande Livro do Adolescente. Dos 10 aos 18*. Lisboa: A esfera dos livros.

- Cova, Anne. (1998). Feminismo o que é ? – uma abordagem histórica. In, UMAR. *Movimento Feminista em Portugal* (pp.8-15). Disponível em: <http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%20Mov.Feminista.pdf>.
- Crawford, Mary & Popp, Danielle. (2003). Sexual double standard: a review and methodological critique of two decades of research. *The journal of sex research*, 40(1), 13-26. DOI: 10.1080/00224490309552163
- Cruz, José Fernando, Vilaça, Maria Teresa, Sousa, Ana Cristina, Gomes, António Rui, Melo, Bárbara, Araújo, Manuel S., Dias, Cláudia S., Freitas, Mário C., & Ruivo, Maria Lurdes. (1997). Prevenção do HIV e do Sida nos adolescentes e jovens adultos: Investigação do conhecimento, atitudes e comportamento sexual. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2(2), 279-304. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5349>.
- Cunha, Maria João F. L. (2008). *Mass Media e Imagem Corporal: Representações e impactos da publicidade da imprensa feminina na Imagem Corporal das adolescentes*. [Tese de Doutoramento não publicada], Ciências da Comunicação, Universidade Aberta.
- Currie, Dawn. (1999). *Girls talk: Adolescent magazines and their readers*. Toronto: University of Toronto Press.
- Currie, Dawn. (2001) 'Dear Abby: Advice Pages as a Site for the Operation of Power', *Feminist Theory*, 2(3): 259–81. DOI: 10.1177/14647000122229523
- CVEDT - Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (2007). *Infecção VIH/SIDA, a situação em Portugal: documento 138*. Lisboa: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis, Instituto Nacional de Saúde.
- Damásio, Manuel José. (2007). *Contributos para a constituição de uma literacia mediática*. Biblioteca online de ciências da comunicação. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/damasio-manuel-literacia-mediatica.html>.
- Davies, Bronwyn & Harré, Rom. (1999). Positioning and personhood. In, Rom Harré e Luk van Langenhove (eds). *Positioning Theory* (pp. 32-52). Oxford: Blackwell.

de Gouges, Olympe. (1791). Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Disponível em:  
<http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1789mulher.htm>.

de Lauretis, Teresa. (1991). Queer theory: Lesbian and gay studies. *Differences*, 3(2), iii-xviii.

del Priore, Mary. (1999). Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista brasileira de História*, 19(37), 179-194. DOI: 10.1590/S0102-01881999000100009

Devereux, Eoin. (2007). *Understanding the media* (2<sup>nd</sup> ed.). London: SAGE Publications.

Diário da República. (1984). Lei n° 3/84 de 24 de Março. Lisboa: Diário da República.

Diário da República. (1991). Decreto-Lei n° 190/91 de 17 de Maio. Lisboa: Diário da República.

Diário da República. (2005). Despacho n° 19737/2005 de 15 de Agosto. Lisboa: Diário da República.

Diário da República. (2007). Lei n° 16/2007 de 17 de Abril. Lisboa: Diário da República.

Diário da República. (2009). Lei n° 69/2009 de 6 de Agosto. Lisboa: Diário da República.

Diário da República. (2010). Portaria n° 196-A/2010 de 9 de Abril. Lisboa: Diário da República.

Direcção-Geral de Saúde – Ministério da Saúde (Portugal). (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004/2010: mais saúde para todos* (vol. 2). Lisboa. Disponível em:  
<http://www.dgsaude.minsaude.pt/pns/capa.html>.

Donat, Patricia L. N. & White, Jacquelyn W. (2000). Re-examining the issue of nonconsent in acquaintance rape. In, Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 355-376). Washington, DC: American Psychological Association.

Döring, Nicola & Pöschl, Sandra. (2005). Images of Men and Women in Mobile Phone Advertisements: a content analysis of advertisements for mobile communication systems in selected popular magazines. *Sex Roles*, 55, 173-185. DOI: 10.1007/s11199-006-9071-6

- Dourado, Alexandra. (1998). Os feminismos da diferença e do género. In, UMAR. *Movimento Feminista em Portugal* (pp. 40-42). Disponível em: [http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%EArio\\_Mov.Feminista.pdf](http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%EArio_Mov.Feminista.pdf).
- Duncan, Margaret Carlisle. (1994). The politics of women's body images and practices: Foucault, the Panopticon, and Shape Magazine. *Journal of Sport and Social Issues*, 18, 48- 65. DOI: 10.1177/019372394018001004
- Durham, M. Gigi. (1998). Dilemmas of desire: representation of adolescent sexuality in two teen magazines. *Youth and Society*, 29(3), 369-389. DOI: 10.1177/0044118X98029003005
- Durham, M. Gigi. (2009). *The Lolita Effect*. New York: The Overlook Press
- Egan, R. Danielle & Hawkes, Gail L. (2008). Endangered Girls and Incendiary Objects: Unpacking the Discourse on Sexualization. *Sexuality & Culture*, 12, 291-311. DOI: 10.1007/s12119-008-9036-8
- Ekstrand, Maria, Larsson, Margareta, Von Essen, Louise, & Tydén, Tanja. (2005). Swedish teenager perceptions of teenage pregnancy, abortion, sexual behaviour, and contraceptive habits – a focus group study among 17-year-old female high-school students. *Acta Obstetricia et Gynecologica Scandinavica*, 84, 980-986. DOI: 10.1111/j.0001-6349.2005.00809.x
- Ekstrand, Maria, Tydén, Tanja, Darj, Elisabeth, & Larsson, Margareta. (2007). Preventing pregnancy: a girls' issue. Seventeen-year-old Swedish boys' perceptions on abortion, reproduction and use of contraception. *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 12(2), 111–118. DOI: 10.1080/13625180701201145
- Epstein, Debbie & Johnson, Richard. (1998). *Schooling sexualities*. Buckingham: Open University Press.
- Erikson, Erik. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Escobar-Chaves, S. Liliana, Tortolero, Susan R., Markham, Christine M., Low, Barbara J., Eitel, Patricia, & Tickstun, Patricia (2005). Impact of the Media on Adolescent Sexual Attitudes and Behaviors. *Pediatrics*, 116, 303- 326. DOI: 10.1542/peds.2005-0355D

- Fairclough, Norman. (1997). Discurso, mudança e hegemonia. In, Emília Ribeiro Pedro (org.). *Análise Crítica do Discurso* (pp. 77-103). Lisboa: Caminho.
- Farvid, Pantea & Braun, Virginia (2006). 'Most of us guys are raring to go anything, anyplace, anywhere': male and female sexuality in Cleo and Cosmo. *Sex Roles*, 55(5-6), 295-230. DOI: 10.1007/s11199-006-9084-1
- Fausto-Sterling, Anne. (2001). *Sexying the body*. New York: Basic Books.
- Ferin Cunha, Isabel (coord.). (2006). *A Televisão das Mulheres: Ensaio sobre a Recepção*, Lisboa: Quimera/Bond.
- Foucault, Michel. (1969/2005). *A Arqueologia do Saber* (trad. Miguel Serras Pereira). Coimbra: Almedina
- Foucault, Michel. (1971/1997). *A ordem do discurso* (trad. Laura Sampaio). Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, Michel. (1975/2003). *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. (trad. Raquel Ramalhete). Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, Michel. (1976/1994). *Historia da Sexualidade. A vontade de saber* (trad. Pedro Tamen). Lisboa: Relógio d'água.
- Freud, Sigmund. (1926). The Question of Lay Analysis. *SE 20*, 179-258.
- Friedan, Betty. (1963/2010). *The Feminine Mystique*. The Penguin Classics.
- Gagnon, William. (1977). *Human sexualities*. Glenview: Scott, Foresman.
- Gallagher, Margaret. (2001). *Gender-Setting: News Agenda for Media Monitoring and Advocacy*. London: Zed Books.
- Gallagher, Margaret. (2006). Perspectiva feminista sobre os media. *Ex aequo*, 14, 11-34. Disponível em: [http://www.apem-estudos.org/?page\\_id=80](http://www.apem-estudos.org/?page_id=80).

Gentry, Margaret. (1998). The sexual double standard. The influence of number of relationships and level of sexual activity on judgments of women and men. *Psychology of women quarterly*, 22, 505-511. DOI: 10.1111/j.1471-6402.1998.tb00173.x

Genz, Stéphanie & Brabon, Benjamin (2009). *Postfeminism. Cultural Texts and Theories*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Giddens, Antony. (1992/2001). *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (trad. Rosa Maria Perez). Oeiras: Celta Editora.

Giles, David. (2003). *Media Psychology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Gill, Rosalind. (2011). Sexism Reloaded, or, it's Time to get Angry Again!. *Feminist Media Studies*, 11(1), 61-71. DOI: 10.1080/14680777.2011.537029

Gill, Rosalind. (2007). Postfeminist Media Culture; elements of a sensibility. *European Journal of Cultural Studies*, 10(2), 147-166. DOI: 10.1177/1367549407075898

Gillies, Val. (1999). An analysis of the discursive positions of women smokers: implications for practical interventions. In, Carla Willig (ed.). *Applied discourse analysis: social and psychological interpretations* (pp. 66-86). Buckingham: Open University Press.

Gilligan, Carol. (1982). *In a different voice. Psychological theory and women's development*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.

Gilligan, Carol. (1990). Joining the resistance: psychology, politics, girls and women. *Michigan Quarterly Review*, 29(4), 501-536. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/spo.act2080.0029.004:06>.

Giordano, Peggy. (2003). Relationships in adolescence. *Annual Review of Sociology*, 29, 257-281. DOI: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100047

Goffman, Erving. (1979). *Gender Advertisements*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Gonick, Marnina. (2006). Between "Girl Power" and "Reviving Ophelia": Constituting the Neoliberal Girl Subject. *NWSA Journal*, 18(2), 1-23. Disponível em: [http://muse.jhu.edu/search/results?search\\_id=1726432191&action=reload](http://muse.jhu.edu/search/results?search_id=1726432191&action=reload).

- Gordon, Sol & Gilgun, Jane. (1987). Adolescent sexuality. In Vincent van Hasselt & Michel Hersen. *Handbook of adolescent psychology* (pp. 147-167). New York: Pergamon Press.
- Griffin, Christine. (2004). Good girls, bad girls: Anglocentrism and diversity in the constitution of contemporary girlhood. In Anita Harris. *All about the girl. Culture, power and identity* (pp. 29-43). New York and London: Routledge.
- Griffin, Christine. (2000) 'Absences that Matter: Constructions of Sexuality in Studies of Young Women's Friendships', *Feminism & Psychology*, 10(2): 227-45. DOI: 10.1177/0959353500010002003
- GTES - Grupo de Trabalho de Educação Sexual. (2007). *Relatório Final*. Ministério da Educação.
- Gutting, Gary. (2005). *Foucault. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Hall, G. Stanley. (1916). *Adolescence* (vol. 1-2). New York: World.
- Haraway, Donna. (1998) *Modest Witness@Second Millenium. FemaleMan Meets OncoMouse: Feminism and Technoscience*. New York: Routledge.
- Haraway, Donna. (1991). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In Donna Haraway (ed.). *Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature* (pp. 183-202). New York: Routledge.
- Harding, Sandra. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Harding, Sandra. (1994). Feminism and Theories of Scientific Knowledge. In Mary Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.
- Hare-Mustin Rachel & Marecek Jeanne. (1990a). On making a difference. In Rachel Hare-Mustin & Jeanne Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender* (pp.1-21). New Hawen, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin Rachel & Marecek Jeanne. (1990b). Beyond Difference. In Rachel Hare-Mustin & Jeanne Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender* (pp. 184-202). New Hawen, CT: Yale University Press

Harris, Anita. (2004). *All about the girl. Culture, power and identity*. New York and London: Routledge.

Henriques, Susana. (2010). Mediação e jornalismo de mercado na imprensa portuguesa. *Media & Jornalismo*, 16(9): 163-182. Disponível em: [http://www.cimj.org/images/stories/docs\\_cimj/16artigo9.pdf](http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/16artigo9.pdf).

Herek, Gregory. (1986). On Heterosexual Masculinity. Some physical consequences of the social construction of gender and sexuality. *American Behavioural Scientist*, 29 (5): 563-577. DOI: 10.1177/000276486029005005

Hockaday, Cathy, Jasper Crase, Sedahlia, Shelley, Mack C. & Stockdale, Dahlia F. (2000). A prospective study of adolescent pregnancy. *Journal of adolescence*, 23, 423-438. DOI: 10.1006/jado.2000.0329

Hodkinson, Paul. (2011). *Media, culture and society – an introduction*. London: SAGE.

Hoffner, Cynthia, Plotkan, Richard S., Buchaman, Martha, Anderson, Joel David, Kawigaki, Stacy, Hubbs, Lisa, Kowalczyk, Laura, Silberg, Kelsey & Pastorek, Angela. (2001). The third-person effect in perceptions of the influence of television violence. *Journal of Communication*, 51(2), 283-299. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2001.tb02881.x

Holliday, Ruth. (2008). Media and Popular Culture. In Diane Richardson & Victoria Robinson. *Introducing gender and women's studies* (3<sup>rd</sup> ed) (pp. 187-204). New York: Palgrave MacMillan.

hooks, bell. (1981). *Ain't I a woman: Black women and feminism*. Boston, MA: South End Press.

Hoppe, Marilyn, Graham, Laurie, Wilsdon, Anthony Nahom, Deborah & Morrison, Diane. (2004). Teens Speak Out About HIV/AIDS: Focus Group Discussions about Risk and Decision-Making. *Journal of Adolescent Health*, 35, 345.e27- 345.e35. Disponível em: [http://www.jahonline.org/issues?issue\\_key=S1054-139X\(00\)X0160-7](http://www.jahonline.org/issues?issue_key=S1054-139X(00)X0160-7).

Hyde, Janet Shibley & Oliver, Mary Beth. (2000). Gender differences in sexuality: results from meta-analysis. In, Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp.57-77). Washington, DC: American Psychological Association.

- Inhelder, Barbel & Piaget, Jean. (1958/1999). *The growth of logical thinking from childhood to adolescence*. New York: Basic Books, Inc.
- Iñiguez, Lupicínio & Antaki, Charles. (1994). El análisis del discurso en Psicología Social. *Boletín de Psicología*, 44, 55-75. Disponible em: <http://eprints.lanacs.ac.uk/id/eprint/19036>.
- Jackson, Sue & Westrupp, Elizabeth. (2010). Sex, Postfeminist Popular Culture and the Pre-Teen Girl. *Sexualities*, 13, 357- 376. DOI: 10.1177/1363460709363135
- Jackson, Sue & Wetherall, Ann. (2010). The (Im)possibilities of feminist school based sexuality education. *Feminism & Psychology*, 20, 166-185. DOI: 10.1177/0959353509349603
- Jackson, Sue. (2005a). Dear girlfriend: Constructions of sexual health problems and sexual identities in letters to a teenage magazine. *Sexualities*, 8(3), 282- 305. DOI: 10.1177/1363460705049577
- Jackson, Sue. (2005b). 'I'm 15 and Desperate for Sex': 'Doing' and 'Undoing' Desire in Letters to a Teenage Magazine. *Feminism & Psychology*, 15(3), 295-313. DOI: 10.1177/0959-353505054717
- Jaggat, Alison. (Eds.). (1994). *Living with contradictions: controversies in feminist social ethics*. Boulder: Westview Press
- Jones, Stanton & Hostler, Heather. (2002). Sexual Script Theory: an integrative exploration of the possibilities and limits of sexual self-definition. *Journal of Psychology and Theology*, 30 (3), 234-244.
- Kakavoulis, Alexandros. (2001). Family and sex education: A survey of parental attitudes. *Sex Education*, 1(2), 163-174. DOI: 10.1080/14681810120052588
- Kandel, Denise. B. (1986). Processes of peer influence in adolescents, In Rainer K. Silbereisen, Klaus K Eyferth, & Georg Rudinger. (Eds.). *Development as action in context: problem behavior and normal youth development* (pp. 203 – 228). Berlin: Springer Verlag.
- Kang, Mee-Eun. (1997). The portrayal of women's images in magazine advertisements: Goffman's Gender Analysis Revisited. *Sex Roles*, 37(11/12), 979-996. DOI: 10.1007/BF02936350

- Kaplan, Gisela. (1992). *Contemporary Western European Feminism*. London: UCL Press.
- Kehily, Mary Jane. (1999). More sugar? Teen magazines, gender displays and sexual learning. *European Journal of Cultural Studies* 2(1), 65-89. DOI: 10.1177/136754949900200104
- Keller, Sarah N., & Brown, Jane D. (2002). Media interventions to promote responsible sexual behaviour. *The Journal of Sex Research*, 39, 67-72. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12476260>.
- Kirby, Douglas, Lepore, Gina, & Ryan, Jennifer. (2005). *Sexual Risk and Protective Factors - Factors Affecting Teen Sexual Behavior, Pregnancy, Childbearing And Sexually Transmitted Disease: Which Are Important? Which Can You Change?* National Campaign to Prevent Teen Pregnancy. ERT Associates.
- Kitzinger, Celia. (1991). Feminism, psychology and the paradox of power. *Feminism and Psychology*, 1, 111-129. DOI: 10.1177/0959353591011016
- Klein, Jonathan. D., Brown, Jane D., Walsh-Childers, Kim, Oliveri, Janice, Porter, Carol & Dykers, Carol. (1993). Adolescents' risky behaviour and *mass media* use. *Paediatrics*, 92(1), 24-31. Disponível em: <http://pediatrics.aappublications.org/content/92/1/24.abstract>.
- Kohlberg, Lawrence. (1958). *The Development of Modes of Thinking and Choices in years 10 to 16*. Doctoral dissertation, University of Chicago.
- Krassas, Nicole R., Blauwkamp, Joan M. & Wesserlink, Peggy. (2001). "Master your Johnson": Sexual rhetoric in *maxim* and *stuff* magazines. *Sexuality & Culture*, 7(3), 98-119. DOI: 10.1007/s12119-003-1005-7
- Kurth, Suzanne B., Spiller, Bethany B., & Brown Travis, Cheryl. (2000). Consent, power, and sexual scripts: deconstructing sexual harassment. In Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 323-354). Washington, DC: American Psychological Association.
- Kvalem, Ingela Lundin & Traeen, Beente. (2000). Self-Efficacy, Scripts of Love and Intention to Use Condoms Among Norwegian Adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 29(3), 337-353. DOI: 10.1023/A:1005199725666

- Lamb, Sharon & Brown, Lyn Mikel. (2006). *Packaging girlhood. Rescuing our daughters from marketers' schemes*. New York: St. Martin Griffin.
- Lamb, Sharon. (2001). *The Secret Lives of Girls. What good girls really do – sex play, aggression and their guilt*. New York: The Free Press
- Lemoncheck, Linda. (1994). What's Wrong with Being a Sex Object?. In, Alison Jaggar (Ed.). *Living with Contradictions: Controversies in Feminist Social Ethics* (pp. 199-206). Boulder: Westview Press.
- Lerner, Richard. (1986). *Concepts and theories of human development* (2<sup>nd</sup> ed.) New York: Random House.
- Lerner, Richard. (1978). Nature, nurture, and dynamic interactionism. *Human development*, 21, 1-20. DOI: 10.1159/000130873
- Levin, Diane & Kilbourne, Jean. (2009). *So sexy so soon. The new sexualized childhood and what parents can do to protect their kids*. New York: Ballantine Books
- Lindner, Katherina. (2004). Images of women in general interest and fashion magazines advertisements from 1955 to 2002. *Sex roles*, 51(7-8), 409 – 421. DOI: 10.1023/B:SERS.0000049230.86869.4d
- Lopes, Orquídea. (2004). Crenças e atitudes como “Co-Factores” do VIH/SIDA. 5<sup>o</sup> HIV/AIDS *Virtual Congress*. Disponível em:  
[http://www.aidscongress.net/article.php?id\\_comunicacao=232](http://www.aidscongress.net/article.php?id_comunicacao=232).
- Liotard, Jean-François. (1979). *The Postmodern Condition*. Manchester: Manchester University Press.
- Lytle, L. Jean, Bakke, Linda & Romig, Charles. (1997). Adolescent Female Identity Development, *Sex Roles*, 37(3/4), 175-185. DOI: 10.1023/A:1025643710311
- Macedo, Ana Gabriela & Amaral, Ana Luísa. (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento.
- MacInnes, John. (1998/2002). *O Fim da Masculinidade*. Porto: Ambar.

- Magalhães, Sara, Saavedra, Luísa & Nogueira, Conceição (2008a). Viver a adolescência no masculino: o desafio da construção da sexualidade. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 153-161.
- Magalhães, Sara, Saavedra, Luísa & Nogueira, Conceição. (2008b). Quem é mais bela do que eu? Revistas para jovens adolescentes e a idealização do corpo. In, Jorge Bonito (coord). *Educação para a Saúde no Século XXI: Teorias, Modelos e Práticas*. (p. 629 – 640). Évora: CIEP – Universidade de Évora.
- Magalhães, Sara, Saavedra, Luísa, & Nogueira, Conceição. (2010). “It’s your fault (only yours!)” Female adolescents’ social responsibility for preventive behaviours. In, Maria José Magalhães, Manuela Tavares, Salomé Coelho, Manuela Góis e Elisa Seixas (coord.). *“Quem tem medo dos feminismos” Actas do congresso feminista 2008 - volume I*. (pp. 385-397). Funchal: Nova Delphi Editora.
- Marks, Micheal J. & Fraley, R. Chris. (2006). Confirmation Bias and the Sexual Double Standard. *Sex Roles*, 54(1/2), 19-26. DOI: 10.1007/s11199-006-8866-9
- Marques, Ana C. (2007). A primeira relação sexual: contextos e significados. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ ISCTE e-working paper n° 32/2007*.
- Massoni, Kelley. (2004). Modeling Work: Occupational Messages in Seventeen Magazine. *Gender & Society*, 18, 47- 65. DOI: 10.1177/0891243203259133
- Matos, Margarida & Gaspar, Tânia (2005). Adolescentes portugueses: risco e protecção. 6º *HIV/AIDS Virtual Congress*. Disponível em: [http://www.aidscongress.net/pdf/adolescentes\\_abstract241\\_comunic\\_272.pdf](http://www.aidscongress.net/pdf/adolescentes_abstract241_comunic_272.pdf).
- McClain, Linda (2006). Some ABCs of feminist sex education (in light of the sexuality critique of legal feminism). *Columbia Journal of Gender and Law*, 15(1), 63-88. Disponível em: <http://www.brandeis.edu/projects/fse/about/McClain-ABCs-sexed.pdf>.
- McClelland, Sara I. & Fine, Michelle (2008). Embedded Science: analysis of abstinence-only education research. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 8(1), 50-81. DOI: 10.1177/1532708607310782

- McRobbie, Angela. (2009). *The aftermath of feminism. Gender, culture and social change*. London: SAGE.
- McRobbie, Angela. (2008). Young women and consumer culture. *Cultural Studies*, 22(5), 531-550. DOI: 10.1080/09502380802245803
- McRobbie, Angela. (2004). Notes on Postfeminism and Popular Culture: Bridget Jones and the New Gender Regime. In Anita Harris. *All about the girl. Culture, power and identity* (pp. 3-14). New York and London: Routledge.
- McRobbie, Angela. (1999). More!. New sexualities in girls' and women's magazines. In, Angela McRobbie. *In the culture society. Art, fashion and popular music* (pp. 46-61). London: Routledge.
- McRobbie, Angela. (1996) 'More! New Sexualities in Girls' and Women's Magazines', In, James Curran, David Morley and Valerie Walkerdine (Eds.) *Cultural Studies and Communications* (pp. 172-94). London: Arnold.
- McRobbie, Angela. (1991). *Feminism and youth culture: From Jackie to Just Seventeen*. Boston: Unwin Hyman.
- Mills, Sara. (2003). *Michel Foucault*. London & New York: Routledge.
- Money, John & Ehrhardt, Anke. (1972). *Man and woman, boy and girl*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Monteiro, Maria João & Vasconcelos-Raposo, José. (2005). Compreender o comportamento sexual para melhor (re)agir. 6º HIV/AIDS Virtual Congress. Disponível em: [http://www.aidscongress.net/pdf/comprender\\_abstract\\_239\\_comunic\\_271.pdf](http://www.aidscongress.net/pdf/comprender_abstract_239_comunic_271.pdf).
- Moore, Susan & Rosenthal, Doree. (1995). *Sexuality in adolescence* (2<sup>nd</sup>ed.). London: Routledge.
- Morrison, Peter A., Samulon, Marta & Zellman, Gail L. (1981). *Teenage Parenthood. A review of risks and consequences*. Santa Monica: RAND Corporation.

- Morris-Roberts, Kathlyn. (2004). Colluding in “Compulsory Heterosexuality”? Doing Research with young women at school. In Anita Harris. *All about the girl. Culture, power and identity* (pp. 219-229). New York and London: Routledge.
- Morrow, Raymond & Brown, David. (1994). *Critical theory and methodology*. London: Sage Publications.
- Mota-Ribeiro, Silvana & Pinto-Coelho, Zara. (2005). Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. *Actas do IV Congresso da SOPCOM – Repensar os media: novos contextos de comunicação e da informação* (pp. 977-989). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Mota-Ribeiro, Silvana. (2005). *Retratos de Mulher. Construções sociais e representações visuais no feminino*. Porto: Campo das Letras.
- Mota-Ribeiro, Silvana. (2002). Corpos eróticos: imagens da mulher na publicidade da imprensa feminina portuguesa. *Cadernos do Noroeste, Número temático ‘Olhares sobre mulheres’, 17(1-2)*, 145-164.
- Muehlenhard, Charlene L. & McCoy, Marcia L. (1991). Double standard/double bind. *Psychology of women quarterly, 15*, 447-461. DOI: 10.1111/j.1471-6402.1991.tb00420.x
- Muuss, Rolf. (1996). *Theories of adolescent* (6<sup>th</sup> ed). New York: The McGraw Hill.
- Neves, Helena. (2007). O corpo das mulheres na história – corpo desapropriado. In, Lígia Amâncio (org). *O longo caminho das mulheres: Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição. (2004). Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-Aequo, 11*, 122-138. Disponível em: [http://www.apem-estudos.org/?page\\_id=72](http://www.apem-estudos.org/?page_id=72).
- Nogueira, Conceição & Fidalgo, Lurdes. (1995). Análise do discurso: a tarefa e o poder das palavras. *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, 3*, 181-188. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/4145>.

- Nogueira, Conceição, Saavedra, Luísa & Neves, A. Sofia. (2006). Critical (Feminist) Psychology in Portugal. Will it be possible?, *Annual Review of Critical Psychology*, 5, <http://hdl.handle.net/1822/5899>.
- Nogueira, Conceição. (1997). *Um novo olhar sobre as relações sociais do género: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. [Tese de Doutoramento não publicada], Psicologia Social, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Nogueira, Conceição. (2001a). Análise de Discurso. In, Eugénia Fernandes & Leandro Almeida (eds.). *Métodos e técnicas de avaliação: contribuição para a prática e intervenção psicológicas* (pp. 15-48). Braga: UMINHO/CEEP.
- Nogueira, Conceição. (2001b). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Conceição. (2001c). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia*, XVI(1), 43-65. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/4039>.
- Novilla, M. Lelinneth B., Barnes, Michael D., De La Cruz, Natalie G., Williams, Patrick N. & Rogers, Janice. (2006). Public health perspectives on the family: An ecological approach to promoting health in the family and community. *Family & Community Health*, 29(1), 28-42. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16340676>.
- Nunes, Maria Teresa. (2005). Conhecimento e utilização da contracepção de emergência em alunas do ensino secundário em Guimarães. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 21, 247-56. Disponível em: <http://www.apmcg.pt/files/54/documentos/20070528155613745932.pdf>.
- Obercom – Observatório de Comunicação. (2007). *Working paper*. Públicos de media em Portugal. Disponível em: <http://www.obercom.pt/client/?newsId=30&fileName=wr8.pdf>.
- Oliveira, João & Amâncio, Lígia. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3), 597-615. DOI: 10.1590/S0104-026X2006000300002

- Ortega, Fernando Lara & Sevilla, Davinia Heras. (2008). Formación sobre sexualidad en la primera etapa de la adolescencia. Datos obtenidos en una muestra de 2º y 3º de ESO en Burgos. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 241-248.
- Papalia, Diane, Olds, Sally & Feldman, Ruth Duskin. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa: McGraw Hill.
- Pardun, Carol J., L' Engle, Kelly Ladin & Brown, Jane D. (2005). Linking Exposure to Outcomes: Early Adolescents'. Consumption of Sexual Content in Six Media, *Mass Communication and Society*, 8(2), 75-91. DOI: 10.1207/s15327825mcs0802\_1
- Parker, Ian. (1999). Varieties of discourse and analysis. In Ian Parker and the Bolton Discourse Network (eds.) *Critical textwork: an introduction to varieties of discourse and analysis*. Buckingham: Open University Press.
- Parker, Ian. (1997). Discursive psychology. In Dennis Fox e Isaac Prilleltensky (Orgs.), *Critical Psychology: An Introduction* (pp. 284-298). London: Sage Publications.
- Parker, Ian. (1992). *Discourse dynamics: critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Pereira, Ana Isabel, Canavarro, Maria Cristina, Cardoso, Margarida & Mendonça, Denisa. (2005). Relational factors of vulnerability and protection for adolescent pregnancy: a cross-sectional comparative study of portuguese pregnant and nonpregnant adolescents of low socioeconomic status. *Adolescence*, 40(159), 655-671. Disponível em: <https://woc.uc.pt/fpce/getFile.do?tipo=6&id=1506>
- Peter, Jochen & Valkenburg, Patti M. (2007). Adolescents' exposure to a sexualized media environment and their notions of women as sex objects. *Sex roles*, 56, 381-395. DOI: 10.1007/s11199-006-9176-y
- Piaget, Jean. (1929). *The child's conception of the world*. New York: Harcourt, Brace.
- Pierce, Kate. (1993). Socialization of teenage girls through teen-magazine fiction: The making of a new women or an old lady?. *Sex roles*, 29(1/2), 59-68. DOI: 10.1007/BF00289996

- Pierce, Kate. (1990) 'A Feminist Theoretical Perspective on the Socialization of Teenage Girls through Seventeen Magazine', *Sex Roles*, 23(9/10): 491–500. DOI: 10.1007/BF00289764
- Pike, Alison. (2006). *Family Relationships in Middle Childhood*. London: National Children's Bureau.
- Pinto, Manuel, Pereira, Sara, Pereira, Luís & Ferreira, Tiago Dias. (2011). Educação para os Media em Portugal. ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Pinto, Manuel. (2003). *A formação para o exercício da cidadania numa sociedade mediatizada*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional "Os cidadãos e a sociedade da informação" organizada por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, Centro Cultural de Belém, 9 e 10 de Dezembro. Disponível em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3067/1/mpinto\\_intervencao\\_1999.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3067/1/mpinto_intervencao_1999.pdf).
- Preciado, Beatriz. (2004). *Multitudes Queer: Notas para uma politica de los "anormales"*. Multitudes, 12 (Compléments). Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article1465>.
- Ramos, Vera, Carvalho Cláudia & Leal, Isabel. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão. *Análise Psicológica*, 2(XXIII), 173-185. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v23n2/v23n2a08.pdf>.
- Reid, Pamela Trotman & Bing, Vanessa M. (2000). Sexual roles of girls and women: an ethnocultural lifespan perspective. In Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 141-166). Washington, DC: American Psychological Association.
- Reiss, Ira. (1999). Evaluating Sexual Science: Problems and Prospects. *Annual Review of Sex Research*, 10, 236-271. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10895254>
- Reiss, Ira. (1964). The Scaling of Premarital Sexual Permissiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 26, 188-198. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/349726>.

- Reiss, Ira. (1960). *Premarital sexual standards in America*. New York: Free.
- Rich, Adrienne. (1983). Compulsory heterosexuality and lesbian existence, In, Ann Barr Snitow, Christine Stansell, & Sharon Thompson (Eds.). *Power of desire: the politics of sexuality* (pp. 177-205). New York: Monthly Review Press.
- Richardson, Diane. (1997). Sexuality and feminism. In Victoria Robinson & Diane Richardson. *Introducing women's studies* (2<sup>nd</sup> ed) (pp. 152-174). London: MacMillan Press.
- Richardson, Diane. (1993). Sexuality and Male dominance. In, Diane Richardson & Victoria Robinson. *Introducing Women's Studies* (pp. 74-98). London: MacMillan Press.
- Roy, Stephannie C. (2008). Taking charge of your health: discourses of responsibility in English-Canadian women's magazines. *Sociology of health & illness*, 30(3), 463-477. DOI: 10.1111/j.1467-9566.2007.01066.x
- Saavedra, Luísa & Nogueira, Conceição. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/6358>.
- Saavedra, Luísa, Nogueira, Conceição & Magalhães, Sara. (2010). Discursos de jovens adolescentes portuguesas sobre sexualidade e amor: implicações para a educação sexual. *Educação e Sociedade*, 31(110), 135-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n110/08.pdf>.
- Saavedra, Luísa. (2001). *Vozes de sucesso, vozes (silenciadas) de fracasso: género e classe social na escola*. [Tese de Doutoramento não publicada], Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Saavedra, Luísa. (2005). *Aprender a ser rapariga, aprender a ser rapaz. Teorias e práticas da escola*. Coimbra: Almedina.
- Sánchez Leyva, María José & Olaizola, Alicia Reigada (2007). *Crítica Feminista y Comunicación*. Sevilla: Comunicación social ediciones y publicaciones.
- Santelli, John, Ott, Mary A., Lyon, Maureen, Rogers, Jennifer, Summers, Daniel, & Schleifer, Rebecca. (2006). Abstinence and abstinence-only education: a review of the US policies

and programs. *Journal of adolescent health, 38*, 72-81. Disponível em: [http://www.jahonline.org/issues?issue\\_key=S1054-139X\(05\)X0225-7](http://www.jahonline.org/issues?issue_key=S1054-139X(05)X0225-7).

Santos, Boaventura Sousa (1987/2007). Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento.

Sarti, Cynthia Andersen. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa, 91*, 46-53. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf>.

Selman, Robert, Benrdslee, William, Schultz, Lynn Hickey, Krupa, Michael, & Podorefsky, Donna. (1986). Assessing adolescent interpersonal negotiation strategies. *Developmental psychology, 22*, 450-459. DOI: 10.1037/0012-1649.22.4.450

Selman, Robert. (1971). The relation of role-taking to the development of moral judgment in children. *Child development, 42*, 79-91. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/1127066>.

Sharpe, Matthew. (2006). *Jacques Lacan*. The Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/l/lacweb.htm>.

Silverblatt, Art. (2001). *Media Literacy: Keys to interpreting media messages*. Westport, CT: Praeger.

Simon, William, & Gagnon, John. H. (1999). Sexual Scripts. In Richard Parker & Peter Aggleton. *Culture, society and sexuality – a reader* (pp. 29-38). London: UCL Press.

Simon, William, & Gagnon, John. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behaviour, 15*, 97-120. DOI: 10.1007/BF01542219

Simon, William, & Gagnon, John. H. (1973). Sexual conduct: The Social Sources of Human Sexuality. Chicago: Aldine Pub. Co.

Simon, William, & Gagnon, John. H. (1987). A sexual scripts approach. In, James. H. Geer & William O'Donohue (Eds.). *Theories of human sexuality* (pp. 363-383). New York: Plenum Press

- Soczka, Luís. (2002). Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In, Jorge Vale & Maria Benedita Monteiro (eds.), *A Psicologia Social* (5ª edição) (pp. 503-541). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sprinthall, Norman A. & Collins, N. Andrew. (2008). *Psicologia do adolescente. Uma abordagem desenvolvimentalista* (4ª ed) (trad. Cristina Vieira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stacey, Jackie. (1994). Untangling Feminist Theory. In Richardson, Diane & Victoria Robinson (eds). *Introducing Women's Studies*. London: MacMillan Press.
- Steele, Jeanne R. (1999). Teenage sexuality: factoring in the influence of family, friends and school. *The journal of sex research*, 36(4), 331-341. DOI: 10.1080/00224499909552005
- Sullivan, Harry Stack. (1950). The illusion of personal individuality. *Psychiatry*, 13, 317-332.
- Taquette, Stella. R., Vilhena, Marília, & Paula, Mariana. C. (2004). Doenças sexualmente transmissíveis e género: um estudo transversal com adolescentes no Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(1), 282-290. DOI: 10.1590/S0102-311X2004000100046
- Tavares, Manuela. (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal nas décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Manuela. (1998). Correntes do Feminismo. In, UMAR. *Movimento Feminista em Portugal* (pp. 20-27). Disponível em: [http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%E1rio\\_Mov.Feminista.pdf](http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%E1rio_Mov.Feminista.pdf).
- Thornham, Sue. (2007). *Women, Feminism and Media*. Edinburg: Edinburg University Press.
- Tiefer, Leonore. (2000). The social construction and social effects of sex research: the sexological model of sexuality. In, Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 79-107). Washington, DC: American Psychological Association.
- Tobin-Richards, Marize, Boxer, Andrew, & Petersen, Anne. (1983). The psychological significance of pubertal change. Sex differences in perception of self during early adolescence, In

- Jeanne Brooks-Gunn & Anne Petersen (Eds.). *Girls at puberty: Biological and psychological perspectives* (pp. 127-154). New York: Plenum.
- Tolman, Deborah, Striepe, Meg & Harmon, Tricia. (2003). Gender matters: constructing a model of adolescent sexual health. *Journal of Sex Research*, 40(1), 4-12. DOI: 10.1080/00224490309552162
- Tolman, Deborah. (2002). *Dilemmas of Desire. Teenage Girls talk about sexuality*. Cambridge, Massachusetts & London, England: Harvard University Press.
- Torres da Silva, Marisa. (2005). *As "cartas ao director" no jornal Público: um estudo de caso*. Actas do 4º SOPCOM, Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-marisa-cartas-director-jornal-publico.pdf>.
- Torres da Silva, Marisa. (2004). A Cimeira de Copenhaga e os comentários dos leitores às notícias da TSF online. *Media & Jornalismo*, 4, 59-72. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/6132/5590>.
- Tuchman, Gaye. (2009). Media, género, nichos (trad. Marisa Torres da Silva). *Media & Jornalismo*, 15, 8(2), 15-42. Disponível em: [http://www.cimj.org/images/stories/docs\\_cimj/15artigo1.pdf](http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/15artigo1.pdf).
- Tuchman, Gaye. (1979). 'Introduction: the symbolic annihilation of women by mass media', In G. Tuchman, A. Kaplan Daniels & J. Benét (Org.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3-38), New York: Oxford University Press.
- Tumbull, Triage, van Wersch, Anna & van Schaik, Paul. (2008). A review of parental involvement in sex education: the role for effective communication in British families. *Health Education Journal*, 67(3), 182-195. DOI: 10.1177/0017896908094636
- Umiker-Sebeok, Jean. (1996). Power and the construction of gendered spaces. *International Review of Sociology*, 6, 389-404. Disponível em: <http://www.slis.indiana.edu/faculty/umikerse/papers/power.html>

Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing the boundaries of sex*. London: Penguin.

van Hasselt, Vincent & Hersen, Michel. (1987) *Handbook of adolescent psychology*. New York: Pergamon Press.

van Zoonen, Lisbet. (1994). *Feminist Media Studies*. London: SAGE Publications.

Vasconcelos, Pedro. (1998). Práticas e discursos da conjugalidade e sexualidades dos jovens portugueses. In Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (eds), *Jovens portuguesas de hoje* (pp. 215-305). Oeiras: Celta.

Vernet, Jean-Pierre, Vala, Jorge, Amâncio, Lígia & Butera, Fabrizio. (2009). Conscientization of social cryptomnesia reduces hostile sexism and rejection of feminists. *Social Psychology*, 40(3), 130-137. DOI: 10.1027/1864-9335.40.3.130

Vieira, Paulo Jorge. (2005). Prevenção da Infecção VIH nos Jovens [com os jovens]. *6º HIV/AIDS Virtual Congress*. Disponível em: [http://www.aidscongress.net/pdf/com\\_jovens\\_abstract\\_274\\_comunic\\_244.pdf](http://www.aidscongress.net/pdf/com_jovens_abstract_274_comunic_244.pdf).

Vilar, Duarte. (2003). "Mass Media" e Sexualidade. *Sexualidade e Planeamento Familiar*, 36, 13-14.

Walsh-Childers, Kim, Gotthoffer, Alyse, & Lepre, Carolyn Ringer. (2002). From "just the facts" to "downright salacious": Teens' and women's magazine coverage of sex and sexual health. In Jane. D. Brown, Jeanne. R. Steele, & Kim Walsh-Childers (Eds.). *Sexual teens, sexual media: Investigating media's influence on adolescent sexuality* (pp. 153-171). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Welsh, Deborah, Rostosky, Sharon & Kaeaguchi, Myra Christen (2000). A normative perspective of adolescent girls' developing sexuality. In, Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White. *Sexuality, Society and Feminism* (pp. 111-140). Washington, DC: American Psychological Association.

White, Jacquelyn W., Bondurant, Barrie & Brown Travis, Cheryl. (2000). Social constructions of sexuality: unpacking hidden meanings. In, Cheryl Brown Travis & Jacquelyn W. White.

- Sexuality, Society and Feminism* (pp. 11-33). Washington, DC: American Psychological Association.
- Willig, Carla. (2008). Foucauldian Discourse Analysis. In, Carla Willig. *Introducing Qualitative Research in Psychology* (pp. 112-131). London: Open University Press.
- Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In Jonathan. A. Smith (Org.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (p. 159-183). London: Sage Publications.
- Willig, Carla. (1999). *Applied discourse analysis: social and psychological interpretations*. Buckingham: Open University Press.
- Wood, Linda. A. & Kroeger Rolf. D. (2000). *Doing discourse analysis: methods for studying action in talk and text*. London: Sage Publications.
- Woolfolk, Anita. (2000). *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: ARTMED
- World Health Organization. (2007). Adolescent pregnancy [electronic resource]: unmet needs and undone deeds: a review of the literature and programmes. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789241595650\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789241595650_eng.pdf).
- Youniss, James. (1975). Another perspective on social cognition, In Anne D Pick (ed.) *Minnesota symposia on child psychology* (vol. 9). Minneapolis: University of Minnesota Press.

